



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Eveline Viterbo Gomes

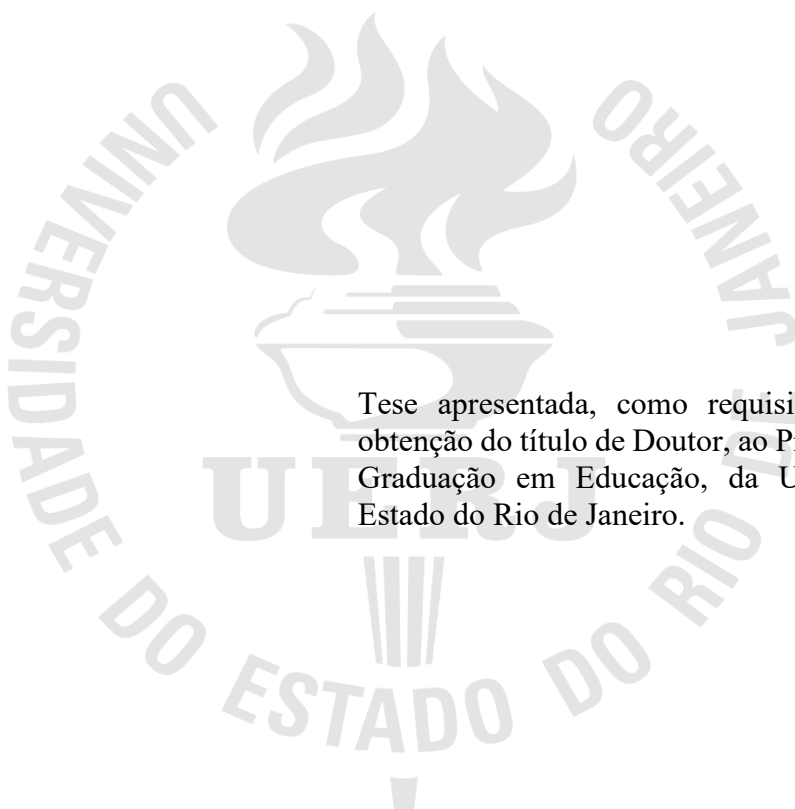
**Lições de democracia e fé: dimensões pedagógicas da correspondência de
Sobral Pinto**

Rio de Janeiro

2024

Eveline Viterbo Gomes

**Lições de democracia e de fé: dimensões pedagógicas da correspondência de Sobral
Pinto**



Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-
Graduação em Educação, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Chrystina Venancio Mignot

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

G633 Gomes, Eveline Viterbo
Lições de democracia e fé: dimensões pedagógicas da correspondência de Sobral
Pinto / Eveline Viterbo Gomes. – 2024.
241 f.

Orientadora: Ana Chrystina Venancio Mignot.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Intelectuais – Brasil – Teses. 3. Cartas – Teses. I.
Mignot., Ana Chrystina Venancio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação. III. Título.

br

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lições de democracia e fé: dimensões pedagógicas da correspondência de Sobral Pinto

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 10 de junho de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Ana Chrystina Venancio Mignot (Orientadora)
Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Lia Ciomar Faria
Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Márcia Cabral da Silva
Faculdade de Educação – UERJ

Prof.^a Dr.^a. Giselle Martins Venancio
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a. Patrícia Coelho da Costa
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Aos que esperam por nós.

AGRADECIMENTOS

Em seu tratado sobre a amizade, Cícero, o grande artífice da prosa latina, afirma que a essência humana rejeita a solidão, por isto busca constantemente um apoio, sendo o de maior doçura o coração afetuoso de um amigo. Conclusão esta que sintetizou as palavras de Arquitas de Taranto, o mais ilustre dos matemáticos pitagóricos, lembradas em seu *De Amicitia*, de 44 a.C: “se alguém subir ao céu, e de lá contemplar a beleza do universo e dos astros, todas essas maravilhas deixá-lo-ão indiferente, enquanto que o embasbacarão de surpresa se tiver de contá-las a alguém”.

Voei alto e a felicidade disto está em ter com quem compartilhar este momento, seja pelo prazer, pela circunstância ou pela simpatia. E em todo momento fui amparada pelo calor de seus afetos e, por isto, agradeço-os.

Agradeço aos meus pais, Marco Aurelio Gomes e Luzinethe Viterbo, por decidirem agir sempre a meu favor desde quando eu era apenas vontade e por buscarem apenas a minha felicidade, procurando me amar a todo instante. Aos meus irmãos, Marcia Valéria Viterbo e José Carlos Viterbo, por serem abertos a mim e pelos ensinamentos dados desde os primeiros segundos daquele 14 de junho. O carinho e a dedicação que recebo de vocês ajudam a manter viva cada parte de mim. A Kivia Viterbo e à tia Gal Viterbo, representantes dos sobrinhos e tios, que são muitos, pela presença sempre alegre e agradável.

A Alessandro Baptista pelo companheirismo e incentivo. Seu envolvimento integral e a crença genuína em nosso futuro foi fundamental para que chegássemos até aqui. Mais agradecimentos ainda lhe remeto pela família que formamos com nossa florzinha, sonhada primeiro por ele, ser que nos liga, unifica e faz com que trabalhemos todos os dias por um futuro melhor.

Obrigada, Maitê Baptista, a florzinha, por todo o amor que transborda de seu olhar, abraços e beijos e me invade o coração e a alma.

À minha tão admirada orientadora, Ana Chrystina Venancio Mignot, agradeço a porta sempre aberta às lições sobre estudo, pesquisa, escrita. Sobre pessoas, política, mundo. Sobre a vida, enfim. Agradeço também pelo convívio, oportunizado por seu Grupo de Pesquisa, com pessoas muitos especiais: Adelly Poyares, André Luiz Venâncio, Adriana Beaklini, Daise Silva dos Santos, Heloisa Helena Meirelles dos Santos, Leila Blanco, Jacqueline Varella, Priscila de Araujo Garcez, Rafael Borges, Rosana Rocha, Shayenne Schneider Silva e Vanessa Lima. Mesmo separados por telas de computadores, suas palavras me tocam e me impulsionam.

Obrigada a cada um de vocês pela generosidade de colaborar ativamente em meu processo de formação.

Aos amigos que fiz na Uerj em fases tão distintas da minha vida: Vanessa Novais, Fabiana Kloh, Jaqueline Aguiar, Beatriz Leal, Gilmara Rodrigues, Karine Veiga, Mauro Fernandes, muito obrigada pelo sustento nos momentos mais difíceis dessa trajetória. Nosso encontro foi flor que nasceu no cinza do concreto.

Rennata Bennatá, Cremilde Alves, Marcela Sanches, Luciana Fuchs, Leonardo Casadio, Vanessa Novais, Theo, Liz, Victor, Zahra, me faltam palavras para expressar o tamanho da importância de cada um de vocês em minha vida. Vocês são mais que água e fogo.

A meus companheiros de trabalho: Stela Maris, Cleide Bresciani, Laura Lo Surdo, Wesley Karllos Conceição, Jarbas Leonel, Jussara Fialho, Talita Santos, Paula Maria, Mila Mourão. Sem a ajuda de vocês teria sido impossível conciliar a difícil jornada de ser mãe, trabalhadora e estudante.

A Marco Aurélio Corrêa Martins, meu professor e orientador no curso de Pedagogia/Unirio, pela generosidade de compartilhar conhecimentos, por me introduzir aos estudos acerca da História da Educação e da Igreja Católica, por me apresentar o arquivo pessoal de Henrique José Hargreaves – onde localizei fontes fundamentais para este estudo –, por acreditar em mim.

E, por fim, aos professores do ProPEd/Uerj, às professoras que compuseram minha banca de defesa, aos funcionários da Secretária do ProPEd/Uerj e das casas de guarda visitadas – virtualmente ou presencialmente – e à CAPES, em reconhecimento ao valor de cada um de vocês que fazem possíveis os sonhos de estudantes como eu.

Haverá uma vida que valha a pena ser vivida, se lhe falta o sossego que só os sentimentos compartilhados com um amigo podem dar? Que há de mais agradável do que ter alguém em quem podemos confiar como em nós mesmo? Que proveito tiraríamos da felicidade, se não tivéssemos ninguém que dela pudesse compartilhar conosco? E seria difícil suportar a adversidade, sem alguém capaz de suportá-la ainda mais do que nós, que a experimentamos. Enfim, os demais bens que o homem busca só apresentam, cada um deles, por sua vez, uma vantagem particular: a riqueza traz meios de satisfazer a nossas necessidades materiais; o poder traz consideração; as honrarias, louvores; os prazeres, gozos; a saúde, a libertação da dor e a plena disposição de nossas forças físicas. Mas a amizade compreende um sem-número de bens! Para qualquer lado que nos voltemos, lá está ela, prestativa; não há lugar em que não tenha a sua vez, não há circunstância em que seja intempestiva ou inoportuna; assim, como dizem, a água e o fogo, muitas vezes, não são mais úteis do que a amizade.

Marco Túlio Cícero, 44 a.C.

RESUMO

GOMES, Eveline Viterbo. *Lições de democracia e fé: dimensões pedagógicas da correspondência de Sobral Pinto*. 2024. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O presente estudo explora a correspondência de Heráclito Fontoura Sobral Pinto como espaço de atuação e desenvolvimento pessoal enquanto advogado e intelectual católico. O principal objetivo é analisar como Sobral Pinto utilizou palavras e ações expressas em sua troca epistolar, especialmente nos livros *Lições de liberdade*, de 1977, e *Por que defendo os comunistas*, 1979, para influenciar o cenário político e social do Brasil. Dessa forma, a pesquisa se dedica e perscrutar a intensa troca de missivas entre Sobral Pinto, Henrique José Hargreaves e Alceu Amoroso Lima, amigos com os quais compartilhou tudo de bom e ruim que acontecia em sua vida. Ao desenvolver esta Tese, inicialmente, busco compreender as bases sobre as quais o advogado e intelectual construiu sua imagem pública e profissional, dessa forma ressalto sua trajetória intelectual, explorando as adesões e tensões que ele experimentou em variados espaços sociais. Em seguida, priorizo cartas inéditas que revelam fragilidades, desentendimentos e afastamentos de Sobral Pinto, decorrentes de divergências de opiniões e conflitos de personalidade. Então, investigo a importância dos laços de amizade na formação de Sobral Pinto como intelectual, explorando como essas relações moldaram suas ações e pensamentos por meio de correspondências ativas e passivas trocadas com figuras centrais como Hargreaves, visando entender o papel dessas interações em sua vida e carreira. Finalmente, dedico-me a examinar as práticas educativas dele no espaço universitário e em outros fóruns públicos, onde atuou como professor e conferencista para entender como ele usou essas plataformas para influenciar e moldar os valores da juventude católica e o pensamento social. Dessa forma, pretendo contribuir para uma compreensão mais diversificada acerca de como Sobral Pinto usou a escrita epistolar não apenas como forma de comunicação, mas como uma ferramenta estratégica para moldar a política, a educação e a sociedade. Este estudo ressalta a relevância das cartas inéditas de Sobral Pinto como fonte valiosa, ilustrando como suas interações com amigos próximos foram essenciais para seu desenvolvimento como advogado e educador e a elaboração das lições de democracia e fé lembradas ainda hoje.

Palavras-chave: Sobral Pinto; intelectual católico; correspondência; amizade.

ABSTRACT

GOMES, Eveline Viterbo. *Lessons of democracy and faith: pedagogical dimensions of Sobral Pintos' correspondence*. 2024. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This study explores the correspondence of Heráclito Fontoura Sobral Pinto as a space for personal development and activity as a lawyer and Catholic intellectual. The main objective is to analyze how Sobral Pinto employed words and actions expressed in his epistolary exchanges, particularly in the books *Lições de Liberdade* (1977) and *Por que Defendo os Comunistas* (1979), to influence Brazil's political and social landscape. The research delves into the intense exchange of letters between Sobral Pinto, Henrique José Hargreaves, and Alceu Amoroso Lima, close friends with whom he shared the highs and lows of his life. In developing this thesis, I first seek to understand the foundations on which the lawyer and intellectual built his public and professional image, emphasizing his intellectual trajectory and exploring the alignments and tensions he experienced in various social spheres. Subsequently, I prioritize unpublished letters that reveal Sobral Pinto's vulnerabilities, misunderstandings, and estrangements arising from differences in opinions and personality conflicts. I then investigate the importance of friendship in shaping Sobral Pinto as an intellectual, examining how these relationships influenced his actions and thoughts through active and passive correspondences exchanged with key figures such as Hargreaves, aiming to understand the role of these interactions in his life and career. Finally, I focus on examining his educational practices in the university setting and other public forums, where he acted as a professor and lecturer, to understand how he used these platforms to influence and shape the values of Catholic youth and social thought. Thus, I aim to contribute to a more nuanced understanding of how Sobral Pinto used epistolary writing not merely as a means of communication but as a strategic tool to shape politics, education, and society. This study highlights the importance of Sobral Pinto's unpublished letters as a valuable source, illustrating how his interactions with close friends were essential to his development as a lawyer and educator and to the creation of the lessons of democracy and faith that remain relevant today.

Keywords: Sobral Pinto; catholic intellectual; correspondence; friendship.

RESUMEN

GOMES, Eveline Viterbo. *Lecciones de democracia y fe: dimensiones pedagógicas de la correspondencia de Sobral Pinto*. 2024. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

El presente estudio explora la correspondencia de Heráclito Fontoura Sobral Pinto como un espacio de actuación y desarrollo personal en su rol de abogado e intelectual católico. El objetivo principal es analizar cómo Sobral Pinto utilizó palabras y acciones expresadas en su intercambio epistolar, especialmente en los libros *Lições de Liberdade* (1977) y *Por que Defendo os Comunistas* (1979), para influir en el escenario político y social de Brasil. De esta manera, la investigación se dedica a examinar el intenso intercambio de cartas entre Sobral Pinto, Henrique José Hargreaves y Alceu Amoroso Lima, amigos con los que compartió los aspectos positivos y negativos de su vida. Al desarrollar esta tesis, inicialmente busco comprender las bases sobre las cuales el abogado e intelectual construyó su imagen pública y profesional, destacando así su trayectoria intelectual y explorando las adhesiones y tensiones que experimentó en diversos espacios sociales. Posteriormente, doy prioridad a cartas inéditas que revelan fragilidades, desacuerdos y distanciamientos de Sobral Pinto, derivados de divergencias de opiniones y conflictos de personalidad. A continuación, investigo la importancia de los lazos de amistad en la formación de Sobral Pinto como intelectual, explorando cómo estas relaciones moldearon sus acciones y pensamientos a través de correspondencias activas y pasivas intercambiadas con figuras centrales como Hargreaves, buscando comprender el papel de estas interacciones en su vida y carrera. Finalmente, me dedico a examinar sus prácticas educativas en el ámbito universitario y en otros foros públicos, donde actuó como profesor y conferencista, para entender cómo utilizó estas plataformas para influir y moldear los valores de la juventud católica y el pensamiento social. De este modo, pretendo contribuir a una comprensión más diversa sobre cómo Sobral Pinto utilizó la escritura epistolar no solo como un medio de comunicación, sino como una herramienta estratégica para modelar la política, la educación y la sociedad. Este estudio resalta la relevancia de las cartas inéditas de Sobral Pinto como una fuente valiosa, ilustrando cómo sus interacciones con amigos cercanos fueron esenciales para su desarrollo como abogado y educador, y para la elaboración de lecciones de democracia y fe que aún son recordadas hoy en día.

Palabras clave: Sobral Pinto; intelectual católico; correspondencia; amistad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Estudos acerca do advogado e intelectual católico Sobral Pinto localizados	20
Quadro 2 – Intervenções de Sobral Pinto sobre o “avanço comunista”	47
Quadro 3 – Fluxo de correspondência remetida a Leocádia Prestes	80
Figura 1 – Sobralianas: carta destinada a Alceu, frente e verso	99
Figura 2 – Mais marginalias de Alceu.....	101
Figura 3 – Sobral acaciano: marcas da leitura de Alceu na correspondência remetida por Sobral.....	103
Figura 4 – “Que ridículo!": quando os amigos ultrapassam limites	104
Figura 5 –Jornal noticia falecimento do “Senhor Justiça”	108
Figura 6 –Abertura do documentário Dr Heráclito Fontoura Sobral Pinto, profissão advogado	117
Figura 7 –Sobral Pinto em cena.....	118
Figura 8 –Sobral em comunhão com a Igreja.....	122
Quadro 4 – Correspondência ativa de Sobral Pinto publicadas em livros e anteriormente compartilhadas com Hargreaves.....	133
Quadro 5 –Fluxo da correspondência sobre a aproximação entre o Arcebispo de Salvador e a Loja Maçônica de Salvador	141
Figura 9 – D. Avelar Brandão Vilela, o “Grande Benfeitor”	142
Figura 10 – Sobral fala à comunidade universitária	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB	Ação Católica Brasileira
AIB	Instituto dos Advogados do Brasil
ATA	Arquivo Tristão de Athayde
CAHS	Centro Acadêmico Hugo Simas
CAALL	Centro Alceu Amoroso Lima para Liberdade
CDV	Centro Dom Vital
CPC	Código de Processo Civil
DOPS	Departamento de Ordem e Política Social
IAB	Instituto dos Advogados do Brasil
ICES	Instituto Católico de Estudos Superiores
IMS	Instituto Moreira Salles
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JB	Jornal do Brasil
LEC	Liga Eleitoral Católica
LG	<i>Lumen Gentium</i> (Constituição Dogmática)
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
STF	Superior Tribunal Federal
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UBE	União Brasileira de Escritores
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 “UMA COISA É SER ESCRITOR; OUTRA, AQUELE QUE ESCREVE”: LIÇÕES QUE CONVERTEM O MUNDO	35
1.1 Ensinamentos de um homem epistolar: notas aos juristas do país.	37
1.2 Ao Exmo. Sr., com leal aperto de mão: falando às autoridades e à sociedade brasileira.....	43
1.3 “Um homem contra o abuso de poder”: em defesa dos comunistas	67
2 “DESCULPE O CALOR DESTA CARTA”: ENTRE CRÍTICAS E RECONHECIMENTO.....	91
2.1 “O palmatória do mundo”: olhares acerca do intelectual	94
2.2 “A magna carta brasileira”: cisões entre o íntimo e o publicizado.....	106
2.2.1 Um olhar cinematográfico	116
3 “AGRADEÇO A CARTA QUE SERVIRÁ À HISTÓRIA DAS IDEIAS DO BRASIL”: CONVERSACÕES ENTRE INTELECTUAIS.....	126
3.1 Em conversas sobre “a dramática situação do país”	127
3.2 Precisamos falar sobre a crise da nossa Igreja	138
3.2.1 Igreja Católica e Maçonaria: uma relação proibida.....	139
3.2.2 O caso Padre Miracapillo: entre os limites do temporal e do espiritual	149
3.2.3 Seria possível o batismo do marxismo? O combate ao progressismo	157
3.3 Na luta de Jacob com o Anjo: indícios sobre a intimidade.....	163
4 EM FAVOR DE “MINHA AÇÃO EDUCADORA DA JUVENTUDE”: EM DEFESA DA CULTURA CATÓLICA	169
4.1 Um atentado contra a voz em defesa da universidade católica	169
4.1.1 E os amigos, o que dizem? Em busca de adesões	174
4.1.2 “Ninguém tem o direito de se iludir”: mensagem aos jovens estudantes.....	180
4.2 “Apregoe em suas aulas”: o papel do professor católico diante da questão social... ..	192
4.3 Ainda há tempo: uma campanha pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.....	201
CONCLUSÃO.....	212
REFERÊNCIAS	219

INTRODUÇÃO

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1980.

Meu caro colega Sérgio Bermudes.

Que melhor roteiro, que mais fecundo exemplo, que mais alta noção da dignidade no exercício da advocacia, que maior estímulo e testemunho da honra profissional poderá a nossa Ordem dar aos jovens que ingressam nos pretórios do que propiciar-lhes a leitura desse soberbo folheto – *Por que defendo os comunistas* – que serve de pedestal sobre que se ergue, dominadora, a figura singular do grande Sobral Pinto?

Nesta hora torva de mediocridade, e em face da alarmante decomposição da nossa Justiça, a lição que se transmitirá aos novos advogados será um relevante serviço ao reerguimento e à defesa da ordem jurídica que é a missão precípua da Ordem dos Advogados.

É a sugestão que me permito a liberdade de fazer lhe com muita alma e empenho.

Muito cordialmente,

Dario de Almeida Magalhães¹

Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893-1991), advogado, católico, reconhecido pela

¹ Carta copiada e encaminhada por Dario de Almeida Magalhães a Heráclito Fontoura Sobral Pinto, autor do livro *Por que defendo os comunistas*, de 1979, que decidiu compartilhá-la com seu amigo Henrique José Hargreaves por supor lhe ser agradável saber da coincidência de sua opinião com a de Magalhães. Disponível no Museu Mariano Procópio (MAPRO), Arquivo Henrique José Hargreaves.

defesa de presos políticos – dentre os quais se destacam Luís Carlos Prestes² e Harry Berger³ – e pela defesa da democracia e dos direitos humanos ao longo do século XX. Seu nome regularmente aparece em estudos acerca das trajetórias de intelectuais católicos envolvidos nos debates políticos, pedagógicos e culturais do país e do Centro Dom Vital (CDV), uma associação de leigos católicos fundada pelo advogado e jornalista Jackson de Figueiredo⁴, em 1922, com o estímulo do então Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme⁵, para a reunião de intelectuais católicos dispostos a pensar, atuar e influenciar sobre distintas esferas sociais balizados pela doutrina da Igreja de modo a promover a cultura católica.

Sobral Pinto, ou simplesmente Sobral – como assinava as missivas destinadas aos amigos –, tido como um homem de ação, é predominantemente destacado por sua importância organizacional no CDV, na fundação de instituições de ensino católicas, como o Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES)⁶ e a Pontifícia Universidade Católica (PUC), ou no funcionamento da Ação Católica Brasileira (ACB)⁷. De fato, não foi um grande literato. Não

² Nascido em Porto Alegre em 1898, foi uma figura central na política brasileira e liderou a Coluna Prestes, uma expedição revolucionária que cruzou o Brasil defendendo reformas contra as oligarquias e o governo federal. Após se converter ao marxismo e liderar a Aliança Nacional Libertadora para lutar contra o fascismo e promover reformas sociais, suas atividades foram vistas como uma ameaça pelo governo de Getúlio Vargas. Em 1935, após a falha da Intentona Comunista, Prestes foi preso pelo regime de Vargas, permanecendo encarcerado até o fim do Estado Novo em 1945, como uma resposta direta às suas lideranças comunistas e revolucionárias consideradas subversivas pelo governo. Luís Carlos Prestes faleceu em 7 de março de 1990, no Rio de Janeiro (ABREU; CARNEIRO, s/d).

³ Harry Berger, pseudônimo de Arthur Ernest Ewert (1890-1959), ocupou cargos no escritório latino-americano do Komintern, sediado em Buenos Aires. No final de 1934, ele e sua esposa, Elisabeth Saborowsky Ewert, chegaram ao Brasil e tomaram parte no levante de 1935. Após o evento, ambos foram capturados e submetidos a torturas severas, resultando em transtornos mentais permanentes para Arthur Ewert. Em 1937, foi sentenciado a 13 anos de prisão. Dez anos mais tarde, em 1947, recebeu permissão para sair do Brasil e retornou à Alemanha, onde viveu em um hospital psiquiátrico até o fim de sua vida. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/e/ewert_arthur.htm. Acesso em: 11 maio 2024.

⁴ Nascido em Aracaju, no ano de 1891, tornou-se referência na história do catolicismo brasileiro como organizador do movimento católico leigo. Entre 1921 e 1922, fundou o Centro Dom Vital (CDV) após a criação da revista *A Ordem*, através dos quais combateu o comunismo, o liberalismo e a revolução de modo geral. A sua proposta era reunir leigos e religiosos que se dedicassem aos estudos da doutrina católica. Foi através de sua obra que o pensamento conservador, tradicionalista ou reacionário foi introduzido no Brasil (CENTRO, 2001a).

⁵ A partir de 1916, foi arcebispo de Olinda e Recife, em Pernambuco. Em 1921, já no Rio de Janeiro, apoiou Jackson de Figueiredo na criação do CDV e criou a Confederação Católica para melhor coordenar o laicato e das associações católicas. Anos depois, assumiu a arquidiocese do Rio de Janeiro intensificando seu trabalho de organização do laicato para intervir no processo de montagem da nova ordem institucional, combinando pressão e colaboração com o governo Vargas, com o fim de obter concessões à Igreja. Faleceu em 1942, no Rio de Janeiro (CENTRO, 2001b).

⁶ Cf. FAGUNDES, Paula Martins F. Instituto Católico de Estudos Superiores: a formação da intelectualidade brasileira católica (1910-1932). 66 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduados em Educação. PUC SP, 2014.

⁷ A Ação Católica Brasileira (ACB) foi uma associação civil católica fundada em 1935 por Dom Sebastião Leme, com o objetivo de evangelizar e mobilizar o laicato no apostolado da Igreja, mantendo-se apartidária e sob direta supervisão eclesial. Iniciada como resposta a um chamado do Papa Pio XI, a ACB buscava combater o

escreveu nenhum tratado jurídico, livro de contos, poesia ou compêndios didáticos. Não foi musicista, artista plástico nem assumiu cargos políticos ou de relevância na administração pública. Foi, porém, um “homem epistolar” (GOLDMAN; MUAZE, 2010). Há quem afirme ter acumulado 50 mil exemplares de cartas, telegramas, bilhetes. Algumas, recebidas de amigos, familiares, clientes e nomes influentes da política nacional, muitas outras, cópias das que remeteu motivado por tantos quantos interesses são passíveis de se fazer caber numa carta. Certamente, há aquelas que guardam simples conversas, desabafos e até palavras de amor muito íntimas, mas são as depositárias de protestos firmes destinadas a presidentes da República, ministros e personalidades do meio político brasileiro que o consagrou como intelectual “na melhor acepção da palavra”, como sugeriu Valle (1979).

Algumas das missivas remetidas a autoridades, entre os anos de 1930 e 1970 foram selecionadas por Sobral Pinto e publicadas em formato de coletâneas temáticas em dois livros – *Lições de liberdade*, de 1977, e *Por que defendo os comunistas*, de 1979 –, questão importante a ser ressaltada por ressignificar as cartas escritas em contextos distintos, selecionando-as e reordenando-as, fazendo com que recebessem outra significação, pois conforme Chartier (1995), a forma como determinado texto chega aos seus leitores afeta o sentido dado a ele, daí tornar-se “necessário identificar os efeitos de sentido das diferentes formas (impressos ou manuscritos, escritas ou orais) que se apoderaram de uma ‘mesma’ obra” (CHARTIER, 1995, p. 8).

Uma das coletâneas epistolares foi objeto do cartear – pois “cartear-se não é falar-se” (SALINAS, 1983 apud ROCHA, 2012, p. 383) – iniciado por Dario de Almeida Magalhães⁸,

materialismo e promover valores cristãos na sociedade. Com uma organização que valorizava dioceses como núcleos de atuação e agrupava membros por idade e sexo, a ACB foi inicialmente bem-sucedida em estruturar o laicato católico no Brasil. No entanto, a partir de 1943, começou a sofrer transformações, adotando uma visão mais progressista sob a influência de novas ideias europeias sobre reforma espiritual e social. Isso levou a conflitos internos e eventualmente a uma reorganização em 1950, que diminuiu o papel das paróquias e dioceses e adotou uma abordagem mais focada nos meios sociais. A relação da ACB com a Igreja mudou significativamente após a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952, que aumentou a autonomia da ACB. No entanto, as tensões entre conservadores e progressistas dentro da Igreja se intensificaram, culminando em 1966 com a decisão da CNBB de desativar a ACB, refletindo a polarização ideológica e o contexto político autoritário da época. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-catolica-brasileira-acb>. Acesso em: 10 abr. 2024.

⁸ Dario de Almeida Magalhães (1908-2007) destacou-se como advogado, jornalista e empresário. Formou-se em direito em 1928 pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, onde foi laureado com o prêmio Rio Branco por seu desempenho acadêmico. Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros em 1943, documento que desafiava a ditadura do Estado Novo e clamava pela redemocratização do Brasil. Devido à sua militância, foi preso em 1944. Serviu como conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) desde 1938 até 1958, atuando em prol da autonomia da instituição. Também foi diretor do jornal *O Estado de Minas* e presidente do Banco do Estado da Guanabara e do Banco do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.oab.org.br/centrocultural/agraciados/MedalhaDario.asp>. Acesso em: 13 abr. 2024.

e em destaque na abertura desta Introdução, junto ao Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sergio Bermudes⁹. *Por que defendo os comunistas* (1979), obra à qual Magalhães se refere, enfatiza o trabalho do advogado católico, na defesa de comunistas tornados presos políticos e excluídos do direito de defesa nos termos que garantiam a Justiça brasileira, por meio da transcrição de missivas assinadas pelo próprio advogado, petições e outros documentos jurídicos.

A obra foi bem acolhida, ao menos entre advogados que se dedicavam à luta em favor dos Direitos Humanos, conforme é possível depreender da devolutiva de Bermudes ao pedido de Magalhães: prometeu transformar em projeto a sugestão do mestre e amigo, propondo-o à OAB tão logo findasse o período de recesso legal da instituição. A adesão à ideia de Magalhães pelo então jovem advogado vinha de uma profunda admiração por Sobral Pinto, que o inspirava, como homem e profissional, tal qual seu próprio pai, fazendo-o persistir no desejo de ser alguma coisa do que ambos eram mesmo sendo algo difícil de ser alcançado: “Afinal, a vida nada mais é que um fluxo, entre um projeto, ou um sonho, e a sua realização, medida do êxito e da felicidade”¹⁰.

Na obra de 1979 estão epístolas que pretendem demonstrar o empenho do advogado e intelectual católico na defesa de comunistas como um ato de respeito à pessoa humana, à família e à democracia. Por isso, além das missivas destinadas a ministros e outras autoridades políticas do governo, estão ali a correspondência trocada com familiares de presos políticos, na qual se destaca D. Leocádia Prestes, mãe de Luís Carlos Prestes Vargas, e com seu diretor espiritual, o Cardeal Leme, a quem escreveu tanto para justificar-se por assumir a causa de Prestes e Berger como para pedir sua intervenção pelo fim das torturas praticadas contra eles na prisão. Organizada após *Lições de liberdade* (1977) se tornar um grande sucesso de crítica, e ainda que contando com o empenho de amigos como Dario de Almeida Magalhães, não

⁹ Nascido em 1945, o advogado ainda em atividade é membro vitalício do Conselho Seccional Rio de Janeiro da OAB. Reconhecido como um dos principais processualistas do Brasil, publicou seu primeiro livro sobre direito processual aos 24 anos, ainda durante a vigência do Código de 1939. Ao longo de sua carreira, escreveu mais de dez livros, proferiu palestras, participou de conferências, e contribuiu em processos seletivos para magistrados e procuradores. Integrou a Comissão Governamental de Revisão do Código de Processo Civil (CPC), em 1985, e teve uma destacada atuação na advocacia cível contenciosa. Está entre os pioneiros na defesa dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil, representando casos emblemáticos como o de Vladimir Herzog. Com 35 anos de docência em Direito Processual Civil na PUC do Rio de Janeiro até 2016, coordenou importantes coleções de comentários ao CPC de 1973 e atualizou os comentários ao Código de Processo Civil de Pontes de Miranda. Disponível em <https://www.editorajuspodivm.com.br/authors/page/view/id/3464/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

¹⁰ Trecho da carta do Conselheiro da OAB destinada ao advogado Dario de Almeida Magalhães, que a copiou e encaminhou ao advogado católico Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Este, por sua vez, fez nova cópia para a compartilhar com seu amigo Henrique José Hargreaves. Disponível no MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

obteve a mesma atenção da grande imprensa periódica da época.

Apesar de referenciadas como verdadeiras lições, as cartas, bem como seu autor, careciam de atenção no que tange às dimensões pedagógicas de sua produção intelectual uma vez que selecionadas, reunidas e publicadas em livros, encerram um certo modo de ensinar. Perspectiva esta que também aplico sobre as cartas inéditas enviadas por Sobral, destinadas a ele e postas a circular em um pequeníssimo círculo que formou junto a Alceu Amoroso Lima¹¹ e Henrique José Hargreaves¹², sujeitos centrais na composição de suas redes de sociabilidade, pessoas às quais se uniu não só por afinidades ideológicas, mas por afeto.

Ainda que abundantes, as missivas de Sobral Pinto foram pouco utilizadas como fonte de estudos e nenhum deles se dedicou à compreensão desse documento como objeto/fonte para o estudo das redes de sociabilidade deste sujeito ou ao significado de sua preservação, uma vez que

Uma carta expressa mais do que o texto que ela contém. Sua materialidade denota a condição de sua redação, a análise de trajetória e a identificação de seu(s) destinatário(s) – se individual, institucional ou familiar; permite a compreensão dos mecanismos de sua circulação e a sua presença num arquivo, isto é, o conhecimento dos gestos em prol de sua conservação deixa entrever os critérios que definiram sua importância (VENANCIO, 2002, p. 222).

Certamente, essa relação desproporcional entre o volume da documentação e o volume de trabalhos se deu devido ao acesso restrito ao arquivo pessoal do advogado e intelectual católico sob guarda da família. Sua correspondência ativa, entretanto, desde o ano de 2018, passou a fazer parte do Instituto Moreira Salles (IMS)¹³ e entrou em processo de catalogação, mas ainda não está disponível para a consulta do pesquisador. Atualmente, a principal forma de acesso às missivas remetidas e destinadas a ele ocorre por meio dos arquivos pessoais de alguns dos seus interlocutores, preservados em diversas casas de guarda, dentre elas, o Museu Mariano

¹¹ Nasceu no Rio de Janeiro, em 1893. Em 1919, quando passou a escrever críticas literárias no periódico *O Jornal*, em 1919, adotou o pseudônimo Tristão de Athayde. Em 1924 aproximou-se do pensador católico Jackson de Figueiredo, convertendo-se ao catolicismo em 1928. Nesse mesmo ano, assumiu o CDV, importante núcleo de debate e difusão do catolicismo. Além de crítico literário e líder católico, foi também professor e escritor. Faleceu em Petrópolis no ano de 1983.

¹² Chamado “o sociólogo de Juiz de Fora”, foi um nome importante na execução do projeto restaurador idealizado por setores da Igreja Católica e do laicato em Minas Gerais (AZZI, 1994; MARTINS, 1999; AZZI & PEREIRA, 2003), liderando a organização de associações católicas como a União de Moços Católicos, o Centro Dom Vital de Juiz de Fora, a Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora e o Instituto Cultural São Tomás de Aquino (MARTINS, 1999).

¹³ As mais de 13 mil cartas estão em fase de catalogação. A correspondência passiva de Sobral Pinto continua sob guarda da família.

Procópio (MAPRO), com o Arquivo Henrique José Hargreaves, e o Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade (CAALL), com o Arquivo Tristão de Athayde¹⁴. Após um primeiro contato com a correspondência pessoal localizada nesses arquivos, pude pensar que, se nas cartas publicadas estão lições destinadas aos brasileiros, nas pessoais poderia estar um certo modo de aprender. Sequências que envolvem reflexão, comunicação e atuação saltam das linhas a tinta preservadas em papéis de carta de modo a permitir a compreensão de percursos de autoformação intelectual.

Assim, torna-se o foco da presente pesquisa compreender o caráter educativo emergente da escrita pessoal do intelectual Heráclito Fontoura Sobral Pinto e dos elementos que elege como forças motrizes de sua vida entre as décadas de 1970 e 1980, período demarcado pela publicação de suas epístolas em dois livros – *Lições de liberdade* (1977) e *Por que defendo os comunistas* (1979) – entremeado pelo recebimento do título de Intelectual do Ano (1979), em reconhecimento à relevância da obra de 1977 para o momento social vivido pelo país, e pela diminuição rápida e progressiva na frequência e quantidade de correspondências trocadas pelo seleto grupo de amigos com “os quais [Sobral se habituou], desde muitos anos, a informar de tudo quanto de importante, jubiloso ou amargo ocorre [em sua] vida cotidiana”¹⁵.

Tal proposta surge do entrelaçamento da História da Educação com a História dos Intelectuais, sob a perspectiva de Sirinelli (2003), ao propor uma pesquisa acerca de um sujeito que ao longo de sua vida comprometeu-se a educar a juventude católica por meio do exemplo, a partir de uma compreensão de mundo partilhada pelo grupo com o qual se identificava. Isso significa lançar um olhar contextualizado sobre o intelectual, ou seja, que pretende compreendê-lo nas relações que estabelece com outros sujeitos, tanto em termos estratégicos quanto ideológicos e afetivos, integrados às circunstâncias que, juntas, caracterizam seu itinerário intelectual. Essa perspectiva, inclusive, é a que torna a expansão do olhar sobre Sobral Pinto em direção àqueles que elege como cúmplices de vida: Alceu Amoroso Lima e Henrique José Hargreaves, reunidos numa “vontade e um gosto de conviver” fundados “em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades difusas, mas igualmente determinantes” (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Essa sociabilidade, que envolveu também outros intelectuais católicos, membros da

¹⁴ Pseudônimo adotado por Alceu Amoroso Lima ao atuar como crítico literário.

¹⁵ Trecho de carta de Sobral Pinto destinada ao professor da PUC, Antônio Rezende Silva, com data de 5 de maio de 1981. Disponível no MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

hierarquia da Igreja e leigos, teve seus laços mais fortemente atados com a criação da revista *A Ordem* e, em seguida, do CDV, e ambos, por estruturarem o campo intelectual, costumam ser tomados como um observatório da sociabilidade de um microcosmo intelectual, onde a fermentação de ideias e as relações afetivas se entrelaçam, permitindo uma análise tanto das dinâmicas sociais quanto das ideias ali discutidas. Mas o mesmo pode ser realizado quando nos debruçamos sobre as cartas de intelectuais, conforme sugere Sirinelli (2003), pois a partir delas é possível reconstruir redes de sociabilidade, alianças e conflitos entre os intelectuais, bem como identificar padrões de pensamento e comportamento que podem não ser evidentes em outros tipos de documentos. As cartas também podem revelar detalhes sobre o processo de produção intelectual, as fontes de inspiração, os debates em curso e as estratégias adotadas pelos intelectuais em suas atividades acadêmicas e políticas¹⁶.

Mas antes de iniciar a investigação da correspondência de Sobral Pinto, foi necessário conhecer o que havia sido produzido sobre ele e sua volumosa produção epistolar. Considerado um baluarte das lutas pela redemocratização do país, tanto no período Vargas quanto no Militar, Sobral mantém-se na mídia, mais de vinte anos após o seu falecimento, não sob a perspectiva do leigo, cujo apostolado é a “participação na própria missão salvadora da Igreja”, de modo “a tornar a Igreja presente e ativa naqueles locais e circunstâncias em que só por meio dele ela pode ser o sal da terra” (CONCÍLIO VATICANO II, 1964, s/p, LG 33), mas por seus posicionamentos intransigentes em defesa de uma ordem jurídica baseada em valores republicanos democráticos guiados por uma ética celebrada por seus contemporâneos como inegociável¹⁷ – ainda que tudo isto estivesse fundamentalmente articulado com seu apostolado leigo. Identificado pela imprensa periódica pela alcunha ‘Senhor Justiça’¹⁸, sua vida e trajetória profissional receberam a atenção de alguns estudiosos, conforme indica o Quadro 1 a seguir:

¹⁶ Nesse viés está o trabalho desenvolvido por Inês de Almeida Rocha, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd), *Canções de amigo: redes de sociabilidade na correspondência de Liddy Chiaffarelli Mignone para Mário de Andrade*, de 2010. Dentre os estudos mais recentes, destaco “Cartas para a posteridade”: tensões do modernismo brasileiro na correspondência de Mário de Andrade, Tese defendida, no ano de 2018, por Paulo Henrique Araújo, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

¹⁷ Ver os filmes-documentários *Heráclito Fontoura Sobral Pinto, profissão advogado*, dirigido pelo cineasta Tuna Espinheira e premiado como melhor filme do gênero de 1979, e *Sobral, o homem que não tinha preço*, dirigido por Paula Fiúza, lançado em 2013. Ambos contam com depoimentos de advogados, amigos e familiares acerca da personalidade do velho advogado.

¹⁸ O jornal *O Globo* criou, em seu sítio eletrônico, uma galeria de fotos intitulada “Sobral Pinto, o Senhor Justiça”. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/sobral-pinto-senhor-justica-20531829>. Acesso em: 1 ago. 2019.

Quadro 1 – Estudos acerca do advogado e intelectual católico Sobral Pinto localizados

Área de concentração	Autor	Título	Ano	Tipo de produção
História	DULLES, John W. F	<i>Sobral Pinto: a consciência do Brasil</i>	2001	Livro
História	DULLES, John W. F	<i>Resisting Brazil's military regime: an account of the battles of Sobral Pinto</i>	2007	Livro
História	GOLDMAN, Elisa; MUAZE, Mariana	<i>Sobral Pinto: uma memória em construção</i>	2010	Capítulo
História	SCALERCIO, Márcio	<i>Heráclito Fontoura Sobral Pinto: toda liberdade é ingreme</i>	2014	Livro
Direito	PIMENTEL FILHO, José Ernesto; SEKSCENSKI, Paul.	<i>Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Brazil, 1893-1991)</i>	2021	Capítulo
Direito	GARCIA, Anderson dos Santos	<i>As defesas dos comunistas Luís Carlos Prestes e Harry Berger durante a ditadura de Vargas</i>	2012	Monografia
Ciência Política	PEREIRA, Wingler Alves	<i>Um supremo partido? A Suprema Corte nos meandros do liberalismo político brasileiro (1954-1968)</i>	2020	Comunicação
Linguística	HABIB, Paulo Paulinelli	<i>O ethos na argumentação: análise discursiva de uma carta-protesto de Sobral Pinto ao presidente Costa e Silva</i>	2008	Dissertação
Letras	NEVES, Daniel Monteiro	<i>Como se defende um comunista: uma análise retórica-discursiva da defesa judicial de Harry Berger por Sobral Pinto</i>	2013	Dissertação

Fonte: Google, Google Scholar, Banco de Teses e Dissertações Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Dos trabalhos em destaque, pelo menos seis deles, ou $\frac{3}{4}$ do total, se baseiam nos escritos epistolares do advogado e intelectual católico ou reconhecem a importância desta documentação para uma compreensão acerca do sujeito em pauta, suas ideias e suas ações. Mas, predominantemente, as atenções foram voltadas às estratégias de discurso utilizadas por ele tanto no exercício da profissão quanto ao dirigir manifestos às autoridades políticas por meio de cartas publicadas em seus livros de 1977 e 1979. Tais abordagens são justificadas pelas áreas às quais estão atreladas essas pesquisas e, por isso, como veremos, se entrecruzam em diversos pontos apesar de seus objetivos distintos.

Após uma década do falecimento do advogado e intelectual católico, foi publicado no Brasil o primeiro dos dois volumes da biografia política epistolar que John W. F. Dulles, brasilianista, professor da Universidade de Texas, dedicou ao advogado. No primeiro volume, o autor pôs foco na atuação profissional e nas relações políticas de Sobral Pinto durante o regime Vargas, entre os anos de 1930 e 1945 e no segundo, não publicado no Brasil, dedica-se ao período de 1946 a 1991. O evento que estabelece a fronteira entre as duas edições e o fim do Estado Novo Varguista.

O professor estadunidense já havia escrito outras obras biográficas sobre Getúlio Vargas, Castelo Branco e Carlos Lacerda, algumas publicadas no Brasil, mas, de modo geral, seus estudos foram bastante criticados pelo perfil factual, cronológico, baseado em entrevistas e documentação inédita, numa abordagem historiográfica “quase anacrônica” (CARRIJO, 2008, p. 129) em relação à abordagem que ganhara força entre os historiadores de meados do século XX.

Segundo Hartog (2014), naquele momento a escrita biográfica e a escrita histórica alinharam-se em seus regimes de historicidade, sendo o primeiro passo desse processo a definição do presentismo como único tempo possível em busca de um passado ressignificado, restaurando o papel dos indivíduos na circulação de ideias, na elaboração de redes de sociabilidade, nas teias que entrelaçam sociedade, cultura, política e economia. Entretanto, em Dulles (2001; 2007), podem-se encontrar raízes numa biografia cavaleiresca, apresentando Sobral Pinto com virtudes exigidas em tempos medievais, tais como as listadas por Dosse (2015) a partir das leituras que fez do escritor espanhol Baltasar Gracián (1601-1658): “tornar-se impenetrável na medida de suas capacidades; não dar a conhecer suas paixões; exceder na grandeza; saber retirar-se antes que a fortuna se retire; renovar de tempos em tempos a reputação” (GRACIÁN, 1997 *apud* DOSSE, 2015, p. 154). O livro é composto basicamente pela sucessão cronológica de um grande volume de missivas selecionadas dentre a correspondência ativa de Sobral Pinto, e por meio desta documentação sua trajetória foi contada, de modo a destacar sua ética e coragem no enfrentamento do equipamento jurídico e político que sustentava os governos ditatoriais no Brasil do século XX.

Outros autores optam por essa percepção ao tratar de sua trajetória e/ou produção intelectual, numa narrativa sequencial que apresenta a vida como um todo coerente. Um Sobral predestinado à defesa da justiça surge também nas páginas escritas por Scalercio (2014). A partir de depoimentos de amigos e familiares do biografado, o professor de história militar e econômica da PUC-Rio apresenta a projeção do advogado na vida pública graças a sua atuação profissional, cuja marca estaria presente desde suas origens, no interior de Minas Gerais:

Quando tinha apenas entre 11 e 12 anos de idade, estourou no Extremo Oriente a Guerra Russo-japonesa (1904-1905). A maior parte das pessoas que cercavam Heráclito e se interessavam pelo tema logo manifestou a preferência pelo Japão. Revelava uma natural predileção pelo mais fraco, o Japão, desafiando o gigante, a Rússia czarista. O garoto Heráclito, porém, não se deixou envolver pela tendência majoritária de uma torcida pró-nipônica. Declarou, peremptório e com o dedo já em riste, que, ao acompanhar o caso atentamente pela leitura dos jornais, era-lhe impossível apoiar o Império do Japão, já que este atacara a Rússia de surpresa, à traição, sem sequer uma declaração de guerra prévia. Segundo Sobral, seu pai e os amigos da família quedaram-se impressionados com sua capacidade de argumentação que era acompanhada por ardor e vibração.

Sobral contava também um caso ocorrido durante sua infância em Porto Novo do Cunha, que acentuou seu senso de justiça. Um dia, ao sair com a mãe até o quintal para apreciar a mangueira, testemunhou que um cidadão do lugarejo, que trabalhava como carroceiro, era levado preso, e os guardas o cobriam de pancadas. O carroceiro estava sendo detido porque, numa rixa, assassinara um jagunço que trabalhava para um grande mandatário estabelecido no lado do estado Rio de Janeiro. Heráclito, ao ver o carroceiro espancado, começou a bradar para os policiais, acusando-os de covardia e intimando-os a pararem de espancar o cidadão. Os policiais pararam para olhar. Quando perceberam que quem gritava com eles era apenas um fedelho, voltaram a arrastar o rapaz e a espancá-lo. No frígir dos ovos, não havia muito que o garoto Heráclito pudesse fazer. Porém, já com idade avançada, lembrava que aquele episódio do carroceiro covardemente espancado despertara-lhe um agudo senso de justiça, e que a Guerra Russo-japonesa revelara sua capacidade de argumentação (SCALERCIO, 2014, p. 23-24).

Esse e outros momentos da vida privada de Sobral emergiram por meio de fotos e depoimentos sobre a infância, os estudos, o casamento, os filhos, os netos, mas são trechos secundarizados diante do volume de páginas dedicadas aos seus posicionamentos políticos, suas práticas profissionais e relações com a Igreja e o laicato católico.

Goldman e Muaze (2010) desenvolveram um capítulo para compor obra acerca da trajetória de homens e mulheres que enfrentaram a Ditadura Militar de 1964 defendendo perseguidos políticos no Brasil, renunciando a honorários, em combate à injustiça. As autoras indicam alguns caminhos para a leitura do pensamento de Sobral Pinto, esboçando: sua atuação como agente construtor de memória; o perfil dos estudos a seu respeito no campo da história; sua inserção intelectual no laicato católico; e sua atuação profissional em defesa de presos políticos. Para isso, iniciaram suas análises a partir da percepção de uma “unidade celebrativa” (GOLDMAN; MUAZE, 2010, p. 14) em torno da figura de Sobral Pinto, levantando a primeira de uma série de questionamentos que lançam aos pesquisadores futuros: “Como o próprio Sobral Pinto interveio no trabalho de formalização dessa memória?” (GOLDMAN; MUAZE, 2010, p. 15). Conforme sugere o título do trabalho – *Sobral Pinto: uma memória em construção* –, assumem a tarefa de apresentar lacunas na produção historiográfica acerca do advogado fornecendo elementos acerca da trajetória do sujeito que abrem caminhos a outras pesquisas, como esta que apresento. Trazem informações sobre a atuação que teve em periódicos,

ressaltam o fato de ser lembrado como um homem epistolar e associam a luta do advogado a favor da liberdade e dos direitos humanos à filosofia humanista decorrente de sua devoção ao catolicismo. Tal filosofia seria a via pela qual caminhou ao defender comunistas e contestar ditaduras.

O outro estudo, de Pimentel Filho e Sekscenski (2021), também é um capítulo que compõe livro acerca de advogados. Mas, dessa vez, seriam aqueles ligados ao catolicismo e responsáveis por introduzir na legislação de seus países os princípios da fé professada por eles. Os autores traçam a trajetória de Sobral Pinto na defesa de presos políticos e a relação disto com os fundamentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas, em 1948. Dessa forma, pretendem demonstrar as contribuições da perspectiva religiosa no pensamento e na ação do jurista brasileiro e seus efeitos no desenvolvimento do Direito na América Latina.

Tanto Goldman e Muaze (2010) quanto Pimentel Filho e Sekscenski (2021) trataram a trajetória do sujeito ligada a situações sociais concretas, configuradoras de formas que permitem uma compreensão da realidade vivida por ele. A partir dessas situações, Pimentel Filho e Sekscenski (2021) fizeram um esforço no sentido de compreender as bases filosóficas do catolicismo que orientavam o advogado. Pereira (2020) fez movimento semelhante, porém perseguiu a percepção de Sobral Pinto sobre Justiça, valorizando a base liberal de seu pensamento, uma vez que seu foco é analisar o conceito de poder moderador a partir das ideias de quatro juristas liberais brasileiros: Aliomar Baleeiro, Afonso Arinos de Melo Franco, Victor Nunes Leal e Heráclito Fontoura Sobral Pinto.

Por fim, há os trabalhos desenvolvidos nas áreas de Direito Penal, Ciência Política, Linguística e Teoria Literária dedicados à análise de parte da produção escrita de Sobral Pinto. Habib (2008), Neves (2013) e Garcia (2012) questionaram cartas e/ou peças jurídicas com o objetivo de compreender a construção de argumentos em casos nos quais atuou como advogado. O foco de Habib (2008) está na análise de uma carta-protesto do advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto ao então Presidente da República Arthur da Costa e Silva, no contexto da Ditadura Militar de 1968, numa proposta de se observar a constituição dos *ethé* do enunciador¹⁹ da carta como peça essencialmente argumentativa. O de Neves (2013), em estudar as estratégias argumentativas desenvolvidas na elaboração do conjunto de documentos que compõem a defesa

¹⁹ O *ethos* do enunciador não é apenas uma questão de quem ele é como indivíduo, mas como essa identidade é construída, comunicada e percebida através de seu discurso. É uma ferramenta retórica fundamental que ajuda a estabelecer uma conexão com o público, persuadindo-o através da projeção de uma imagem confiável e autorizada. Por compreender que Sobral Pinto articulava identidades distintas – falava como cidadão e falava como jurista ao dirigir-se ao presidente da República – aplica o termo no plural: *ethé*.

de Harry Berger, famosa pelo recurso à lei de proteção aos animais para garantir integridade física e mental ao preso político acusado de planejar e tentar executar uma revolução comunista no país, em 1935. Esses autores se utilizam do arcabouço teórico linguístico para compreender a construção do discurso de Sobral Pinto nesses dois momentos históricos. Já Garcia (2012), a partir do olhar do Direito, lança foco sobre o mesmo acontecimento, mas com o objetivo de compreender o papel do advogado na defesa do Estado de Direito, por isso esteve atento aos recursos utilizados por Sobral para contestar as determinações judiciais do período Vargas, descrevendo suas defesas como paradigma ético e profissional para a advocacia brasileira.

Mas o advogado e intelectual católico não é o único intelectual católico vitalista estudado nas áreas em destaque no Quadro 1. Realizando nova pesquisa com vistas a elaborar um panorama de Teses e Dissertações que abordam sujeitos que compartilhavam espaços de sociabilidade com Sobral e/ou do mesmo grupo geracional, acessei os sítios eletrônicos do *Banco de Teses e Dissertações CAPES* e na *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* utilizando os seguintes termos de busca: ‘intelectual católico’, ‘Centro Dom Vital’ e ‘A Ordem’. Na área de História pude identificar dois eixos de abordagem, um deles mais voltado às especificidades da História como disciplina escolar, envolvendo a produção de livros, filmes educativos e prática docente e, neste caso, o grande nome em destaque é o de Jonathas Serrano; no outro eixo predominam estudos na chave da história de intelectuais, com o objetivo de compreender estratégias de atuação no meio cultural, político e social, por isto estão atentos aos momentos de maior ou menor cooperação da Igreja Católica com governos e pensamentos autoritários.

Em movimentos semelhantes estão as pesquisas interessadas em intelectuais ligados à teologia da libertação. Por isso, as fontes mais utilizadas são os jornais de grande circulação e as revistas católicas, com grande destaque para *A Ordem*, presente na quase totalidade dos trabalhos consultados. Das cerca de trinta Teses e Dissertações em História localizadas, pelo menos um terço tem como sujeito em destaque Alceu Amoroso Lima, mas há também aqueles

sobre Padre Leonel Franca²⁰ e Gustavo Corção²¹, além dos dedicadas a representantes do núcleo mais progressista da Igreja Católica, como Leonardo Boff²², Frei Betto²³ e D. Pedro

²⁰ Padre Leonel Edgar da Silveira Franca, S. J., nascido em 6 de janeiro de 1893 em São Gabriel, Rio Grande do Sul, foi uma figura emblemática no catolicismo brasileiro e na educação. Após uma formação extensiva em Filosofia e Teologia em Roma, Padre Franca retornou ao Brasil, onde assumiu um papéis importantes no CDV e PUC-Rio. No CDV, contribuiu para o diálogo e a expansão da influência católica na educação e na cultura brasileira, além de participar ativamente da fundação da Ação Universitária Católica. Como primeiro reitor da PUC-Rio, dedicou-se à expansão e ao fortalecimento da instituição desde a sua autorização governamental em 1940 até sua morte em 3 de setembro de 1948, no Rio de Janeiro. Seu legado inclui não apenas o avanço educacional, mas também uma vasta obra literária que aborda temas religiosos e educacionais, refletindo sua dedicação ao ensino e à fé católica. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/70anos/perfis/galeria-dos-reitores/padre-leonel-edgar-da-silveira-franca-sj-1940-1948.html>. Acesso em: 12 maio 2024.

²¹ Gustavo Corção (1876-1978), nascido em 17 de dezembro de 1876, no Rio de Janeiro, foi engenheiro, professor e escritor brasileiro, cuja obra se distinguiu especialmente no âmbito do catolicismo. Após uma carreira inicial focada na engenharia e nas telecomunicações, Corção fez uma virada para a escrita, onde sua conversão religiosa, narrada em *A Descoberta do Outro* (1944), se destaca como testemunho de sua fé. A conversão ao catolicismo marcou não só sua trajetória pessoal, mas sua produção literária, que explorou temas como a crise da filosofia ocidental e a teologia, exemplificados em obras como *Dois Amores e Duas Cidades* (1967) e *O Século do Nada* (1973). Corção foi um dos principais articuladores do Centro Dom Vital e, após desentendimentos com Alceu Amoroso Lima, fundou em 1968 a revista *Permanência*, um marco em sua carreira e no pensamento católico brasileiro. Sua única obra de ficção, *Lições do Abismo* (1950), foi internacionalmente reconhecida e premiada pela UNESCO. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/intelectuais-brasileiros-gustavo-corcao-onde-tudo-e-amor/>. Acesso em: 12 maio 2024.

²² Nascido em Concórdia, em 1938, é um teólogo e escritor influente, conhecido por sua contribuição fundamental à Teologia da Libertação. Formado em filosofia e teologia, Boff completou seu doutorado na Universidade de Munique, na Alemanha, em 1970. Como um dos pioneiros dessa corrente teológica, suas obras, como *Jesus Cristo libertador* (1972) e *Igreja, carisma e poder* (1981), desafiaram a abordagem tradicional da Igreja Católica em relação aos oprimidos e à justiça social. Suas ideias o levaram a ser processado em 1984 pela Sagrada Congregação para a Defesa da Fé, resultando em uma condenação a um ano de silêncio obrigatório e à perda de suas funções magisteriais e editoriais em 1985. Embora a penalidade tenha sido suspensa em 1986, devido à pressão internacional, a contínua tensão com o Vaticano levou Boff a renunciar ao sacerdócio em 1992. Apesar desses desafios, Leonardo Boff continua a ser uma voz importante na discussão de questões de fé, ética e justiça social, mantendo-se ativo como autor e conferencista. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-boff-leonardo>.

²³ Carlos Alberto Libânio Christo, conhecido como Frei Betto, nasceu em 25 de agosto de 1944, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Frade dominicano, adepto da Teologia da Libertação, Frei Betto foi militante na luta contra a ditadura militar no Brasil e serviu como assessor especial de Luiz Inácio Lula da Silva e coordenador de Mobilização Social do programa Fome Zero. Começou sua trajetória na Juventude Estudantil Católica, tornando-se presidente em 1963. Durante a ditadura, foi preso por seu apoio ao grupo armado Aliança Libertadora Nacional, liderado por Carlos Marighella, e passou quatro anos na cadeia. Após sua libertação, dedicou-se às Comunidades Eclesiais de Base e à Pastoral Operária, contribuindo para os movimentos sociais e operários, especialmente nas greves do ABC paulista nos anos 70 e 80. Em 2003, assumiu funções no governo Lula e na Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, atuando como mediador entre a Igreja e o Estado e apoiando governos socialistas na América Latina. Disponível em: <https://neamp.pucsp.br/liderancas/carlos-alberto-libanio-christo>. Acesso em 12 maio 2024.

Casaldáliga²⁴, Bispo da Prelazia de São Félix, pertencente à Província Eclesiástica de Cuiabá²⁵.

Distinguem-se, entretanto, a pesquisa de Silva (2004), por ter como objeto a correspondência de Alceu Amoroso Lima por meio da qual propõe a compreensão da sociabilidade intelectual católica entre os anos de 1928 e 1945, e de Moura (2015) que, ao analisar documentos oficiais do Vaticano, a correspondência de eclesiásticos e de intelectuais católicos, além de impressos periódicos católicos, investigou as interações entre intelectuais no ambiente luso-brasileiro de 1910 a 1942, destacando as sinergias nos esforços de recatolização empreendidos nessas nações. Assim, Moura (2015) identificou redes de colaboração que foram fundamentais para o crescimento de um movimento global liderado pela Cúria Romana e pode explorar como as práticas dos intelectuais católicos e as políticas brasileiras influenciaram e orientaram os esforços de recristianização em Portugal.

Nas Letras, mais especificamente na área de Estudos Literários, são explorados romances, poemas, prosas poéticas, textos dramáticos, ensaios e necrológios, produzidos por literatos católicos, como Murilo Mendes²⁶, Alceu Amoroso Lima e Georges Bernanos²⁷, em busca de representações acerca do sagrado, da morte, da religião na diversidade estética da

²⁴ Pedro Casaldáliga, nascido em fevereiro de 1928 em Balsareny, Espanha, tornou-se bispo de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, em 1971, após ser ordenado sacerdote, em 1952, em Montjuïc, Barcelona. No Brasil, ele enfrentou a opressão de latifundiários e a pobreza extrema, o que o levou a adotar a Teologia da Libertação. Sua obra *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e Marginalização Social* reflete seu compromisso com a justiça social. Casaldáliga também cofundou o Conselho Indígena Missionário e a Comissão Pastoral da Terra, destacando-se na defesa dos direitos indígenas e dos trabalhadores rurais. Disponível em: <https://fperecasaldaliga.org/pt-br/pedro-casaldaliga-biografia/>. Acesso em 12 maio 2024.

²⁵ Entre as Teses e Dissertações mais recentes da área, destaco: SILVA, Gabriel Icaro da. *Entre a cruz e o sigma: o integralismo de Plínio Salgado interpretado pela sociologia católica de Alceu Amoroso Lima (1932-1937)*, s/p. Mestrado em História Instituição de Ensino: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022. FABRICIO, Edison Lucas. *A fé na educação: a trajetória, a obra e o "apostolado intelectual" do Pe. Leonel Franca (1893-1948)*, 427 f. Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?po pup=true&id_trabalho=7642365. Acesso em: 02 maio 2024.

²⁶ Murilo Monteiro Mendes (1901-1975) foi um poeta, prosador e crítico de artes plásticas nascido em Juiz de Fora, Minas Gerais. Desde cedo, demonstrou uma profunda conexão com as artes, uma jornada que incluiu uma fuga aos 16 anos para assistir à apresentação de Vaslav Nijinski no Rio de Janeiro. Após a morte de seu amigo, o pintor e poeta Ismael Nery, em 1934, Murilo converteu-se ao catolicismo, uma mudança que gera profunda influência em sua obra posterior. Casou-se em 1947 com Maria da Saudade Cortesão, filha do exilado historiador português Jaime Cortesão, e durante sua estada na Europa entre 1952 e 1956, fixou residência na Itália onde lecionou cultura brasileira na Universidade de Roma. Murilo Mendes morreu em Lisboa, Portugal, em 1975, deixando um legado literário que inclui um importante acervo de arte contemporânea, hoje parte do Museu de Arte Murilo Mendes em sua cidade natal. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21981/murilo-mendes>. Acesso em: 12 maio 2024.

²⁷ O escritor francês católico e monarquista viveu no Brasil entre os anos de 1938 e 1945, e teve em seu rol de amigos Henrique José Hargreaves, Sobral Pinto e Alceu. Sobre sua produção literária, cf. LIGNANI, Cassio Oliveira. *Tédio, morte e santidade nas obras 'Sob o Sol de Satã' e 'Diário de um pároco de aldeia', de Georges Bernanos*, 153 f. Doutorado em Estudos Literários. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?po pup=true&id_trabalho=11080995.

literatura católica²⁸.

Em Ciência Política há a já clássica Tese de Paula (2007)²⁹, tornada livro em 2015. A autora aborda o catolicismo, conservadorismo e reacionarismo no Brasil através da figura do já citado Gustavo Corção, um destacado e controverso leigo católico que viveu no Rio de Janeiro de 1896 a 1978. Baseando-se nas crônicas publicadas por Corção nos jornais nos quais teve espaço fixo, *Diário de Notícias* e *O Globo*, entre 1950 e 1970, a obra analisa a interação entre o contexto histórico e o pensamento político do autor. Corção, que priorizava sua fé católica antes de sua identidade intelectual, é retratado no livro como um exemplo significativo do conservadorismo e reacionarismo em seu tempo e espaço.

Assim como nas outras áreas de conhecimento citadas, na Educação, quando se trata de intelectuais católicos, predominam entre os estudos mais recentes aqueles dedicados a personalidades que fizeram parte do CDV e deixaram suas contribuições registradas em livros e na imprensa periódica pedagógica. E de forma análoga ao que ocorre na área de História, é possível perceber predileções no perfil do pesquisado conforme o eixo de abordagem acerca da educação. Quando está em pauta a educação no ambiente escolar, Jonathas Serrano³⁰ aparece em destaque, seguido dos recentes estudos acerca de Theobaldo Miranda Santos³¹ e as bases de

²⁸ Além do estudo acerca da produção literária de Bernanos no Brasil citado na nota 27, destaco: JUNIOR, Edson Munck. *As representações do sagrado em Tempo e Eternidade, de Murilo Mendes*, 80 f. Mestrado em Letras: Estudos Literários. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=377614. Acesso em 02 maio 2024. OLIVEIRA, Leonardo Davila de. *Ordenar o espiritual: letras e periodismo católico no Brasil (1928-1945)*, 642 f. Doutorado em Literatura. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2373145. Acesso em 02 maio 2024.

²⁹ Na mesma área, localizei Dissertação de Mestrado defendida por Flávio André Rodrigues Barbosa, intitulada *O sanatório das almas. Reação católica e radicalização política na década de 1930 no discurso de Jonathas Serrano*, no ano de 2011, na Universidade Federal Fluminense. Porém não obtive êxito na tentativa de acessar seu conteúdo.

³⁰ Entre os estudos mais recente está a Tese de Doutorado em Educação defendida por Maria Helena Cicci, em 2020, intitulada *Jonathas Serrano em 1932: um escolanovista católico em meio às polêmicas educacionais de seu tempo*.

³¹ Nascido em 22 de junho de 1904 em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, foi um educador influente e defensor da educação católica no Brasil. Formado em Farmácia, Odontologia e Medicina Veterinária pelo Colégio Gramberry em Juiz de Fora, MG, se destacou principalmente no campo da educação e do ensino. Após iniciar sua carreira docente em Manhauçu, MG, retornou a Campos onde lecionou e dirigiu o Liceu de Humanidades, além de ser catedrático na Escola Superior de Agricultura e Veterinária e na Faculdade de Farmácia e Odontologia. Durante a década de 1930, aproximou-se da Educação Católica, uma corrente que promovia uma abordagem religiosa e conservadora em oposição aos escolanovistas liderados por Anísio Teixeira. Contribuiu ativamente para a Ação Católica e o CDV, escrevendo sobre educação religiosa e conservadora em periódicos como *A Ordem* e *O Lar Católico*. Em 1938, transferiu-se para Niterói, lecionando no Instituto de Educação e na Universidade do Distrito Federal, e foi catedrático de Filosofia e História da Educação na PUC. Também atuou na administração pública, reformulando o ensino técnico no Distrito Federal e dirigindo vários departamentos educacionais. Faleceu em 21 de março de 1971, no Rio de Janeiro. Disponível

sua concepção de Filosofia da Educação. As atuações desses educadores estão sendo investigadas a partir de suas produções intelectuais notadamente em periódicos pedagógicos e culturais, artigos e livros caracterizados como manuais pedagógicos.

Entretanto, é necessário ressaltar que o perfil de intelectual católico vem sendo matizado pela presença feminina, com a inclusão de nomes como os de Alba Cañizares do Nascimento³², Ofélia Bossoin Cardoso³³, Alzira Lopes³⁴, mulheres estudadas por Silva (2021) e David (2019; 2022) durante o Mestrado e o Doutorado, respectivamente. Um esforço ao qual Orlando (2021) qualificou como essencial para aprofundar o entendimento sobre como as mulheres contribuíram para a criação de conhecimento, pois suas experiências incluíram estudar, viajar, interagir com diversas culturas, desenvolver saberes e desempenhar um papel ativo na evolução do pensamento educacional e na estruturação social. Para além disso, as pesquisas de David (2019; 2022) retomam uma certa perspectiva sobre a educação que ultrapassa os limites dos muros de escolas e universidades, ampliando as dimensões das ações pedagógicas sobre a juventude, a família, a sociedade enfim. E é nessa perspectiva que proponho um olhar sobre as

em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/santos-teobaldo-de-miranda/>. Acesso em 12 maio 2024.

³² Nascida em 11 de maio de 1893, no Rio de Janeiro, foi uma educadora e filósofa brasileira. Graduou-se em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e lecionou psicologia no Instituto de Educação e na Escola Normal Venceslau Brás. Membro da Academia Brasileira Feminina de Letras e da Academia Carioca de Letras, Alba foi uma defensora dos preceitos da Igreja Católica, participando ativamente do Conselho Arquidiocesano de Ensino Religioso. Faleceu em 15 de março de 1944. Cf. SILVA, Anna Clara Granado. *Alba Cañizares do Nascimento: Professora e feminista católica da Primeira República*. 146 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense, 2021. Sobre a mesma intelectual há o artigo intitulado *Em prol de uma política educativa continental: a educadora Alba Cañizares do Nascimento em viagem ao Uruguai e Argentina*, que, segundo as autoras, Mignot e Albuquerque Varella (2023), trata da atuação da então Superintendente de Educação Elementar do Departamento de Educação do Distrito Federal ao representar os interesses do país em promover sua modernização por meio da educação, impelindo-a na busca por laços mais estreitos, circulação de novos modelos pedagógicos e estimular um discurso de paz.

³³ Ofélia Boisson Cardoso foi uma educadora brasileira que se destacou na área da educação familiar. Autora do livro *Problemas da Adolescência*, publicado em 1961, ela explorou temas relacionados à adolescência, educação e família, sob uma perspectiva influenciada pelos valores cristãos, particularmente católicos. Sua obra, que faz parte da Coleção Biblioteca de Educação dirigida por Lourenço Filho, teve significativa repercussão e contribuiu para o debate educacional no Brasil. Cf. DAVID, Henllyger Estevam. *Ofélia Boisson Cardoso: uma intelectual a serviço da psicologia da educação no Brasil e a presença da educação familiar e moral católica em seus livros*. 172 f. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2019. ORLANDO, Evelyn A.; DAVID, Henllyger E. A educação das famílias por Ofélia Boisson Cardoso: uma leitura da obra *Problemas da Adolescência*. *Revista Teias*, v. 22, n. 64, 2021, p. 285-299. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v22n64/1518-5370-tei-22-64-0285.pdf>. Acesso em: 12 maio 2024.

³⁴ Alzira Camargo Lopes foi uma educadora brasileira, conhecida por sua dedicação à educação familiar através de sua atuação na Escola de Pais do Brasil. Entre 1987 e 1994, ela publicou uma série de obras que se tornaram referências no campo, como *Pais educando para os anos 2000*, *Como ter um filho sadio e feliz*, *Casa de pais, escola de filhos* e *Como viver feliz os 100 anos*. Estes livros, que abordam a educação dos filhos e a gestão da vida familiar, refletem seu compromisso com a integração dos princípios católicos às práticas educativas modernas. Alzira Lopes utilizou seu papel na Escola de Pais para influenciar e moldar as abordagens de educação familiar no Brasil, combinando sua visão pedagógica com sua capacidade de articulação cultural e intelectual. Cf. DAVID, Henllyger Estevam. *Alzira Lopes: uma trajetória intelectual voltada para a educação das famílias (1963 - 1993)*. 172 f. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2022.

lições de Sobral Pinto, um sujeito com fortes raízes fincadas no exercício da advocacia e com uma compreensão tão profunda quanto acerca de seu papel como educador da juventude, função que procurou executar diariamente, tendo como metodologia principal, como dito anteriormente, educar pelo exemplo.

Embora alguns dos trabalhos acerca de Sobral façam referências à influência do pensamento católico na vida do famoso advogado, centram-se em sua atuação profissional, negligenciando suas práticas de formação e, de certo modo, homogeneizando o grupo intelectual a que pertenceu. Essa abordagem colabora, inclusive, para a construção de uma representação de Sobral Pinto como verdadeiro paladino: cavaleiro solitário que provava sua valentia e sua fidelidade aos princípios da justiça por meio da defesa dos oprimidos (PALADINO, 2015), alguém a frente ou superior ao seu próprio tempo. Visão, essa, que minimiza, ou mesmo deturpa, as articulações do sujeito com seus pares, com a sociedade, com as variáveis culturais, aspectos que passam à centralidade no presente estudo, conforme preconizam Gomes e Hansen (2016).

Em poder dos livros publicados nos anos de 1977 e 1979, lancei foco na localização de sua correspondência ativa e passiva. Entrei em contato com o CDV a fim de agendar uma consulta ao acervo local. Lá fui informada que toda a documentação pessoal de Sobral Pinto estava sob a guarda de seu neto, o Dr. Roberto Sobral Pinto Ribeiro, que, gentilmente se dispôs a me atender. Em nossas conversas via telefone, guiou-me por alguns caminhos que permitiriam a elaboração dos primeiros esboços das redes de sociabilidade de seu avô e a execução dos primeiros passos em buscas de documentação.

Entre a visita ao CDV e o primeiro contato com Dr. Roberto, fui informada de haver um grande volume de cartas trocadas entre Sobral Pinto e Henrique José Hargreaves no arquivo pessoal deste intelectual juizforano. Ao chegar lá, fui invadida por um “dilúvio” de informações tal qual Anglès (1986 *apud* SIRINELLI, 2003) quando teve em mãos o grande volume epistolar acumulado por um grupo de intelectuais franceses. Cerca de duas grandes gavetas de arquivo repletas de pastas meticulosamente organizadas por Hargreaves, respeitando o fluxo da correspondência e mantendo unidos às cartas principais boa parte dos documentos que as acompanhavam – os mais comuns eram recortes de jornais e cópias de cartas de terceiros. Na ausência de um sistema de localização arquivístico, essa organização foi fundamental para manter minimamente preservados meus sentidos de pesquisadora.

Poucos meses depois, estávamos já sob as privações decorrentes da pandemia de COVID-19. Então retomei contatos virtuais com as casas de guarda sugeridas por Dr. Roberto. Enviei e-mail ao IMS pois havia me informado que esta instituição recebera, em 2018, a

correspondência ativa de Sobral Pinto – a correspondência passiva anotações e pastas estavam inacessíveis. A documentação, ainda em fase de tratamento, não pode ser consultada, entretanto, havia no arquivo pessoal de Otto Lara Resende algumas cartas remetidas a ele por Sobral Pinto. Procurei também a localização do acervo do extinto Centro de Memória Sobral Pinto, criado nas dependências da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro, agora fazendo parte das coleções que compõem o Museu da Justiça do Rio, que disponibilizou seu catálogo online para que eu pudesse conhecer e selecionar os materiais de meu interesse. Ali acessei depoimento de ex-alunos e amigos de profissão. Apesar de não atenderem à proposta deste estudo, foram importantes para que eu pudesse ter alguma referência de Sobral Pinto como professor, face até então desconhecida por mim.

Com base nessas impressões, entrei em contato com o Núcleo de Memória da PUC. Buscava por ementas, palestras, cursos especiais, anotações de aula, enfim documentos que pudessem ajudar a me aprofundar no assunto. Recebi como resposta algumas fotografias que registraram a participação do advogado em solenidades de aniversário da instituição e na que conferiu a ele e a D. Hélder Câmara título de Doutor *Honoris Causa*.

Entraram também no roteiro das instituições cuja visita era indispensável à Biblioteca Nacional (BN) e o Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade (CAALL). A primeira, por guardar o arquivo pessoal de Gustavo Corção, amigo de longa data que, a partir da década de 1960, converteu-se em um grande opositor, colecionando em suas pastas pessoais indícios de verdadeiras batalhas travadas com Sobral Pinto e revelando seu interesse em acompanhar os passos de seu oponente colecionando recortes de entrevistas que dava e de artigos que evidenciavam ideias e métodos de ação do advogado católico. Quanto ao CAALL, por conter a correspondência ativa e passiva de Alceu Amoroso Lima, com quem cultivava “a amizade sincera e leal”³⁵ e por quem declarava toda a gratidão pelas contribuições como intelectual de referência aos membros do CDV e pela honra da amizade.

Com os documentos consultados organizados de acordo com tipologia, data, assunto, materialidade, em planilha pude aplicar inúmeras combinações de filtragem que me permitiram entrecruzar um grande volume de informações de maneira a dar maior concretude a uma abordagem que quer pôr em destaque o papel de educador da juventude assumido por Sobral e os processos por meio dos quais elaborou suas ‘lições’. Essa inclusive, foi a lacuna ou o silêncio que gritou aos meus olhos a partir do mapeamento dos estudos acadêmicos já feitos acerca de

³⁵ Expressão devotada por Sobral Pinto a Alceu Amoroso Lima ao despedir-se ao fim de algumas das missivas que lhe destinava.

Sobral Pinto.

Inimigo declarado do comunismo, Sobral Pinto se dispôs a lutar pelos direitos de comunistas que defendeu ao longo de sua carreira no Direito. Ancorado nos preceitos da Justiça e do catolicismo, se tornou referência na defesa dos direitos humanos. Limitado por princípios éticos, perseguiu um “objetivo mais elevado”, superando “paixões tenebrosas”, simbolizando “nossa capacidade de controle do selvagem irracional dentro de nós” (CAMPBELL, 1990, p. 134 e 8).

Mas, como se deu o processo de elaboração dessa imagem de Sobral Pinto? Quais interesses ou contextos envolveram esse processo? Ele havia firmado compromisso com a ação educadora da juventude católica quando aderiu à Ação Católica e tinha nas salas de aula das faculdades onde lecionou o *locus* de efetivação de sua prática. Contudo, seu tablado ultrapassava esses espaços. Sua ação educadora se dava nos tribunais, na imprensa, na correspondência que trocava com amigos, familiares, opositores e, por vezes, publicizou em periódicos e livros. Parto da premissa que as defesas de Prestes e Berger foram as grandes lições desse que teve a sociedade como aprendiz.

A partir de tal premissa, questiono-me acerca das motivações que o levaram a assumir a defesa do principal nome do comunismo brasileiro: Luís Carlos Prestes. Quais conflitos e acordos envolveram essa ação? Quais usos pedagógicos disso na prática de Sobral Pinto? Qual o lugar de seu legado na atualidade? Qual o lugar dos amigos com os quais acostumou-se a dividir tudo de bom ou ruim sobre sua vida nessa construção? O que a correspondência publicizada em livros e a guardada pelo seletto grupo pode revelar sobre todas essas questões? Ainda que não me proponha a responder a todas essas questões, elas me permitiram perceber caminhos por meio dos quais poderia seguir nesta investigação. Inclusive, reflexões acerca dessas perguntas estão registradas nesta Tese organizada em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “*Uma coisa é ser escritor; outra, aquele que escreve*”: *lições que convertem o mundo*, tem o objetivo de compreender as bases sobre as quais Sobral Pinto desenvolveu uma imagem de si. Por isso foi importante ressaltar sua trajetória como advogado, as adesões e as distensões experimentadas no decurso de seu exercício profissional nos variados espaços sociais frequentados por ele, dentre os quais se destacam os questionamentos oriundos de sua irmã, Natalina, e de seu amigo e referência intelectual, Alceu Amoroso Lima. Tem destaque o conjunto documental reunido em seus livros *Lições de Liberdade* (1977) e *Por que defendo os comunistas* (1979), ambos bem recepcionados pela imprensa, em especial o primeiro deles, rendendo-lhe o troféu Juca Pato de Intelectual do Ano, indicando a necessidade de compreender como foi recepcionado pelo microcosmo formado por

seus amigos mais íntimos.

Pela proposta do capítulo e pela natureza das fontes baseei-me em estudos acerca da história política do Brasil e da Igreja Católica nos períodos da ditadura civil-militar implementada no país a partir de 1964 e da redemocratização. E adentrei discussões teórico-metodológicas acerca da trajetória intelectual do advogado católico alicerçada em Sirinelli (2003), das especificidades da escrita epistolar, uma vez que sua prática “só existe em função de um outro, para quem se enuncia uma fala e de quem se aguarda resposta” (VENANCIO, 2001, p. 24), portanto uma interação recíproca. As cartas possuem naturezas “ao mesmo tempo íntimas e públicas, pessoais e relacionais”, permitindo assim a interpretação e compreensão de um indivíduo por meio de sua escrita. Mesmo parecendo triviais, esses documentos, conforme apontam Mignot e Cunha (2006, p. 43), “iluminam posicionamentos políticos, redes de sociabilidade e espaços de legitimação”.

No capítulo dois, “*Desculpe o calor desta carta*”: *entre críticas e reconhecimento*, com o objetivo de matizar as visões acerca de Sobral Pinto priorizo cartas inéditas que expõem fragilidades, desentendimentos e afastamentos decorrentes de divergências de opiniões e conflitos de personalidade. Para isso, foi preciso estar atenta às entrelinhas, aos silêncios, ausências e marcas da leitura deixadas pelos destinatários das missivas do advogado. Aqui ganham destaque os documentos consultados no CAALL e na BN. Neste capítulo, também há uma pausa para o cinema, por meio de um convite feito pelo cineasta Tuna Espinheira ao produzir um documentário biográfico autorizado que acaba por desencadear um interessante debate acerca das contribuições de Sobral Pinto à sociedade brasileira na sessão de Cartas dos Leitores, no *Jornal do Brasil*. Por isso, faço o chamamento a autores que discutem filmografia e operacionalizo a noção de geração (SIRINELLI, 2003) para compreender a segmentação dos herdeiros de Jackson de Figueiredo.

As cartas de desafetos destinadas a Sobral Pinto e compartilhadas por ele entre amigos mais próximos, ao tempo em que trazem olhares e opiniões dissonantes dos expressos por Espinheira, Távora e Lara Resende permitem outros questionamentos acerca dos motivos que levavam o intelectual católico a divulgá-las mesmo que no interior de um grupo seletivo. Distribuído entre os amigos, o exemplar da carta não se configurava em mera participação dos últimos acontecimentos, pois a partir dele um fluxo de mensagens cruzadas surgia ou era intensificado com comentários, informações, solidariedades. E perceber esses momentos de intensificação de trocas entre Sobral e seus amigos levou-me a uma busca por indícios por meio dos quais fosse possível identificar ao menos parte do processo de sua formação como educador social.

A partir disso, inicia-se o Capítulo 3, “*Agradeço a carta que servirá à história das ideias do Brasil*”: *conversações entre intelectuais*, no qual perscruto a relevância dos laços de amizade na constituição de Sobral Pinto como intelectual. Ganham centralidade os documentos coletados no MAPRO, ou seja, a correspondência ativa e passiva de Hargreaves pela qual acompanho o fluxo do cartear em que se destaca o volume de cartas destinadas a terceiros. Expondo suas inquietações ao amigo recebe em troca orientações e apoio quase incondicional em debates acerca de noções fundamentais da Doutrina Social da Igreja, da qual ambos eram adeptos e julgavam necessário proteger tanto dos “desvios à direita quanto à esquerda”, conforme orientara Pio XII em discurso aos católicos de Viena, em 1952. Há, inclusive, o mesmo cuidado sobre das missivas publicizadas em *Lições de liberdade* (1977) e *Por que defendo os comunistas* (1979) e de onde emerge uma persistente preocupação com a juventude, em especial, a juventude católica. Ressaltando em momentos diversos seu compromisso com esse segmento da sociedade, Sobral recusava convites a festas e encontros com personalidades que pudessem levar a qualquer tipo de confusão quanto aos valores representados pelo intelectual católico.

Pela natureza das fontes e sua representatividade na construção e fortalecimento de vínculos de amizade, tenho como aporte teórico-metodológico Aymard (2009). Tratando-se de cartas guardadas ao longo da vida desses intelectuais por eles mesmo, questões como motivações para preservar, descartar, publicizar escritas de si, Mignot (2000) traz contribuições para refletir acerca de objetos autobiográficos e Venancio (2002), sobre intercâmbios e práticas de correspondência de intelectuais.

Conforme assinalado anteriormente, Sobral tinha uma preocupação específica em proteger a juventude católica dos possíveis desvios de valores e mal-entendidos que poderiam surgir em contextos sociais menos controlados. Ele procurava garantir que os jovens permanecessem alinhados com os princípios da Doutrina Social da Igreja e evitava expô-los a situações que pudessem confundir ou comprometer esses valores. Tal preocupação passou a atingi-lo também frente à qualidade das ideias que circulavam no ambiente considerado o principal formador do intelecto dos jovens: a universidade. Por isso, as falas direcionadas aos estudantes passam a palco de atuação de Sobral Pinto e, conseqüentemente, ponto de interesse para o capítulo final da Tese: “*Não devo, não posso, não quero associá-lo à minha ação educadora da juventude católica*”: *em defesa da cultura católica*.

O objetivo do quarto capítulo é examinar suas práticas educativas no espaço universitário, onde atuou por quase quarenta anos como professor do curso de Direito. Dessa forma, percorro discursos que proferiu em aulas magnas, cerimônias de formatura e palestras

em busca de nuances, permanências e rupturas, na fala dirigida aos estudantes que ocupavam as salas das universidades entre as décadas de 1970 e 1980. Alguns deles registrados nas cartas compartilhadas com amigos, outros publicizados em seus livros.

Com a estrutura descrita, cabe destacar que neste estudo é evidenciado não só um conjunto documental até então inexplorado, mas como a correspondência trocada com Alceu Amoroso Lima e Henrique José Hargreaves moldaram a imagem de Sobral Pinto como um intelectual comprometido e profundamente entrelaçado com questões ligadas à política, justiça e religião. Ao buscar rastros do processo de formação e autoformação no diálogo contínuo entre o indivíduo e seus pares estabelecido na troca epistolar, a investigação permite uma demonstração da forma como ele articulava seus pensamentos e posições diante de temáticas candentes em seu tempo, e em nosso, como fortalecimento da democracia e respeito aos direitos humanos, porém pela chave de uma cultura católica fortalecida pela ação da Igreja e do laicato em setores que, ao fim e ao cabo, visava a formação de uma elite letrada, atuante e católica. Usando a correspondência também como espaço de formação e autoformação, refletido num contínuo diálogo entre o indivíduo e seus pares.

Além disso, ao lançar luz sobre cartas trocadas intensamente entre amigos tão íntimos, o estudo proporciona um olhar mais detido sobre a interação entre a vida pessoal e a atividade intelectual de Sobral Pinto, revelando como essas epístolas serviram como um espaço para amadurecimento de pensamento, falas e ações que o consagraram como modelo para a advocacia e para a sociedade democrática: são as lições de liberdade e fé nas linhas traçadas por este homem epistolar.

1 “UMA COISA É SER ESCRITOR; OUTRA, AQUELE QUE ESCREVE”: LIÇÕES QUE CONVERTEM O MUNDO

Não diz Cristo: saiu a semear o semeador, senão, saiu a semear o que semeia: *Ecce exiit, qui seminat, seminare*. Entre o semeador e o que semeia há muita diferença. Uma coisa é o soldado e outra coisa o que peleja; uma coisa é o governador e outra o que governa. Da mesma maneira, uma coisa é o semeador e outra o que semeia; uma coisa é o pregador e outra o que prega. O semeador e o pregador é nome; o que semeia e o que prega é ação; e as ações são as que dão o ser ao pregador. Ter o nome de pregador, ou ser pregador de nome, não importa nada; as ações, a vida, o exemplo, as obras, são as que convertem o Mundo. O melhor conceito que o pregador leva ao púlpito, qual cuidais que é? – o conceito que de sua vida têm os ouvintes

Padre Antônio Vieira, 1655.

Dedicado a explorar as bases sobre as quais Sobral Pinto construiu sua imagem pública, o foco principal deste Capítulo está em compreender de que maneira suas ações e escritos ajudaram a amalgamar uma figura muitas vezes interpretada como a personificação da coragem, inteligência e ética até os dias de hoje. A partir disso, em consonância com a perspectiva de Sirinelli (2003), os caminhos percorridos e as escolhas realizadas pelo advogado e intelectual católico durante os períodos da ditadura civil-militar e da redemocratização no Brasil, passam a receber um olhar mais detido com a finalidade de se interpretar as estratégias adotadas por ele que acabaram por influenciar sua trajetória intelectual.

Sirinelli (2003) indica que além das estratégias, outros elementos também são importantes na definição dos itinerários intelectuais tais como as experiências pessoais, o ambiente histórico e político no qual o sujeito está inserido, as relações pessoais, profissionais e intelectuais estabelecidas ao longo de sua vida e os eventos marcantes que podem ter impacto

nas escolhas e nos rumos tomados pelo intelectual em seu itinerário.

Inspirada nas palavras de Padre Antônio Vieira (1655), que distinguia entre o nome e a ação ao dizer que "uma coisa é o pregador e outra o que prega" (p. 16), busco os elementos sob os quais as distâncias entre a autopercepção de Sobral Pinto como apenas um advogado e a imagem de intelectual que foi sendo construída ao seu redor vão sendo amainadas, especialmente após ter seu livro epistolar *Lições de liberdade* (1977) indicado ao Prêmio Juca Pato de Intelectual do Ano.

Ainda neste Capítulo, folhearemos *Lições de liberdade* (1977) e *Por que defendo os comunistas* (1979), ambos compostos a partir da seleção de missivas realizada por Sobral em seu arquivo de correspondência, onde guardava registros de sua vida pessoal e itinerário intelectual percorrido nos, pelo menos, últimos cinquenta anos e que continuou a ser alimentado até o fim de sua vida. Essas obras não tinham a intenção de dar conta de toda a trajetória do sujeito, mas de ressaltar momentos e experiências das quais exemplos de atitudes e comportamentos poderiam ser extraídos como modelo de ação aos cidadãos e juristas brasileiros.

Ainda que tratando de situações distantes no tempo, os dois livros assinados por Sobral Pinto, criam fios condutores que conectam esses momentos de maneira a apresentar aos leitores uma história coesa e coerente. Por isso, me foi necessário realizar essas leituras com os olhos atentos às rupturas quase ocultadas pelo trabalho do editor, que costurava mensagens distantes às vezes por mais de dez anos, unindo-as num cerzir por mãos habilidosas. E, ainda, uma leitura de missivas realizada sob o alerta do que experimentou Galvão (1998) que, ao cotejar trechos de cartas de Euclides da Cunha a Oliveira Viana publicados, transcritos e interpretados por outros pesquisadores com seus originais pode identificar discrepâncias, descontinuidades e até o esgarçamento dos sentidos de algumas mensagens de forma a fazer com que coubessem no discurso articulado pelo pesquisador. Tudo isso levanta questões importantes sobre a autenticidade e integridade da narrativa histórica apresentadas naquelas páginas e, ao aplicar tal perspectiva à obra de Sobral Pinto, questiona-se como a seleção e edição de cartas em seus livros podem ter alterado o contexto original das mensagens, possivelmente moldando a percepção pública de maneira a favorecer uma determinada imagem dele.

Isso posto, tomo como primeiro passo no sentido de alcançar o objetivo deste Capítulo o exame das lições de Sobral Pinto conforme apreendidas pelas gerações atuais de juristas: quais destas lições são as mais lembradas? Quem delas faz uso? De que maneira foram apreendidas? A quais parâmetros se adequam? Perguntas que procuro responder na seção seguinte.

1.1 Ensinaamentos de um homem epistolar: notas aos juristas do país.

Um advogado católico reconhecido pela defesa de presos políticos – dentre os quais se destacam Luís Carlos Prestes e Harry Berger –, pela defesa da democracia e dos direitos humanos ao longo do século XX. Heráclito F. Sobral Pinto regularmente aparece em estudos acerca do CDV, uma associação católica fundada, em 1922, pelo advogado e jornalista Jackson de Figueiredo com o estímulo do então Arcebispo do Rio de Janeiro D. Sebastião Leme, todos dispostos a pensar, atuar e influenciar sobre distintas esferas sociais balizados pela doutrina da Igreja Católica de modo a promover sua cultura, e em pesquisas que elegeram um ou mais intelectuais católicos atuantes nesta instituição. Assim como se mantém vivo na imprensa periódica brasileira ao ser lembrado como exemplo aos juristas brasileiros, medida por meio da qual se avalia as práticas dos magistrados brasileiros³⁶, especialmente no cenário político recente país.

Enquanto vivíamos as incertezas do destino político do Brasil decorrentes dos processos que levaram ao *impeachment* da primeira presidenta do país, Dilma Rousseff, e a prisão do à época ex-presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro texto a me chamar a atenção foi publicado, em 2016, na *Revista Veja* sob o título *A lição de Sobral Pinto pulveriza a conversa fiada dos bacharéis a favor do Petrolão: o advogado é o juiz inicial da causa*. De autoria do jornalista Augusto Nunes, considerado um dos porta-vozes da direita conservadora no país, o artigo avaliava a atuação dos advogados de defesa dos acusados de envolvimento em um esquema de corrupção na Petrobrás que beneficiava partidos políticos e funcionários da estatal. Segundo ele, sujeitos indefensáveis a favor dos quais somente estariam “comparsas”, não advogados. Argumentação que sustenta a partir de uma carta afirma ter-lhe chegado às mãos por meio de Roberto Sobral Pinto Ribeiro, neto do advogado e intelectual católico Sobral Pinto. Tendo por destinatário o poeta, livreiro e amigo de longa data Augusto Frederico Schmidt, carrega a data de 17 de outubro de 1944, e, por meio dela, explicava a recusa da

³⁶ Uma busca pelo termo Sobral Pinto no campo Notícias e Artigos do portal *JusBrasil*, retorna mais de 1.600 resultados. Entre textos que noticiam entrega de medalha e as muitas homenagens ao advogado que passa a nomear salas de aula, auditórios, centros acadêmicos e escritórios da OAB e do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), ou que trazem em epígrafe ou citação a célebre frase “A advocacia não é profissão para covardes”, surgem aqueles que assumem um caráter biográfico pelas referências a diferentes momentos da trajetória desse intelectual. Dentre esses, 58 publicações fazem referência explícita às lições deixadas por Sobral Pinto aos juristas do país. Selecionei, porém, somente aqueles que fazem referência ao contexto político do país.

proposta recebida deste por não considerar a causa amparada pelos preceitos da justiça:

A advocacia não se destina à defesa de quaisquer interesses. Não basta a amizade ou honorários de vulto para que um advogado se sinta justificado diante de sua consciência pelo patrocínio de uma causa. O advogado não é, assim, um técnico às ordens desta ou daquela pessoa que se dispõe a comparecer à Justiça. O advogado é, necessariamente, uma consciência escrupulosa ao serviço tão só dos interesses da justiça, incumbindo-lhe, por isto, aconselhar àquelas partes que o procuram a que não discutam aqueles casos nos quais não lhes assiste nenhuma razão (NUNES, 2016, s/p).

O jornalista compara a carta a uma “aula ministrada por Sobral” que “pulveriza a vigarice” de advogados que cobram honorários milionários para livrar criminosos da cadeia. Na verdade, o jornalista a toma como um compêndio que eleva o nome de Heráclito Fontoura Sobral Pinto a patrono da advocacia brasileira, conforme escrevera no artigo publicado pelo *Jornal do Brasil*, em 2003, intitulado *As soberbas lições de Sobral Pinto*. Nele, a mensagem a Schmidt preserva um “luminoso jorro de lições sobre a profissão que exerceu”, “magnífica aula improvisada” cujas palavras finais deveriam estar gravadas em todos os espaços das faculdades de Direito do país: “É indispensável que os clientes procurem o advogado de suas preferências como um homem de bem a quem se vai pedir conselho. (...) Orientada neste sentido, a advocacia é, nos países moralizados, um elemento de ordem e um dos mais eficientes instrumentos de realização do bem comum da sociedade” (NUNES, 2003, p. A11).

No que diz respeito ao reconhecimento dos advogados quanto às lições deixadas por Sobral, parece que o desejo de Nunes (2003) foi atendido. O mesmo não pode ser dito, no entanto, quanto ao sentido apreendido dessas mesmas lições. Refiro-me a tantos outros artigos publicados em canais especializados em notícias jurídicas³⁷ nos quais há nítida indicação à dimensão educativa de suas cartas e de suas ações, dentre os quais destaco *A covardia da OAB diante dos abusos da Lava Jato*, de 2017, do advogado e professor Gustavo Henrique Freire Barbosa. Por meio da carta escrita por Sobral a sua irmã, em janeiro de 1937, o colunista ressalta as barreiras enfrentadas pelo advogado ao assumir a defesa do líder comunista Luís Carlos Prestes, preso em 1936, e as posições assumidas no exercício de sua profissão. Embora discordasse das ideias defendidas por Prestes, via nele a expressão da sinceridade e advertia a irmã: “se você se mostra tão hostil a esse homem, cujo patrocínio, gratuito, foi agora confiado à minha modesta capacidade, é porque os jornais estabeleceram em torno dos seus propósitos uma campanha sistemática de desmoralização” (BARBOSA, 2017, s/p). A partir dessas

³⁷ A seleção foi feita a partir da seleção dos melhores canais de notícias jurídicas, de acordo com ranking divulgado pela biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e pela Escola Paulista de Direito. Entre eles, destaco *Justificando*, *Migalhas* e *JusBrasil*.

palavras, o articulista identifica como lição principal a ideia de que todos têm direito à defesa e a violação desse princípio se configura como um ataque à ordem constitucional. Assim, Barbosa (2017) promove uma crítica ao comportamento celebrado por Nunes (2016) acusando a OAB de omissão frente ao desrespeito de garantias constitucionais e dos ritos legais por parte do agora ex-juiz Sérgio Moro³⁸ no decorrer da Operação Lava Jato, que investigou, inclusive, o caso do Petrolão.

A Polícia Federal conduziu a referida Operação entre os anos de 2014 e 2021, a qual teve início a partir de investigações acerca das movimentações de uma rede de doleiros ligada a Alberto Youssef e acabou por expor um grande esquema de corrupção na Petrobras, uma empresa pública de economia mista. Estiveram envolvidos funcionários da empresa, empreiteiras, operadores financeiros e agentes políticos. Em suas oitenta fases, tratou de crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida e condenou algumas personalidades políticas do país, tais como o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (BLUME; CEOLIN, 2016; BRASIL, 2021).

O legado deixado pela Lava Jato é marcado por críticas à violação de direitos e garantias fundamentais, desrespeito ao devido processo legal, distorção da Justiça Criminal e impactos negativos nos campos político, econômico e jurídico. Segundo avaliação jurídica recente apresentada por Rodas (2024), a operação contribuiu para a ascensão de políticos de extrema direita e para a desestabilização da política nacional, além de ter sido considerada um exemplo de como a via criminal pode não ser eficaz na resolução de problemas coletivos e na prevenção de conflitos sociais.

Marcelo Tognozzi, articulista do premiado periódico digital *Poder360*, especializado na cobertura dos eixos poder, mídia e tecnologia, já indicava, anos antes, a abordagem interpretativa que passaria a predominar nos anos seguintes, segundo levantamento realizado por Rodas (2024). Sob o título *Sobral Pinto deixa lição à Lava Jato*, o artigo publicado em julho de 2020 comparou a atuação da turma de Curitiba³⁹ com a do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), órgão da Justiça Militar criado, em 1936, para atuar enquanto estivesse em

³⁸ O autor se refere principalmente à divulgação de áudios de conversas dos então ex-presidentes da República Lula e Dilma Rousseff no processo de investigações da Operação Lava Jato.

³⁹ Termo que se refere ao grupo de procuradores da República indicados para compor a força-tarefa do Ministério Público Federal no Paraná, com o objetivo de analisar a documentação apreendida nas primeiras etapas da operação Lava Jato (BRASIL, 2021).

vigência o estado de guerra. Tognozzi (2020) lembrava que o funcionamento do tribunal de exceção recebeu o apoio de Vicente Ráo, Ministro da Justiça do Estado Novo, possuidor da “mesma fome punitiva de Sérgio Moro ou Deltan Dallagnol” (s/p). Segundo o autor, das mãos de Ráo, surgiram indicações de membros que deveriam compor o TSN, dentre eles Honorato Himalaya Vergolino, que ocupou o lugar de Procurador e foi o autor da denúncia contra as lideranças da Intentona Comunista (1935) e do requerimento que colocaria o Partido Comunista do Brasil (PCB) na ilegalidade em 1946. E afirma:

A turma do TSN era duríssima. Tão famosa neste quesito quanto a de Curitiba. Se Ráo era um Moro refinado, Himalaya Vergolino era um Deltan Dallagnol com jeito e nome de cangaceiro. Não tinham o menor apreço pelo Estado de Direito e faziam dos processos um vale-tudo, numa época ainda órfã da Declaração Universal dos Direitos do Homem (TOGNOZZI, 2020, s/p).

Havia, contudo, naquele Tribunal, “uma luzinha que brilhava na pessoa do advogado” (TOGNOZZI, 2020, s/p) Sobral Pinto, católico, conservador e anticomunista que defendeu com coragem Prestes e seu companheiro, Harry Berger, a fim de restaurar a dignidade desses homens severamente atacada pelas condições impostas por um órgão criado para punir comunistas e silenciar as vozes da oposição. Na percepção do jornalista, aquele advogado representava “a exata e precisa noção de que a garantia da liberdade é o Direito, jamais a força” (TOGNOZZI, 2020, s/p), versão fundamentada no que considerou a lição perfeita para os tempos de Lava Jato, desta vez, registrada em uma entrevista concedida, em junho de 1984, ao repórter Luiz Eduardo Lobo, da TV Globo: “Os moços de hoje acham que é a violência quem comanda. Isso é uma tradição funesta e perigosa. (...) O Direito deve voltar a governar os homens. É preciso trabalhar através da palavra e do conhecimento no sentido de convencer”.

Apresentado como extraordinário homem de princípios por todos os autores aqui indicados, independentemente da corrente política com a qual se identificam, Sobral Pinto é lembrado pela coragem, fidelidade às regras que regem o Estado de Direito e, principalmente, pela coerência. Características reforçadas por um discurso que conjuga palavras e ações, salpicando o testemunho do advogado com fatos que conferem valor de verdade e de sinceridade, harmonia e unicidade a uma trajetória tomada como exemplar.

Tal percepção é reforçada pelos fatos que levariam Juscelino Kubitschek, também chamado JK, à vitória no pleito eleitoral de 1955 e seus desdobramentos. Naquele ano, junto a Evandro Lins e Silva, o advogado criou a Liga de Defesa da Legalidade com o objetivo de garantir a realização das eleições presidenciais, pois a União Democrática Nacional (UDN), com o apoio de setores militares, tentava impossibilitar as candidaturas de Juscelino e João

Goulart. Tendo se tornado presidente da referida Liga, defendeu a não intervenção militar no processo eleitoral, o respeito à Justiça Eleitoral e a posse dos eleitos (LAMARÃO, 2010). Por sua atuação, recebeu convite de Juscelino para se tornar Ministro do Superior Tribunal Federal (STF), ao que declinou para provar que não fora movido por interesses pessoais ao fundar a aliança e defender os direitos políticos da chapa JK-Jango (COUTINHO, 2010).

Da atitude tomada, assim como das cartas que escrevia, mais lições chegaram à atualidade, conforme sugere o *A glória de uma recusa*, do então presidente do Instituto dos Advogados do Brasil (AIB), Aristóteles Atheniense, publicado em 2 de novembro de 2018. Citando outros homens que recusaram convites presidenciais ao cargo de Ministro da Justiça – “Afonso Pena, na presidência de Prudente de Moraes; Mendes Pimentel, convidado por Wenceslau Braz e Getúlio Vargas; Clóvis Beviláqua, que recusou o convite de Hermes da Fonseca e Washington Luiz; Hely Lopes Meireles, que enjeitou a indicação feita por Ernesto Geisel” (s/p) – e o princípio de que não basta ser íntegro, mas também parecer ser, o autor reforça a ideia de que a recusa a um cargo foi uma escolha mais honrosa, por manter intacta uma reputação de combate à corrupção.

Conforme reforça Auler (2018), a aceitação do cargo ofertado pelo presidente JK a Sobral Pinto sugeriria um possível conflito de interesses, prejudicando sua imagem pública e levantando questionamentos sobre sua coerência e integridade. Por isso, decidiu escrever ao presidente assim que foi comunicado do convite, conforme transcrição incluída no artigo, mas sem maiores referências: “Eu não fiz nada pelo senhor, fiz contra a petulância militar e para assegurar ao partido o direito de escolher quem quisesse, sem interferência militar. Não fiz nada pelo senhor, não votei no senhor, não vou votar no senhor, não sou PSD⁴⁰” (AULER, 2018, s/p).

Do exposto, após assimilar a essência da forma e do contexto nos quais emerge uma memória coletiva acerca de Sobral Pinto, pus-me a pensar em como poderia ter se dado a dinâmica em que a representação coletiva sobre ele tenha o reduzido a modelo nacional de advogado, desconsiderando todo o apelo religioso que o guiou ao longo da vida e, também, todo o processo de sua formação como um intelectual engajado – ainda que ele mesmo negasse este título. Para isso, tornam-se necessárias algumas reflexões sobre os conceitos de memória coletiva e de intelectual.

⁴⁰ Partido Democrático Social foi um “partido político nacional fundado em janeiro de 1980 para suceder à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista extinto com o fim do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979. Fundiu-se em abril de 1993 com o Partido Democrata Cristão (PDC), dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR)”. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6099>. Acesso em 02 maio 2024.

A partir da perspectiva de Pollak (1989), que entende a memória como uma construção coletiva voltada para preservar certos eventos e interpretações do passado, pode-se depreender que a exaltação de Sobral Pinto como o modelo ideal de advogado tem implicações significativas para a construção de identidade e coesão dentro da comunidade jurídica. Este processo não é apenas sobre relembrar a competência ou a integridade de Sobral Pinto; é também uma forma de reforçar um senso de pertencimento e estabelecer fronteiras sociais dentro do grupo. Nesse exercício, aquilo que se refere ao seu processo de constituição como intelectual, se não é tornado subterrâneo, é certamente negligenciado, predominando o perfil profissional ou, como declarou seu neto Roberto em conversa telefônica, de um homem de ação.

O fato de assim se autodefinir não me impede, entretanto, de conceituá-lo neste estudo como um intelectual. Isso porque, o método proposto por Sirinelli (2003), e adotado aqui, se concentra menos na autopercepção do indivíduo e mais nos atributos objetivos e impactos de suas ações dentro da sociedade. Ao se basear em invariantes – elementos essenciais e constantes, tais como capacidade de reflexão crítica, produção de conhecimento, engajamento na vida pública, influência cultural e especialização reconhecida pela sociedade –, essa perspectiva permite uma análise mais abrangente e precisa da contribuição intelectual de um sujeito, independentemente de sua autoidentificação.

Os indícios de que o intelectual Sobral Pinto havia deixado um legado aos juristas brasileiros estavam postos pela mídia especializada. Restava, então, compreender a participação do próprio intelectual nesse processo de elaboração, exercício este construído a partir da contribuição dos trabalhos já desenvolvidos no grupo de pesquisa ao qual passei a integrar após a entrada no Doutorado. Dentre eles, destaco Costa (2007), que ao desenvolver estudo acerca de Carlos Delgado de Carvalho e sua produção, interessa-se menos pelas memórias construídas a partir dessa produção, e mais pelas estratégias que o sujeito seguiu para consagrar-se como intelectual. Também o estudo de Silva (2022), voltada a compreender o impacto de momentos excepcionais na trajetória intelectual de João Ribeiro, a autora desenvolveu pesquisa acerca dos rastros que apontam a experiência extraordinária como o ponto de partida da ascensão do sujeito no campo da educação. Dessa forma, elaboro algumas das questões que orientam o desenvolvimento do próximo ponto: o que sua produção intelectual revela acerca dos caminhos percorridos por Sobral Pinto? A quais estratégias aderiu? Como suas escolhas orientaram seu itinerário intelectual? Qual experiência extraordinária terá consagrado o advogado e intelectual católico em pauta?

1.2 Ao Exmo. Sr., com leal aperto de mão: falando às autoridades e à sociedade brasileira

Com espaço cativo na imprensa periódica carioca ao longo dos anos nos quais o país vivenciou governos ditatoriais, tendo seu nome frequentemente veiculado em notícias políticas, Sobral Pinto levantava importantes questionamentos a partir de sua atuação como advogado quando decidia publicar peças jurídicas que produzia para os processos de defesa de seus clientes, requerimentos direcionados ao Judiciário e cartas nas quais expunha críticas ao desequilíbrio entre os Poderes constitucionais efetuado pelo governo civil-militar. Algumas dessas cartas, tidas como ‘irrespondíveis’, estão reunidas em *Lições de liberdade*, uma publicação da Editora Comunicação, sob o selo da Universidade Católica de Minas Gerais, que “desejava perpetuar em livro a extraordinária atuação de Sobral Pinto no campo jurídico” (SOBRAL PINTO, 1979, contracapa). Mais um sinal de consagração que seguia na esteira das mesmas motivações que levaram a Universidade a instituir, em 1975, a Medalha Sobral Pinto, a qual deveria ser concedida anualmente àqueles que se destacassem na defesa dos Direitos do Homem. A escolha do nome da condecoração era uma referência a Sobral Pinto como modelo de atuação profissional, pois “esteve sempre ao lado da legalidade, autêntica, e que, nas horas fortes da Pátria, jamais silenciou diante da agressão a qualquer homem, nem diante da violência contra a Lei” (SOBRAL PINTO, 1977, Contracapa).

Chamado por alguns de Madame de Sévigné⁴¹ brasileiro, afirma-se, como já citado, que Sobral Pinto escreveu cerca de cinquenta mil cartas ao longo da vida. Se redigisse uma por dia, levaria mais de 130 anos para concluir esse feito. Um volume exorbitante que, ainda que não corresponda à realidade, serve para ressaltar uma característica, comportamento ou prática fora do padrão no sujeito. Vivia-se uma época de progressivo encurtamento de distâncias: telefone, expansão da linha férrea no país, a chegada das empresas de transporte ferroviário e poderia se esperar também o progressivo abandono da prática epistolar, especialmente se reduzirmos a

⁴¹ Madame de Sévigné, viveu durante o século XVII, na França. Notabilizou-se por sua prolífica correspondência, tornando-se uma das mais importantes missivistas da história. Com mais de mil cartas enviadas à sua filha, Madame de Grignan, ao longo de um período de vinte e seis anos, sua obra oferece um olhar único acerca da vida social, política e cultural da França daquela época. Essas cartas, ricas em detalhes íntimos e observações perspicazes, transcenderam o propósito original de comunicação pessoal, tornando-se um objeto de estudo valioso para os interessados em epistolografia. Os acadêmicos e historiadores mergulham nessas cartas não apenas para compreender as nuances da sociedade da época, mas também para explorar a arte da escrita de cartas como uma forma de expressão literária e pessoal. As cartas de Madame de Sévigné são, assim, referenciadas frequentemente em estudos sobre a comunicação epistolar, evidenciando sua importância na literatura e na história.

carta a mero meio de comunicação entre amigos, familiares, o que se configuraria em um grande erro.

Referências sobre a temática caracterizam esse gênero literário de maneira a ressaltar a polivalência de seus usos (Gomes, 2004; Bastos, Cunha e Mignot, 2002; Miranda, 2000). Não apenas para comunicar, as missivas cumprimentam, reivindicam, ordenaram tanto nas relações públicas quanto nas privadas, cabendo nesta ainda encurtar distâncias, fazer circular ideias, desabafar, consolar, rememorar, falar da vida. Sobral as utilizava de todas essas formas, mas, tal qual os antigos filósofos gregos, cultivava o hábito de escrever a uma plateia habilitada a aprender ou compartilhar do diálogo do missivista com seu interlocutor.

Segundo Miranda (2010), as cartas abertas, na antiguidade clássica, eram destinadas ao ensino ou a personalidades dotadas de privilégios sociais capazes de intervir em temas interessantes à toda a comunidade. Fórmula essa adotada pelo advogado famoso pelas cartas destinadas a presidentes da República e autoridades, nas quais expunha suas críticas à permanência de militares no poder Executivo, às limitações impostas aos direitos políticos e à atuação da Justiça diante de presos políticos. O advogado se mantinha atuante durante a ditadura militar na defesa de subversivos, rebeldes, comunistas, em busca de julgamentos justos e respeito aos direitos da pessoa humana desde a implementação do Estado Novo varguista (1937-1945). Mas aquelas homenagens prestadas pela Universidade Católica de Minas Gerais surgem em um contexto bastante específico e, por isso, torna-se importante aqui fazer uma ressalva.

Segundo Reis (2004), a partir de 1974 cresceu o apoio ao retorno das instituições democráticas. Essa virada teria como marco a posse do presidente da República, general Ernesto Geisel, com uma proposta de retomada controlada da democracia, e a representativa vitória nas eleições daquele ano de políticos associados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição aos militares. Juntou-se a isso a reavaliação das estratégias e métodos pela qual passava a esquerda que abandonava a luta armada e o radical afastamento da Igreja Católica das práticas de arbítrio que caracterizavam o governo da época. O repúdio ao regime, portanto, passou a predominar entre os intelectuais católicos, e o discurso sobre a necessidade do restabelecimento do poder aos civis, que nunca saíram da pauta dos movimentos de esquerda, tomou força nas universidades católicas e no principal núcleo organizado do laicato, o CDV, ambos espaços nos quais Sobral tinha presença marcante. Era, portanto, o momento em

que se avolumava o corpo da resistência⁴² que contava também com a participação de liberais que, outrora, pensaram, apoiaram e participaram do golpe, tal como Sobral Pinto.

O CDV tinha a missão de criar “uma cultura superior católica” capaz de mostrar “àqueles que desprezam a razão”, que “a fé é um ato de inteligência” e “àqueles que só creem na razão”, que “a fé é a luz final do conhecimento”, conforme definiu Alceu Amoroso Lima (1928, p. 5). A instituição teve importância fundamental na organização das universidades católicas no Brasil. Desses dois movimentos, Sobral participou ativamente, chegando à presidência do CDV em duas ocasiões (1967 e a partir de 1980) e atuando como diretor de Faculdade que viria a compor, anos mais tarde, a PUC-Rio, e lugar onde atuou como professor de Direito por 21 anos (SCALERCIO, 2014). Perpassava esses espaços o mesmo desejo de instauração da democracia, contudo uma democracia sob os preceitos da ordem em detrimento do movimento revolucionário, que respeitasse as ‘regras do jogo’ constitucional e preservasse o país do perigo do comunismo, ainda que respeitasse o comunista pela condição de pessoa humana. Nesse contexto, a produção escrita de Sobral Pinto veio a se somar a de outros intelectuais católicos, dentre os quais ganha maior relevo Alceu Amoroso Lima, assumindo, para além da atuação no campo restrito da educação institucionalizada, o papel de educadores para a cidadania, a partir de fundamentos católicos.

Ao investigar correspondências e outras práticas de escrita, é crucial levar em conta o formato, a substância física e os meios pelos quais os textos são apresentados ao pesquisador, seja em forma manuscrita ou impressa. Importante destacar que “um texto não existe independentemente do meio que permite sua leitura, e a compreensão de qualquer escrita está intrinsecamente ligada às maneiras como ela é acessada pelo leitor” (CHARTIER, 1999, p. 45). Chartier (1988) ressalta a necessidade de os pesquisadores examinarem tanto os mecanismos que emergem das técnicas de escrita do autor quanto os que resultam da forma como o texto é apresentado em diferentes contextos. É na interseção desses aspectos que se revela o significado dos textos. Assim, ao estudar textos impressos, é essencial considerar os mecanismos editoriais empregados, pois eles estruturam as práticas de leitura e moldam as expectativas relacionadas à interpretação dos textos.

Lições (1977) é composto, majoritariamente, por cartas enviadas a importantes figuras políticas desde a implementação da ditadura civil-militar no país, encerrando caráter de autobiografia epistolar. Segundo Gomes (2004), o gênero caracterizado por uma escrita de si,

⁴² O termo, naturalizado em fins da década de 1970, abarcava todos aqueles que se opunham aos colaboradores do regime. Contudo, não significa unidade de pensamento ou comportamento, mas uma complexa realidade que envolve relações múltiplas, ambivalentes (ROLLEMBERG, 2015).

ou autorreferencial, na qual se destaca a correspondência⁴³ ganhou novo impulso entre os leitores brasileiros em fins do século XX, quando também se tornou valorizada como objeto de reflexão sobretudo nos campos da literatura e da história da educação, com a produção de obras que se consolidaram como referenciais aos estudos que envolvem cartas, diários, agendas, anotações, cadernos como fonte privilegiada e/ou objeto de análise⁴⁴. Essa virada é tributária de abordagens que lançam luzes sobre os sujeitos, não isoladamente, mas em relação à subjetividade, ao que lhe é íntimo, pessoal, cotidiano.

No campo da história da educação, Viñao (2000) explica que ao reconhecer e iluminar a subjetividade do sujeito, abordagens voltadas ao pensamento pedagógico passam a atentar aos contextos de sua produção e recepção. Essa percepção influi, inclusive, na ampliação daquilo que se entende por educação, rompendo os limites do espaço escolar rumo aos diversos contextos educativos: família, movimentos sociais, imprensa, Igreja, por exemplo. Nessas perspectivas, conforme destaca o autor, sujeitos comuns são os eixos a partir dos quais conhecemos outras formas de ver e estar no mundo e fazem o historiador da educação enveredar pelo caminho da memória, dos depoimentos, dos escritos autobiográficos. Esses recursos possibilitam a compreensão de particularidades em experiências, versões, contradições, aproximações e distanciamentos do sujeito sobre as relações que tece e nas reações que tem frente às pessoas e aos acontecimentos, ou seja, sobre a vida.

Dessa forma, pela natureza da documentação, a autobiografia epistolar de Sobral Pinto permite-nos acessar as percepções do autor/personagem acerca dos bastidores, sensibilidades, lembranças do intelectual católico a favor de uma república cujos poderes fossem equilibrados e os direitos da pessoa humana, respeitados. Encontram-se ali oito missivas cujos destinatários são ministros; outras oito cartas e dois telegramas enviados a presidentes militares da República; uma carta ao embaixador da União Soviética no Brasil; outra a um senador; cinco documentos jurídicos; a tese que defendeu, sobre o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, no Congresso Nacional de Advogados, em Recife; duas palestras que proferiu a advogados e estudantes; e um parecer acerca do Ato Institucional n. 5. Todo esse

⁴³ A autora se refere às obras que reúnem e comentam cartas trocadas entre literatos e àquelas escritas por personalidades políticas cujo apelo aos leitores equipara-se ao de escritores consagrados pela literatura, trazendo o exemplo da obra *Anos tormentosos: correspondência da prisão (1936 -1945)*, publicada em três volumes, reunindo novecentas cartas que revelam a intimidade de Luís Carlos Prestes (GOMES, 2004).

⁴⁴ Gomes (2004) destaca *Prezado senhor, prezada senhora*, obra na qual Galvão e Gotlib (2000) reúnem autores que refletem sobre as especificidades do gênero carta na literatura. E, no campo da história da educação, *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica* e *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*, obras organizadas por Mignot, Bastos e Cunha (2000; 2002), reunindo experiências diversas do uso da correspondência em campos que convergem à história da educação.

material foi precedido pelo texto de apresentação assinado por Ary Quintella e intitulado *Fé mais lei* e por uma entrevista que Quintella realizou com Sobral Pinto, intitulada *As faces de César*, com a finalidade de esclarecer alguns dos posicionamentos políticos que assumiu ao longo de sua trajetória. Dentre esses, focalizo os elementos pré-textuais pelas informações biográficas, conforme Quadro 2 a seguir, que trazem depoimentos do intelectual católico ao seu editor; e quatro missivas a ações assumidas frente ao que tomou como perigo real de avanço do comunismo na política nacional, sem esquecermos que estes são elementos editoriais implementadas com o objetivo de atrair um leitor específico que adquirirá o livro, ao mesmo tempo que demonstram os esforços para regular como o livro é utilizado. Essas intenções se tornam evidentes durante o processo de produção do livro e nas variadas maneiras que ele é distribuído entre os leitores. Dessa forma, as cartas privadas adquirem uma nova materialidade, função e propósito.

Quadro 2 – Intervenções de Sobral Pinto sobre o “avanço comunista”

Data	Título	Página
–	<i>Fé mais Lei</i>	09
–	<i>As faces de César</i>	25
27 abr. 1945	<i>Carta ao Capitão Luís Carlos Prestes</i>	30
20 out. 1945	<i>Carta ao General Góes Monteiro, Ministro da Guerra</i>	48
24 out. 1945	<i>Carta ao General Góes Monteiro, Ministro da Guerra</i>	58
27 out. 1945	<i>Carta ao General Góes Monteiro, Ministro da Guerra</i>	69

Fonte: SOBRAL PINTO (1977)

Fé mais lei se propõe a apresentar Sobral Pinto a partir de suas memórias, encontrando nelas as origens, o momento primordial em que o estudo e a devoção imprimiram naquela criatura “sua marca registrada: a coerência” (QUINTELLA, 1977a, p. 8). E na busca dessas origens, encontra-se a mulher da qual absorveu o catolicismo ainda no leite materno e que o guiou no primeiro grito contra a injustiça que sua memória lhe permite lembrar. Sua mãe estava ao seu lado quando, aos dez anos de idade, testemunhou o espancamento de um sujeito por três policiais de sua cidade:

Minha mãe tinha muito espírito público e muito senso de justiça, coisa rara entre as mulheres. Em geral, mulher é extraordinária na caridade e no amor. Ninguém vence a mulher na caridade e no amor. E justamente por isso não tem senso de justiça, pois seu objetivo básico é defender os seus, a sua família. E minha mãe começou a gritar para os homens (...) indignada com o procedimento deles. Eu berrei “Seus covardes!” Eles pararam, me olharam, se deram conta de que eu era um menino e continuaram, arrastando o homem e batendo nele. Fiquei revoltado. Daí a minha preocupação com a justiça. Foi profundo, muito profundo o choque emocional que experimentei. Eu dizia para meu pai e seus amigos: “Quando eu

crescer, essas coisas não mais ocorrerão”. E venho fazendo força, muita força para que realmente não ocorram (QUINTELLA, 1977a, p. 9).

Esse registro passou a ser acessado por biógrafos como definidor de quem Sobral se tornaria, um dos momentos-chave na história de vida do advogado, ou lembrança autodefinidora que compõe seu sistema de memória autobiográfica, na acepção de Kotre (1997). Segundo o autor, a vida em si surge a partir desse tipo de episódio, ou seja, de imagens vívidas, lembranças-chave em torno das quais a memória também se constrói. Mas o que tornaria essa lembrança tão nítida?

Talvez a experiência relembrada fosse uma novidade, algo que rompeu com o roteiro normal. Talvez fosse consequente, a primeira numa cadeia de dominós que caem. Pode ter sido ligada a um evento de grande significado histórico ou engendrado grande emoção. Pode ter sido, e continuado a ser, simbólica, capturando um ponto no tempo quando você era realmente você. Uma lembrança pode ser nítida por uma destas razões, por várias delas, ou por todas. E se é legitimamente definidora, ela lhe dirá quem você é (KOTRE, 1997, p. 111).

Dessa forma, a referência ao evento descrito também se faz no sentido de ratificar o vigor do advogado que já contava mais de oitenta anos de idade e continuava denunciando violências à integridade da pessoa humana. Além da mãe, os jesuítas do Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, onde estudou dos treze aos dezoito anos de idade, também são referenciados como fundamentais em seu processo de formação por ter sido por meio deles que acessou uma educação que primou pelo conhecimento em comunhão com os princípios da fé. Ali estaria a base de sua inteligência e sucesso, da aproximação com a Igreja, pois desde os dias em que esteve naquela instituição passou a integrar associações religiosas. Primeiro, a Congregação Mariana. Já no Rio de Janeiro, passou a compor a União Católica de Moços, mais tarde, a Ação Católica, espaços que lhe permitia aprender sobre a doutrina social da Igreja e alimentar sua espiritualidade, conforme a política social do Papa Leão XIII e de Pio X, seu sucessor e responsável por acrescer maior atenção à espiritualidade, sob o lema “Instaurar tudo em Cristo”. No depoimento, lembra que a doutrina social da Igreja, baseada na Encíclica *Rerum Novarum* (1891)⁴⁵, foi desenvolvida quando o comunismo ainda não havia se fixado em país algum, por isso não era pauta de preocupação quanto à segurança interna do Brasil. Havia, porém, o

⁴⁵ Versando sobre a condição dos operários, promulgada pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891. Representa a resposta da Igreja Católica ao crescimento do liberalismo e do capitalismo monopolista na Europa, em um contexto pós-Revolução Industrial e Manifesto Comunista de 1848. O Papa Leão XIII promoveu os estudos sociais e bíblicos e reforçou a filosofia tomista, posicionando-se contra as correntes filosóficas materialistas da época. A Igreja, através desta encíclica, posicionou-se firmemente contra o liberalismo e o comunismo emergentes.

socialismo europeu, fundamentalmente anticlerical e com boa representatividade na Itália, na França, na Espanha e na Alemanha. No Brasil, devido a outros processos históricos, a elite política conservadora era responsável por, entre fins do Império e instauração da República, promover a organização da vida pública numa progressiva disjunção das esferas de atuação da Igreja e do Estado. Skalinski Jr. (2021) afirma que, diante disso, cresce um discurso a favor do fortalecimento da Igreja, em busca por autonomia que vai se disseminando não só no campo religioso, mas no político e cultural, conforme conclamava Dom Sebastião Leme, em Carta Pastoral de 1916:

Por índole, por educação e até por patriotismo, o nosso povo é, e não só pode deixar de ser, prosélito do catolicismo. (...) Somos a maioria a maioria absoluta da nação. Direitos inconcussos nos assistem com relação à sociedade civil e política, de que somos maioria. Defendê-los, reclamá-los, fazê-los acatados, é dever inalienável. (...) Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo? É evidente, pois, que, apesar de sermos a maioria absoluta do Brasil, como nação, não temos e não vivemos vida católica. (...) Eis o grande mal. Grande mal, não há dúvida, porque importa no menosprezo inadmissível dos nossos deveres para com Deus, a sociedade e a pátria, deveres religiosos e sociais. (...) Em vez de coro plangente, formemos uma legião que combata: quem sabe falar, que fale; quem sabe escrever, que escreva; quem não fala e nem escreve, que divulgue os escritos dos outros (CARDEAL LEME, 1916).

Vivia-se um movimento pela retomada da influência da Igreja entre as instituições brasileiras, que com D. Leme ganhou a contribuição de intelectuais estimulados a atuarem no processo de reordenação política do país. A Restauração Católica, nome pelo qual essa corrente ficou conhecida, teve por base sua Carta Pastoral de 1916⁴⁶, mas ganhou maior impulso a partir de 1922, quando foi realizado o primeiro Congresso Eucarístico Brasileiro e fundado o CDV, respostas à realização da Semana de Arte Moderna e à fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (AZZI; GRIJP, 2008). Também fizeram parte dessa reação, a organização da Liga Eleitoral Católica (LEC)⁴⁷ e da ACB. Em todos esses espaços, Sobral Pinto assumiu

⁴⁶ Uma carta pastoral é um documento oficial emitido por um bispo ou outra autoridade eclesiástica, geralmente destinado aos membros de uma diocese ou comunidade religiosa. Essas cartas podem abordar questões doutrinárias, pastorais, sociais, políticas ou culturais, com o objetivo de orientar, ensinar ou exortar os fiéis. A Carta Pastoral de 1916, escrita por D. Sebastião Leme, foi publicada durante as festividades em homenagem a Nossa Senhora do Carmo. “O documento, composto por 135 páginas, aborda temas relacionados à situação dos poderes político e eclesiástico no Brasil, a ‘ignorância religiosa’ dos literatos e intelectuais, os meios para combater a apatia política dos católicos, a organização do ensino religioso, a divulgação de obras literárias” e as saudações aos fiéis da Arquidiocese de Olinda, onde D. Sebastião Leme assumiu a circunscrição. A carta enfatiza a “necessidade de reestruturação e politização do clero, visando fortalecer o catolicismo em um contexto de mudanças sociais e culturais no início do século XX” (MOURA, 2016, p. 29 e 31).

⁴⁷ Foi uma associação civil fundada em 1932 por Dom Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima no Rio de

posição de destaque, para a sustentação de um projeto que visava a recristianização de homens e instituições.

De acordo com Fausto (2004, p. 297), no Rio de Janeiro, até o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), predominava “um vago socialismo” entre os partidos operários, mas com a carestia ocasionada pela guerra e a brecha revolucionária aberta pela Revolução Russa de 1917, o anarquismo e a onda grevista ganharam força. O avanço dessas forças foi contido somente em 1921, quando o Congresso aprovou leis que previam a expulsão de estrangeiros de conduta prejudicial à ordem e à segurança nacional e regulavam o combate ao anarquismo. Com a crise instaurada, houve uma ruptura entre anarquistas e comunistas que culminou na fundação do PCB.

A essa época, o país enfrentava um grave conflito político que vinha se avolumando desde a candidatura de Arthur Bernardes ao cargo de presidente da República. Com sua vitória, a oposição, segundo o então presidente Epiácio Pessoa, continuava a “concitar as forças armadas à revolta, insultar da maneira mais atroz o chefe de Estado, aconselhar ostensiva e insistentemente o seu assassinio e enfraquecer, por estes e por outros meios, a sua autoridade” (DIAS, 2016). A situação se complicou ainda mais quando tropas federais ocuparam Recife após a derrota do candidato apoiado por Epiácio Pessoa ao governador de Pernambuco. Oficiais locais se mostraram indignados e protestaram junto ao Clube Militar do Rio de Janeiro, presidido pelo ex-presidente marechal Hermes da Fonseca, que logo enviou um telegrama ao comandante da Região Militar sediada em Recife sugerindo-o que não cumprisse ordem de caráter político. O marechal foi repreendido e, em seguida, preso por ordem de Epiácio Pessoa.

Esse foi o estopim para o início das revoltas militares que marcaram a década de 1920 e permitiram Epiácio Pessoa a obter, junto ao Congresso, a decretação de estado de sítio que vigorou até dezembro de 1922. Nesse contexto, o PCB foi fechado⁴⁸ e a repressão ao comunismo se manteve durante a gestão de Arthur Bernardes (1922-1926), apesar do foco maior sobre os militares rebelados.

Janeiro. Seu propósito era mobilizar o eleitorado católico para apoiar candidatos alinhados com a doutrina social da Igreja nas eleições de 1933 e 1934. Com atuação até 1962, a LEC buscava influenciar políticas públicas em favor de valores católicos, como a instrução religiosa nas escolas e a indissolubilidade do matrimônio, evitando associações partidárias diretas. Em 1962, alterou seu nome para Aliança Eleitoral pela Família, refletindo uma continuidade de seus objetivos sob uma nova designação. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-eleitoral-catolica-lec>. Acesso em: 12 maio 2024.

⁴⁸ O PCB esteve na ilegalidade até 1945, tendo gozado de apenas de dois breves períodos de liberdade: de março a julho de 1922 e de janeiro a agosto de 1927, a partir da aprovação da Lei Celerada, criada por Aníbal Toledo, que dava maiores poderes ao governo para fechar organizações que julgassem promotoras de atos nocivos ao bem público (FAUSTO, 2004).

Nesse momento, Sobral Pinto pode atuar diretamente sobre a coibição do avanço comunista no país, pois foi nomeado Procurador Criminal de uma República governada sob constante estado de sítio e, como tal, com amplos poderes para neutralizar opositores políticos. Segundo declarou em entrevista a Ary Quintella (1977a), naquele período entrou no país um considerável número de comunistas húngaros, austríacos, alemães “com o objetivo de articular a revolução mundial” (p. 19). Descobertos e presos, abria-se um processo de expulsão para o qual seus advogados costumavam apresentar justificção baseada em provas testemunhais que garantiam a versão de que os réus teriam vindo ao país para trabalhar na indústria e no comércio. Por meio do cargo que assumira, Sobral fazia novas inquirições às testemunhas apresentadas pela defesa dos estrangeiros de maneira a provar que não sabiam do que estavam falando, dando sequência ao processo de expulsão daqueles que eram tidos como ameaça à segurança nacional.

Ainda que sua trajetória contrarie uma adesão ao comunismo, Sobral passou a ser chamado comunista após acatar a indicação de Targino Ribeiro, presidente do Conselho da OAB, para que realizasse a defesa de Luís Carlos Prestes e Harry Berger. Entretanto, defendia-se sob o argumento de que não se tratava de adesão ao movimento, mas respeito a uma norma que autorizava ao presidente do Conselho da OAB nomear advogados na ausência de um indicado pelo réu e da consciência de “que toda pessoa tem direito de ter a seu lado uma voz” (QUINTELLA, 1977a, p. 22), pois, declarou:

Eu sabia, como todo mundo sabia, que os comunistas estavam sendo maltratados, e brutalmente. Ninguém tem o direito de pretender desconhecer tal fato. E quem diz que não sabia, mente. Por covardia ou o que quer que seja. (...) Mas eu aceitei minha indicação para terminar com aquela barbaridade. E acabei. Agora, eu não defendi a revolução comunista. Defendi seres humanos maltratados (QUINTELLA, 1977a, p. 22-23).

Note que, até aqui, Sobral foi apresentado como um advogado por vocação, inspirado pela fé e pelo espírito de justiça transmitidos pelo seio materno, cultivados pelos jesuítas e aprimorados nas congregações e associações religiosas das quais fazia parte. Uma trajetória coesa e que procura dar sentido ao que o advogado era naquele momento, aos seus 84 anos de idade. Coerência essa que remete ao que Kotre (1997) denomina efeito do eu-sempre-soube, uma tendência desenvolvida na maturidade e que se caracteriza por adequar o passado de maneira a aproximá-lo do presente, como bem ilustra a analogia feita pelo autor:

Nas duas primeiras décadas de nossa vida, adquirimos as ferramentas mentais que nos capacitam a escrever nossa história. Nos anos seguintes, não são mais as ferramentas que mudam, e sim a história que contamos. Passamos pela idade adulta como artistas, continuamente repintando o retrato que fizemos de nós mesmos pela primeira vez na

adolescência. (...) Quando [está] concluído, o novo trabalho [parece um original. Dá] a impressão de sempre ter estado ali, o único sobre aquela tela (p. 161).

Logo, o retrato que faz de si é ornamentado por questões que desejava ressaltar no presente, conforme indica sua trajetória profissional a partir da conclusão do curso de Direito. Formado, passou a trabalhar em favor do ordenamento social, assumindo os cargos de Procurador Criminal da República (1924-1926) e, em seguida, de Procurador Geral do Distrito Federal (1926-1928), para, a partir de então, dedicar-se exclusivamente à advocacia, perfil ao qual a obra se dedica. Por isso, a Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil são o ponto de partida de Quintella (1977b) situando o leitor acerca das percepções e práticas do advogado Sobral Pinto sobre os fatos e rumos políticos do país. Esse exercício permitiu ao editor e organizador de *Lições de liberdade* ressaltar que a política não está restrita aos partidos políticos. Quintella (1977b) aliás, na entrevista que compõe *As faces de César*, selecionou o trecho em que reivindica tal compreensão:

AQ: Por que o senhor não aceitou a Presidência do Diretório Central do Partido Democrata Cristão, após a queda de Getúlio Vargas?

SP: Porque não queria me meter na política.

AQ: Mas o que o senhor fazia era política... (p. 27).

Esse diálogo surge após Quintella questioná-lo acerca de relações que considerou controversas com as Forças Armadas, pois a indisposição contra o governo sustentado por elas naquele momento não coadunava com a proximidade pregressa entre essas duas partes anos antes, inclusive na consolidação do golpe de 1964. Quintella se referia à atuação do advogado nas articulações em favor da intervenção militar nos processos de deposição de Getúlio Vargas e de João Goulart, obtendo a seguinte resposta:

Espera aí! O Getúlio Vargas era um usurpador, um ditador! E as Forças Armadas tinham o dever de jogar fora o Estado Novo! Naquela ocasião, já havia a fórmula, fabricada pelo Francisco Campos, que era a de o Poder Judiciário fazer as eleições e a Constituinte. O que, afinal, acabou acontecendo. Eu fui partidário também da intervenção das Forças Armadas para derrubar João Goulart. Fui, de fato, a primeira pessoa a atacar o Jango. Escrevi uma carta para o Comandante do I Exército (Rio), o Âncora, outra para o Kruel (São Paulo) e mais outra ao Justino, Comandante do IV Exército, dizendo-lhes que a bolchevização do Brasil havia começado (QUINTELLA, 1977b, p. 26-27. Depoimento de Sobral Pinto).

Todos os nomes citados são de homens com atuações fundamentais na consolidação de golpes nos governos que eles mesmos ajudaram a instituir. Francisco Campos foi autor da Constituição de 1937, conhecida pela inspiração fascista, e ministro da Justiça do governo

Vargas. Desde 1941, afastado do cargo por motivo de saúde, Campos logo passou à oposição, declarando em entrevista que o “sr. Getúlio Vargas já pensou demais em si mesmo. É tempo que pense um pouco no Brasil” (DIZ, 1945, p. 2). Mas seu afã democrático foi breve, tendo se consolidado como um dos grandes nomes do pensamento jurídico autoritário por também colaborar com a consolidação da ditadura civil-militar de 1964 (LIMA, 2018), conforme “contaram” a Rubem Braga (1964), que, por sua vez, contou aos seus leitores:

ele me contou que o Ministro Costa e Silva saudou o Professor Francisco Campos pressurosamente, censurando-o por passar muito tempo em sua fazenda: ‘precisamos de suas luzes Professor! Esta semana mesmo vamos precisar de suas luzes!’ Alguém, em uma roda perto, comentou que, quando o Professor Francisco Campos acende suas luzes, há sempre um curto-circuito nas liberdades republicanas (p. 3).

Com exceção de Campos, todos os nomes se referiam a militares de carreira que estiveram envolvidos em outras situações definidoras do destino político do país. O Justino a que Sobral se refere foi Joaquim Justino Alves Bastos, à época general, que ao longo de sua carreira lutou a favor da repressão dos movimentos tenentistas dos anos de 1920, não aderiu à Revolução de 1930, tendo sido um dos organizadores da Revolução Constitucionalista de 1932 (CENTRO, 2009a). Depois de dois anos em exílio, foi anistiado em 1934, retomando seu posto no Exército. Esteve a favor da posse de Juscelino, em 1955, e, em 1963, comandou o IV Exército no combate aos movimentos sociais de esquerda que ganhavam força em Pernambuco e logo passou a compor o grupo em defesa do ‘golpe preventivo’ contra uma idealizada revolução socialista no Brasil liderada por João Goulart.

Já Amauri Krueel, amigo pessoal de João Goulart, defendeu seu direito a posse como presidente na Campanha da Legalidade tornando-se, em seguida, chefe do Gabinete Militar e ministro da Guerra e peça chave para a restauração do presidencialismo, até que conflitos entre as bases de apoio do presidente, representadas à direita por Krueel e à esquerda por Leonel Brizola, entraram em conflito frente aos rumos das manifestações a favor das reformas de base e de estratégias de neutralização de opositores. Nessa disputa, Krueel saiu derrotado e foi substituído por um militar mais à esquerda, Jair Dantas Ribeiro. Não há consenso na historiografia acerca do momento exato em que o até então amigo passou a conspirar contra o governo de Goulart⁴⁹, mas é ponto pacífico que sempre houve nele o conflito entre os laços de

⁴⁹ Dreifuss (1981) afirma que Krueel iniciou em março de 1963 arranjos conspiratórios contra o governo Goulart, do qual ainda fazia parte. Porém, Faria (2013), a partir de uma detida análise da documentação utilizada por aquele historiador e do cotejamento metódico de outras fontes, conclui que, “ainda no instante decisivo, Krueel tentava oferecer uma alternativa a Goulart, atitude que não era cogitada pelos oficiais então engajados no golpe de Estado e que, naquele momento, pressionavam o Comandante do II Exército por sua adesão” (p. 196).

amizade e a rejeição às posições políticas do presidente.

Apesar de Sobral não explicitar a data na qual enviou a carta a Kruel, identifica-o pelo topônimo “São Paulo”, local para onde foi chamado a assumir o comando do II Exército, seis meses após ter sido afastado do cargo de ministro. Segundo indicam Faria (2013) e Coutinho (2009), a essa altura Kruel já havia estreitado conversações com articuladores do “golpe preventivo”, mas Goulart ainda lhe depositava grande confiança até que a notícia de sua adesão ao golpe chegou ao palácio do governo na manhã do dia 1º de abril de 1964.

Pela lotação dos comandantes citados, a carta provavelmente foi escrita em março de 1964, quando Âncora, comandante do I Exército desde o ano anterior, passou a responder pelo Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro, afastado por motivos médicos. Nesse ínterim, o general mostrou-se fugidio em relação às determinações de João Goulart: Âncora negou-se a prender o general Castelo Branco, chefe do Estado Maior do Exército, após este divulgar uma circular incitando militares a se oporem ao governo do presidente, também se recusou a atender o pedido do ministro da Marinha que solicitava a colaboração do Exército no controle da rebelião de marinheiros ligados à Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil⁵⁰.

Seus últimos atos frente ao I Exército foram aconselhar Goulart, em 1º de abril de 1964, a deixar o Rio de Janeiro por falta de segurança e, em seguida, partir ao encontro de Kruel, em Resende (RJ), que ali estava frente às tropas rebeladas e pretendia atacar as forças do I Exército (CENTRO, 2009b).

O tipo de interlocução que Sobral declarou manter com esses sujeitos nos momentos finais de Goulart a frente do país não deixava a menor dúvida sobre sua atuação política, mas é na frase declarada a Quintella que podemos entrever a forma como Sobral gostaria de ser visto na cena pública. Retomemos um trecho de sua fala: “Fui, de fato, a primeira pessoa a atacar o Jango”. Ora, as cartas que enviou aos comandantes do Exército são, provavelmente, do início do mês de março e é de conhecimento amplo toda a oposição enfrentada por Goulart desde a renúncia de Jânio Quadros. Ao assumir a presidência, cresceram as mobilizações dos

⁵⁰ Era uma organização civil que reunia praças da Marinha de Guerra do Brasil e reivindicava aos marujos o direito a casamento, voto, uso de trajes civis fora do expediente de trabalho, melhores condições de trabalho, modernização do regimento disciplinar. Na comemoração de dois anos de sua fundação, cabo Anselmo, líder do grupo, afirmou “a disposição da associação de lutar contra o imperialismo e o latifúndio, em favor das ‘reformas de base, que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis’” (Revolta dos Marinheiros, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-dos-marinheiros>). A realização desse evento foi uma ação de protesto contra a prisão dos organizadores do evento, por determinação do almirante Sílvio Mota, Ministro da Marinha, desencadeando o evento que ficou conhecido como a Revolta dos Marinheiros de 1964. Ao anistiar os revoltosos, Goulart acabou por acelerar o processo de adesão dos oficiais da Marinha ao golpe contra um governo considerado sindicalista e simpatizante do comunismo (MENDES JUNIOR, 2008).

camponeses, dos estudantes e dos operários sob uma base ideológica nacionalista e em prol de reformas sociopolíticas. Uma onda de greves, a escalada da inflação e o fracasso do plano econômico que pretendia promover crescimento econômico em consonância com reformas sociais e combate à inflação fez crescer na oposição um desejo de golpe como deixara claro Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara, em entrevista concedida ao periódico *Los Angeles Times*, em setembro de 1963, que gerou grande repercussão no país.

Os ministros militares e o presidente João Goulart emitiram uma nota em resposta ao declarado por Lacerda conclamando “as forças vivas da Nação a cerrar fileiras em torno das autoridades constituídas, da lei e da ordem”, acusando-o de conspirador (CHEFES, 1963, p. 1). Lacerda tentou desmentir o teor da entrevista publicada naquele jornal, mas o repórter a quem a concedeu declarou ter tudo registrado numa fita magnética e completou: “não creio tenha o governador coragem para desmentir tudo aquilo que declarou (...), pois ele declarou muito mais coisas além daquilo que foi publicado” (CHEFES, 1963, p. 1). E o que dizia o governador? Além de afirmar que os ministros militares “estariam tramando a derrubada do presidente da República”, dizia que estava “reabastecendo suas baterias para esperar a queda do presidente João Goulart, possivelmente antes do fim deste ano [1963]” (CHEFES, 1963, p. 1).

Se os periódicos da época e os estudos acerca do governo de João Goulart indicam que o movimento em torno de um golpe já estava claro bem antes das cartas às quais Sobral se referiu na entrevista a Quintella, por que fazia questão de chamar para si a responsabilidade por incutir entre os militares a ideia de deposição de Goulart contra a “bolchevização do Brasil”? Essa reconstrução, reelaboração ou simples preenchimento da narrativa de Sobral remete a uma reflexão de Bourdieu (2006) acerca da narrativa biográfica bastante relevante para o trato da escrita de si como fonte de pesquisa. Enquanto o autor trata das biografias clássicas, ou seja, obras em que o sujeito é apresentado de maneira linear, teleológica, chama a atenção para o fato de que esta é uma narrativa que resulta de um preenchimento completamente imaginário, que o escritor faz a partir de distorções. Não são mentiras, mas reinterpretações, revisões que o autor Sobral faz acerca da própria vida, aproximando o Sobral personagem do presente. Ao que Kotre (1997) chamou de efeito eu-sempre-soube, Bourdieu (2006), de ilusão biográfica.

Além do efeito de verdade, é preciso estar alerta ao efeito diametralmente oposto: considerar uma farsa o sujeito que busca dar coerência a si nas relações com o mundo que o rodeia, compreendendo que a ilusão (auto)biográfica não se converte em mentira, mas em recurso de coesão para a vida. Seja na perspectiva da psicologia ou da sociologia, o ponto que se levanta é falta do sentido nos episódios da vida por si só, a inexistência da verdade absoluta mesmo onde se busca a neutralidade. Não havendo verdade absoluta na vida, não a encontramos

em egodocumentos nem mesmo nos ditos documentos oficiais. Não podemos, dessa forma, enquanto historiadores da educação, ter a pretensão de escrever a verdade. Nosso exercício está limitado pelo fato de que toda fonte é uma representação, portanto sem o poder de alcançar a verdade (LE GOFF, 2001).

Gomes (2004) salienta a legitimidade do desejo por uma unidade do eu diante da “radical singularidade de cada um. Uma singularidade que se traduz pela multiplicidade e fragmentação do próprio indivíduo e de suas memórias através do tempo” (GOMES, 2004, p. 12-13). Sendo assim, as práticas de produção de si tentam dar uma certa linearidade e coerência à trajetória do indivíduo frente aos limites das experiências da vida.

Nem portadora da verdade, nem encenação. Da escrita de si emergem identidade e memória e, no caso das cartas, se configura como um espaço de sociabilidade por pretender um interlocutor (ou mais, como nas cartas compartilhadas, arquivadas à espera de um desbravador ou publicizadas), alguém a interagir e de quem se espera uma resposta. Podendo cair em mãos erradas, muitas vezes, são cercadas de cuidados, pudores, não-ditos e silêncios talvez rompidos ao pé do ouvido, como evidenciou Mignot (2002) ao discorrer sobre as dificuldades enfrentadas ao se propor à interpretação das cartas recebidas pelo prisioneiro político Edgar Sussekind de Mendonça. Nessa constatação, há um importante alerta aos pesquisadores que têm cartas em suas mãos: esta não é uma forma natural e espontânea de se comunicar. A escrita epistolar “exige tempo, reflexão e disciplina”, esforço motivado por razões variadas: “conversar, seduzir, desabafar, agradecer, pedir, segredar, informar, registrar, vender, comprar, desculpar e desculpar-se, falar da vida, enfim!” (BASTOS; CUNHA; MIGNOT, 2002, p. 5), um exercício por meio do qual o escritor se faz presente junto ao destinatário e se compromete por meio da palavra registrada e se expõe. Atos nomeados por Sobral como prova de lealdade, coragem e franqueza.

Levando-se em consideração o momento político no qual o missivista decide reunir e publicar em livro algumas de suas missivas, Habib (2008) nos aponta um bom caminho interpretativo acerca da imagem de si projetada por Sobral numa das famosas cartas que escreveu ao presidente Costa e Silva, em 1968. O autor chama atenção para as estratégias discursivas que lhe conferem um caráter moral positivo, estratégias por meio das quais se projeta como alguém de reconhecida sinceridade e honestidade, qualidades que reforça para garantir o desempenho discursivo e conferir-lhe legitimidade para falar. Sobral, então, depõe como alguém “de dentro”, sujeito ativo nas tramas políticas que vislumbravam o perigo vermelho e na proposição de uma ação preventiva com vistas a salvar o país. Mas, não responsável pelos rumos tomados a partir da execução do golpe. E esse é um ponto fundamental

no repertório de imagens que Sobral cria de si.

Crítico ferrenho do Estado varguista, Sobral atuou no sentido de restabelecer as liberdades no país, porém, em 1964, suas articulações levaram os brasileiros aos vinte anos mais duros da história republicana. Como equacionar resultados tão divergentes? A leitura de *Lições de liberdade* nos permite chegar pelo menos a parte dessa resposta ao dar a ver a luta heroica contra os efeitos da ditadura sobre a República, a democracia e as liberdades. Em um único livro, reuniu cartas e outros documentos que desvelam seus embates pela garantia do exercício da profissão de advogado sem os embaraços impostos pelo governo, enfrentamento aberto contra tudo o que caracterizava a existência de uma ditadura no país e tudo o que fez, “dentro da ordem e do respeito mesmo às Autoridades de fato para que, em nosso País, as Forças Armadas [voltassem] a obedecer ao Poder Civil”⁵¹.

Passadas as palavras iniciais por meio das quais procura sustentar seus posicionamentos, corrigir qualquer fragilidade que se aponte nesse percurso e autorizar sua voz desassombrada diante das circunstâncias avaliadas e dos leitores aos quais se dirige, cartas, telegramas, documentos jurídicos – todos assinados por Sobral Pinto – são justapostos, entremeados algumas poucas vezes por brevíssimas linhas que pretendem contextualizar o testemunho seguinte. Peças avulsas e diacrônicas, manifestos contra os anos de chumbo⁵² que passaram por um processo de editoração que lhes conferiu um novo sentido em meio a organização dos movimentos pela anistia, momento em que, no campo de batalha da memória, os valores democráticos e seus defensores ressurgem como vencedores ante os militares golpistas (REIS, 2004).

Ovacionado como herói da democracia pelas esquerdas que vinham realizando o apagamento da radicalização e do confronto reformista e ressurgiam como “vítimas bem-intencionadas, atingidas e perseguidas pelo movimento golpista” (REIS, 2004, p. 40), sem negar o título, Sobral ressaltava seus valores pessoais, profissionalismo e lastro como defensor histórico da democracia. O caldo, portanto, de uma cultura definida não pelo conhecimento adquirido nos livros e nas experiências da vida, mas por aquilo que estava entranhado em sua personalidade⁵³, vertendo-se em hábitos, práticas cotidianas das virtudes sociais.

⁵¹ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Ribeiro de Castro, de 14 de agosto de 1973, 9 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 138.

⁵² Período delimitado pela edição do AI-5, em dezembro de 1968, e o fim do governo Médici. Seu sucessor, o general Ernesto Geisel, deu início ao processo de abertura política que definiu como lento, gradual e seguro.

⁵³ O termo personalidade é carregado de significação especial nos escritos de Alceu Amoroso Lima e é tributária da noção de personalismo, como destacou Cauvilla (2011). Considerada como expressão da elevação pessoal,

Entretanto, é importante destacar o perigo da simplificação do olhar acerca das atitudes do advogado católico, limitando-as a simples estratégias de atuação. Sobral demonstrava um compromisso com o pensamento católico acerca do seu papel na sociedade cuja medida pode ser identificada no discurso dirigido aos juristas católicos em dezembro de 1953, pelo Papa Pio XII, no qual delineou a responsabilidade essencial e a multifacetada natureza do papel dos advogados e juristas na sociedade.

A fala do Papa ressalta não só a importância funcional desses profissionais na proteção dos direitos individuais e na administração da justiça, mas também sublinha a responsabilidade moral que carregam. Advogados e juristas são, segundo ele, guardiões da justiça, desempenhando um papel vital como mediadores entre o público e o sistema jurídico. Eles são responsáveis por assegurar que os direitos fundamentais sejam protegidos e que o acesso à justiça seja universal e equitativo. Este papel vai além da simples representação dos clientes, englobando a sustentação da integridade do sistema jurídico e a promoção ativa da justiça.

Nesse sentido, Sobral mostrava-se habilitado ao enfrentamento da luta contra os efeitos da ditadura civil-militar tal como fez anteriormente diante da ditadura Vargasista. Não por acaso, antes de detalhar seus feitos contra a ditadura militar, escolheu iniciar sua narrativa documental com quatro cartas que expõem como participou ativamente da queda de Getúlio, em 1945. Fazendo uso da melhor arma que possuía – a palavra – escreveu a autoridades políticas, aos pares e à sociedade brasileira manifestando e instruindo acerca dos movimentos necessários à retomada democrática.

A primeira dessas cartas foi escrita em 27 de abril de 1945, tendo como primeiro interlocutor o Capitão Luís Carlos Prestes. Alguns dias antes, havia chegado à imprensa periódica carioca o apelo de Prestes em favor da União Nacional, atitude que deu a Sobral a oportunidade de manifestar ao amigo as ressalvas que tinha em relação àquela proposição política ao tempo em que conclamava comunistas e liberais a unirem-se contra o fortalecimento do poder de Vargas.

Mas, que é União Nacional? É um método político de unificação das correntes partidárias do país, adotado e seguido com o objetivo de fazer cessar, por motivos de guerra, dentro de uma Nação, e enquanto dura o conflito, as lutas da vida partidária, para possibilitar a formação de um governo onde figurem representantes de todas essas correntes políticas, governo este que, dada a sua constituição, atuará livre e

representa a passagem da condição de animal intuitivo para a de personalidade racional e criadora por meio de uma educação integral, ou seja, capaz de promover o conhecimento – a instrução – conjugado à incorporação de valores morais, estéticos e religiosos. Tal concepção é tributária de Jacques Maritain, filósofo cujas ideias, em associação ao tradicionalismo da filosofia católica, modelou o canal por meio do qual os vitalistas interpretaram e intervíram na política, na economia e na cultura brasileiras.

despreocupadamente no só sentido do esforço máximo de guerra⁵⁴.

Ao apresentar uma definição sobre o tema, o missivista tratou de iniciar sua argumentação no sentido de comprovar a inexequibilidade da proposta defendida por seu interlocutor inicial. Sob sua ótica, Getúlio Vargas não teria condições de propor um governo de União Nacional por ser um ditador, alguém que se apossou da autoridade de maneira ilegítima por duas vezes: no golpe de 1937, que instaurou o Estado Novo, e em 1942, quando, ao proclamar estado de guerra contra a Alemanha e a Itália, decretou a prorrogação por tempo indefinido de seu mandato de Chefe de Estado. A recusa de Vargas em aceitar qualquer restrição ao seu soberano arbítrio culminaria em graves problemas tanto para os católicos, como Sobral, quanto para os comunistas dentre os quais Prestes emerge como liderança, afinal a trajetória do ditador era marcada pela afronta à dignidade humana, perseguição aos opositores e cerceamento das liberdades, inclusive da Igreja Católica.

Reconhecendo as divergências ideológicas em relação a Prestes, Sobral fez questão de lembrar que essas diferenças não foram suficientes para impedir que os dois lutassem “lado a lado, por entre sofrimentos e agonias cruciantes, dentro sempre da ordem e da justiça, pela libertação da nossa Pátria, oprimida, sem cessar, por homens e regimens, que a têm tratado como madrasta dura e implacável”⁵⁵. Assim como divergências ideológicas não foram suficientes para impedir que capitalistas e socialistas se unissem contra o nazifascismo durante a 2ª Guerra Mundial. Ao apoiar Getúlio, Prestes estaria remando na contramão do que o mundo vivia naquele momento. E segue, em sua argumentação, não só reconhecendo o valor e influência política no Brasil, mas destacando as contribuições de uma aproximação entre o líder comunista e o grupo que intitula verdadeiros democratas:

Com os olhos voltados para o futuro da nossa Pátria, e para a grandeza moral da Igreja Católica no Brasil, eu me permito, na modéstia da minha insignificância pessoal, dizer ao meu prezado amigo que o que eu desejo é ver o Sr. aliado, não ao Sr. Getúlio Vargas, mas aos verdadeiros democratas da Nação Brasileira⁵⁶.

⁵⁴ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Luís Carlos Prestes, de 27 de abril de 1945, 18 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 31.

⁵⁵ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Luís Carlos Prestes, de 27 de abril de 1945, 18 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 34.

⁵⁶ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Luís Carlos Prestes, de 27 de abril de 1945, 18 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 45.

Assim como afirmou junto ao amigo que em nada se aproximava o governo de Vargas aos ideais democráticos, Sobral também escreveu ao general Góes Monteiro, Ministro da Guerra, para desfiar seus argumentos contra a permanência do Chefe de Estado no poder. A mesma cautela, ao basear apontamentos na análise de contextos por meio do que se veiculava na imprensa e em reflexões a partir de referenciais bibliográficos nacionais e estrangeiros, dispensada na missiva destinada a Prestes também é identificada no texto encaminhado ao general em 20 de outubro e nos dias subsequentes. Contudo, já não se tratava de um convite ao debate entre amigos, mas uma resposta ao general que se sentiu desprestigiado pelo Conselho Federal da OAB, que não o defendeu das críticas que lhe desferiu o próprio Sobral.

Nos cinco primeiros parágrafos da carta, Sobral deixa claro que as discussões entre eles eram constantes, algumas públicas, outras privadas, ainda que não configurassem segredo. Defendendo-se de ataques anteriores feitos pelo Ministro enquanto aponta atos de deslealdade, Sobral ressalta nunca ter desacatado a ele ou a qualquer outra figura pública com quem se dispôs ao debate, respeita o fato de seu interlocutor ser “autoritário até o cerne d’alma” e reconhece o direito que tem de “pelejar [pelas ideias autoritárias], com a mesma tenacidade e o mesmo denodo com que eu luto pelas minhas convicções, antagônicas às de V. Exa.”⁵⁷. Contudo, se via obrigado a reagir quando reconhecia a confusão que homens públicos lançavam às cabeças dos brasileiros ao usarem palavras que escamoteavam o conteúdo real de suas ideias e era o que combatia naquelas linhas escritas ao general:

O que eu, porém, não posso admitir, sem dolorosa surpresa, é que V. Exa., partidária do Estado autoritário forte, criador único e irresponsável de normas positivas, proclamadas como contendo em si todo o direito humano, ingresse, em nome dos ideais democráticos, no seio de um governo que tem, nos lábios do seu Chefe supremo, a palavra Democracia, quando, no coração desse mesmo Chefe, a palavra que ali se inscreveu, desde a sua mocidade, outra não é senão a de Autocracia. (...) A palavra para VV. Exas. [sustentáculos do governo Vargas] não é alimentada pelo argumento, mas serve apenas para lançar cortinas de fumaça, que, soltadas com rara habilidade, na hora propícia, ocultam com eficácia indestrutível, as manobras que o Poder, com seus imensos recursos, permite aos governantes levar a bom termo⁵⁸.

E a vontade de fazer vencer as concepções autoritárias do governo fazem com que alianças aparentemente inimagináveis surjam com força no cenário nacional. Sobral referia-se

⁵⁷ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Luís Carlos Prestes, de 27 de abril de 1945, 18 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 49.

⁵⁸ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Luís Carlos Prestes, de 27 de abril de 1945, 18 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 49-50.

à aproximação entre comunistas e fascistas, vista por ele como normal por reunir duas correntes de pensamento que teriam em comum a “concepção de Estado autoritário, ditatorial, onipotente que [ambos] consideram como o único instrumento capaz de realizar, no seio do povo brasileiro, os ideais revolucionários que abraçaram freneticamente”⁵⁹, conforme teria preconizado Mussolini em fins de 1921⁶⁰. Contudo, declarou o missivista, esses descaminhos não colocavam em dúvida o patriotismo do general, muito menos depunham contra sua vida privada, mas revelavam uma orientação perigosa contra a qual deveria lutar.

Nenhuma palavra sobre uma possível colaboração para a submissão de Vargas ao processo eleitoral democrático foi dita na carta a Góes Monteiro. Enquanto com Prestes, em nome da amizade que nutriam um pelo outro, Sobral se sentiu no dever de alertá-lo sobre os perigos de uma aproximação com o presidente do país, convidando-o a uma frente de oposição democrática, na carta enviada ao general, o missivista focou em apontar os pontos divergentes entre eles, acusando-o de uma aproximação com os comunistas a fim de fortalecer o autoritarismo de Vargas. Esse posicionamento, mudou somente a partir da segunda carta enviada ao general, apenas quatro dias depois da primeira.

Em alusão à carta que recebeu do general Góes Monteiro em resposta ao que lhe enviou em 20 de outubro⁶¹, Sobral desenvolveu uma tréplica que, ao invés de mantê-los em campos opostos, como fez anteriormente, tratou de reconhecer aquilo que os uniria: o “ponto de vista idêntico (...) a respeito da extrema gravidade da situação atual”⁶², dando passos decisivos para a efetivação da deposição de Vargas, estabelecendo as responsabilidades de cada um nesse processo:

Urge, porém, que V. Exa. apreenda, com nitidez indisfarçável, que as suas

⁵⁹ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida ao Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, de 20 de outubro de 1945, 11 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 53.

⁶⁰ Para tal afirmação, Sobral Pinto usa como referência uma longa citação – traduzida livremente por ele –, cuja referência indicada por ele é A. Rossi, *La naissance du fascisme*, 1938, pág. 136. Essa obra, atualmente, está disponível no site *Gallica*, por meio do qual pude extrair informações adicionais. O título completo da obra é *La naissance du fascisme: l'Italie de 1918 a 1922*, e a citação usada por Sobral consta na primeira página do capítulo dedicado às estratégias de submissão dos socialistas. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k3402464g/f6.item>. Acesso em 21 ago 2022.

⁶¹ *Lições de liberdade* foi composto somente pela correspondência ativa do advogado. Não tive acesso à correspondência passiva de Sobral Pinto. Faz parte da política dos detentores de seus direitos autorais, preservar tudo aquilo que foi confiado a Sobral por terceiros. Dessa forma, pude observar a dialogicidade da correspondência trocada de maneira bastante fragmentada, a partir dos arquivos pessoais de intelectuais como Alceu Amoroso Lima, Henrique José Hargreaves, Otto Lara Resende e Gustavo Corção.

⁶² Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida ao Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, de 24 de outubro de 1945, 10 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 59.

responsabilidades são, entretanto, infinitamente muito maiores do que as minhas, porque V. Exa. é Ministro da Guerra, tendo assim, nas suas mãos, os elementos necessários para atuar, com eficiência decisiva, na conjuração da crise político-social, que pesa sobre a Nação⁶³.

Góes Monteiro seria o homem que possuía em suas mãos as condições necessárias para extirpar do país a “inquietação e desordem” e a “crise de confiança e de caráter” instaladas pelo Estado Novo, ou seja, por ser o Ministro da Guerra, tinha o poder de colocar as Forças Armadas “ao serviço do bem comum da Nação Brasileira”⁶⁴. Porém, algumas medidas deveriam ser tomadas, anteriormente, a fim de se alcançar o sucesso de uma intervenção militar. O missivista, chamava-lhe a atenção para a necessidade de restaurar a confiança dos companheiros das classes armadas e dos brasileiros, orientando-o sobre como fazer isso.

O primeiro passo, seria convocar ao seu gabinete lideranças militares para convencê-los dos males que afligiam o país, assim convocando-os a agir no sentido de mudar as instituições políticas e sociais do país e de substituir os dirigentes políticos por homens capazes de sobrepujar interesses pessoais e o orgulho doutrinário a favor do interesse público. Sobral acreditava que, dessa maneira, Góes Monteiro estaria fortalecido pelo apoio das Forças Armadas. E esse seria o requisito fundamental para a execução do segundo passo: chamar a imprensa para uma entrevista coletiva com o objetivo de comunicar aos brasileiros que as Forças Armadas deliberaram unir-se ao povo “para ajudá-lo a construir, com novos homens verdadeiramente representativos dos velhos e nobres ideais de uma Pátria grande, moralizada, (...) uma nova ordem político-social, capaz de fazer do Brasil uma Nação realmente civilizada”⁶⁵.

A carta, contudo, não servia apenas para instruir ao receptor, mas convencê-lo do perigo que Getúlio Vargas representava às instituições do país. Afastando qualquer possibilidade dessas instruções serem motivadas por rusgas pessoais, Sobral recorria a fundamentos teóricos capazes de conferir legitimidade ao que propunha ao Ministro da Guerra. Bem ao espírito da elite intelectual idealizada por D. Leme, com muita habilidade situava sua argumentação a partir de teorias políticas, histórias, geográficas interpretadas pelas lentes dos fundamentos católicos.

⁶³ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida ao Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, de 24 de outubro de 1945, 10 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 59.

⁶⁴ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida ao Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, de 24 de outubro de 1945, 10 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 59.

⁶⁵ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida ao Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, de 24 de outubro de 1945, 10 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 60.

Fazendo referências ao historiador argentino Lucas Ayarragaray⁶⁶ e ao cientista político francês André Siegfried⁶⁷, o missivista argumenta sobre os reflexos da formação política de Vargas em sua atuação como Chefe de Estado. Lembrando-o como herdeiro do castilhismo-borgismo, Sobral quer ressaltar o viés autoritário de uma doutrina baseada no Positivismo e inspiradora de um regime que privilegiaria a racionalidade e a moralidade em detrimento da liberdade. O caudilho que, no poder, via o governo como “uma conquista que cumpre defender-se como presa, recorrendo-se a todas as extorsões” (AYARRAGARAY, 1916, p. 3), poderia ser derrotado somente pelo Exército, pois, segundo Siegfried (1934), era a única força social organizada capaz de se opor à falta de espírito de legalidade das instituições civis latino-americanas, portanto “na América do Sul, poder-se-ia, em rigor, governar sem o Exército, mas nunca governar contra ele” (p. 104).

Suscitando emoções, apresentando argumentos lógicos, Sobral desenvolvia alguns dos elementos fundamentais da arte do convencimento, tentando persuadir não só Góes Monteiro, mas toda a classe militar, a agir no sentido de garantir a realização de eleições, prevista para o dia 2 de dezembro daquele ano, de maneira justa, com resultado favorável à democracia. À plateia, ou seja, aos seus interlocutores inicial e final, afirmava que o restauro da ordem jurídica no país por meio das urnas dependia de a capacidade do Ministro da Guerra alcançar a população, e seria possível apenas se fosse capaz de falar ao povo como um chefe militar. Para, a partir disso, unir Forças Armadas, Episcopado, sindicatos, Magistrados e imprensa pela manutenção de todo o programa das eleições, ou seja, para que nada fosse alterado antes, durante e após o pleito de forma a assegurar a posse daquele que saísse vitorioso.

Apenas três dias após a remessa da derradeira epístola, Sobral Pinto se viu impelido a escrever novamente a Góes Monteiro, animado por declarações do Ministro à imprensa nas quais afirmava ser o Exército uma instituição livre de amo. Após cumprimentos “pela atitude

⁶⁶ Classificado como positivista, Ayarragaray dedicou parte de sua vida ao estudo da história da Argentina e da colonização espanhola na América, do qual derivou o livro a que Sobral Pinto fez referência na missiva a Góes Monteiro: *A anarquia argentina e o caudilhismo*, com tradução de Mauro Pacheco, de 1916. Esse livro foi publicado originalmente sob o título *La anarquía argentina y el caudillismo: estudio psicológico de los orígenes argentinos*, um tipo de análise que se beneficiou de sua formação inicial, a Psiquiatria, e área na qual atuou até assumir o lugar de secretário no Departamento Nacional de Higiene, inaugurando sua trajetória em cargos políticos.

⁶⁷ Seu nome figura entre os mais importantes colaboradores da ciência política, tendo usado seus conhecimentos em geografia para introduzir o uso de mapas em estudos eleitorais, tornando-se pioneiro no campo que ficou conhecido como geografia eleitoral (GRANDY, 2015). O livro *Amérique Latine*, citado por Sobral Pinto, é uma obra de 1934 que pretende delimitar as fronteiras da América Latina, em oposição a América Anglo-saxônica, identificando similitudes naquele território a partir do olhar sobre aspectos geográficos, econômicos, políticos e de civilização. A obra está parcialmente disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k34021950/f39.item>. Acesso em 27 ago. 2022.

varonil e patriota” do militar, declarou:

Foi com emoção sincera, e alentado por novas esperanças, que ouvi, pelo rádio, no seio da minha família, tão agoniada quanto eu, a proclamação serena, mas firme, que V. Exa., numa inspiração de alto patriotismo, dirigiu ao Exército Nacional. Sob a ação de idênticos sentimentos, li, mais tarde, na edição final de *O Globo*, os termos claros, definidos e precisos da entrevista de V. Exa., próprios de um chefe militar, consciente não só das suas responsabilidades, mas também da gravidade da situação política, que se criou para o Brasil, nesta dramática transição (...) de um Poder ilegítimo para um Poder legítimo, da ilegalidade total para os começos de uma legalidade futura, de um regime de arbítrio pessoal soberano para um regime de Poderes limitados, mas coordenados, de modo a que fiquem habilitados a promover, com prudência e segurança, o bem comum da Pátria Brasileira⁶⁸.

Mas a epístola, que parecia ter somente finalidade elogiosa, logo aproximou-se do mesmo espírito da remetida ao Ministro poucos dias antes. Recomendações de atenção sobre as ações do Ministério do Trabalho e do PCB visavam alertar sobre os perigos da aproximação entre o castilhismo-borgismo de Vargas e o marxismo de Prestes. Na perspectiva de Sobral, essa união acarretaria grande prejuízo ao catolicismo e a melhor maneira de evitá-lo seria com as Forças Armadas excluindo Vargas da corrida presidencial, vontade projetada nas linhas finais de sua carta.

Segundo a perspectiva do intelectual católico, essas cartas contribuíram definitivamente para a deposição de Vargas e alçavam-no à categoria de protagonista nos combates contra o autoritarismo e a violência, a favor do diálogo e da democracia. Juntas, provavam ser possuidor daqueles atributos que o tornaria herói também nos combates a favor do poder nas mãos dos civis e retorno dos militares aos quartéis durante o período ditatorial: capacidade, conhecimento e coragem, em comunhão com os elementos da vida virtuosa, esses mais diluídos na prática cotidiana da advocacia e no exercício do que qualificava como dever de cidadão.

Capacidade e conhecimento derivavam de seus muitos estudos nos campos da Filosofia, do Direito, da Ciência Política, como demonstrava nas cartas escritas, mas a coragem era alimentada por outro material. Sobral havia decidido nunca fazer parte de partidos políticos nem assumir cargos públicos, assim poderia se manter fiel aos seus valores éticos e morais. Mantendo-se afastado das vaidades e dos benefícios financeiros que a vida política poderia lhe dar, fazia questão de reafirmar seu desinteresse, lealdade e sinceridade na construção de uma Nação civilizada:

⁶⁸ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida ao Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, de 27 de outubro de 1945, 4 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 69.

Reivindiquei sempre, para mim, a perigosa e desagradável missão de falar com franqueza aos governantes do país, na esperança de poder convencê-los (...) de que precisam mudar de rumo (...) [e] sinto-me com a autoridade moral necessária para seguir esta orientação de homem que se consagrou, por entre sacrifícios inenarráveis, à delicada tarefa de advertir, serena e imparcialmente, não só os governantes do País, mas também, os cidadãos brasileiros sobre os grandes riscos que a Nação vem correndo⁶⁹.

Além desses recursos, uma imagem se impõe desde as primeiras linhas de *Lições de liberdade* e contribui para a reafirmação de uma identidade do missivista caracterizada pelo vigor, não só das palavras, mas do físico: “Se não o conhecesse há vinte anos, diria que faz seus sessenta”, declarou Quintella (1977, p. 9), pois houve vez em que o encontrou em jantar na casa de amigos e lá pode ouvir as muitas “aventuras jurídicas” contadas com muito entusiasmo pelo próprio advogado. Finalizado o evento, ficou a cargo de Quintella levá-lo em casa. Contavam já duas horas da madrugada e o editor impressionara-se com o que qualificou como sinais de boa disposição em Sobral em hora tão avançada. Concluiu o editor: “trata-se de homem em pleno gozo de suas faculdades mentais, psíquicas e físicas. Não se trata de alguém que necessite de bengala ou de tomar remédio a horas determinada ou apresente falhas de memória, que funciona com precisão de computador” (QUINTELLA, 1977, p. 9, grifo do autor).

A essa passagem, Quintella acrescenta outra ocorrida enquanto, juntos, preparavam *Lições de liberdade*. Segundo ele, era meia noite e haviam se passado quatro horas de trabalho intenso de busca, seleção e trato de documentação que comporia o referido livro, Quintella dava os primeiros sinais de cansaço quando ouviu de Sobral: “Vamos logo, tenho muita coisa a fazer”. Mais três horas se passaram. O editor, “arrancando teia dos olhos”, avisou que era hora de descansar, precisava ir embora, dormir, mas Sobral, afirmou, “teve a petulância de dizer: ‘vou estudar uma petição’” (1977, p. 9).

As histórias lembradas por Quintella harmonizam com a imagem de si que o próprio Sobral cultivou ao longo da sua trajetória. Temos traço vívido dela na carta escrita a Prestes: “Transgredindo prescrição médica, e procurando dominar o meu abatimento físico, retomo, por momentos, a minha atividade de homem público, só para fazer chegar ao seu conhecimento o meu modesto ponto de vista pessoal de católico e de brasileiro”⁷⁰. Com essas palavras, iniciou a conversação com o amigo que procurava convencer da gravidade das decisões políticas que

⁶⁹ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida ao Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, de 27 de outubro de 1945, 4 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 69.

⁷⁰ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Luís Carlos Prestes, de 27 de abril de 1945, 18 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 45.

tomara e, no mesmo tom, encerrou-a: “Doente, sabe o prezado amigo que me levantei tão só para redigir esta mensagem, que não é de crítica ou censura, mas, sobretudo, de afeto, e de consideração”⁷¹. Ao expor sua condição de saúde ao amigo, e, apesar dela, assumir o compromisso de tratar de questões que considera importantes para a organização de um novo cenário político no país, submete seu corpo e sua dor ao dever cívico de preservar os brasileiros de anos a mais de autoritarismo.

Esse conjunto de qualidades se torna o elemento básico a partir do qual Sobral cria imagens de si que possuem legitimidade para intervir no contexto político do país e para persuadir o auditório a que se dirige. O cidadão patriota, o advogado que não se cala diante das injustiças e o católico devotado equilibram-se na letra do intelectual que escreve aos líderes e aos concidadãos, que expõe à plateia sua visão de mundo ao tempo em que a ela fornece “lições de liberdade”.

Sobral escreveu a Prestes e a Góes Monteiro, mas eles não foram seus interlocutores finais. A ‘plateia’ a quem dirigia seus discursos expandia-se na medida em que convocava as Forças Armadas a se posicionarem diante dos interesses de Vargas em permanecer no governo⁷², ou em que convidava comunistas e democratas a abandonarem todo tipo de malabarismo político para juntos combaterem o fascismo varguista⁷³. Ampliava-se mais ainda ao dirigir-se ao povo, propondo o enfrentamento honesto dos problemas políticos frente àqueles que sofriam há anos sem escolas, sem lar, sem hospitais: “Certo de que meu prezado amigo verá nesta minha manifestação, que irei tornar pública, sem demora, por imperativo do meu amor ao Brasil, o nobre desejo de servir às necessidades urgentes do povo brasileiro”⁷⁴. Suas cartas, dessa forma, vertiam-se em manifestos e como tal precisavam alcançar o maior auditório possível, por isso, rapidamente, passavam a ocupar páginas de alguns periódicos da época, como o *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Commercio* e até mesmo *O Pasquim*, já na década de 1970.

⁷¹ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Luís Carlos Prestes, de 27 de abril de 1945, 18 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 30.

⁷² Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida ao Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, de 27 de outubro de 1945, 4 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 60.

⁷³ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Luís Carlos Prestes, de 27 de abril de 1945, 18 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 43.

⁷⁴ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Luís Carlos Prestes, de 27 de abril de 1945, 18 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977, p. 45.

Famosas e temidas, tornaram-se testemunhos de um tempo que se ia, mas não poderia ser esquecido ou minimizado. Mostravam que a liberdade era resultante de longas batalhas. Difícil de ser conquistada, devia ser constantemente vigiada sob a pena de perdê-la por longos anos. Perdendo-a, como recuperar? As cartas de Sobral continham algumas dessas lições, mas até então haviam chegado ao seu destinatário final e compartilhadas em cópia com alguns amigos selecionados, estavam somente entre papéis guardados. O livro, então, surge como depositário resistente e seguro, onde as cartas criavam uma outra narrativa, com distância temporal reduzida e entremeada de documentos jurídicos que tornam as imagens de advogado e cidadão indissociáveis e suas vozes, únicas.

Sendo assim, o uso estratégico dessas correspondências revela não apenas a intenção de Sobral de influenciar e dialogar com os poderes estabelecidos, mas também sua habilidade em utilizar a escrita como uma ferramenta de engajamento público e afirmação intelectual. Neste ponto, reafirmo a prática que adotou de avisar ao interlocutor de que aquele conteúdo não era privado e poderia ser reutilizado por sugerir uma compreensão acerca dos meios de comunicação de sua época. Essa prática pode ser interpretada como uma maneira de Sobral ampliar a audiência de suas ideias, garantindo que suas missivas funcionassem como declarações públicas, destinadas não somente aos seus receptores imediatos, mas a um público mais amplo. Esse manejo das cartas como instrumentos públicos ampliou a percepção de Sobral como um estrategista intelectual que utilizava cada aspecto de sua produção escrita para consolidar sua posição e influenciar o discurso público. Ao explorar tais questões, esta seção não apenas esclarece a natureza de sua influência como intelectual, mas também contribui para uma compreensão mais ampla de como sua correspondência cuidadosamente organizada pode ser empregada para moldar a percepção pública e engajar em diálogos mais amplos sobre questões de justiça e liberdade. Mas, enquanto ao alcance de seu discurso? De fato, atingiu a sociedade brasileira ou restringiu-se apenas aos juristas? Qual o impacto de suas escolhas em sua trajetória intelectual? E em sua vida pessoal? A seguir, um olhar acerca do ambiente em meio ao qual *Lições* (1977) foi publicado e que ainda demandava de seu autor explicações sobre a decisão de defender presos políticos.

1.3 “Um homem contra o abuso de poder”: em defesa dos comunistas

Seu labor intelectual através de cartas aos

humildes e aos poderosos, seu testemunho sempre livre, de viva voz, em todas as ocasiões, tudo isso não é trabalho e produção intelectual?

H. J. Hargreaves, 1979⁷⁵

Na seção Cultura de *O Globo*, de 13 de março de 1978, o colunista Carlos Menezes levava aos leitores o *ranking* dos livros mais vendidos, no mês de fevereiro, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Curitiba e Vitória, segundo pesquisa de Informações Objetivas Publicações Jurídicas (IOB). Dentre os livros nacionais, *Lições de liberdade* ficava atrás somente de Alceu Amoroso Lima, com *Revolução suicida: testemunho do tempo presente*, Clarice Lispector, com *A hora da estrela* e Ricardo Ramos, com *A toada dos surdos*, superando autores da envergadura de Jorge Amado, com *Tieta do Agreste*, e Carlos Drummond de Andrade, com *Antologia poética*. Além de indicar o sucesso da obra assinada por Sobral, essa classificação traz mais um dado importante para se pensar o alcance do pensamento católico entre os leitores brasileiros. O fato de Alceu estar encabeçando a lista de livros mais vendidos seguido por seu amigo e braço direito, certamente não é uma coincidência, principalmente quando atentamos para o perfil da obra do literato católico.

Ao tratar das posições políticas assumidas por Alceu Amoroso Lima durante a Ditadura civil-militar, Costa (2018) recorre à seleção de artigos já publicizados feita pelo famoso crítico literário e escritor para compor a coleção *Crônicas do tempo presente*⁷⁶, a qual conta com cinco volumes publicados entre os anos de 1964 e 1977, dos quais o último foi o título que liderava as vendas de fevereiro de 1977. Em *Revolução suicida*, a escrita de Alceu contesta o famoso ‘milagre econômico’ e aponta disparidades entre o seleto grupo dos mais ricos e a ampla massa de subnutridos existentes no país, denuncia a tortura e o desaparecimento de presos políticos, clama frequentemente pela anistia de presos políticos, conforme trecho em destaque extraído de uma crônica originalmente publicada em outubro de 1974:

⁷⁵ Cópia carbonada de carta de Henrique Hargreaves a Heráclito F. Sobral Pinto, de 2 de abril de 1979, p. 2. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

⁷⁶ Segundo levantamento feito por Costa (2018), Alceu orgulhava-se em dizer que essa era uma coleção marcada pelo tom de oposição ao governo que havia promovido tão severa ruptura na continuidade jurídica do regime e da legalidade. Sob esse enfoque, reuniu artigos que publicou tanto no *Jornal do Brasil* quanto na *Folha de S. Paulo* e, seguindo uma ordem cronológica, compôs: *Revolução, reação ou reforma?* foi publicado no ano de 1964 e reunia materiais publicados entre os anos de 1958 e 1964; *Pelo humanismo ameaçado*, de 1965, publicações de 1962 a 1964; *A experiência reacionária*, de 1968, com artigos dos anos 1964 até 1966; *Em busca da liberdade*, de 1974, reunindo textos divulgados entre 1967 e 1973; e, finalmente, *Revolução suicida*, cobrindo os anos de 1973 a 1977.

Há neste momento, no Brasil, sem que sequer se possa citar-lhes os nomes, ao lado de nós, dezenas de lares e neles centenas de corações, que sofrem em silêncio a tragédia da espera, da dúvida sobre a vida ou a morte dos seus mais queridos (...) passam os dias, passam os meses, passam os anos talvez, e a espera continua vã. As promessas [das autoridades] continuam vãs. O destino dos desaparecidos continua envolto no mistério. (...) Até quando haverá, no Brasil, mulheres que não sabem se são viúvas; filhos que não sabem se são órfãos (...)? (LIMA, 1977 [1974], p. 45-46 *apud* COSTA, 2018, p. 57).

O literato católico denunciava na tribuna da imprensa o que Sobral Pinto vivenciava nos tribunais. Uma continuidade discursiva que demonstra por um lado a unidade das ações políticas do grupo intelectual do qual faziam parte e por outro a adesão da sociedade ao modelo de oposição fornecido por eles.

O entusiasmo dos leitores levou a Editora Comunicação, responsável pela edição de *Lições de liberdade*, a vislumbrar um segmento de atuação que poderia lhe garantir a sobrevivência no disputado e flutuante mercado livreiro do país. Fundada no início da década de 1970, era considerada a menor das editoras mineiras, mas, em 1977, também era vista como das mais ativas empresas do ramo, chegando a entregar ao mercado livreiro cerca de três títulos diferentes por mês. Construiu sua reputação a partir da publicação de obras infanto-juvenis, com destaque para a *Coleção do Pinto*, que levava a crianças e jovens temas como sexo e ecologia, mas viu na linha de publicações políticas uma possibilidade de se sustentar no ramo editorial (HALLEWELL, 1985; MATARELLI, 2011). A estratégia foi acertada, ao menos no que diz respeito ao sucesso alcançado pelo livro que levava o nome de Sobral Pinto. Seus dois mil exemplares foram vendidos em menos de um mês e logo inspirou a organização de uma coleção intitulada *Depoimentos*, que previa um livro de Hélio Bicudo, procurador de Justiça do Estado de São Paulo que havia se destacado no combate ao Esquadrão da Morte⁷⁷, e já contava com um segundo livro de Sobral Pinto, em fase de preparação.

Sob esse espírito, o nome do advogado e intelectual católico entrou para lista dos indicados ao Troféu Juca Pato, premiação destinada ao eleito a Intelectual do Ano. Sua obra, *Lições de liberdade*, publicada em dezembro de 1977, era considerada um *best-seller* (RÓNAI, 1979) e passou a disputar os votos dos associados da União Brasileira de Escritores (UBE) e de personalidades cujo direito de voto era assegurado⁷⁸: os secretários de Educação do Estado e

⁷⁷ Organização paramilitar que ganhou força em São Paulo a partir de fins da década de 1960 em nome de uma dita ofensiva contra o crime. As investigações expuseram o envolvimento de agentes da segurança pública com o crime organizado. Prostituição, jogo do bicho, tráfico de drogas, torturas e assassinatos, inclusive de pessoas consideradas perigosas à ditadura militar. Essas eram algumas das áreas nas quais o grupo atuava. O Esquadrão da Morte de São Paulo era comandado por Sérgio Paranhos Fleury, delegado do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) (COMISSÃO, 2015).

⁷⁸ Totalizando cerca de 1.400 votantes em todo o país (JUCA, 1979a).

do Município de São Paulo, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico, o presidente da Academia Paulista de Letras, os reitores da Universidade de São Paulo (USP), da PUC e da Universidade Mackenzie, o presidente da Câmara Brasileira do Livro, os presidentes dos Sindicatos dos Jornalistas e dos Proprietários dos Jornais, o presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) e o Clube da Poesia. Sobral Pinto concorria com Gilberto Freyre, por *Prefácios desgarrados e Alhos & bugalhos*, Jorge Andrade, por *O labirinto*, José Loureiro, por *Infância dos mortos*, e outros autores.

O título de Intelectual do Ano fora criado em 1962 e previa a entrega do Troféu Juca Pato. Uma distinção que elevaria aquele cuja obra fosse considerada importante para a cultura nacional e/ou relevante ao momento social vivido pelo país ao lugar de “intelectual do ano”. O prêmio foi criado por iniciativa da então jovem UBE e, segundo a escritora Helena Silveira, vice-presidente da instituição à época, simbolizaria o inconformismo e aqueles que o recebessem seriam os escritores “anti-torre de marfim” (JUCA, 1962).

A nova entidade fazia a defesa da herança literária, científica e artística brasileira, das tradições e da língua do país. Chamava os escritores à criação de estímulos às atividades literárias, à promoção de campanhas a favor de investimentos públicos para a melhoria da instrução pública, desenvolvimento da indústria editorial e cinematográfica e difusão do jornalismo. Visava solucionar problemas éticos e profissionais do escritor, desde a definição de seu perfil à proteção de seu trabalho intelectual, passando pelo estímulo à formação e fomentos para a realização de seus trabalhos. Além disso, a UBE fez constar em seu estatuto “a defesa intransigente das liberdades democráticas; da livre manifestação do pensamento em todas as suas formas de expressão; da liberdade de cátedra; do direito de reunião e de associação; do direito de greve e de quaisquer outros garantidores da dignidade humana” (UBE, 1957).

Em março de 1979, o resultado foi divulgado: Sobral Pinto havia sido escolhido para receber a premiação com 234 votos. Uma diferença de apenas vinte votos em relação ao segundo colocado, Gilberto Freyre, enquanto nenhum dos outros concorrentes ultrapassou uma dúzia de votos. Consagrado no meio jurídico e no meio católico, o intelectual era então consagrado pela sociedade brasileira organizada. Nas primeiras parciais divulgadas pela imprensa, Gilberto Freyre liderava a preferência dos eleitores, mas o crescimento de Sobral Pinto indicava uma possível virada no resultado final, o que se concretizou a partir de uma forte campanha dos movimentos pela Anistia (JUCA, 1979b) que ganhavam espaço desde meados da década de 1970 e não se restringiam apenas à luta pela conquista da lei, todavia

de elemento agregador para os movimentos da sociedade civil, e a interação com

outros atores emergentes na cena política foi essencial para dar aos Movimentos de Anistia um peso maior nas suas reivindicações. (...) Esse fator de mobilização ampliou o debate e as demandas civis durante o processo de abertura 'lenta, gradual e segura' (LANZA; NEVES JR; PIOVANI, 2020, p. 313).

Em Brasília para acompanhar a transmissão de cargo ao novo ministro da Marinha, Almirante Maximiano Fonseca, casado com uma sobrinha sua, e para consultar os arquivos do Superior Tribunal Militar (STM) a fim de reabrir o caso de Prestes, Sobral Pinto, junto a Ary Quintela, concederam uma entrevista à Cora Rónai, do *Jornal do Brasil* (JB):

Cora Rónai (CR) - O Sr tomou conhecimento de um projeto de lei de autoria do Deputado Alvaro Valle propondo a extinção da censura?

Sobral Pinto (SB) - [...] Ele pede a supressão da censura à imprensa e aos livros, o que me parece uma boa medida. Mas a censura a peças teatrais não devia ser suprimida, porque as peças imorais estão aí. O Poder Público tem o dever de impedir a imoralidade sob todos os seus ângulos, todos os seus aspectos.

CR - Mas essa censura por imoralidade não pode dar margens a uma censura arbitrária, como tem acontecido com tanta frequência?

SB - Se a faca serve para matar, vamos suprimir a faca de cozinha? O que é indispensável é que os homens façam críticas justas, severas, corajosas. Eu penso que dou esse exemplo, protestando contra os abusos [...].

Ary Quintela (AQ) - Vamos admitir que a censura possa ser exercida em relação a veículos de comunicação não optativos, por exemplo, a TV. Quando ligamos a TV, não sabemos o que vai ser mostrado no vídeo. Agora, uma peça teatral normalmente é conhecida por antecipação [...] As pessoas vão ao teatro se quiserem, o senhor não acha?

SB - [...] Teatro é um maravilhoso instrumento para educar a sensibilidade artística, a moralidade, o meio social - através de exemplos corretos. Agora, é incontestável que o Poder Público tem que ver que o homem tem uma tendência maliciosa. Então, a pessoa que vê certas imoralidades no teatro deseja acompanhar aquelas imoralidades porque aquilo satisfaz os seus instintos [...]. O poder jurídico tem que impedir que esse instinto seja alimentado e o teatro é uma das formas de alimentar essa tendência" (RÓNAI, 1979, p. 9).

Ao perguntar o que viria a ser esse livro, a colunista recebeu como resposta que se tratava de um livro que reunia documentação "de amparo e sustentação dos comunistas no sentido de impedir que fossem maltratados, massacrados, torturados, procurando dar a eles a noção de que não perderam a dignidade de pessoas humanas (...). Esse material mostra meu profundo respeito pela pessoa humana, independente de sua ideologia" (RÓNAI, 1979, p. 9). Na verdade, tratava-se de mais uma coletânea realizada a partir de seu arquivo pessoal de correspondência, cuja veracidade ou contextualização era feita com a inclusão de documentos jurídicos gerados antes ou a partir das missivas escolhidas. Lembremos, mais uma vez, ao que alude Chartier (1999): a geração de significados a partir de um texto não se limita apenas às intenções do autor. As estratégias do editor e a interpretação criativa do leitor também influenciam esse processo. Quando um texto é disponibilizado em diferentes formatos, diferentes formas de leitura são estimuladas. Portanto, deve-se avaliar não apenas o conteúdo

textual, mas também o meio que o veicula e as práticas de leitura associadas a ele.

Assim, chegou às livrarias a segunda obra assinada por Sobral Pinto, também sob a organização de Ary Quintella, a pedido da Universidade Católica de Minas Gerais. E apesar do destaque dado ao sucesso do título anterior como motivador da produção do novo volume, é importante questionar os interesses do autor e da Universidade ao rememorar a defesa de comunistas durante a ditadura Vargasista, uma vez que “rememorar é uma atividade orientada pela atualidade, determinada pelo lugar social e referenciada pelos significados do imaginário social de um grupo” (LACERDA, 2000, p. 85). Segundo os editores, o objetivo era apresentar o advogado como o maior defensor dos direitos humanos da América identificando na defesa realizada em favor do preso político Harry Berger o caso que o projetou para o mundo. Por meio de documentos reunidos, o livro prometia ir muito além de uma intransigente defesa dos comunistas, desmascarando o sistema repressivo do Estado Novo.

Mais enxuto em relação aos elementos pré-textuais, a abertura do livro se dá por um conjunto de textos que visam traçar um perfil do autor da obra. O primeiro deles é a transcrição de carta remetida por Sobral Pinto ao editor na qual ressalta os esforços que vinha fazendo para selecionar os escritos que comporiam aquela edição, priorizando documentos que demonstravam que os comunistas eram fora da lei, não por serem criminosos, mas por não serem protegidos por ela. A partir dessa carta, pode-se pensar sobre dois aspectos apontados por Lacerda (2000) como comuns a produções de cunho autobiográfico. O primeiro deles se refere a uma preocupação em dar legitimidade ao depoimento por meio de documentação variada – no caso em pauta, a documentação jurídica. É isto que pretende ressaltar ao selecionar a petição que escreveu a fim de oferecer embargos à condenação de comunistas pelo TSN, após 1937, “demonstrando que não havia propósito de fazer justiça aos rebeldes e sim de esmagá-los. É que o crime a eles imputado desaparecera com a destruição, por Getúlio Vargas, da Constituição Federal de 1934. Desaparecida tal Constituição, desapareceria, igualmente, o crime de Prestes, Berger e Agildo Barata⁷⁹” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 8).

O segundo ponto é a complexa relação que envolve o ato de narrar a si mesmo. Sendo um texto autorreferencial, as cartas reunidas contêm a identidade pessoal do escritor, que se

⁷⁹ Agildo da Gama Barata Ribeiro, nascido em 1905 no Rio de Janeiro, teve uma trajetória marcada pelo envolvimento em movimentos revolucionários. Militar, envolveu-se com o movimento tenentista e desempenhou papel de destaque na Revolução de 1930, ajudando a derrubar governos regionais. Decepcionado com o novo regime, tornou-se crítico e, após um exílio por participação no Movimento Constitucionalista de 1932, voltou ao Brasil, recusando cargos oficiais e filiando-se ao Partido Comunista Brasileiro. Ativo na Aliança Nacional Libertadora, foi preso e envolveu-se no levante comunista de 1935, pelo qual foi condenado a dez anos de prisão e perdeu sua patente militar. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/agildo-da-gama-barata-ribeiro>. Acesso em: 02 maio 2024.

expõe ao lembrar e ao silenciar sobre o passado e sobre a relação dele com o presente: “a experiência pessoal revelada a um outro, num acordo tácito de um eu autorizado pelo próprio sujeito enunciator – o narrador – que retorna para si suas lembranças, seu passado, sua vida, e faz disso um discurso do qual o leitor participa e é cúmplice” (LACERDA, 2000, p. 87).

Ao identificar o teor da obra, o editor acrescenta outros pequenos textos que reforçam um caráter excepcional sobre a personalidade do autor/personagem. O primeiro deles, intitulado *Em Porto Novo do Cunha, na Zona da Mata* por meio do qual atribui a Sobral uma natureza que se anuncia ainda na infância: defensor perene da legalidade. Para isso, tal qual em *Lições de liberdade*, lembrou os protestos do tão jovem menino que, ao lado de sua mãe, chamou covardes três homens que arrastavam e espancavam um rapaz pela rua. Os seguintes, a declaração de amizade e admiração feita por Juscelino Kubitschek, por carta, em 1972, e o discurso do deputado Álvaro Valle sobre a concessão do troféu Juca Pato a Sobral no ano de 1979.

A partir de uma escrita afetuosa, Juscelino Kubitschek declara ao “caro e ilustre amigo” o orgulho de tê-lo sempre ao lado, mesmo nos momentos em que fora despojado do poder: “Passado o governo e quando o temporal da revolução desabou sobre mim, abrindo-me o caminho da adversidade, encontrei-o de novo ao meu lado, defendendo-me contra acusações iníquas e afrontando perigosas posições para estar ao lado de um homem perseguido”⁸⁰ e recorda o primeiro encontro entre eles, por intermédio de um amigo comum, Augusto Schmidt, e como, a partir desse dia, pode contar com ele em todos os momentos difíceis por que passou. Reconhecendo que “páginas e páginas poderia eu escrever a seu respeito, meu nobre amigo Sobral Pinto, para justificar o apreço, a admiração e a amizade que lhe dedico”, decide se despedir assinando “o amigo de sempre”⁸¹.

Homem em cumprimento de seu destino, amigo leal e símbolo “de coerência, de firmeza doutrinária, da alegria cristã que nos deve animar a todos”, características individuais atribuídas por Álvaro Valle em discurso proferido em 13 de março de 1979. O deputado federal ressaltou se tratar de um intelectual na melhor acepção da palavra, com tantas virtudes e qualidades capazes de fazerem as divergências pontuais desaparecerem mesmo quando se recusava “ao entendimento de uma realidade política” (VALLE, 1979, p. 13).

⁸⁰ Carta remetida por Juscelino Kubitschek a Heráclito F. Sobral Pinto, de 09 de fevereiro de 1972, 2 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 11.

⁸¹ Carta remetida por Juscelino Kubitschek a Heráclito F. Sobral Pinto, de 09 de fevereiro de 1972, 2 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 12.

A partir do perfil cuja marca seria a convergência de valores reconhecidos independente das relações estabelecidas entre o depoente e o sujeito, sejam de aproximação ou de oposição, Quintella apresenta os documentos que farão parte do livro destacando os personagens principais: Prestes, Berger e Sobral. A aparente ruptura na disposição de texto é diluída por meio de uma interpretação que identifica a definição dos papéis de cada personagem desde os elementos que compõem a capa da obra: Sobral é puramente um advogado de conduta ilibada, que, como ressaltou Valle (1979), “faz o que dita a sua consciência, e dela não abre mão” (p. 13), em nada se aproxima do comunismo e nem precisou fazê-lo para obter o respeito não só dos comunistas quanto de tantos outros de quem diverge ideologicamente.

Suprimindo qualquer interferência para conectar os documentos dispostos sequencialmente no livro, Quintella recorre à realização de uma entrevista por meio da qual o narrador das histórias de resistência fornece os elementos que contextualizam o leitor acerca do funcionamento do TSN, do momento em que passa a atuar como advogado *ex-officio* de Prestes e Berger, das questões que ampararam sua decisão de elaborar as defesas desses sujeitos e da amizade que estabeleceu com o comunista brasileiro.

O primeiro ponto a ressaltar diz respeito a forma como os crimes políticos eram julgados no início da República. Inicialmente, por júri popular e já na década de 1920, por um júri popular. O advogado considerava essa uma boa mudança por tomar o júri popular como passível de influências da mídia uma vez que não possuía o conhecimento técnico do processo jurídico. Mas logo mais uma mudança ocorreu motivada pela eclosão da Intentona Comunista, em 1935. A partir desse evento criou-se uma falsa ideia de que somente a justiça militar seria capaz de aplicar a punição exata aos comunistas, daí a criação do TSN, órgão composto por juízes civis e militares que dividia os acusados em três categorias: os que pegaram em armas; os que não pegaram em armas; e os que participaram da conspiração. E quando condenado, cabia apelação ao Superior Tribunal Militar.

Após a instauração do Estado Novo, em 1937, o TSN foi elevado à categoria de Tribunal de Exceção e assumiu o papel de defesa das instituições do novo regime, que deveria ser protegido de qualquer rivalidade. Desvinculado da justiça militar, passou a contar com mais um juiz civil. De acordo com Sobral (1979), cada um dos seis magistrados (quatro civis e dois militares) que atuavam nesse novo formato, ficava responsável por receber a denúncia do Ministério Público, recolher as provas e proferir a sentença. Havendo recurso, um Tribunal Pleno era organizado com os outros cinco magistrados para apreciação da sentença do sexto, sobre a qual fez-se recurso. Dessa forma funcionou o TSN até 1945, ano em que Vargas foi deposto da presidência da República.

Os comunistas presos antes mesmo da instauração do Estado Novo, não aceitavam os tribunais especiais para julgá-los, portanto, não designavam advogados para defendê-los. Então, determinava-se que tivessem um advogado *ex-officio*: “É o advogado que o próprio juiz nomeia. E o juiz nomeia em duas hipóteses: ou porque o réu não tem recursos para pagar advogado ou quando o acusado não quer se defender” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 22). Após certa hesitação, o presidente da OAB, a quem o juiz se dirigiu em busca de um advogado *ex-officio* para Prestes e Berger, indicou o nome de Sobral Pinto que prontamente acatou a tarefa. Sendo católico, foi criticado por assumir a defesa de comunistas, inimigos declarados da Igreja, e questionado sobre a razão de ter feito isto, respondeu: “Por uma razão muito simples: o princípio que todo católico tem de seguir é o que está no Evangelho e que Santo Agostinho definiu nessa fórmula maravilhosa: odiar o pecado e amar o pecador” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 24).

Essa é a brecha por meio da qual o entrevistador questiona o advogado acerca das ideias que orientavam a ACB e a LEC, organizações nas quais Sobral Pinto esteve à frente juntamente com Alceu Amoroso Lima. Quintella quis saber se Ação Católica tinha alguma característica fascista, obtendo como resposta que era proibido aos membros da direção ter qualquer vinculação política, o que não queria dizer supressão de toda e qualquer atividade política, uma vez que por meio da Liga pretendiam organizar um corpo eleitoral católico, ou seja, associar eleitores que assumissem as orientações de voto em candidatos que atendessem as demandas da Igreja.

Depois de esclarecer esses pontos, Quintella chamou o entrevistado a contar sobre a relação que estabeleceu com Prestes a quem definiu simplesmente como “muito amigo” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 30). O líder comunista foi uma espécie de antagonista que conseguiu atravessar a fronteira das divergências ideológicas e tornou-se um “amigo sincero”⁸² de Sobral. Visita demorada que mudou a rotina, inaugurou tensões, alterou relações, Prestes foi o terceiro elemento que parecia desestabilizar a composição Sobral Pinto-catolicismo, situação que traz em si algumas semelhanças com a famosa trama de Goethe, *Afinidades eletivas*.

Um dos efeitos daquela “reação química” foi a organização do livro *Por que defendo os comunistas* (1979), no qual Sobral cria uma narrativa intercalando: documentação jurídica produzida por ele ao longo dos processos abertos pelo Estado contra Luís Carlos Prestes e outros comunistas, nos quais atuou como advogado de defesa; e cartas que enviou a sua irmã, aos familiares de Prestes e às autoridades envolvidas naqueles processos. O objetivo do advogado era convencer o leitor de que, ao aceitar defender os comunistas, estava cumprindo uma

⁸² Assim, ou com expressões similares, encerravam, Prestes e Sobral, as cartas trocadas entre si.

obrigação profissional e, sobretudo, uma ação caritativa e coerente ao espírito cristão, intenção que procurou provar não só por meio dos documentos oficiais, mas, especialmente, de quarenta cartas organizadas cronologicamente no livro, ponto focal deste trabalho.

Por que defendo os comunistas se aproxima do modelo organizacional de *Lições de liberdade*, porém vários outros elementos distinguem essas obras. O primeiro deles é o volume de missivas: o livro de 1979 guarda o dobro da quantidade do premiado *Lições de liberdade*. Enquanto esse último se deteve quase exclusivamente sobre cartas encaminhadas a autoridades políticas que já continham em seu conteúdo a intenção explícita de publicização, no outro, predominam as cartas pessoais, dentre as quais destaco as enviadas à Leocádia Prestes, mãe de Luís Carlos Prestes, à irmã, Natalina, a Targino Ribeiro, amigo e presidente do Conselho da OAB, e ao Cardeal D. Leme, seu diretor espiritual. As remetidas à d. Leocádia, pelo volume – são quatorze – e a dos outros pelo simbolismo do lugar que ocupam e dos nomes que carregam: família, sociedade e Igreja. São a eles que Sobral presta contas de suas decisões e deixa entrever uma declaração de submissão ao jogo de reciprocidade que se torna chave da doutrina social da Igreja, associando a esta tanto a administração do sacramento quanto sua atuação na esfera temporal. Segundo definição de Alceu Amoroso Lima, em destaque no estudo de Cauvilla (2011), essa seria, na verdade, a chave da doutrina social: os princípios da personalidade e de sociabilidade. “Ambos [pessoa e sociedade ordenada] existem para uma finalidade que transcende toda a finalidade natural. De modo que a sociedade é meio para que o homem alcance sua finalidade eterna e definitiva” (LIMA, 1961, p. 108-109 *apud* CAUVILLA, 2011, p. 10). Ou seja, o homem se dedica à sociedade enquanto esta lhe permite vivenciar e incorporar valores morais, religiosos. É a formação do homem integral para além dos limites das paredes das instituições de ensino. É o exercício que experimenta Sobral ao defender comunistas, e é o exercício que propõe aos católicos, aos brasileiros, à sua comunidade de leitores.

Após a cópia integral de declarações prestadas por Prestes, em 9 de março de 1936, na quais denuncia sua prisão como um ato de um governo que teme os brasileiros que lutam pela independência e progresso do país, livre da influência do capital financeiro e daqueles que a isto se submete, temos a primeira carta de Sobral, destinada a Natalina, sua irmã, com a data de 11 de janeiro de 1937. Iniciando por um breve “Natalina” e encerrando com um “beijo amigo fraternal”, seguido da identificação “Sobral”, forma como assinava ao escrever àqueles que compunham sua rede de afetos, o missivista se põe a responder carta que recebeu da irmã dois dias antes. Após algumas considerações carinhosas acerca da atenção dispensada pelos primos ao receber Natalina em Vassouras, local para onde foi a acudir a família após a morte de um tio, e estimular a irmã a aproveitar os ares para melhorar a própria saúde, chega à finalidade de

sua escritura irrompendo as recomendações de cuidados com uma pergunta direta, marca da dialogicidade esperada no gênero textual ao qual recorreu: “Que tem você, por exemplo que se envolver com o meu gesto de aceitação da defesa do Luís Carlos Prestes?”⁸³. E completou:

Longe de merecer censura dos corações bem formados, como o seu, deverei deles recolher aplausos e louvores. Nunca me afirmei homem tão nitidamente cristão como na hora em que declarei ao Conselho da Ordem dos Advogados no Distrito Federal que aceitaria o patrocínio da causa de Luís Carlos Prestes⁸⁴.

Afirmando ter muitas razões para acreditar em Prestes, reconhece nele grandeza e elevação por ter sido fiel às suas ideias “erradas e funestas, é verdade, mas adotadas e seguidas com rara sinceridade”⁸⁵. Acreditando que seu cliente estava sendo injuriado e escorraçado do convívio com outras pessoas, prezava por garantir a ele aquilo que considerava o direito mais sagrado e inviolável, o direito da defesa. Além da argumentação de base religiosa, amparada inclusive sobre citações bibliográficas, Sobral nivela a irmã àqueles que, como pessoas incultas, desconhecedoras da técnica jurídica ou desprovidas de criticidade, eram tão “influenciáveis” quanto ela estava demonstrando ser por aquilo que a imprensa veiculava. A esperada sensatez da irmã parecia não ser suficiente para compreender os meandros daquilo que Sobral identificou como “campanha sistemática de desmoralização” não só de Prestes como de seu nome:

Se as notícias dos jornais valessem, qual o juízo faria de mim? Quanta infâmia, quanta calúnia, quanta miséria não publicaram os jornais a meu respeito!
E, no entretanto, como, para você, que me conhece até o fundo da alma, eu sou diferente daquilo que os jornais disseram que eu era!
Não lhe parece lógico que a mesma coisa deva ocorrer com Luís Carlos Prestes? ⁸⁶.

Depois disso, registra as últimas palavras à irmã por meio das quais responde à pergunta deixada por ela: “E as consequências desse teu gesto?”, sendo tão categórico quanto ao introduzir o assunto na carta: “Não me interessam, Natalina”⁸⁷. Pois, segundo sua perspectiva,

⁸³ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto à sua irmã, Natalina, de 11 de janeiro de 1937, 3 f, grifo do autor. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 38.

⁸⁴ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto à sua irmã, Natalina, de 11 de janeiro de 1937, 3 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 38, grifo do autor.

⁸⁵ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto à sua irmã, Natalina, de 11 de janeiro de 1937, 3 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 39.

⁸⁶ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto à sua irmã, Natalina, de 11 de janeiro de 1937, 3 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 39.

⁸⁷ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto à sua irmã, Natalina, de 11 de janeiro de 1937, 3 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 39.

aceitar o patrocínio de Prestes e, em seguida de Harry Berger, significava o cumprimento de seus deveres naturais e sobrenaturais, profissional e religioso, dispondo de coragem para enfrentar a função que a advocacia lhe exige e da boa-fé que lhe faz assumir a tarefa em nome da caridade cristã. Visão, essa, igualmente presente nas cartas que remeteu a Targino Ribeiro e a D. Leme.

Ao colega, acrescentou a garantia de que as profundas divergências em relação ao comunismo não afetariam a consciência de estar ali simbolizando a defesa de comunistas, aos quais desejava garantir os direitos que cabem a todos que compunham a família humana. E a D. Leme, revelava, “tal patrocínio não é um gesto puramente profissional. Ele transcende, pela significação de que se reveste, o campo puramente jurídico, para atingir as esferas superiores da moral social”⁸⁸, esperando não ser desaprovado em sua atitude.

Se, por um lado, Sobral pode usar exemplares de sua correspondência pessoal para situar os leitores quanto aos valores que o guiaram no proceder profissional, dando aos seus escritos valor de verdade, por que não fazer o mesmo quando se tratava de reunir subsídios para o sustendo da defesa de seus clientes? Agregando às cartas valor explícito de prova, destaca a escrita que partiu de Berlim com destino à Paris, com a data de 31 de janeiro de 1937, assinada por Olga Benário Prestes, na qual comunica a sogra do nascimento da neta, Anita Leocádia, em novembro de 1936, pede retorno e reclama a falta de notícias de Carlos [Prestes]: “Desde 23 de setembro, isto é, desde o dia em que eu fui expulsa do Brasil, estou sem notícias dele. Quando eu estava lá, podíamos nos corresponder de tempos em tempos. Depois do nascimento da menina, eu mandei uma carta para ele, mas até agora não tive resposta”⁸⁹.

Prestes e Berger estavam alijados de qualquer tipo de comunicação com o mundo externo à prisão. Sem acesso a papel, lápis ou qualquer outro material que pudesse fazer as vezes de suporte de escrita, estavam impedidos de remeter cartas até mesmo aos familiares, e de recebê-las. Limitações também eram impostas à comunicação do próprio advogado com os prisioneiros e mesmo quando esta barreira foi relaxada, continuavam os réus atacados no direito de se comunicar com familiares. Essa situação fez com que Sobral passasse, ele mesmo, a se comunicar diretamente com D. Leocádia, a quem mantinha informada sobre o andamento do caso de Prestes e, às vezes, de Berger também, conforme o fluxo representado no Quadro 3 –

⁸⁸ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a D. Sebastião Leme, Cardeal do Rio de Janeiro, de 14 de janeiro de 1937, 1 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 42.

⁸⁹ Carta remetida por Olga Benário Prestes a Leocádia Prestes, de 31 de janeiro de 1937, 1 f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 63.

Fluxo de correspondência remetida a Leocádia Prestes a seguir:

Quadro 3 – Fluxo de correspondência remetida a Leocádia Prestes

Data	Assunto	Página
12 mar. 1937	Fala de sua posição como advogado de Luís Carlos Prestes	91
10 abr. 1937	A respeito da correspondência dela com Luís Carlos Prestes	98
8 maio 1937	Comunicando a condenação de Luís Carlos Prestes a 16 anos e 8 meses de prisão	116
12 maio 1937	Comunicando a entrega dos objetos remetidos ao filho	118
28 maio 1937	Descrevendo a revista de objetos pessoais que entregara a Luís Carlos Prestes	141
12 jun. 1937	Referente à possível transferência de cárcere de Luís Carlos Prestes e Harry Berger	152
10 jul. 1937	Sobre a transferência de Luís Carlos Prestes e de Harry Berger	160
17 jul. 1937	Sobre a defesa de Luís Carlos Prestes e Harry Berger	162
24 jul. 1937	A respeito das condições de transferência de Luís Carlos Prestes para a Casa de Correção	167
14 ago. 1937	A respeito da possível libertação de Olga Benário Prestes	175
18 set. 1937	A respeito do reconhecimento, por parte de Luís Carlos Prestes, de sua filha Anita Leocádia	180
25 set. 1937	Comunicando a remessa à Gestapo de certidão de escritura de reconhecimento de Anita Leocádia	182
4 dez. 1937	Ainda a respeito de Leocádia	186
7 maio 1938	Mencionando greve de fome iniciada por Luís Carlos Prestes	202

Fonte: SOBRAL PINTO (1979)

Sumariadas ao fim do livro, as cartas são identificadas por destinatário, data de escritura e assunto abordado, tal qual exposto no Quadro acima. A delimitação do assunto deu uma conotação protocolar às missivas enviadas por Sobral Pinto à “Exma. Sra. D. Leocádia Prestes” e permite traçar uma cronologia do andamento do processo criminal movido pelo Estado contra Luís Prestes. Para além disso, a leitura detida dessas mesmas cartas, revela traços que permitem identificar as percepções sobre homem, sociedade e a dimensão educadora dessa relação tanto para o homem quanto para a sociedade, uma vez que, retomando a explicação de Skalinski Jr. (2021) sobre o foco de atuação dos intelectuais católicos liderados por Alceu Amoroso Lima e D. Leme, preocupava-os mais o impacto de suas ações, de suas obras, no sentido de promover práticas, que no de se tornar fomento para um exercício puramente racional.

Tanto na escrita que remete à irmã, ao cardeal e ao conselheiro da OAB, como na dirigida à Leocádia Prestes, Sobral vai explicando, reafirmando e sensibilizando tanto seus interlocutores iniciais quanto a comunidade de leitores que recebe seu livro sobre uma compreensão do sujeito não como indivíduo, mas como pessoa. Isso significa compartilhar uma

visão de mundo na qual todo ser humano – e isso inclui, é claro, o pecador – é compreendido como “uma substância individual completa, de natureza intelectual e senhora de suas ações” (LIMA, 1956, p. 19 *apud* CAUVILLA, 2011, p. 9), portador de alma imortal criada por Deus. E, como tal, portador de direitos inalienáveis, como o da dignidade da pessoa humana.

Na medida em que se coloca à disposição de d. Leocádia e reconhece o pouco a se fazer por Prestes enquanto este não o aceitasse como advogado, Sobral assentava as regras sob as quais operava a advocacia, transcrevendo trechos daquela carta que havia enviado ao presidente do Conselho da OAB, em 12 de janeiro de 1937, a mesma que anexou à correspondência destinada a D. Leme:

Lamento apenas não dispor dos dotes de inteligência necessários ao desempenho de tão árdua, penosa, e difícil missão, que o Conselho da Ordem achou, por soberania, que devia de lançar sobre os meus frágeis ombros.

O que me falta em capacidade, sobra-me, porém, em boa vontade, para me submeter às imposições do Conselho da Ordem; e em compreensão humana, para, fiel aos impulsos do meu coração cristão, situar, no meio da anarquia contemporânea, a atitude destes dois semelhantes, criados como eu e todos nós à imagem de Deus. (...) Espero que Deus me ampare nesta hora grave da minha vida profissional, dando forças ao meu espírito conturbado para mostrar aos Juizes do Tribunal de Segurança Nacional que Luís Carlos Prestes e Arthur Ernest Ewert Harry Berger são membros, também da vasta e tão atribulada família humana⁹⁰.

Não é, dessa forma, sobre conhecimento e experiências acumulados por meio da instrução que deposita a confiança no trabalho de promoção de dignidade aos presos políticos. Ao considerar-se limitado diante do que a defesa de Prestes e Berger, assume que sua sensibilidade conformada pelos fundamentos católicos seria o único caminho por meio do qual poderia obter algum sucesso. Não se tratava, portanto, de inocentar os réus de todos os crimes que lhes eram atribuídos, mas garantir-lhes a dignidade que a caridade cristã confere a todos os membros da família humana.

Mostrando-se sempre respeitoso e solícito, eram centrais em suas preocupações as privações às quais eram submetidos os detentos, especialmente, Berger, preso “como animal hidrófobo” num socavão de escada, sem itens de higiene, sem sol, sem comunicação, sem, ao menos, poder estar de pé devido ao diminuto espaço em que era mantido. Os problemas enfrentados para fazer com que a correspondência entre d. Leocádia e seu filho fluísse, mesmo dentro das regras estabelecidas a todo prisioneiro eram cada vez maiores, sendo necessário que o próprio Sobral intermediasse esse fluxo. Na carta de 8 de maio de 1937, declara, por exemplo,

⁹⁰ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Leocádia Prestes, de 12 de março de 1937, 3f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1979, p. 92.

que estavam em suas mãos cinco cartas de d. Leocádia, além de roupas e outros objetos, que não conseguia fazer chegar às mãos de Prestes.

E a insistência junto às autoridades para que tal situação fosse solucionada bem como o clima instaurado pela imprensa de repulsa aos comunistas, fez com que se sentisse isolado e exposto a perigos que acreditava contornar devido à rede de sociabilidade que o amparava, conforme indicou na carta de 10 de abril de 1937:

Sinto-me totalmente isolado. A própria imprensa, como será fácil a V. Exa. apurar, não nos dá apoio. Ao redor de mim se estabeleceu uma atmosfera de surpresa e de assombro, por causa da minha atitude, que a quase unanimidade dos meus concidadãos não chega a compreender. Estou certo de que se não fora a minha notória fé religiosa, a par da minha situação de colaborador direto da Ação Católica nesta Arquidiocese, qualquer coisa de bastante grave já me teria acontecido. Os aborrecimentos se sucedem num crescendo ininterrupto, sem que, entretanto, nada de eficaz me seja dado obter em favor de Luís Carlos Prestes e Harry Berger⁹¹.

Se cartas e requerimentos destinados a autoridades e instituições não faziam com que Sobral encontrasse meios de tornar menos vexatória as condições em que os réus se encontravam, ao menos as poucas missivas de d. Leocádia a encontrar seu destinatário final seriam suficientes para convencer Luís Carlos Prestes a autorizar o trabalho do advogado em sua defesa. No escrito de 8 de maio, o advogado falou sobre a mudança radical de comportamento do réu em relação a ele e destacou a importância da mãe para que uma relação de confiança mútua se estabelecesse. Esse episódio, porém, pouco alterou o andamento do trabalho de Sobral, especialmente no trato com a chefia de Polícia, instância responsável por determinar o regime disciplinar no presídio onde estava o já condenado Prestes.

Além de ser submetido a duras revistas no acesso à cadeia, algumas delas gerando a destruição de boa parte do que carregava a pedido de d. Leocádia, era impedido de reunir-se de maneira privativa com Prestes que, dessa forma, tinha seu direito de defesa cerceado. Com o aumento da brutalidade dispensada a ambos na carceragem, Sobral leva à mãe de seu cliente um dos momentos mais angustiantes e emotivos na relação entre os dois homens, que passou de profissional a fraternal. Em 28 de maio de 1937, faz um relato da última conversa travada com o líder comunista que, constrangido, reconhecia os benefícios derivados das ações de seu advogado. Sabia, entretanto, que ele vinha sendo desrespeitado continuamente no que dizia respeito às prerrogativas de sua profissão e mantinha-se firme no propósito de defendê-lo pela

⁹¹ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Leocádia Prestes, de 10 de abril de 1937, 3f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1979, p. 99.

consciência católica e pelo desejo de retribuir a confiança de d. Leocádia.

Diante disso, segundo descreve Sobral, Prestes teria revelado um sentimento de humilhação por estar sendo defendido por um adversário nos campos filosófico e político. Somava a isso o fato de identificar a caridade cristã como força motriz da atuação do advogado. Uma combinação que tomava forma de esmola e o forçava a dispensar as visitas de Sobral, “único oásis de intelectualidade e de solidariedade humana que ainda lhe restava”⁹².

Frente ao que qualificou como momento de emoção sincera e embaraço real, Sobral teria se mantido firme ao esclarecer que o trabalho entre eles não poderia ser pautado pelas vontades da guarda prisional. Dedicou algumas poucas linhas para definir as soluções propostas pelo advogado como um exercício consciente do direito, não um favor, optando por explicar de maneira mais detida os fundamentos católicos que se manifestavam em falas e ações que praticava.

Começou por excluir os comunistas do rol daqueles a quem invocava os preceitos da caridade cristã por um motivo bastante racional: a esse grupo, a caridade cristã não constituía preceito de consciência. Em seguida, enveredou pela conceituação de verdadeira caridade cristã: em primeiro lugar, não haveria nela qualquer semelhança com a ideia de esmola, pois esta pressupõe desigualdade entre aquele que oferece e o que recebe, estando este em situação inferior ao outro. A caridade cristã seria, ao contrário, a expressão da igualdade absoluta entre todas as almas, tornando inadmissível qualquer pessoa se julgar melhor que outra, mesmo ao gozar de grande inteligência, cultura, virtudes, dado que a fragilidade e a falibilidade do homem o tornam sujeito ao erro, ao pecado. Por tudo isso, escreveu:

Como quer que fosse, porém, o que me animava, nos meus gestos e nas minhas atitudes, era o propósito sincero e puro de socorrer, na medida das minhas energias, a alma irmã de uma criatura sofredora. De nenhum modo, eu me permitiria concorrer para o vexame e a humilhação de um semelhante meu, ainda que esse fosse o maior inimigo daquilo que é para mim todo o sentido da minha vida: a minha até hoje inabalável Fé religiosa⁹³.

Da divergência, da desconfiança, do primeiro encontro, cerca de cinco meses haviam se passado. Chegaram à compreensão, à confiança, à amizade. Havia-se transformado ambos.

⁹² Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Leocádia Prestes, de 28 de maio de 1937, 3f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1979, p. 143.

⁹³ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Leocádia Prestes, de 28 de maio de 1937, 3f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1979, p. 145.

Ao escrever à D. Leocádia tentando traduzir “o mundo de emoções que tumultuam no coração tão conturbado”⁹⁴, o missivista pedia a ela que tomasse a decisão final. Afirmando disposição a acatar o juízo da mãe, suas linhas mais se assemelhavam a uma súplica, um pedido de ajuda para que pudesse prosseguir com a defesa de Prestes. Certamente, mais uma vez o coração revolucionário seria tocado pelo pedido de mãe. Poucos dias depois, volta a escrever, animado, o advogado. E antes de dar início à temática que julgou principal, podem ser percebidos alguns indícios sobre o que ocorreu desde a carta de 28 de maio de 1937:

Exma. Sra.

D. Leocádia Prestes,

Desde a semana passada que seu filho está de posse da madeixa dos cabelos de sua netinha, Anita Leocádia, que V. Exa. me remeteu com a carta de 29 do mês passado. Comunico, igualmente, a V. Exa., que já está em meu poder a sua carta de 5 do corrente, em resposta à que dirigi a V. Exa. naquela mesma data de 29 de maio findo. Pretendo dirigir-me, logo à tarde, ao Quartel da Polícia Especial, para entender-me com Luís Carlos Prestes⁹⁵.

Chamando-a V. Exa., a formalidade da escrita vai sendo matizada pelo teor da epístola. Logo nas primeiras linhas, afaga a avó ao levar-lhe a imagem do encontro simbólico entre filho e neta. E o que se segue são indícios de uma comunicação intensa entre os dois. A carta cujo trecho está em destaque foi escrita em 12 de junho de 1937 e faz referência a pelo menos outras duas assinadas por d. Leocádia, em 29 de maio e em 5 de junho, e uma por Sobral Pinto, identificada pela data de 29 de maio. Essa última, pode ser a segunda carta destinada a ela em dois dias ou a data de envio daquela que levou no cabeçalho a data de 28 de maio. Não posso ser exata na afirmação, mas pelo parágrafo que escreveu a seguir, me parece ser bastante provável a segunda alternativa: “Pretendo dirigir-me, logo à tarde, ao Quartel da Polícia Especial, para entender-me com Luís Carlos Prestes”⁹⁶.

Havia boa notícia a ser-lhe dada, a transferência de Prestes e Berger do Quartel da Polícia Especial para a Casa de Correção ocorreria em três ou quatro dias, e significava melhores condições de estada aos prisioneiros: “leitura de um jornal como o *Jornal do*

⁹⁴ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Leocádia Prestes, de 28 de maio de 1937, 3f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1979, p. 145.

⁹⁵ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Leocádia Prestes, de 12 de junho de 1937, 3f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1979, p. 152.

⁹⁶ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Leocádia Prestes, de 12 de junho de 1937, 3f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1979, p. 152.

Comércio, e de livros de caráter científico e histórico; entendimento livre com seu advogado; correspondência regular com as pessoas de sua família; passeios diários ao ar livre”⁹⁷. Tal promessa foi recebida diretamente dos lábios do então Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, em uma reunião arranjada por Alceu Amoroso Lima. Esta não seria a única vez em que o advogado recorreria às redes de sociabilidade para fazer serem atendidos os seus pedidos. Vendo a promessa não se cumprir, preocupava-o bastante a situação em que se encontrava Harry Berger, por isso mobilizou D. Leme para que este demovesse o presidente da República a agir em nome do cumprimento da lei e proteção da dignidade humana:

Use, Eminência – eu suplico como advogado cristão –, de todo o seu prestígio junto ao Exmo. Sr. Presidente da República, para, como Pastor de almas, mostrar ao primeiro magistrado do nosso país, que, à sombra de sua autoridade, os agentes do Poder Público nesta Capital estão matando, aos poucos, num suplício alucinante, a uma desprotegida criatura humana⁹⁸.

Apesar do atraso, tudo parecia estar se encaminhando para a transferência de Prestes, o mesmo não acontecia para Berger. Segundo relatou ao Cardeal, o Ministro da Justiça declarara não ter força para se sobrepor a Filinto Müller, capitão-chefe da Polícia do Distrito Federal, responsável pela detenção dos revolucionários, que agia sob a proteção das autoridades militares. A resistência foi vencida dias depois e, finalmente, em 10 de julho, pode noticiar a chegada dos prisioneiros à Casa de Correção registrando com destaque: “Na nova prisão Luís Carlos Prestes sente-se restituído à sua dignidade”⁹⁹. Sobral mostrava-se mais à vontade com o diretor da Casa de Correção, Carlos Lassance, qualificado como administrador capaz, à altura dos deveres assumidos: “Trata-o com o respeito e a consideração que um preso político deve merecer sempre das autoridades administrativas”¹⁰⁰.

Contudo, as conquistas do advogado em benefício dos prisioneiros não foram suficientes para evitar alguns desacordos entre ele e sua principal interlocutora neste caso. Ora por dúvidas que surgiam aqui ou ali na forma de construção de uma frase, ora por desacordo

⁹⁷ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Leocádia Prestes, de 12 de junho de 1937, 3f. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito F. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1979, p. 152.

⁹⁸ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a D. Sebastião Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro, de 03 de julho de 1937, grifo do autor. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 155.

⁹⁹ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Leocádia Prestes, de 10 de julho de 1937. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 160.

¹⁰⁰ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Leocádia Prestes, de 10 de julho de 1937. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 160.

total quanto a ideias, ações e interpretações acerca do comunismo e da atuação de Prestes como líder comunista. Havia também as dúvidas e preocupações pelos não-dito, pelos silêncios. Acusado de algo esconder ao utilizar reticências em dado trecho de carta, o advogado precisou explicar que estava apenas a atenuar o efeito da palavra satisfeito, usada para se referir ao sentimento de Prestes após a transferência de unidade prisional. Deu todos os detalhes do evento visando afastar quaisquer novas dúvidas. Mas precisou de mais detalhes ainda ao justificar os argumentos escolhidos ao elaborar a peça jurídica na qual declarara a natureza do movimento de 1935.

Lembrando da negativa do revolucionário ao advogado, impedindo-o de apresentar qualquer defesa em seu favor, afirmou que uma opção seria cruzar os braços em silêncio. Todavia, essa não era sua natureza. Optou por se dirigir aos brasileiros explicando-lhes os motivos que levavam o cliente *ex-officio* a negar defesa – Sobral mandou publicar no periódico *O Radical* a exposição de motivos que deveria compor o processo de Prestes. Ao elaborar as razões pelas quais apelava junto à Justiça, definiu o caráter da luta de Prestes de maneira a unificar todos os seus atos em torno do ideal de revolução social proposto pelo comunismo, evitando que fosse acusado de variados crimes, como queria o TSN.

E na medida em que chamava à conversa as fontes nas quais baseou o discurso jurídico das explanações teóricas feitas, oficialmente, no VII Congresso da Internacional Comunista – mais um ponto de desacordo ficava aparente: a campanha internacional a favor dos presos políticos no Brasil estimulada por D. Leocádia. O advogado considerava que isso colaborava apenas para aumentar o descrédito acerca do povo brasileiro no exterior e nem ao menos expressava real sentimento de justiça, acusando os mais exaltados da campanha de serem os mesmos que, ao estar no poder, repetiam erros dos governos autoritários. E conclui:

Nada disto me causa estranheza, nem é de molde a arrefecer o meu esforço em prol dos perseguidos. Cristão, acredito, firme e serenamente, no dogma da queda. Por isto, onde quer que esteja o homem aí estará, necessariamente, a fraqueza, a tibieza, a contradição e a cegueira.
Continuando, como sempre, à inteira disposição de V. Exa., aguardo, respeitoso e solícito, as suas novas ordens¹⁰¹.

Independentemente das missivas que possam ter sido suprimidas na seleção e organização daquelas que compuseram *Por que defendo os comunistas*, é possível notar que o descompasso entre as partes, de certa forma esperado quando reunidas pessoas com visões de

¹⁰¹ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Leocádia Prestes, de 17 de julho de 1937. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 166.

mundo fundamentalmente divergentes, foi rapidamente superado e o motivo, bastante nobre. São quatro cartas nas quais o tema em destaque são as ações em favor de Olga e de Anita.

Sobral articula-se com D. Leocádia para que esta possa lhe passar todas as exigências do governo alemão para a libertação da nora e a entrega da neta; mobiliza-se, junto com Lassance, para viabilizar o reconhecimento, por parte de Luís Carlos Prestes, da paternidade da menina; faz traduzir e legalizar documentos reunidos em favor de Olga. Enquanto isso, tratava intensa luta – em dado momento, literal – com as novas diretrizes do regime prisional imposto por Canepa, substituto de Lassance à frente da Casa de Correção, a Prestes e seu companheiro: intensificação da revista, contenção da correspondência com familiares, castigos que culminariam numa greve de fome por parte do líder comunista, tema da última carta à d. Leocádia transcrita em *Por que defendo os comunistas*.

Conforme dito anteriormente, Sobral tinha uma percepção positiva sobre Carlos Lassance, diretor anterior da Casa de Correção, descrevendo-o como um homem justo e humano, cumpridor das ordens judiciais, o que garantia aos presos um tratamento digno e humanitário. A qualidade de vida deles, inclusive de Luiz Carlos Prestes, havia melhorado significativamente sob a gestão de Lassance, permitindo acesso a alimentação adequada, passeios e correspondências. Entretanto, a substituição de Lassance por Vitório Canepa marcada por um contexto político turbulento, com o advento da ditadura estado-novista e a exoneração de Lassance acusado de negligência, alterou drasticamente o cenário. Canepa, colocado por influências de Filinto Müller e sob um regime autoritário fortalecido, impôs um regime de abusos e restrições severas contra os presos. Sobral, em suas tentativas de advogar pelos direitos de seus clientes, encontrou em Canepa um adversário rígido e descrevendo-o como um mero "amansador de cavalos" incapaz de lidar com as responsabilidades de seu posto (ATHENIENSE, 2003; SCALERCIO, 2014).

A diversidade de representações acerca de Vitório Canepa, no entanto, é bastante relevante para entender seu papel histórico e sua personalidade complexa. Nesse sentido, o estudo de Tavares (2017) torna-se fundamental ao explorar as múltiplas facetas de Canepa através de uma análise de periódicos que circularam entre os anos de 1930 a 1970. Essa pesquisa revela que, enquanto algumas publicações, como *A Estrela* (1944-1955) — criada editada pelo próprio Canepa enquanto esteve dirigindo penitenciárias no Rio de Janeiro — tendem a apresentá-lo de maneira positiva, outras fontes jornalísticas oferecem uma visão bastante crítica.

Segundo Tavares (2017) o jornal *A Noite*, por exemplo, frequentemente alinhado com o getulismo, tende a retratar Canepa em um contexto mais neutro ou até positivo, destacando

suas atividades na Penitenciária Central. Contrastando fortemente com isso, o *Imprensa Popular*, ligado ao PCB, o descreve como um "carrasco e explorador", ilustrando as polaridades de percepção sobre sua figura. Adicionalmente, a *Tribuna da Imprensa*, criada por Carlos Lacerda, um notório opositor das forças getulistas, também oferece críticas severas, chamando o diretor penal de "Príncipe do Penitenciarismo" (TAVARES, 2017, p. 57) e acusando-o de ser um aproveitador. Essas representações destacam não apenas os conflitos políticos da época, mas também como Canepa poderia ser percebido de maneiras radicalmente diferentes dependendo da inclinação política do veículo de imprensa.

O episódio mais marcante da gestão de Canepa foi a agressão física contra Sobral e sua subsequente prisão, eventos que ilustram a gravidade do abuso de autoridade naquela época. O advogado de Prestes e Berger, ao tentar acessar a sala onde estava o diretor da penitenciária, foi ameaçado e quase agredido fisicamente, resultando em sua detenção. Esse incidente não apenas ressalta o autoritarismo exacerbado sob o qual a justiça operava, mas também evidencia a resistência de Sobral, que continuou a defender vigorosamente os direitos de seus clientes, apesar dos riscos pessoais envolvidos, e os seus direitos no exercício da profissão:

Sr. Tenente Canepa.

Saudações

Envio-lhe, para serem entregues ao meu cliente ex-officio, Luiz Carlos Prestes, os livros por ele reclamados na sua carta de 12 do corrente a mim dirigida, e, bem assim, uma carta que a ele escrevi. Os livros são os seguintes: Wells – *Abrégé de l'Histoire du Monde*; Charles Adam – *Descartes, se vie et son oeuvre*; Georges Hardy – *Le partage de la terre aux XIX^a et XX^a siècles*; *Le Mois*, N^o 81, du 20 Octobre 1937.

Cabe-me, ainda, explicar-lhe que mando fechada a carta que enderecei ao meu cliente ex-officio supranomeado, porque, em todos os países civilizados, o princípio que rege o entendimento entre patrono e acusado é este que Payen e Duvau fixam (*Les règles de la profession d'avocat*, pág. 211): 'A correspondência também permanece secreta. A Administração não abre as cartas que o preso recebe de seu advogado. É mister, compreende-se, que a assinatura e o título deste figuram no envelope'.

Sendo de meu dever defender as prerrogativas da minha profissão, não posso, não devo, e não quero concorrer, com meu assentimento, para que os meus entendimentos, mera e exclusivamente profissionais, fiquem sujeitos à censura de quem quer que seja¹⁰².

A carta de Sobral Pinto ao amigo Francisco Campos, então Ministro da Justiça e a quem Canepa estava subordinado, é um documento expressivo por revelar a complexidade do momento não apenas no que concerne ao exercício da profissão, mas às relações pessoais. Campos era um amigo próximo, a quem expressava carinho e admiração, mas era também a

¹⁰² Carta de Heráclito F. Sobral Pinto a Victorio Canepa, de 15 de janeiro de 1938. Disponível em Sobral (1979).

quem cabia, pela posição assumida, zelar pelo pleno funcionamento dos dispositivos de justiça. Pelas linhas destinadas ao amigo, percebe-se Sobral navegando cuidadosamente nos meandros que perpassam amizade pessoal e responsabilidade cívica, utilizando o sentimento compartilhado para tentar influenciá-lo a revisitar e reformar suas ações políticas, enquanto claramente se distancia das políticas autoritárias associadas a Vargas, das quais Campos estava se tornando um partidário.

Rio, 6 de novembro de 1937

Campos,

Com os olhos voltados tão só para os superiores interesses do Brasil, julgo do meu dever escrever-lhe estas palavras nas quais ponho toda a veemência de que sou capaz, e toda a sinceridade de um homem que nada quer e nada aceita, para si, dos que detêm em suas mãos o poder político da Nação (...).

Fico assombrado como você, que se julga, talvez, o homem mais capaz do Brasil, incide num erro tão funesto, próprio somente dos homens medíocres e ignorantes.

O poder é efêmero, e a força, caduca. Você, por exemplo, não precisa de recorrer à História, para ter a certeza desta verdade. Basta atentar para a sua própria vida de homem público. Certo dia você estava nas culminâncias, e, no dia seguinte, quando despertou, estava na sarjeta da rua, caluniado até por aqueles que deviam a você a sua ascensão política. Nessa hora amarga, em que o deserto se estabeleceu em torno da sua pessoa, você sentiu, perfeitamente, a desgraça que representava para o país a continuação do Getúlio como Chefe Supremo da Nação, proferindo, então, aquele julgamento lapidar: 'O Getúlio não deixa ninguém sossegar, e muito menos o Brasil'. Você pode ter se esquecido deste julgamento, mas eu o tenho para sempre fixado na minha memória.

Pode, assim, imaginar o assombramento com que assisto o seu esforço, na sombra, para que, em nome de um relativismo oportunista, o Getúlio continue no seu trabalho de destruição de todos os valores espirituais e morais que ainda nos restam tanto na vida pública quanto na vida particular. Mais surpreendente, ainda, é o seu procedimento atual quanto não há ainda três meses você me dizia que, no Brasil, estava se operando, por parte dos dirigentes, "uma seleção *à rebours*."

Ora, meu caro Campos, qual o maior responsável por essa inversão total dos valores, senão este mesmo Getúlio, que merece, agora, todas as suas preferências, e que se utiliza do seu talento, do seu preparo, e da sua experiência para lançar o país neste caos alucinante em que nos debatemos, e do qual ele pensa poder tirar, à custa de mistificações sucessivas, uma fórmula que lhe permita perpetuar-se no poder supremo do país, que ele infelicitava com a sua ambição medíocre, e os seus propósitos corruptores?

Não fui nem sou político, e muito menos aspirei jamais a qualquer posição política. Por outro lado, você, melhor do que nenhum outro homem público do país, pode dar o testemunho direto de que tenho recusado, intransigentemente, aceitar qualquer cargo na administração pública, ou tentado me servir das minhas relações pessoais com alguns dirigentes da Nação para conseguir quaisquer favores pessoais, ainda mesmo quando ligados ao exercício da minha profissão de advogado. Falo, assim, sem ódios, ressentimentos ou despeito. Penso, deste modo, que não se me poderá recusar autoridade para falar com a rudeza de que esta carta é documento expressivo.

Sem ambições de qualquer espécie, alheio às facções em luta, e superior aos interesses econômicos e financeiros que disputam a posse do poder, venho solicitar de você, meu caro Campos, que trabalhe, na medida das suas energias, pela dignificação da vida pública brasileira. Tenha piedade, ao menos, do futuro dos nossos filhos. Este é o apelo que, em nome da nossa amizade, ousou aqui formular.

Abraços cordiais do sempre todo seu,

[Sobral Pinto]¹⁰³

Articulando sua mensagem com uma combinação de respeito pessoal e severa crítica política, enfatizava a urgência de preservar valores morais e éticos na administração pública brasileira. A relação de amizade entre remetente e destinatário é evidenciada na abertura e fechamento da carta, onde o autor emprega uma linguagem pessoal e afetuosa. Ele começa a carta com uma saudação amigável e a conclui com "abraços cordiais do sempre todo seu", sinais claros de uma relação pessoal além das formalidades políticas. Essa amizade também é invocada explicitamente quando Sobral faz um apelo em nome deste sentimento, solicitando que Campos trabalhe pela dignificação da vida pública brasileira. Esse pedido sugere um apelo à consciência do amigo, visando trazer-lhe de volta a princípios éticos que Sobral acredita estarem sendo erodidos.

Sobre essa base de amizade, reforça a urgência das palavras empregadas e a necessidade de uma introspecção crítica por parte de Campos, cujas ações contradizem as críticas formuladas por ele próprio a Vargas em período tão recente em relação ao momento em que escrevia aquela epístola. Mostrando-se perplexo e desapontado com isso, destaca que Campos havia sido, inclusive, vítima das mudanças rápidas ocorridas nos destinos políticos do país, para então chamar a atenção ao perigo de incidir nesses mesmos erros e apoiar um regime tido como corrupto e destrutivo. Todavia, apesar da sua relação próxima com Campos, Sobral faz questão de destacar que sua crítica é desprovida de qualquer motivação pessoal ou profissional. Ele enfatiza que nunca usou suas conexões para benefício próprio, nem aspirou a cargos políticos, escolhendo palavras que explicitassem o objetivo de assegurar que sua argumentação era motivada unicamente por preocupações éticas e pelo bem-estar do país, e não por qualquer interesse pessoal, numa postura que reforça sua imagem como um advogado e cidadão comprometido com a justiça e a integridade, mesmo quando isso significa confrontar um amigo que desempenha um papel chave em um governo autoritário.

Os esforços foram vãos e desde então, pouco se alterou o tratamento dispensado aos presos políticos, incluindo, é claro, Prestes. Limitado pela estrutura do governo varguista, Sobral, ainda assim, se manteve ao lado de seu cliente *ex-officio* sob “o mesmo espírito firmemente cristão de batalhar o bom combate da justiça e do direito”. Por meio da documentação jurídica publicada pelo advogado, é possível verificar que, pelo menos, até 1942

¹⁰³ Cópia de carta de Heráclito F. Sobral Pinto a Francisco Campos, Ministro da Justiça, de 6 de novembro de 1937. Disponível, na íntegra, no IMS/Acervo Sobral Pinto: <https://correio.ims.com.br/carta/o-poder-e-efemero-e-forca-caduca/>. Acesso em: 10 maio 2024.

esteve atuante na tentativa de redução da pena de quase dezessete anos a que Prestes foi condenado. Aparentemente não tão próximos a partir de então, o advogado segue intermediando a entrega de dinheiro, livros e outros objetos enviados por d. Leocádia e quando, finalmente, se reaproximam é num contexto bastante diverso. Vargas, em troca de apoio político, propunha a anistia daquele que manteve preso por quase dez anos. Assim, em 1945, Prestes deixa a prisão e propõe a União Nacional em torno de seu antigo algoz. Essa virada, inimaginável aos olhos de alguns, foi posta como compreensível à luz da política, mas inconcebível diante de tudo que sentiram e enfrentaram juntos, desde 1937. Era momento de relembrar, praticar e introjetar: “É preciso distinguir entre o erro e o transviado, entre a coisa e a pessoa. Ama-se o doente, mas não se ama a doença. Estende-se a mão ao transviado, mas não se aceita seu erro”¹⁰⁴.

1945 é fim e recomeço. Consagrado no meio jurídico como defensor de presos políticos, Sobral Pinto vai se consolidando como um intelectual católico em defesa dos direitos humanos, voz ouvida por católicos, juventude, políticos e intelectuais de direita e também da esquerda. Ao publicizar cartas em livros e impressos periódicos, construiu a imagem de homem coerente, sincero e desassombrado. Foi premiado, em 1979, pela relevância dessas obras. Hoje, permeia a memória coletiva como uma unanimidade em termos de ética e coragem, cada uma de suas obras figuram como compêndios a favor da democracia. Mas, unanimidades precisam ser analisadas com atenção e alguns questionamentos fazem-se necessários. Nesse sentido, desenvolvo o Capítulo 2 a seguir.

¹⁰⁴ Carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Leocádia Prestes, de 07 de maio de 1938. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Por que defendo os comunistas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 203.

2 “DESCULPE O CALOR DESTA CARTA”: ENTRE CRÍTICAS E RECONHECIMENTO

Rio, 24 de janeiro de 1974

Meu caro Sobral

Nunca me magoam as críticas justas. Antes as agradeço. Mas me magoam as injustas. Como a de hoje quando você me atribui gratuitamente a omissão de incluir, em artigo crítico, a Rússia Soviética, ao ‘desejo de ser gentil para com os comunistas brasileiros’. Nunca em minha vida, afirmo perante Deus, escrevi uma linha para agradar conscientemente a católicos ou a comunistas. Escrevo o que penso, procurando apenas ser sincero. Ainda em meu artigo de hoje faço a maior crítica possível à Revolução Russa Soviética, dizendo que ela fracassou totalmente e converteu-se numa simples estatolatria totalitária. Se quisesse justificar-me citaria dezenas de textos em que combato [ilegível] ao comunismo como combato hoje o fascismo que, este sim, poderia ter [ilegível] outrora. Mas dizer que eu omiti a União Soviética de minha crítica ao maquiavelismo para agradar aos comunistas é uma inverdade e uma injustiça.

Desculpe o calor desta carta que vale pelo extraordinário valor que dou aos seus juízos, que são de um mestre e de um irmão.

Alceu¹⁰⁵

¹⁰⁵Carta manuscrita assinada por Alceu Amoroso Lima, em que se mantém os grifos indicados pelo autor,

Escrita à mão e apressadamente, a carta de Alceu a Sobral – forma como ambos assinavam e referiam-se um ao outro nas cartas trocadas entre si – revela a tensão entre dois intelectuais destacados, ilustrando as divergências de opiniões e os conflitos de personalidade que eram mais comuns do que inicialmente suposto. Nesta carta, Alceu expressa sua frustração com uma crítica que considera injusta, evidenciando como tais desentendimentos eram marcantes nas interações com o velho amigo e serve de prelúdio para o estudo mais aprofundado deste capítulo, que explora a maneira como Sobral Pinto é percebido no interior da rede estabelecida com Alceu Amoroso Lima e Henrique José Hargreaves e como essa mesma rede externaliza sensibilidade ideológica compartilhada e afetos.

Para isso, a correspondência privada de Alceu com Sobral Pinto toma o lugar de fonte privilegiada, sendo o ponto de partida a carta assinada por Alceu, na abertura deste Capítulo, escrita pelo crítico literário e intelectual católico dias após a um comentário elaborado sobre ele e uma de suas produções publicadas pelo periódico *Jornal do Brasil*:

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1974.

Alceu.

Fraternal abraço, com votos de muita saúde e da manutenção de sua disposição para o trabalho.

Os deveres da amizade e da admiração me obrigam a lhe falar sobre a crônica em que tratou com muita propriedade e com muito acerto, do princípio maquiavélico: o fim justifica os meios. A sua crônica não podia ser mais firme, mais Clara e mais corajosa. Sob este ângulo merece o aplauso de todos que amam e defendem a verdade.

Entretanto, caro amigo, nela houve uma omissão lamentável: você deixou de incluir, entre os países que adotam este princípio, a Rússia Soviética (...).

Permita-me, dileto amigo, que é presente como motivo deste seu procedimento, o desejo de ser gentil para com os comunistas brasileiros [?!?!], que não cessam de aplaudi-lo e de louvá-lo (...).

Estou certo de que você, examinando serenamente as minhas palavras, nelas encontrará apenas o amor da verdade e [?] não o propósito mesquinho de criticar a sua atitude. Espero que, apreendendo a nobreza de minha atitude [Ah! Ah! Ah!], você não se magoará com a minha censura que é fraternal, amiga e leal.

Receba, querido amigo, o aperto de mão, forte e sincero, de seu constante admirador.

Sobral

[Carta incrível, mentirosa e injusta!]¹⁰⁶

As correspondências, muitas vezes carregadas de tensões, refletem as complexidades

destinada a Sobral Pinto, de 24 de janeiro de 1974, em resposta à missiva de 14 de janeiro do mesmo ano, na qual o advogado católico critica artigo do literato publicado em periódico. CAALL/ATA.

¹⁰⁶ Os trechos em destaque e os símbolos e palavras entre colchetes representam as marcas de leitura deixadas por Alceu, à lápis. Provavelmente o mesmo lápis que usou para escrever a resposta a Sobral.

das relações pessoais e profissionais dentro de sua geração de intelectuais, que compartilharam não apenas o tempo, mas também experiências marcantes que influenciaram suas visões de mundo. Sirinelli (2003) articula essa ideia ao escrever que

as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida.

A explicação dada pelo historiador ajuda a compreender a profundidade das influências que moldam as interações e as respostas individuais dentro do grupo de contemporâneos de Sobral Pinto. Ele, assim como Alceu, pertenceu a uma geração gestada sob o espírito da neocristandade católica, conforme afirma Fabricio (2019), animado pela Carta Pastoral de 1916, pela qual D. Sebastião Leme chamava os católicos a empenharem-se na tarefa de recristianização da sociedade brasileira. Ainda que não se possa afirmar com exatidão, pode-se pensar que é essa “bagagem genética” a responsável por manter os vínculos de amizade entre Sobral e Alceu, vínculos estes, a altura das missivas destacadas acima, um tanto abalados por uma sensibilidade ideológica que vinha sofrendo mudanças desde o Concílio Vaticano II¹⁰⁷.

Além das cartas, este capítulo também aborda o impacto de um documentário biográfico dirigido por Tuna Espinheira, por meio do qual é possível perceber nuances distintos acerca de Sobral Pinto no depoimento de Alceu e outros intelectuais da época. O filme não apenas retrata a trajetória de Sobral Pinto, como inicia um debate sobre suas contribuições para a sociedade brasileira, destacado na seção Cartas dos Leitores do *JB*. Além disso, a interação com o cinema amplia a discussão sobre a recepção pública de Sobral Pinto e suas ideias, oferecendo uma nova dimensão ao seu legado.

Para aprofundar o entendimento das complexidades das relações do advogado e intelectual católico, o capítulo é guiado por alguns questionamentos: Quais as principais fragilidades e conflitos revelados nas cartas inéditas de Sobral Pinto? Como esses conflitos influenciaram suas relações pessoais e sua trajetória profissional? De que forma o documentário de Espinheira contribui para a compreensão e o debate sobre o legado de Sobral Pinto?

¹⁰⁷ O Concílio Vaticano II, uma assembleia ecumênica da Igreja Católica realizada entre 1962 e 1965, marcou uma era de profundas reformas na liturgia e na aproximação da Igreja com o mundo moderno. Este Concílio promoveu a renovação das práticas e expressões litúrgicas e enfatizou a importância do diálogo ecumênico e inter-religioso.

2.1 “O palmatória do mundo”: olhares acerca do intelectual

Ter a amizade de Sobral e reconhecer suas habilidades e importância no debate acerca da construção de um país democrático, não significaria a ausência de conflitos nesta relação. Divergências, conflitos e rupturas fizeram parte dessa história, como é de se supor numa relação tantas vezes reafirmada como fraternal e inspiradora. Às vezes, só percebido depois de certo esforço de pesquisa que compreendeu a seleção, a organização temporal, a leitura, o fichamento e muitas releituras de cerca de 300 epístolas preservadas em diferentes arquivos, em Juiz de Fora, Petrópolis e Rio de Janeiro. Esse foi o caso dos discretos indícios de tensões entre Sobral e Hargreaves.

De modo geral, da correspondência guardada pelo intelectual juizforano emana uma conversação carinhosa, que aproxima, conecta e complementa pensamentos, tornando-os quase uno. Tão harmoniosa que faz questionar: esta foi uma característica real ou criada na medida em que cartas, bilhetes, telegramas foram perdidos ou descartados pelo proprietário do arquivo ou por seus familiares? Logo de início, ao organizar cronologicamente a troca epistolar entre os dois amigos, pareceu-me que quase nada fugiu ao controle de Hargreaves, empenhado em guardar, ou melhor, “proteger documentos e papéis avulsos da corrosão temporal para melhor partilhar; de preservar e tornar vivo o que, pela passagem do tempo, deveria ser consumido, esquecido, destruído, virado lixo” (CUNHA, 2008, p. 112), prática, como ressaltou Cunha (2008), bastante comum aos homens de letras, ou seja, sujeitos dedicados à leitura, pesquisa e escrita, cuja marca principal é a capacidade de transitar por vários campos do saber, em contraste com a visão de um especialista restrito a uma disciplina (CHARTIER, 1997).

Para cada carta assinada por Sobral, havia uma resposta firmada por J. H. Hargreaves e vice-versa. Mesmo se o tempo estivesse escasso para a escrita – fosse pelo volume de trabalho, por motivo de saúde ou viagem – era fundamental não deixar o interlocutor sem resposta:

Juiz de Fora, 23 de novembro de 1980.

Sobral

Abraços.

Apesar de lhe ter causado tristeza com as pinceladas rápidas com que procurei dar-lhe uma ideia do que se passa na sociedade daqui, relativamente ao episódio da expulsão do Pde. Miracapillo¹⁰⁸, relendo sua resposta hoje cedo concluí que você entendeu

¹⁰⁸ Padre Vito Miracapillo, um sacerdote italiano que atuou em Pernambuco, tornou-se conhecido durante a

perfeitamente o que procurei retratar-lhe. Do caso particular de Juiz de Fora, deduziu acertadamente o óbvio: “não há no País a menor opinião pública ... cada um, cada família, cada grupo cuida tão só de seus interesses, desligando-se totalmente do bem comum da Pátria”¹⁰⁹.

E como poderia ser de outra forma, se, de um lado, o País não tem imprensa doutrinária e, de outro, a juventude, nossa pobre juventude, não recebe mais, nem nos colégios católicos, a mais rudimentar formação cívica, social, moral ou religiosa?... Falo do que constato na convivência com meus netos: todos frequentaram e alguns ainda frequentam colégios tradicionalmente católicos e que no passado entregaram à nação verdadeiros valores humanísticos, no sentido mais estrito do termo.

Muitas vezes, ponho-me a pensar no que o próprio João XXIII¹¹⁰ dizia a respeito do Vaticano II: “Convoquei-o como que impelido por uma força necessariamente sobrenatural, irresistível, portanto, sem saber, porém, o que dele vai resultar”. Evidentemente, com o tempo, todos veremos que o Vaticano II foi uma necessidade. A Igreja, ao que constatamos de sua convocação, não poderia mais continuar equivocada sobre sua real situação. Basta considerar o que se passava com o clero e o celibato. Recordo-me de que, referindo-me a deserção de um padre de grande atuação social e política, ouvi de um grande Bispo mineiro o seguinte: “o Pde. X resolveu apenas comemorar suas bodas de prata”.

Estou, assim como você, absolutamente convicto de que o Vaticano II era inadiável. Tudo o que dele decorre de negativo, aos olhos dos mais superficiais, ainda é altamente positivo para os que creem na assistência do Divino Espírito à Igreja. Tenhamos presente o que aconteceu depois do Vaticano I, que nem foi encerrado, e renovemos nossas esperanças. Já A. Cochin, em seu livrinho admirável *Esperances Chrétiennes*, do final do século passado, numa visão profética, depois de balancear com precisão a situação da Igreja no mundo inteiro, concluía com esta genial aplicação do Evangelho: “Como seu Divino Mestre, a Igreja não tem uma pedra para repousar a cabeça”(…)¹¹¹.

Bem, Sobral, estou de saída para Belo Horizonte, onde Marina será submetida a uma avaliação de sua osteoporose. Não quis partir, porém, sem primeiro lhe enviar estas linhas, agradecendo-lhe a atenção das suas, datadas de 20 último. Não sei ainda quantos dias ficarei por lá. Só sei que não demorarei muito, porque Regina não vai

ditadura militar brasileira. Sua recusa em celebrar a missa do Dia da Independência, criticando a situação de desamparo e privação dos direitos civis da população, culminou em sua expulsão do Brasil em 1980. Este episódio é um exemplo emblemático das tensões políticas e sociais enfrentadas na época e é abordado de forma mais detalhada no Capítulo 3 deste estudo.

¹⁰⁹ Aqui, Hargreaves cita as palavras de Sobral, registradas em carta de 20 de novembro de 1980, por meio das quais o intelectual do Rio de Janeiro expressou sua tristeza e desânimo diante da indiferença da população acerca da expulsão do país do Padre Miracapillo, evento este que considerou a expressão da ilegalidade, injustiça, opressão e irreligiosidade do governo ditatorial brasileiro.

¹¹⁰ Papa João XXIII, eleito pontífice em 1958, é amplamente reconhecido por sua iniciativa de convocar o Concílio Vaticano II, visando a atualização da Igreja Católica, procedimento conhecido como *aggiornamento*. Sua liderança foi fundamental para abrir a Igreja ao diálogo com o mundo contemporâneo e modernizar suas práticas litúrgicas e pastorais.

¹¹¹ *Les Espérances chrétiennes*, nome correto da obra citada, foi publicado em 1883 e aborda temas religiosos e filosóficos, focando nas esperanças e perspectivas do cristianismo em relação aos desafios sociais e espirituais de seu tempo. Este trabalho é representativo do pensamento católico conservador do século XIX, discutindo como os valores cristãos poderiam responder aos problemas emergentes da modernidade e da secularização. Foi escrito por Augustin Cochin, não o historiador e sociólogo estudioso da Revolução Francesa, mas um membro anterior da mesma família. O primeiro, cujo nome completo era, na verdade, Pierre-Suzanne-Augustin Cochin, viveu entre os anos de 1823 e 1872, foi um político e escritor católico francês, conhecido por seus escritos sobre questões sociais e religiosas, é o autor do livro em pauta (DELAUNAY, 1913). O segundo, Augustin Marie Denys Cochin, viveu entre os anos de 1876 e 1916, foi historiador e sociólogo, é reconhecido por sua análise sociológica da Revolução Francesa, particularmente pelo estudo das ‘sociedades de pensamento’ e seu impacto na formação da democracia moderna (FURET, 1989). Enquanto o primeiro Cochin se concentrou nas questões morais e espirituais do cristianismo, o segundo aplicou métodos sociológicos para desvendar as dinâmicas políticas e sociais de seu tempo.

conosco e não gostamos de deixá-la só por muito tempo. Recomendando-nos a D. Maria e desejando a todos os seus o melhor bem-estar, afetuosamente, creia-me o amigo de sempre
J. H. Hargreaves¹¹²

Esse esforço fazia parte do chamado “pacto epistolar” firmado entre os correspondentes, um conceito que, como explica Saiz Cerreda (2002), fundamenta-se no pacto autobiográfico proposto por Philippe Lejeune (2014) – embora não diretamente abordado por ele – que define a relação de autenticidade entre o autor e o leitor em narrativas autobiográficas. Segundo a autora, o pacto epistolar adapta essa noção ao contexto da correspondência, introduzindo a exigência de uma reciprocidade ativa: para que o pacto seja efetivado, o destinatário deve responder, transformando a carta em uma ação dinâmica de comunicação. Diferentemente do pacto autobiográfico, que se sela pelo nome próprio e pela confiança na veracidade do relato, o pacto epistolar envolve uma estratégia de sedução visando uma resposta, situando a carta como um campo estratégico que Lejeune (2014) sugere para a narrativa autobiográfica, mas que se manifesta de forma pragmática na troca epistolar.

Dessa forma, quando Hargreaves ressalta o compromisso com essa dinâmica, que não se quebra nem mesmo diante do adoecimento da esposa ou das obrigações com o trabalho, demonstra também a importância dada ao debate posto naquelas linhas, o respeito ao interlocutor e, especialmente, o afeto dispensado não só ao amigo como à esposa e filhos, como fez questão de expressar em suas linhas finais: “Recomendando-nos a D. Maria e desejando a todos os seus o melhor bem-estar, afetuosamente, creia-me o amigo de sempre J. H. Hargreaves”¹¹³. De maneira semelhante agia Alceu Amoroso Lima que, conforme pesquisa efetuada por Rodrigues (2014) acerca do cartear mantido por este intelectual católico com Carlos Drummond de Andrade ao longo de cinquenta anos, dava alto valor às missivas e orgulhava-se de não deixar nenhuma delas sem resposta.

Considerando tal informação, faz-se importante refletir acerca de uma peculiaridade da correspondência preservada pelo CAALL. Ao consultar as pastas que levavam o nome de Sobral Pinto, referentes às décadas de 1970 e 1980, tornou-se nítido um desequilíbrio caracterizado pelo diminuto número de respostas assinadas por Alceu em relação ao volume de missivas recebidas do advogado. Ainda que assumisse essa proporção como retrato da realidade

¹¹² Cópia carbonada de carta de Henrique José Hargreaves destinada a Sobral Pinto, de 23 de novembro de 1980. Disponível no MAPRO.

¹¹³ Cópia carbonada de carta de Henrique José Hargreaves destinada a Sobral Pinto, de 23 de novembro de 1980, p. 4. Disponível no MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

– algo descartado logo nas primeiras leituras das epístolas de autoria de Sobral, pois frequentemente agradecia por telegramas, bilhetes e cartas recebidos –, não poderia negligenciar o fato de conservarmos a mínima parte dos papéis que passam por nossas mãos e o porquê disto nos é explicado por Artières (1998):

Primeiro, porque a perda é induzida por certas práticas (a correspondência, por exemplo, é por natureza uma escrita perdida). Depois, porque dessa vida de todo dia, retemos apenas alguns elementos (um diário íntimo, por exemplo, é por definição uma seleção e não é jamais exaustivo). Enfim, porque fazemos triagens nos nossos papéis: guardamos alguns, jogamos fora outros; damos arrumações quando nos mudamos, antes de sairmos de férias. E quando não o fazemos, outros se encarregam de limpar as gavetas por nós. Essas triagens são guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias (p. 10, grifo meu).

Ao estudar a correspondência entre intelectuais, frequentemente enfrentamos obstáculos que dificultam a compreensão completa das discussões mantidas. Muitas das correspondências que sobrevivem até hoje foram submetidas a várias "triagens", moldadas por intenções por vezes contraditórias. Estes documentos, frequentemente ausentes, rasurados ou danificados pelo tempo, representam desafios significativos para os pesquisadores.

Essas ausências podem ser resultado de perdas, destruições ou do fato de nunca terem sido entregues aos destinatários. As rasuras e recortes nos documentos podem ocultar informações cruciais, refletindo tentativas de censura ou de modificar a percepção pública sobre determinados temas ou indivíduos. Além disso, a deterioração material dos documentos também compromete a integridade dos textos, dificultando sua interpretação. Por isso, um aspecto fundamental na interpretação de epístolas são as marcas de leitura deixadas pelos destinatários das cartas. Anotações marginais, dobras em páginas específicas, e outros indícios físicos mostram como os documentos foram recebidos e utilizados pelos leitores originais, adicionando uma camada de interpretação à interação entre o leitor e o texto.

As anotações marginais, ou marginalias, são anotações, comentários, ilustrações ou quaisquer outras marcações feitas nas margens de um livro, manuscrito ou documento. Essas inserções, realizadas por autores, leitores ou outras pessoas que interagem com o texto, podem incluir observações críticas, reflexões pessoais, esclarecimentos, dúvidas ou adições contextuais. Por meio delas, revelam-se percepções e interpretações de leitores ao longo do tempo, e, além de fornecerem uma visão sobre a recepção de uma obra, elas podem enriquecer a compreensão do texto original e iluminar aspectos culturais e intelectuais da época em que foram feitas.

A anotações marginais, especialmente as deixadas por Alceu nas cartas recebidas de

Sobral, são particularmente reveladoras. Elas oferecem pistas sobre questões consideradas importantes por Alceu, suas reações imediatas e até esclarecimentos sobre os temas discutidos. Mesmo que parte da correspondência formal se perca, essas anotações ajudam a preencher lacunas, proporcionando uma compreensão mais rica e detalhada das dinâmicas e temas tratados na relação epistolar entre os dois, revelando uma relação menos idealizada e mais autêntica.

Essa riqueza de interações é exemplificada nas duas cartas escritas por Sobral Pinto a Alceu Amoroso Lima, em 25 de janeiro de 1974, que refletem não apenas uma urgência em resolver um mal-entendido, mas também a complexidade envolvida nas relações de amizade. A primeira carta inicia com Sobral expressando remorso: "Peço-lhe perdão da mágoa que lhe causei, involuntariamente" e tenta esclarecer que nunca questionou a dignidade de Alceu como escritor e atribui ao próprio Alceu a responsabilidade pelo equívoco de interpretação: "Mas a interpretação que você deu às minhas palavras me leva a pedir-lhe perdão pela ofensa que você nelas viu... eu não disse que você emitiu um julgamento para agradar aos comunistas"¹¹⁴.

O diálogo se aprofunda com a segunda carta do mesmo dia, precipitada por um telefonema de Alceu, mostrando a intensidade de sua reação. Sobral reafirma sua posição e intenção de não causar mágoa, delineando a natureza de suas preocupações e o contexto em que foram feitas suas observações:

O seu telefonema da manhã de hoje não tinha razão de ser... Não disse que você atentara contra a dignidade do espírito escrevendo coisa que não corresponde ao seu pensamento. Disse, simplesmente, que você deixou de escrever um nome para ser gentil com os comunistas¹¹⁵.

Nestas correspondências, Sobral busca uma combinação cuidadosa de desculpas e justificativas para gerenciar o conflito delicado, enfatizando repetidamente seu respeito e admiração por Alceu, independente das divergências: "Agora, uma palavra definitiva: escreva você o que escrever, dirigindo-se a mim ou se pronunciando sobre mim, fique certo: a minha fraternidade será sempre a mesma, o meu afeto sempre o mesmo, a minha admiração sempre a mesma"¹¹⁶.

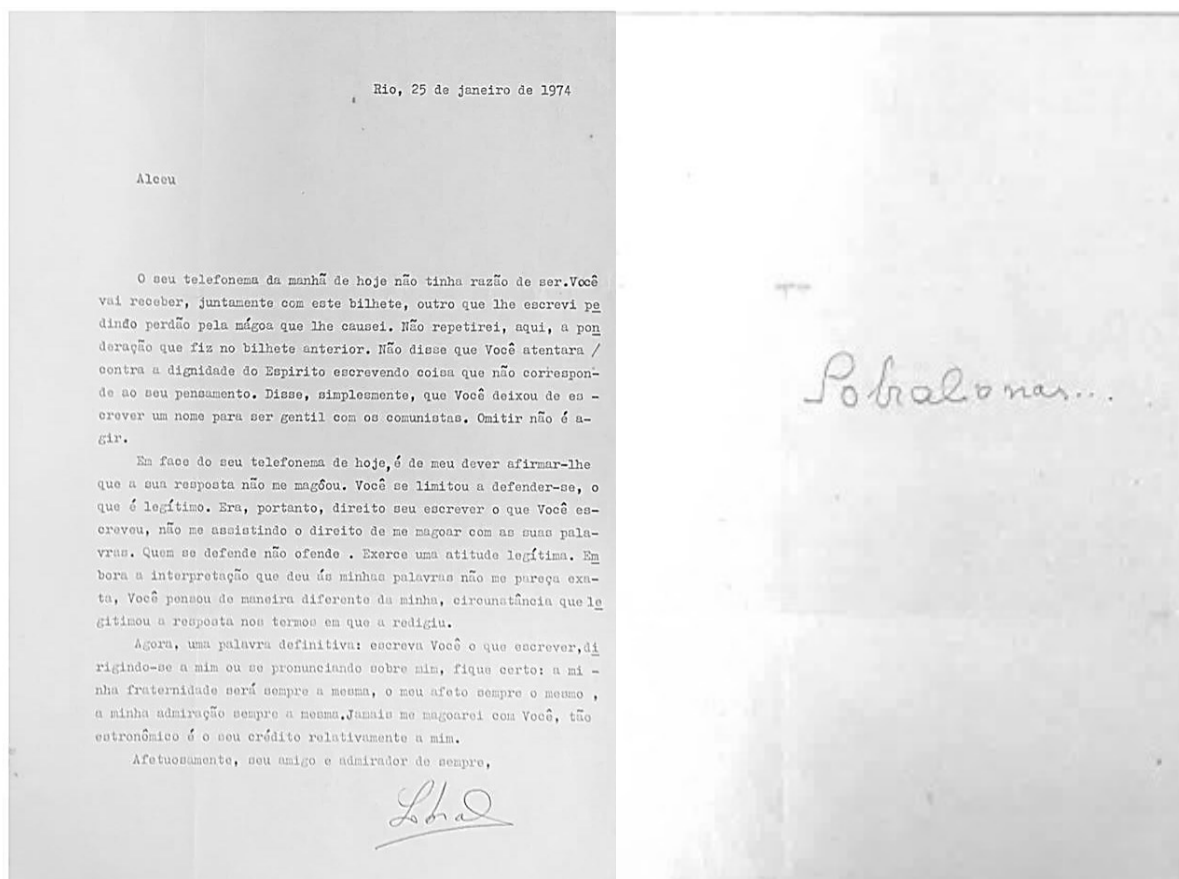
¹¹⁴ Carta de Sobral Pinto remetida a Alceu Amoroso Lima, em 25 de janeiro de 1974, com uma página, contando, em anexo, com segunda missiva de mesma data e também de uma página. Disponível em: CAALL/ATA.

¹¹⁵ Trecho da carta anexada à primeira missiva, com data de 25 de janeiro de 1974, destinada a Alceu e assinada por Sobral Pinto. Disponível Em CAALL/ATA.

¹¹⁶ Trecho da carta anexada à primeira missiva, com data de 25 de janeiro de 1974, destinada a Alceu e assinada por Sobral Pinto. Disponível Em CAALL/ATA.

Enquanto Sobral utilizava a comunicação escrita para expressar ideias, justificar suas ações e manejar relações pessoais e profissionais, alguns indícios indicam que Alceu adotava uma abordagem distinta, mas complementar. Os comentários marginais deixados nas cartas recebidas revelam que ele também sabia explorar a escrita de forma estratégica. Se Sobral escrevia para se explicar e reparar relações, Alceu usava suas anotações como um meio de extravasar seus sentimentos sobre as mensagens, sem confrontar diretamente o remetente, conforme sugere a Figura 1. Parece que os longos anos de convivência lhe permitiu conhecer e conviver com as peculiaridades do amigo conhecido pelo poder de retórica e havia criado um modo próprio de lidar com isso: anotando reflexões e sentimentos que talvez nunca tenha expressado diretamente a Sobral, evitando assim discussões desnecessárias.

Figura 1 – Sobralianas: carta destinada a Alceu, frente e verso



Fonte: CAALL/ATA

“Sobralianas” é um termo que, vez ou outra, aparece no verso das cartas destinadas a Alceu por Sobral, como uma anotação crítica e irônica. Ao vê-la pela primeira vez, de imediato remeteu-me ao termo *Bachianas*, utilizado na música para designar as obras da série *Bachianas Brasileiras* do compositor Heitor Villa-Lobos. As *Bachianas Brasileiras* combinam a técnica contrapontística¹¹⁷ de Johann Sebastian Bach com elementos rítmicos e melódicos da música brasileira, demonstrando uma integração entre tradições europeias e nacionais. Por sua vez, a lembrança acerca de Bach remeteu-me ao Barroco, que tem como um de seus estilos literários o Cultismo, uma produção que preza por:

Textos com longas e detalhadas descrições.

¹¹⁷ Contraponto é uma técnica composicional na música em que duas ou mais vozes melódicas são criadas simultaneamente, levando em consideração tanto o desenvolvimento melódico individual de cada voz quanto a harmonia e os intervalos resultantes da sua sobreposição. Predominante na música europeia ocidental, especialmente durante a Renascença, Barroco, Classicismo e Romantismo, o termo deriva do latim *punctus contra punctum* (nota contra nota) e surgiu quando o cantochão foi substituído por cânticos com múltiplas linhas melódicas nas igrejas. Esta técnica buscava traduzir a fé religiosa através da música, alcançando seu auge com Johann Sebastian Bach. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Contraponto_\(m%C3%BAsica\)#:~:text=Movimento%20retr%C3%B3grado%20se%20refere%20ao,rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20sua%20ordem%20original](https://pt.wikipedia.org/wiki/Contraponto_(m%C3%BAsica)#:~:text=Movimento%20retr%C3%B3grado%20se%20refere%20ao,rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20sua%20ordem%20original). Acesso em: 12 maio 2024.

Preciosismo vocabular.

Textos com forte figuração (hiperbólicos, metafóricos, paradoxais, etc.).

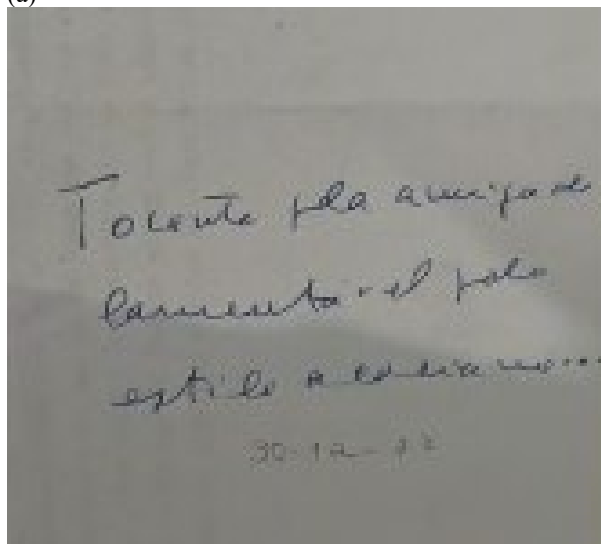
Linguagem rebuscada, com destaque para a função poética (a forma se sobrepõe ao conteúdo) (CAMPOS, 2023, s/p).

Ao criar a expressão "Sobralianas", me parece que Alceu estabelece um paralelo entre as características literárias de Sobral e do Cultismo barroco, numa forma sutil de criticar a tendência do advogado em elaborar justificativas extensas e, muitas vezes, supérfluas. Diante disso, não seria infundado imaginar que o predomínio das anotações desse tipo registradas no verso da última folha da missiva fosse resultado de um reflexo quase instintivo de Alceu de, após a finalização da leitura, afastar das vistas aquilo que o incomodava, mas não a ponto de levá-lo ao embate com o amigo. Talvez, esse fosse também um critério para o descarte do documento que, entretanto, por algum motivo que nos foge, falhou ou foi repensado, já que sobreviveu até os dias atuais.

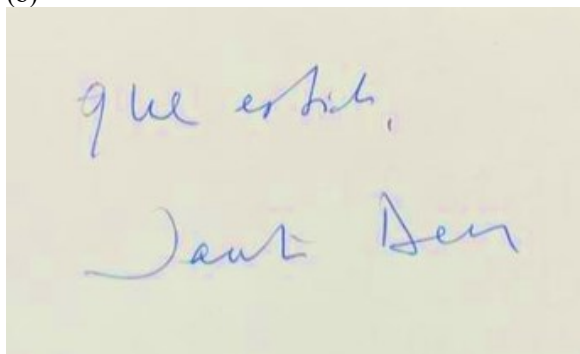
Além da expressão barroca, outras colocações também no verso da última página de cartas distintas corroboram com a interpretação que dei dela:

Figura 2 – Mais marginalias de Alceu

(a)



(b)



(a) "Tocante pela amizade, lamentável pelo estilo acaciano..."; (b) "Que estilo, Santo Deus".

Fonte: CAALL/ATA.

Na Figura 2, apresento algumas expressões dos pensamentos de Alceu que instigam algumas reflexões acerca da forma como se relaciona com Sobral. As frases manuscritas estão no verso de cartas distintas. A primeira delas, com a data de 30 de dezembro de 1977, é uma declaração de amizade e admiração, mas a atravessa um apelo pela presença do amigo na tradicional festa de fim de ano que reúne remanescentes dos encontros realizados na Livraria

Católica, que primeiro pertenceu a Jackson de Figueiredo e, depois, a Augusto Schimidt. Ainda que não tenha deixado qualquer marca que pudesse confirmar uma tendência a não participar deste evento anual, é importante ressaltarmos que em fins dos anos de 1970 Alceu estava cada vez mais próximo dos representantes da ala mais progressista da Igreja Católica e, conforme abordado no Capítulo seguinte, este não era o posicionamento de Sobral como também não era o de outros vitalistas.

Outras expressões críticas também são relativamente frequentes às margens das cartas enviadas por Sobral a Alceu, refletindo a impaciência de Alceu com o estilo prolixo de seu amigo ou a constatação das marcas do conservadorismo arraigado nele? Mais de quatro anos se passaram entre o envio de uma carta e outra e o perfil das críticas continuam semelhantes. Seriam somente marcas do ofício do destinatário da missiva? Afinal, o autor da carta mostra grande satisfação com a possibilidade de maior controle especialmente sobre os religiosos adeptos da Teologia da Libertação, grupo que combatia longe dos olhares da imprensa, mas intensamente no fluxo de cartas com religiosos e membros do laicato que se compreendiam nem à direita, nem à esquerda, mas mantendo reta e firme a Doutrina Social da Igreja:

Nutro a esperança de que o Santo Padre atualmente reinante vai acabar com o escândalo dos Sacerdotes vestidos como *play-boy* e Religiosas vestidas como melindrosas, esquecidos da advertência do Catecismo: "os inimigos do homem são, mundo, diabo e carne." Uma das formas da carne é o corpo do homem e o da mulher. O hábito religioso tem por finalidade esconder e evitar a tentação sedutora do corpo masculino e do corpo feminino¹¹⁸.

Conforme Gutierrez (1971), a Teologia da Libertação surgiu na América Latina durante os anos 1960, integrando a fé cristã com a luta pela emancipação dos marginalizados. Este movimento se dedica a examinar as condições sociais, políticas e econômicas que causam opressão e pobreza, promovendo uma análise crítica da práxis, ou seja, da ação transformadora da realidade. Ela sustenta que a salvação é tanto individual quanto coletiva, e que a libertação dos pobres e oprimidos é essencial para a missão da Igreja. Apesar das críticas de alguns setores da Igreja Católica, que veem sua ênfase na luta política e social como controversa, essa abordagem continua influente na América Latina e em outras partes do mundo.

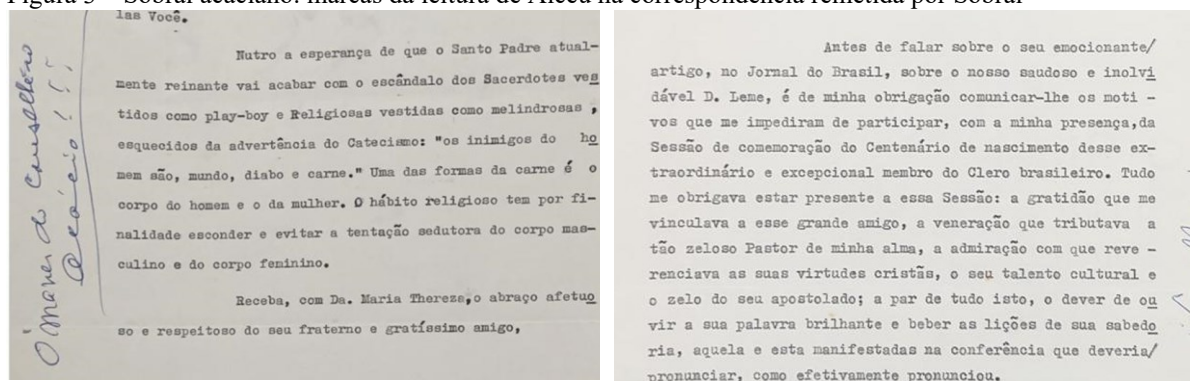
O controle do comportamento de um dos principais representantes da Teologia da Libertação no Brasil e a adesão de Alceu à sua figura anos depois, foi tema de alguns comentários do advogado e intelectual católico com outro de seus principais amigos,

¹¹⁸ Carta de Sobral Pinto remetida à Alceu Amoroso Lima, de 17 de novembro de 1978. Disponível em: CAALL/ATA.

Hargreaves, como o exposto em cartas de 9 de maio e de 20 de junho de 1980. Enquanto o intelectual juizforano mostrava-se impactado por Alceu ter declarado sua admiração D. Evaristo Arns, Bispo de São Paulo, e visto por ele como representante típico do que deve ser um homem da Igreja, dedicado a atuar sobre os problemas contemporâneos, Sobral o responderia tecendo comentários acerca da vestimenta do mesmo Bispo, pois costumeiramente usando paletó e gravata, vestiu sua batina ao encontrar o Papa.

Diante desse desalinho de opiniões, grafar termos como “à moda do Conselheiro Acácio” ou “Conselheiro” (Figura 3) certamente não se limita apenas a uma ironia em relação ao autor da carta.

Figura 3 – Sobral acaciano: marcas da leitura de Alceu na correspondência remetida por Sobral



Fonte: CAALL/ATA.

As missivas consultadas no CAALL sugerem terem sido frequentes os envios, por parte de Sobral, de cartas curtas com o objetivo de passar diretamente ao autor da coluna Tristão de Athayde, n’*O Globo*, suas impressões sobre os artigos publicados na semana anterior. Naquele dia 10 de fevereiro de 1982, no entanto, Sobral via-se obrigado a justificar sua ausência no evento em comemoração ao centenário de D. Leme, conforme a transcrição a seguir do segundo trecho em destaque na Figura 3:

Antes de falar sobre o seu emocionante artigo, no *Jornal do Brasil*, sobre o nosso saudoso e inolvidável D. Leme, é de minha obrigação comunicar-lhe os motivos que me impediram de participar, com a minha presença, da Sessão de comemoração do Centenário de nascimento desse extraordinário e excepcional membro do Clero brasileiro. Tudo me obrigava estar presente a essa Sessão: a gratidão que me vinculava a esse grande amigo, a veneração que tributava a tão zeloso Pastor de minha alma, a admiração com que reverenciava as suas virtudes cristãs, o seu talento cultural e o zelo do seu apostolado; a par de tudo isto, o dever de ouvir a sua palavra brilhante e beber as lições de sua sabedoria, aquela e esta manifestadas na conferência que deveria pronunciar, como efetivamente pronunciou.

Inicialmente, pode-se interpretar "Sobralianas" como uma simples questão de estilo,

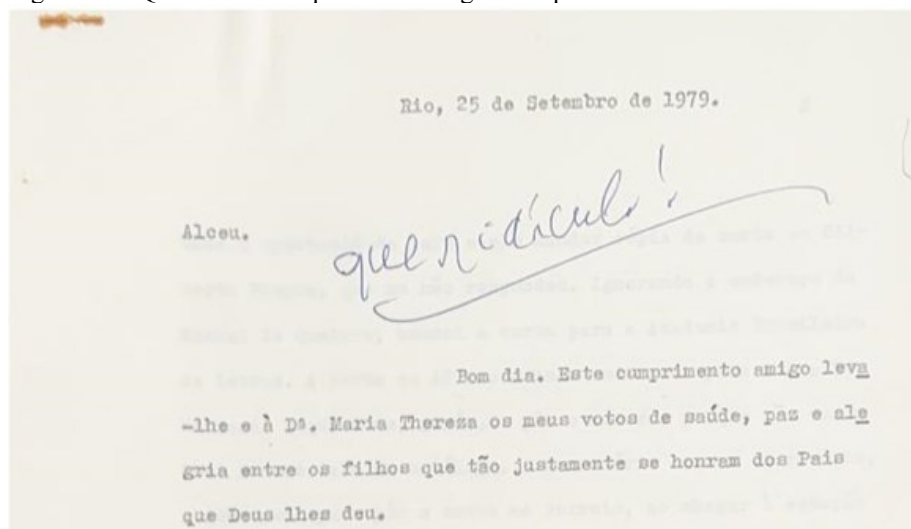
resistente à modernidade, refletindo uma preferência pela prolixidade e pela elaboração detalhada em contraste com a clareza e concisão modernas. Esta resistência à modernidade sugere uma escrita densa e pesada, que pode gerar impaciência no leitor. Essa impressão é reforçada por outras expressões de Alceu, que indicam sua frustração com a leitura de textos excessivamente verbosos.

No entanto, a percepção de Alceu sobre a escrita de Sobral se aprofunda ao observar outras inscrições críticas, sendo "Conselheiro Acácio" a que mais se repete. Essa referência ao personagem de Eça de Queirós, conhecido por sua pomposidade e trivialidade, acrescenta uma camada de crítica mais incisiva, destacando a superficialidade e a pretensiosidade percebidas nas justificativas de Sobral. Assim, "Sobralianas" transcende a mera anotação estilística, tornando-se uma crítica ao conteúdo e à forma das cartas de Sobral.

De acordo com Foucault (1992), a correspondência é mais do que um “adestramento” de si próprio; é uma manifestação simbólica e quase física do remetente ao destinatário. Sierra Blás (2002) complementa, afirmando que a carta é uma imagem fiel de uma conversa passada para o papel, conferindo uma sensação de presença, apesar da ausência física. Diante disso, penso que a ausência de Sobral se tornava perceptível para Alceu quando o conteúdo o arrancava da ilusão de estar na companhia dos amigos cujas cartas ele recebia. Cada envelope personificava um amigo à sua frente.

No entanto, quando o conteúdo o desequilibrava, Alceu reagia firmemente, anotando suas críticas ao lado do parágrafo incômodo, como numa tentativa de silenciar a voz do outro ou manifestar sua insatisfação, como ilustra a Figura 4 a seguir.

Figura 4 – “Que ridículo!": quando os amigos ultrapassam limites



Fonte: CAALL/ATA.

O sentimento que quer impedir a conversa, talvez tenha sido a reação a quebra de um dos limites da amizade, pois estabeleceu Cícero (44 a. C.), “como lei primeira da amizade, não pedir nem conceder nada de vergonhoso”. E o que pedia Sobral a ele?

Rio, 25 de Setembro de 1979.

Alceu.

Bom dia. Este cumprimento amigo leva-lhe e à Da. Maria Thereza os meus votos de saúde, paz e alegria entre os filhos que tão justamente se honram dos Pais que Deus lhes deu.

Fico temeroso de lhe fazer o pedido que agora vou formular. Pode parecer que estou amesquinhando a sua pessoa, transformando-a em instrumento de informação. Aventuro-me, todavia, a este gesto, porque Você sabe em que conceito o tenho, como homem, como cristão, como escritor e como amigo. Em todos estes ângulos Você se apresenta a mim como excelente e extraordinário.

Escrevi cartas à Rachel de Queiroz, ao Afonso Arinos e ao Josué Montello e, também, a Você. Suponho que a carta que lhe escrevi, endereçando-a para Petrópolis, lhe tenha chegado às mãos. Com ela lhe remeti cópia da carta que escrevi à Rachel de Queiroz. A carta ao Afonso Arinos foi, também, para a ele remeter cópia da carta escrita à Rachel de Queiroz. Ao Josué Montello escrevi para felicitá-lo pelo artigo sobre o nosso saudoso e inolvidável Schmidt, tendo aproveitado a oportunidade para a ele mandar cópia da carta ao Gilberto Freyre, que me não respondeu. Ignorando o endereço da Rachel de Queiroz, mandei a carta para a Academia Brasileira de Letras. A carta ao Afonso Arinos enderecei para a Rua Da. Mariana. Esqueci-me, porém, de pôr o número, porque não encontrei o nome dele no catálogo (...).

Seria abusar de sua tolerância pedir-lhe que indagasse desses destinatários se as cartas, que a eles escrevi, chegaram às suas mãos? A indagação é apenas esta. Não desejo saber de mais nada. Quero apenas ter a certeza de que as cartas chegaram ao seu destino. Isto, tão somente isto. É o que quero (...).

Pedindo-lhe desculpas pelos incômodos que possa vir a lhe causar com os pedidos constantes dessa carta, solicito que aceite, de coração largo, o abraço fraternal do amigo perenemente grato,

Sobral.

O autor da missiva a inicia com um cumprimento amigável para, em seguida, expressar o temor em fazer um pedido que poderia ser interpretado como uma desconsideração à pessoa de Alceu, transformando-o em um "instrumento de informação". No entanto, ele prossegue, acreditando que suas intenções seriam compreendidas. O pedido de Sobral consiste em solicitar-lhe que indague a diversos destinatários sobre a chegada de cartas enviadas por ele. O advogado e intelectual católico menciona ter escrito a Rachel de Queiroz, Afonso Arinos, Josué Montello e Gilberto Freyre, e pede a Alceu que confirme se essas cartas chegaram ao destino.

Alceu toma esse pedido como uma quebra do limite da amizade, pois coloca-o em uma posição desconfortável e desrespeitosa. Primeiro, Sobral reconhece que o pedido pode parecer um "amesquinhamento" de Alceu, transformando-o em um mero intermediário. Segundo, ao pedir que Alceu realize essas indagações, Sobral desconsidera a dignidade e o tempo do amigo,

tratando-o como se fosse um subordinado encarregado de uma tarefa trivial e constrangedora.

Dias antes, Sobral havia compartilhado com Alceu cópia da crônica intitulada *O palmatória do mundo*, assinada por Rachel de Queiroz, e publicada no jornal *Última hora*. Com tal texto, o advogado e intelectual católico sentiu-se ofendido pelo que qualificou como “uma estranha tentativa de ridículo”, o que o motivou a escrever longa carta à autora:

Permita-me que, a medo e humildemente, lhe pondere que não sou, nem nunca fui, palmatória do mundo. Uma tristeza imensa invadiu o meu coração ao ver que uma tão grande e ilustre escritora, – tão grande e tão ilustre que empolgou a tal ponto os membros da Academia Brasileira de Letras que conseguiu transpor a barreira do sexo fazendo-a entrar, caso único até agora, na tão afamada e famosa Companhia – não encontrou, em sua fértil e fecunda imaginação, outro personagem para imitar-me senão um ébrio e um ébrio ridículo.

Não consenti nunca em dar conselho a ninguém. Em momento algum de minha vida afirmei que exerci influência sobre este ou sobre aquele, em qualquer dos múltiplos setores em que tenho atuado e labutado.

A sociedade humana exige e requer a obediência à Lei da Divisão do Trabalho. Cada um faz aquilo que a sua natureza, o seu temperamento ou a sua vocação lhe impõe, obrigatoriamente. A Sra. escreve romances, ensaios, artigos de jornais e de revistas. Eu escrevo cartas. A Srs. faz traduções. Eu me limito a lê-las¹¹⁹.

O advogado e intelectual católico, ao remeter a segunda carta sobre a crônica de Queiroz, tinha dúvidas se a primeira havia chegado às mãos de Alceu. Porém, ambas as missivas estavam arquivadas por pelo literato católico, o que sugere ter lido o conteúdo que lhe chegou às mãos, mas após isto, escolheu não participar da questão que considerou “ridícula” e pretendia encerrar o assunto, afinal não era comum a Sobral aceitar determinadas críticas, como ficou patente nas situações nomeadas por Alceu como “Sobralianas”.

Esses desacertos entre ambos, certamente sofressem influência das divergências que foram se avolumando entre ambos diante da insistência de Sobral em anular a influência marxista no pensamento católico, porém, externamente, eram mitigados, prevalecendo entre aqueles que conviveram com ele uma visão que, como sugeriu Muaze e Goldman (2010), lhe dava uma unidade celebrativa, tema a que dedico a sessão seguinte.

2.2 “A magna carta brasileira”: cisões entre o íntimo e o publicizado

Na manhã de 1 de novembro de 1991, o jornal *O Globo* chegava aos leitores com a manchete *Morre o Senhor Justiça*. Ocupando a página inteira do Jornal, a matéria reproduzia

¹¹⁹ Carta de Sobral Pinto destinada a Rachel de Queiroz, de 14 de setembro de 1979. Disponível em: CAALL/ATA.

as últimas palavras ditas por Sobral Pinto em seu leito: "Eu vou pro céu. Vou morrer hoje" (MORRE, 1991, p. 10A), descrevia a rotina pautada pela fé e pelo trabalho para, finalmente, informar sobre velório e sepultamento marcados para aquele mesmo dia. Um box central, conforme Figura 5, a seguir, colocava em destaque aspectos considerados centrais na trajetória que podiam ser sintetizados nas fotografias que compuseram o conteúdo ali apresentado. Sob o título *Quase um século de defesa dos direitos do cidadão* apareciam o corpo de Sobral sendo velado por pessoas dentre as quais se destacou a silhueta de uma freira, Sobral e Luís Carlos Prestes lado a lado, com idades avançadas e a amizade expressa em seus sorrisos, e Sobral ao microfone, no Comício da Candelária, em 1984, pelo movimento Diretas Já, provavelmente no discurso que levou aquele milhão de pessoas que o ouviam: "Quero falar à nação brasileira, através desta multidão de um milhão de conterrâneos meus. Nós queremos que se restaure no Brasil o preceito do artigo primeiro da Constituição Federal: Todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido'. Esta é a minha mensagem. Este é o meu desejo. Este é o meu propósito".

Figura 5 – Jornal noticia falecimento do “Senhor Justiça”

Quase um século de defesa dos direitos do cidadão

Para Sobral, o compromisso de toda uma vida

Dois episódios separados por 80 anos sugerem o compromisso de Heráclito Fontoura Sobral Pinto com a justiça, valor pelo qual o combativo advogado sempre se empenhou. Na década de 10, quando trabalhava como auxiliar de escrita nos Correios, o então estudante de Direito ouviu pela janela da agência da Praça Quinze uma gritaria vinda da rua. Da sacada do prédio, viu um jovem ser espancado por soldados. Num ímpeto que o tornaria famoso em suas atuações, desceu correndo à rua e tirou o jovem das mãos dos agressores. Levado à delegacia com a vítima e os policiais fez sua primeira defesa, como as que o celebrariam para sempre, corajosa e vibrante. O delegado, vencido pelos argumentos do futuro advogado, soltou o rapaz mas deu conselho que Sobral nunca acatou:

— Veja se não fica comprando brigas alheias.

No início deste mês, outra manifestação pública de Sobral confirmaria o compromisso. Em carta ao Ministro da Educação, José Goldemberg, devolveu o título de doutor honoris causa da USP, em protesto contra a demissão do professor Jerônimo Rodrigues de Moraes Neto do cargo de Delegado do MEC no Rio. Ao devolver o título recebido quando Goldemberg era Reitor da USP, justificou-se dizendo que a demissão de Moraes Neto — professor de Linguística da UFRJ e da UFF, com mestrado e doutorado na França — ocorrera devido à “atuação de elementos medíocres que estão se apoderando de cargos importantes no setor da educação da mocidade brasileira”.

A coerência da trajetória pública de Sobral foi explicada por ele num depoimento em 73, quando completou 80 anos:

— No Colégio dos Jesuítas, eu me eduquei, formei meu caráter. Lá aprendi a defesa da autoridade, mas sem prejuízo da liberdade. Lá aprendi que a liberdade não é útil ao homem sem a autoridade. Liberdade sem autoridade é anarquia e a autoridade sem liberdade é opressiva, ditatorial.

A vida de quase um século, marcada por tais preceitos, teve origem na mineira Barbacena em 5 de novembro de 1893. A data não é irrelevante. Naquele dia, outro notório de-



No Colégio da Providência, corpo de Sobral velado por parentes e amigos



Em 84, Sobral discursa no comício da Cinelândia pelas eleições diretas

fensor da justiça e do direito no País amargava o ônus deste compromisso. Ameaçado de prisão e morte pelo regime de Floriano Peixoto, Rui Barbosa exilava-se em Buenos Aires. O filho do agente da Central do Brasil Priamo Cavalcanti Sobral Pinto e de dona Idalina Fontoura Sobral Pinto seguiria a mesma trilha do jurista e tribuno baiano.

Dos estudos primários em Porto Novo do Cunha (MG), onde foi morar com os pais com pouco mais de um ano, Sobral veio para Friburgo (RJ), para se formar bacharel em letras e ciências no Colégio Anchieta. Em 1913, transferia-se para o antigo Distrito Federal, formando-se em 1918 na Faculdade Nacional de Direito e no ano seguinte iniciaria a militância na advocacia. Do Rio de Janeiro, a atuação de Sobral se projetaria para todo o País em diversos episódios históricos dos últimos 50 anos.

Procurador Criminal da República, exilou em 1928 imai-

dade de tratamento para oficiais que tinham participado do levante de 22; adversário do governo provisório de Getúlio Vargas, reivindicava a volta da ordem constitucional em artigos publicados no jornal “A Ordem”. A permanente vigilância dos ataques à legalidade jurídica levaria Sobral a defender mesmo quem professava princípios contrários aos do advogado de sólida formação católica. Designado pela Ordem dos Advogados do Brasil, assumiu a defesa dos comunistas Luís Carlos Prestes e Harry Berger, principais líderes da sublevação de 35. Durante o Estado Novo e até a decretação da anistia em 45, Sobral se empenhou com êxito para que a integridade dos presos fosse preservada. Para tanto, evocou numa célebre petição até a Lei de Proteção dos Animais em favor de tratamento humanitário para os perseguidos políticos.

A defesa de comunistas não era uma contradição para o católico Sobral:



Com Prestes: justiça sem ideologia

— Era natural que os comunistas batessem à minha porta. Eu os atendi, lembrando-me das palavras de Santo Agostinho: “Amar o pecador e odiar o pecado”.

A mesma defesa da legalidade fez Sobral aderir em 55 à campanha pela realização de eleições e garantia da posse de eleitos, diante das ameaças à candidatura Juscelino Kubitschek-João Goulart. Com o movimento de 64, que tinha apoiado, a atuação em prol da ordem jurídico-legal custou-lhe uma prisão dias após a edição do AI-5 em 68. Este episódio tornou-se famoso devido à verve do advogado. Ao oficial carcerário que tentara justificar o regime de exceção como o restabelecimento da democracia à brasileira, Sobral respondeu:

— Há peru à brasileira, mas não há democracia à brasileira. A democracia é universal, sem adjetivos.

Até o fim do regime do militar, manifestações públicas de Sobral confirmaram a procedência da frase, além da atuação na defesa de presos políticos. Em abril de 77, denunciou o “pacote de abril” baixado pelo Presidente Geisel como tentativa de legislar à revelia da Constituição. Defensor da anistia ampla, dizia que no País não tinha havido terrorismo mas sim “luta violenta igual à violência usada pelo Governo para obter confissões”. Sua militância culminaria na campanha pelas eleições diretas em 84. As vésperas de completar 90 anos, com ímpeto similar ao que o fizera defender ainda jovem uma vítima de corrigedoria violência policial, Sobral subia em palanques para a defesa da democracia.

Fonte: Jornal *O Globo*, foto de Jorge Peter

Conforme pesquisa desenvolvida por Santos (2017), os necrológios são fontes valiosas para estudos sobre redes de sociabilidade, pois revelam como os falecidos eram lembrados e enaltecidos por suas comunidades. Segundo a autora, o necrológio além de apresentar, “enaltece as qualidades que teve o falecido (SANTOS, 2017, p. 43)”. Isso se dá mesmo quando essas qualidades precisam ser agregadas ao falecido, criando uma imagem idealizada que perpetua sua memória. Por exemplo, no caso de Esther Pedreira de Mello, educadora estudada por Santos

(2017), em um dos necrológios examinados, o redator fez um esforço laudatório "procurando adjetivar cada sentença de modo a imprimir à Esther Pedreira de Mello qualidades além do que se esperaria de qualquer pessoa" (p. 44).

Além de enaltecer qualidades individuais, os necrológios também ajudam a situar o falecido dentro de círculos sociais e intelectuais. Santos (2017) destaca que a transcrição da vida de Esther buscou inseri-la no campo intelectual, utilizando adjetivos como "inteligência disciplinada", "cultura vasta" e "rara competência". Tais descrições não só destacam a educadora como uma figura de inteligência digna de nota, como desafiavam as normas de gênero da época, referindo-se à sua "clara e lúcida inteligência de mulher". Esses elementos do necrológio revelam a intenção de posicioná-la entre os intelectuais de seu tempo, mesmo quando ela ainda era uma estudante, mostrando como esses textos podem ser usados para manipular e afirmar status sociais e intelectuais. E mais, os necrológios também podem evidenciar as conexões e influências políticas que moldaram a vida dos falecidos, permitindo ser analisados para entender as relações de poder e as dinâmicas sociais que influenciaram a trajetória de indivíduos, contribuindo para uma compreensão mais profunda das redes de sociabilidade da época.

O necrológio de Sobral cumpre bem os requisitos elencados por Santos (2017), porém numa chave de unificação de uma visão acerca do sujeito que já vinha sendo elaborada anos antes de seu falecimento. Fé, vocação e cidadania pareciam, então, ser a combinação que tornava Sobral único, uma referência quase utópica aos brasileiros. A "pobreza franciscana" (MORRE, 1991, p. 10A) na qual morreu simbolizava a ética com a qual teria exercido a profissão de advogado, levando-o a recusar o cargo de ministro do STF e a defender gratuitamente os comunistas que batiam à sua porta, sobre o que disse Sobral Pinto: "Eu os atendi, lembrando-me das palavras de Santo Agostinho: 'Amar o pecador e odiar o Pecado'" (MORRE, 1991, p. 10A). Aliás, o redator da matéria fez questão de ressaltar esse aspecto da trajetória de Sobral Pinto como aquele que lhe conferiu fama e o colocou na categoria de polêmico, pois "apesar de conservador e católico fervoroso – assistia missa e comungava todos os dias –, foi advogado do ateu e líder comunista Luís Carlos Prestes, preso durante o Governo ditatorial de Getúlio Vargas" (MORRE, 18991, p. 10A). Ao tratar de sua trajetória, destacou: "A defesa de comunistas não era uma contradição para o católico Sobral" (MORRE, 18991, p. 10A).

Homem do diálogo, da "justiça sem ideologia", conforme aponta a legenda escolhida para a fotografia em que figuram Sobral e Prestes. Assim Sobral configurou sua autoimagem, assim a memória coletiva pós-ditadura consagrou essa perspectiva numa derradeira demão de

verniz que lustra e conserva a memória por meio de depoimentos colhidos no calor da perda àqueles que seriam a encarnação, o fruto verdadeiro do trabalho semeado pelo advogado: a sobrevivente da brutalidade da guerra, Anita Leocádia Prestes retirada das garras do nazismo e reconhecendo Sobral como seu segundo pai; e o florescer da vida a despeito da violência sofrida por Prestes nas vozes de Maria Ribeiro Prestes, viúva do Cavaleiro da Esperança, que confirmava o fato de Sobral nunca ter cobrado pela defesa de seu marido, e de seu filho, Luís Carlos Prestes Filho, reforçando que a discordância ideológica entre seu pai comunista e o advogado católico nunca foi um entrave à relação profissional ou à amizade entre eles.

São depoimentos que dão uma coesão a um processo de enquadramento, de produção de discurso, solidificado não só nos livros assinados por Sobral Pinto como em filme, este instrumento que Pollak (1989) chama a atenção pela capacidade de captar emoções que sensibilizam e suscitam questões para a compreensão de seu objeto, são "monumentos vivos" a serviço da formação e reorganização da memória.

De fato, a carreira de Sobral Pinto foi marcada pela defesa de presos políticos, o que o levou por diversas vezes à cena pública por meio de notícias e artigos dedicados a detalhar algum momento chave desses processos ou desdobramentos deles. Essa trajetória pode ser acompanhada pelas páginas dos periódicos de maior circulação no Rio de Janeiro do século XX, tarefa à qual me dediquei na fase inicial desta pesquisa. Hemeroteca Digital Brasileira e Acervo *O Globo* foram sítios consultados e onde obstáculos relativos à pesquisa em documentos digitais precisaram ser enfrentados.

Inicialmente, delimitando o recorte temporal à década de 1930, pois buscava elementos que pudessem matizar as memórias acessadas acerca da defesa dos comunistas por meio de *Por que defendo os comunistas* (1979), decidi iniciar a consulta pelo verbete "Sobral Pinto" em alguns dos periódicos de maior circulação no Rio de Janeiro do século XX. No primeiro deles, o *Jornal do Commercio*, o problema: eram 378 ocorrências e, ao conferi-las, vejo que havia um Doutor Luís Sobral Pinto, bastante citado por sua atuação no Centro Político e de Melhoramentos da Tijuca. No *Jornal do Brasil*, 391 ocorrências. Nesse, além do político tijucano, havia também um farmacêutico, Attila Sobral Pinto. Apresentada também a um professor da Escola Superior de Comércio, o doutor Gil Sobral Pinto, precisei encarar o dilema: manter a busca aberta ao termo mais comumente para nomear o sujeito e lidar com a tarefa de catalogar mais de mil ocorrências em apenas cinco dos principais periódicos da década ou restringir a busca ao nome completo, ainda que o uso dele não fosse a prática corrente nem mesmo nos estudos que, àquela altura, eu já havia tido contato? A diferença de resultados foi enorme: das mil ocorrências para apenas 32, incluindo as seis que apareciam na revista *A*

Ordem, na qual colaborava na seção *Chronica Política*.

Segundo Santos (2021), os benefícios de acesso a um grande corpo documental que, de maneira convencional, seria impossibilitado pela diversidade, volume e densidade de dados salvaguardados em instituições de pesquisa que, talvez, nem mesmo pudéssemos alcançar devido a entraves econômicos, distância e disponibilidade de tempo, precisam ser avaliados diante de problemas como:

a fragmentação do documento histórico, pois a busca automática descarta a compreensão do contexto de aparição da palavra; a digitalização de documentos sempre pode possuir erros de caracteres; o entendimento de que não precisamos mencionar o nome de algo para nos referirmos a elas; descartamos a possibilidade de nos surpreendermos com o encontro de algo que não imaginávamos encontrar (SANTOS, 2021, p. 12).

A pesquisadora ressalta, ainda, que os resultados das buscas empregadas no sistema de busca digital não correspondem à totalidade das vezes que o termo aparece no documento, mas ao número de vezes que a ferramenta foi capaz de identificá-lo. São questões que devem ser enfrentadas por meio de procedimentos metodológicos bem definidos, capazes de dar conta do trato das fontes com vistas aos objetivos da pesquisa. Dessa forma, associei a busca por termos relacionados à atuação de Sobral Pinto como advogado de presos políticos ao método de leitura corrente, o que me revelou fases e contextos nos quais seu nome sobressaía.

Notícias envolvendo o nome de Sobral Pinto encontram maior incidência nas décadas de 1960 e 1980, em situações que, à primeira vista, poderiam soar como díspares: a defesa dos estudantes de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia impedidos de realizarem sua formatura pela ação da greve estudantil de 1963, encampada por membros do Diretório Acadêmico, alinhados ao comunismo, diante da escolha do novo diretor da Faculdade. Durante oito meses, foram noticiadas ações do advogado contra o que nomeou de “subversão”, “indisciplina” que tomaria conta do país caso não houvesse uma “resistência democrática”. Esse foi um dos acontecimentos que, provavelmente, animou Sobral a favor do golpe militar aplicado em sequência. O outro momento, a década de 1980, foi o da consagração de Sobral Pinto como intelectual defensor de comunistas. Não houve, nesse ínterim, uma grande mudança no pensar de Sobral ou a adesão à causa comunista. Na verdade, Sobral era abertamente um opositor do comunismo, mas um defensor do direito à liberdade. E o mesmo golpe que ajudou a consolidar foi o que instaurou no país uma violenta ditadura contra seus opositores, perseguindo, torturando e fazendo desaparecer o “perigo vermelho”.

Tão logo percebeu que o golpe de 1964 iniciou a ditadura civil-militar no país, Sobral

se colocou a criticá-la, exigindo o retorno à normalidade constitucional do país. Enquanto defendia presos políticos da arbitrariedade da Justiça, manifestava críticas contundentes aos militares que assumiram a presidência da República e demais agentes do governo por meio de cartas pessoais a eles endereçadas, tais como as que publicou em *Lições de liberdade* (1977).

Conforme ressaltado no Capítulo 1, em 1977, Sobral Pinto expunha sua face como cidadão, homem público em defesa da nação. Na obra lançada em 1979, *Por que defendo os comunistas*, era a vez da face humana. Emergia ali um Sobral sensibilizado pelas condições às quais Harry Berger e Luís Carlos Prestes foram submetidos nas prisões do estado Vargasista, pela angústia de seus familiares e fiel às armas que escolheu para combater a injustiça – a advocacia e o cristianismo.

Enquanto *Lições de liberdade* (1977) figurava entre os maiores sucessos de venda no ranking das sessões especializadas e *Por que defendo os comunistas* (1979) era anunciado como um projeto com data marcada para chegar às livrarias, os espectadores da sétima arte acompanhavam a produção do documentário biográfico *Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, profissão advogado* (1979). Segundo Tuna Espinheira (2007), criador e diretor do filme em curta-metragem, a ideia teria surgido anos antes sob o fluxo de lembranças da infância que faziam recordar os relatos de seu pai sobre as “façanhas desassombradas” de Sobral “nas defesas antológicas e exemplares de Luís Carlos Prestes e Harry Berger” e pelas circunstâncias em que vivia em meados dos anos de 1970, época em que, morando no Rio de Janeiro, surgiu-lhe “com a maior naturalidade, a ideia de documentar, em imagem em movimento, o mito pretérito” (ESPINHEIRA, 2007).

Essa “naturalidade” pode ser traduzida pela experiência de Tuna no cinema documental como ferramenta de protesto durante o regime militar, uma corrente bastante representativa do cinema baiano que carregava em seu cerne a marca do movimento que ficou conhecido como Cinema Novo, uma proposta de arte engajada, alimentada pelas preocupações sociais, fiel à cultura popular brasileira. Essa perspectiva, provavelmente, foi a que atraiu a colaboração do cineasta Nelson Pereira dos Santos, listado como coprodutor da película. Nelson foi um dos fundadores do Cinema Novo e é reconhecido por sua organicidade no PCB, do qual fazia parte desde os 15 anos de idade e pelo qual foi financiado para a produção de filmes icônicos como *Juventude*, que apresentava a história do Partido, e *Rio, 40 graus*, um retrato da desigualdade social na cidade. O objetivo de Tuna era traçar o perfil de Sobral como advogado e personagem da história contemporânea num roteiro que contaria com os depoimentos de Alceu Amoroso Lima, conhecido amigo do personagem principal, dos advogados Heleno Fragoso e Raymundo Faoro, este, presidente do Conselho Federal da OAB no biênio 1977-1979, aquele, famoso

advogado criminalista em defesa dos Direitos Humanos, e do historiador Hélio Silva. De acordo com o roteiro, a essas pessoas, “austeramente selecionadas”, seriam direcionadas perguntas “sobre o histórico e as atividades do homem e do profissional, Sobral Pinto”, ao que se somariam a filmagem de documentos selecionados entre fotografias, jornais e revistas e “o ponto mais importante para o seguimento do roteiro: o depoimento do Dr. Sobral sobre si mesmo”¹²⁰.

Não pude precisar o tempo decorrido entre a idealização e a conclusão do filme nem o que de fato o inspirou. Contudo, ao longo das pesquisas que realizei, pude consultar três documentos, localizados no *Setaro's blog*¹²¹, no Museu da Justiça e na Hemeroteca Digital Brasileira, que me trouxeram indícios sobre esse processo criativo e possibilidades de reflexões acerca da memória e como criamos a nós mesmos por meio dela, na perspectiva de Kotre (1997). Os documentos aos quais me refiro são o texto escrito por Tuna ao crítico de cinema André Setaro, em que divulga a reexibição de *Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto*, num festival baiano de cinema, em 2007¹²²; a carta que o mesmo cineasta escreveu ao personagem principal de seu filme, explicando o roteiro e o que o movia na realização do filme, em 1978¹²³; e a entrevista concedida por Sobral Pinto ao periódico carioca *O Pasquim*, que chegou aos leitores na primeira semana de maio de 1977. A ordem cronologicamente inversa é proposital. Representa a minha trajetória de acesso ao material, que afetou diretamente minha visão e interpretação sobre o assunto.

No ano de 2007, Tuna elencou a vinculação afetiva ao próprio pai como motivação primeira para o desenvolvimento do documentário e a isto uniu a conveniência de viver no Rio de Janeiro como estímulos naturais para seu projeto. Em missiva remetida a Sobral, enquanto tenta convencê-lo a gravar seu depoimento, expõe todo o roteiro do filme e enumera todas as dificuldades financeiras de estar no Rio temporariamente com o único objetivo de realizar sua produção cinematográfica. E na entrevista dada por Sobral a um grupo de jornalistas de *O*

¹²⁰ Carta de Tuna Espinheira remetida a Heráclito Fontoura Sobral Pinto, de 16 de junho de 1978. Disponível em: Museu da Justiça/Acervo Sobral Pinto.

¹²¹ O *blog* destinado à publicação de críticas cinematográficas foi criado, em 2005, por André Olivieri Setaro, cineasta e professor de audiovisual da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, e mantido atualizado até 2014, ano de seu falecimento. Disponível em: <https://setaroblog.blogspot.com/>. Acesso em: 10 maio 2024.

¹²² Disponível em: <https://setaroblog.blogspot.com/2007/06/dr-sobral-pinto-um-documentario.html>. Acesso em: 12 maio 2024.

¹²³ O documento foi disponibilizado digitalmente pelos profissionais responsáveis pelo acervo textual do Museu da Justiça e faz parte da Coleção Sobral Pinto, oriunda do extinto Centro de Memória Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto.

Pasquim em 1977, é possível identificar muitos pontos de contato com o que seria visto, pouco tempo depois, pelos espectadores de Tuna.

Provavelmente, inspirado pelo que teria lido naquelas páginas do periódico carioca ou em tantas outras que àquela época exaltavam com maior veemência as lições de liberdade ensinadas pelo velho advogado, talvez, até pelas lembranças do pai, interessante é perceber o tipo de lembrança a que cada escrito remete. Na década de 1970, registrar Sobral “em imagem em movimento” era um manifesto político, alinhamento a um dos lados dos batalhões em luta pela memória da ditadura. Na década de 2000, com a democracia em segurança e a idade avançada, o cineasta pôde se remeter a uma lembrança genérica da sua infância, e que, provavelmente, se referisse a um tipo de escuta ou experiência nem tão frequente como gostaria de pensar que fosse, mas que construía um efeito de eu-sempre-soube, como sugere Kotre (1997), uma vinculação que dava sentido também à sua trajetória como cineasta.

Um outro aspecto que foi abordado de formas distintas por Tuna naqueles dois momentos de sua vida está relacionado às dificuldades encontradas para o envolvimento de Sobral nas gravações das cenas em que era o protagonista. Na carta de 1978, solicitava um novo encontro com o advogado justificando que os dois encontros anteriores e as conversas telefônicas não teriam sido suficientes para expor com clareza a proposta do documentário. Ao que parece, o diretor não estava seguro de haver convencido Sobral a participar do trabalho e temia que sua falta de tempo impedisse a conclusão da obra.

Sabemos que o senhor é um homem profundamente ocupado e solicitado [...]. Entretanto, obrigados pelas circunstâncias, específicas nessas, somos levados a expor os nossos bastidores. Este filme nasceu de uma velha ideia, só agora tornada realizável, graças ao sistema de cooperativa, entre técnicos de cinema, somado ao apoio do cineasta Nelson Pereira dos Santos. Embora trabalhando num sistema de cotização, o cinema, ainda assim, é terrivelmente complicado [...]. Todas as pessoas ligadas a este filme, moveram-se, tão somente, pela aceitação radical do tema em pauta. São pessoas que o admiram e acreditam na importância deste documentário (...).

Todos nós da equipe temos pelo senhor a mais profunda admiração e respeito.
Pela Produção,
Tuna Espinheira¹²⁴.

Em busca da sensibilização de Sobral, Tuna expõe o fato de estar vivendo na cidade há cerca de mês e meio com a única finalidade de concluir o filme e acrescenta, ainda que a partir da concordância manifestada anteriormente por Sobral em colaborar com o filme, iniciaram as gravações, contando, àquela altura, com os depoimentos de Alceu Amoroso Lima e de

¹²⁴Carta de Tuna Espinheira remetida a Heráclito Fontoura Sobral Pinto, de 16 de junho de 1978. Disponível em: Museu da Justiça/Acervo Sobral Pinto.

Raymundo Faoro e tendo agendado para dias a frente a filmagem de Hélios Silva. Assinando em nome da produção, Tuna concluiu: “Somos teimosos, precisamos e pretendemos concluir este filme. Mais uma vez, os meus respeitos”¹²⁵.

A dúvida e o temor do trabalho não concluído foram substituídos pela compreensão de que nas reticências do personagem principal residia “a sedimentada formação de homem sóbrio, simples do Dr. Sobral” (ESPINHEIRA, 2007). Quebrada essa barreira, começaram a ser publicadas no *Jornal do Brasil* diversas notas que atualizavam os leitores acerca das etapas de produção da película. No ano seguinte, 1979, matérias cada vez mais detalhadas tratavam da circulação e da recepção do filme por críticos e espectadores. Todo esse material está registrado no *Caderno B*, uma seção daquele periódico dedicada ao cinema, teatro, literatura, de grande prestígio e relevância pelo papel educativo de leitores das artes. Por isso, é de fundamental importância para a compreensão do papel que o personagem Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto assumia naqueles anos de 1977, 1978 e 1979, tempos em que os campos de batalha da memória voltavam a ter embates intensos e que os antes derrotados começavam a se reerguer. Dessa forma, as matérias publicadas no *Caderno B* sobre o filme e o próprio filme complementam-se no exercício de compreensão dos elementos externos e internos da história que se quis contar sobre Sobral, de sua construção como herói da democracia e de seu protagonismo nesse processo de elaborações de memória sobre a ditadura.

Campbell (1990) e Carino (1999) são referências para a compreensão do processo de elaboração de interpretações acerca dos motivos envolvidos na escritura dos livros assinados por Sobral, na seleção e organização das cartas, dos recursos editoriais, da circulação e da recepção daquelas obras. Agora, ao tratar de um filme documentário, mantenho a direção do olhar, porém orientado por outras referências. Jullier e Marie (2009), dois cineastas franceses, passam a me conduzir no processo de leitura de *Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, profissão advogado* no sentido de perceber o lugar que ocupa este documentário no conjunto de obras que consagram a vida de Sobral a parâmetro de cidadão e advogado.

Jullier e Marie (2009) propuseram um exercício de análise fílmica que se desvia da descrição densa marcante nos estudos das décadas de 1960 e 1970, enfatizando a dimensão histórica da produção cinematográfica, fazendo uso de alguns conceitos, mas focalizada em compreender o filme em si. Por isso, passo a atentar à forma como as cenas foram construídas:

¹²⁵ Carta de Tuna Espinheira remetida a Heráclito Fontoura Sobral Pinto, de 16 de junho de 1978. Disponível em: Museu da Justiça/Acervo Sobral Pinto.

o ponto de vista, ou seja, o lugar de onde parte o olhar (a câmera), seu movimento, os jogos de luz e sombra, a profundidade do campo. Também às metáforas audiovisuais e ao processo de construção do personagem principal, pois são aspectos importantes que permitem ao espectador uma melhor compreensão da representação de mundo construída por Tuna Espinheira.

2.2.1 Um olhar cinematográfico

Um ano após a carta em que Tuna Espinheira insistia, junto a Sobral, sobre a emergência da conclusão de seu filme, chegava à tela *Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, profissão advogado*. Exibido a uns poucos amigos e familiares do cineasta e equipe, seu caminho até o grande público foi um tanto quanto tortuoso, como era de se esperar de uma película que esperava contar com cenas em que Luís Carlos Prestes, vivendo em exílio após ter seus direitos políticos cassados pelo governo ainda vigente no país naquele momento, daria seu depoimento sobre seu advogado. Realizar esse desejo, inclusive, parece não ter sido possível ao cineasta baiano, pois o material gravado em terras soviéticas chegou-lhes às mãos na mesma semana da pré-estreia tão reservada que ocorreu na Biblioteca Central de Salvador. Mesmo tendo manifestado interesse em fazer nova edição do filme para inclusão das cenas de Prestes, nada mais sobre isto apareceu nos jornais da época que pude consultar, tampouco localizei esta versão.

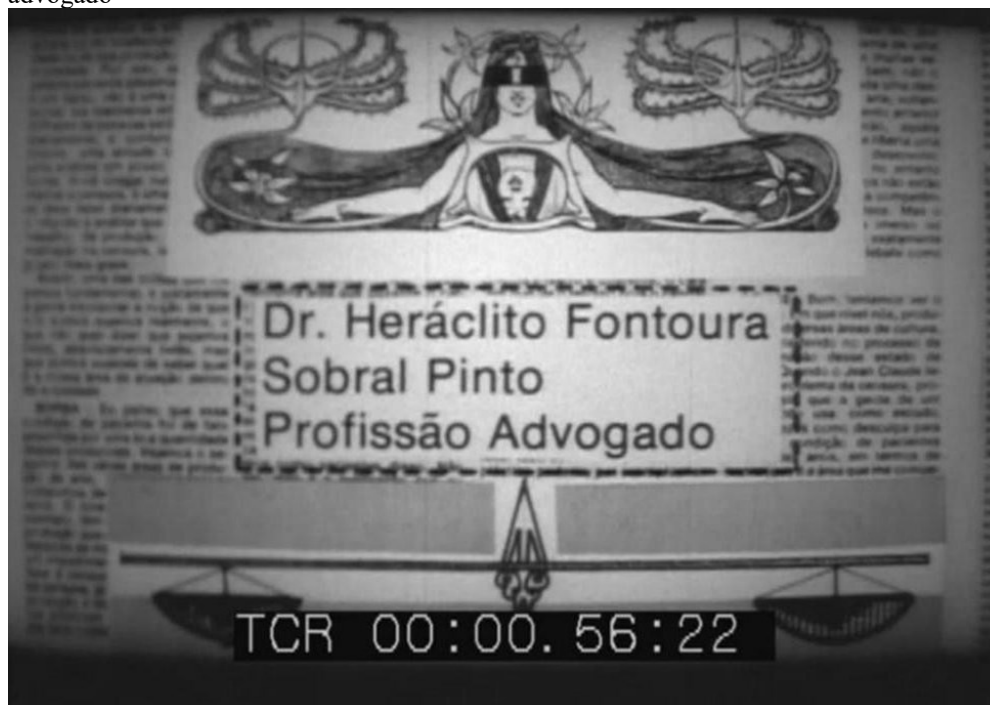
Tive acesso somente àquilo que creio ter sido visto pelos espectadores que frequentaram a *avant première* baiana, as sessões do festival de cinema ou as salas de exibição que levaram o filme premiado às suas telas. Vi um filme documentário de 20 minutos, “sóbrio como o Dr. Sobral” (BAIANO, 1979, p. 5), que conta com quatro coadjuvantes, sem música, com ponto de vista fixo, frontal, em *close up*, todo em preto e branco. Mas a mirada, esta, sim, foi diferente. Assisti-o diversas vezes à mesa de estudos ou nas dependências da biblioteca onde busco maior foco e concentração, pela tela do *tablet*, conectada ao *Youtube* graças à disponibilização do curta-metragem pelo CTA¹²⁶. Era uma audiência ansiosa pelas dificuldades encontradas para acessá-lo¹²⁶ e norteada por uma questão inicial que pretendia entender a voz do filme

¹²⁶ Há uma cópia do documentário na Cinemateca da Bahia, aonde precisava ir pessoalmente assisti-lo, mas estávamos em meio à pandemia e o funcionamento dos centros de pesquisa estavam limitados ou cerrados. Havia também a presença do filme no catálogo da Cinemateca Brasileira, o que não garantia a existência de uma cópia disponível à visualização do pesquisador, mas a instituição estava fechada devido a um grande incêndio que a havia consumido anos antes. Consegui assistir dois anos após o início da pesquisa, quando o CTA¹²⁶

(NICHOLS, 2005), ou seja, o ponto de vista singular do documentarista expresso em imagem, som, linguagem, enquadramento, captação de áudio, trilha sonora.

A escuridão e o silêncio são interrompidos pelo som cadenciado característico das batidas do coração. Esse é o elemento que anuncia a trajetória de Sobral Pinto em som e imagem, por meio de notícias e depoimentos. A referência ao padrão jornalístico, pretensamente neutro e atento somente aos fatos, pode ser identificada logo no primeiro minuto do documentário, quando o título da obra, laureado pelo símbolo da Justiça, aparece gravado sobre uma folha de jornal, conforme Figura 6:

Figura 6 – Abertura do documentário Dr Heráclito Fontoura Sobral Pinto, profissão advogado



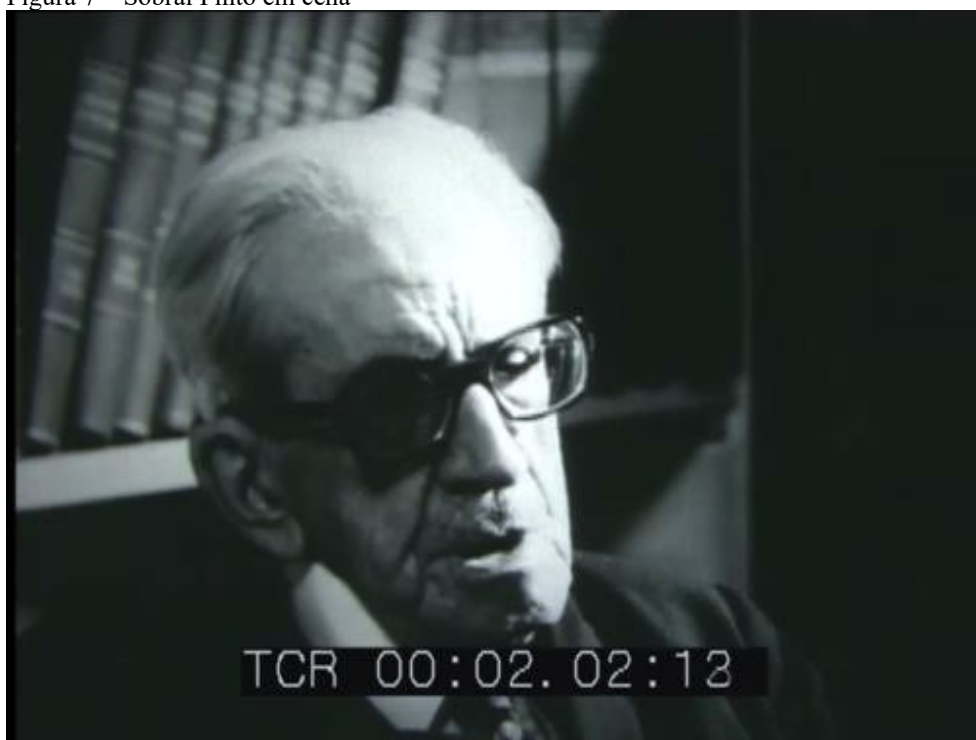
Fonte: Espinheira, 1979.

Outros elementos visíveis também nesse primeiro minuto reforçam a construção de uma narrativa de que a verdade está ali, isenta de paixões, baseada somente em acontecimentos históricos, trata-se do recurso ao preto e branco, o ponto focal de luz em contraste com as bordas escuras e o uso predominante da câmera fixa. Remetendo à estética do cinema mudo, esses recursos atraem a atenção dos espectadores de modo a promover um mergulho na mensagem ali veiculada, distinguindo de maneira simbólica o que merece atenção e o que deve ser ignorado, o conhecimento e a ignorância, a luz e a treva. Não há nada fora da tela, tudo o que

precisa ser visto está ali, por isso o olhar (a câmera) é fixo, contemplativo. Basta estar ali e a verdade se revelará.

Entra em cena, o personagem principal e o método de abordagem da câmera mantém uma unidade (Figura 7). Fixa, usa a luz sobre a cabeça do advogado como uma metáfora à dádiva da inteligência alimentada pelos livros. Em *close up*, expõe no olhar, na boca e nos detalhes de toda expressão facial a força da sinceridade. Sem sons de fundo e sem a presença do entrevistador, a interpretação do personagem principal se torna a voz que transmite credibilidade, comove e convence o espectador.

Figura 7 – Sobral Pinto em cena



Fonte: Espinheira, 1979.

Sobral, principal artífice de sua própria imagem como figura pública, tem a chance de reforçar características que julgava indispensáveis e, assim como fez em *Lições de liberdade* e *Por que defendo os comunistas*, partiu daquilo que lhe era peculiar, seu sentimento, sua personalidade ou, seu espírito, termo que com mais frequência utilizava ao falar de si mesmo:

Parece-me que devo, inicialmente, declarar que me fiz advogado por vocação. Nunca pensei em obter da minha profissão nem posição social, nem fortuna pecuniária. Nem, tão pouco, qualquer vantagem política. O que me levou a ser advogado foi o desejo de ajudar os meus semelhantes nas suas dificuldades no decurso da vida pessoal de cada um (DR. HERÁCLITO, 1979, 2 min).

Essa declaração foi ilustrada por fotografias de Sobral em sua beca de bacharel em

Direito e no pleno exercício do ofício em poses que evidenciam toda a energia de sua oratória na defesa dos clientes que a ele recorriam, conjunto de vozes que introduzem o espectador nos contextos que levariam ao ponto de virada da carreira de Sobral, momento, este, da intriga fílmica em que se estabelece o instante de desequilíbrio na vida do protagonista, lançando-o em busca do reequilíbrio, ou seja, em busca pelo Estado democrático de direito. São essas mesmas circunstâncias que, segundo Sobral, explicam o fato de ser reconhecido como advogado criminal, apesar de não se identificar assim e de ser contra o processo de especialização do advogado por acreditar que diminuiria sua capacidade profissional. Suas colocações refletem a mentalidade da época acerca do processo de formação do advogado, que se dava mais na prática jurídica do que em sala de aula, conforme ressalta Venâncio Filho (2009). Segundo esse autor, “nos vários depoimentos que Sobral Pinto deu durante toda a vida, não há nenhum registro expressivo do aprendizado haurido na faculdade, o que ocorre na maioria dos casos, comprovando a tese de que os advogados daquela época, como grande parte ainda hoje, eram autodidatas” (p. 197).

Os germens de seu sucesso no mundo do direito criminal estariam em sua nomeação ao cargo de Procurador da República, no Rio de Janeiro, época em que estavam em pauta os processos decorrentes dos movimentos militares de 1922 e 1924, respectivamente, o movimento dos 18 do Forte, contra a eleição de Artur Bernardes, e a Revolta Paulista, pela derrubada do mesmo presidente. Todo o enredo foi desenvolvido no sentido de reconhecer os feitos de Sobral Pinto no exercício de sua profissão, a partir da década de 1920, e avaliar o peso de sua contribuição à sociedade brasileira até o ano em que o documentário foi gravado. Fragmentos de notícias veiculadas pela imprensa carioca, fotografias e depoimentos de homens de reconhecida importância profissional e acadêmica entremeavam, sustentavam e legitimavam as lembranças do velho advogado. Sentados em seus gabinetes, ofereciam testemunhos acerca do advogado reconhecendo nele a figura de baluarte da profissão e relevante personalidade histórica do Brasil.

Documentários enquadrados no mesmo perfil da obra desenvolvida por Espinheira, algumas vezes, fazem esse uso dos fragmentos de testemunho também como forma de diluir as marcas do enunciador, ou seja, de maneira a fazer um contraponto ou oferecer uma outra perspectiva acerca da mesma questão. O cineasta baiano, porém, seguiu por outra vertente. Selecionou testemunhas que não contradiziam seu olhar, mas colaboravam no sentido de reforçá-lo. Não importava sob qual lente a atuação de Sobral fosse escrutinada, o objeto era íntegro e indivisível, era a expressão da realidade, incorrendo num dos variados usos de testemunho assinalados por Ricoeur (2007). O autor chama a atenção para o uso cujo propósito

é fortalecer o teor do real, o “eu estava lá”, além de colocar o narrador na cena que se descreve, carrega em si a pretensão da “realidade da coisa passada”.

“Estar lá”, portanto, imprimiu ao depoimento de Hélio Silva, bem como aos dos demais entrevistados, os atributos do ver, narrar e julgar os feitos de Sobral Pinto. Contemporâneo do advogado, o historiador Hélio Silva era reconhecido pela vasta obra acerca da trajetória política de Getúlio Vargas e a ele coube atribuir valor histórico ao sujeito que considerava protagonista dos acontecimentos nos quais se envolveu: “Nós constatamos que este homem, voltado para as grandes causas, despido de vaidade, verdadeiramente, em várias circunstâncias, teve que atuar de maneira relevante, tornando-se, por vezes, o principal personagem do acontecimento de que tomava parte (DR. HERÁCLITO, 5 min, grifo meu).

Dois pontos chamam a atenção acerca do que esse enunciado projeta aos espectadores do filme. O primeiro deles é o uso do pronome “Nós” imprimindo aos espectadores não uma opinião pessoal, mas a voz autorizada de um coletivo de historiadores, intelectuais pretensamente imparciais capazes de aferir a exatidão daquela declaração. O segundo diz respeito ao trecho destacado, não só pelo que tematiza, mas pelo que projeta em conjunto com a imagem que passa a ser transmitida enquanto ainda se ouve as palavras de Silva, pois, nesse momento, a câmera se move e um olhar panorâmico se impõe sobre o escritório de Sobral Pinto, repleto de livros, pilhas de processos e papéis, enquanto ele dita uma carta à datilógrafa. A sincronia entre fala e imagem significam o reconhecimento das cartas de Sobral como documentos históricos, e, mais além, confere ao diálogo, ao conhecimento e ao poder de argumentação o status de armas primordiais para a transformação política e social do país.

Na cena seguinte surge Raymundo Faoro, presidente da OAB no biênio 1977-1979, apresentando um exemplo concreto do protagonismo histórico de Sobral:

Dr. Sobral Pinto, que honra o Conselho Federal com sua presença, é bem o modelo da bravura do advogado brasileiro. Ele se notabilizou não de agora, mas de há muito, pela luta pelos direitos humanos e, sobretudo, pela luta pelos direitos humanos nos tribunais do país. Na sua biografia, será inesquecível a página escrita durante a ditadura de 1937 a 45, em que defendeu acusados de subversão e que não eram tratados como seres humanos nas cadeias. Foi graças a Sobral Pinto que esses prisioneiros foram tratados condignamente. Mais do que isso, foi graças a ele que se estabeleceu, naquela época, a consciência de que todo prisioneiro é essencialmente filho de Deus (DR. HERÁCLITO, 1979, 6 min, grifo meu).

Focalizando a atuação do colega, durante o Estado Novo, em favor dos Direitos Humanos, Faoro resgata o valor que parece ter sido a característica mais exaltada em si por Sobral – a coragem, essencial para fazer a luta no seu campo primeiro – os tribunais. Foi nesse espaço que Sobral desenvolveu a famosa defesa de Berger com base nos direitos dos animais,

conforme expôs em *Por que defendo os comunistas* e, também, no filme de Espinheira, neste, porém, explica com mais detalhes a legislação que garantia ao governo o direito de processar os comunistas, “os autores [da Intentona Comunista (1935)], aqueles que a idealizaram, que a organizaram e que a fizeram desencadear, e aqueles que participaram dela por estarem de acordo com os ideais comunistas” (DR. HERÁCLITO, 1979, 7 min). Tratava-se da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, que previa crimes de natureza política e de natureza social, pois na tipificação dos crimes de natureza social havia dois artigos específicos sobre conflitos entre classes sociais, considerando crime o estímulo à luta violenta ou qualquer discurso que expusesse o antagonismo entre elas, além de outros que proibiam associações que visassem a modificação da ordem política ou social por meios que não consentidos por lei.

Enquanto imagens dos arquivos do próprio Hélio Silva e do *Correio da Manhã* retratavam a casa onde Prestes foi preso e os cartazes, em francês, denunciavam as condições do revolucionário na prisão, surge, pela primeira vez a voz de um narrador para que a dificuldade de Targino Ribeiro, presidente da OAB, não foi indicar advogados aos comunistas, mas a Prestes e Berger, pois “o medo afugentou os seus colegas”. E a coragem de Sobral, fez com que o desafio fosse tomado com naturalidade, conforme declarou, mero cumprimento de seu dever profissional:

Nunca me passou pela mente que esse ato tão simples pudesse ser considerado como ato de heroísmo. Eu comecei a sentir a gravidade do meu gesto quando anunciada pela imprensa a minha aceitação (...). O meu escritório começou a esvaziar-se (...), os clientes saíram do meu escritório. Mas é evidente que eu não tive a menor dúvida de que a razão de ser da retirada era o fato de eu ter aceito o patrocínio do Prestes. Por outro lado, os maiores católicos estranharam a minha atitude, alguns chegaram mesmo a se revoltar achando que eu não tinha o direito de defender alguém que, sendo comunista, era necessariamente materialista. Sendo materialista, era inimigo nato da religião que dá sentido à minha vida, que é a Igreja Católica” (DR. HERÁCLITO, 1979, 11 min).

As dificuldades financeiras, na verdade, acompanhavam a trajetória profissional de Sobral Pinto, pois frequentemente não cobrava honorários aos seus clientes, especialmente se fossem pessoas com poucos recursos ou muito amigas. Ao assumir as defesas de Prestes, Berger e outros comunistas, a prática se manteve, dessa vez motivada por uma questão moral. O advogado, conhecido opositor, no campo ideológico, dos comunistas acreditava que se aceitasse a compensação financeira por esse trabalho poderia ter sua integridade abalada, seus opositores o acusariam por obter vantagem financeira ou afinidade de interesses. Essa medida, como sugere a fala de Sobral, não foi suficiente para impedir a crítica dos setores onde buscava apoio, a Igreja e a família, como lembrou em *Por que defendo os comunistas*.

Ainda que rechaçado por católicos que viam na ação de defesa dos comunistas uma afronta à Igreja, o documentário ressaltou a manutenção da fé e a defesa da instituição como marca perene na vida do advogado. De maneira mais explícita e persistente que os livros publicados pela Ed. Comunicação, o documentarista utilizou recursos que situavam nessa relação uma das maiores contribuições pessoais de Sobral aos seus concidadãos, a piedade. Literalmente, fez o olhar (a câmera) se movimentar para que o espectador perceba a presença constante da religião em todas as decisões, todos os momentos da vida do advogado. A partir de tomadas superiores, ou seja, de olhares descendentes, ou divino, do interior de uma Igreja, se vê Sobral participando dos rituais da missa no altar, enquanto o narrador sintetiza as prisões de Prestes e Berger e as condições nas quais se encontravam no interior da prisão. Esse é um movimento constante no documentário. Ao trazer, na fala, lembranças e comentários sobre as relações entre o advogado e aqueles revolucionários, as imagens alternam-se entre manifestações a favor da liberdade daqueles sujeitos e os momentos em que Sobral passava diariamente nas missas da Igreja à esquina de sua casa.

Nessas cenas, há mais uma novidade. É a primeira vez que o quadro é ampliado de forma a mostrar Sobral totalmente envolvido pelo ambiente em que se encontra, como mostra a Figura 8.

Figura 8 – Sobral em comunhão com a Igreja



Fonte: Espinheira, 1979.

Sobre essa imagem, pode-se ouvir a voz de Sobral ressaltando que seu objetivo ao defender os comunistas durante o governo Vargas era reivindicar o direito que tinham como pessoa, de serem tratados humanamente, como membro da família humana: “Pouco importa que ele seja comunista, criminoso. Seja o que for é homem e, como homem, tem direito a tantas regalias inerentes à natureza humana”. Essa, inclusive, continuava sendo a luta de Sobral durante a Ditadura Militar de 1964 e sobre a atuação do advogado nesse período, afirmou o advogado Heleno Fragoso:

Ele encarna os grandes ideais da profissão: a honestidade, a independência. A militância de Sobral Pinto tem sido um exemplo permanente para os advogados brasileiros, uma inspiração que tem a todos servido nos momentos de dificuldade. Nesses tempos conturbados que a nação atravessa desde 1964, os advogados da minha geração viram na figura de Sobral Pinto o mais perfeito exemplo do comportamento que devíamos ter diante da ação violenta, arbitrária e ilegal da autoridade que em muitos momentos atuou para o cumprimento do que poderíamos chamar de uma pretensão punitiva revolucionária que se procurava fazer valer a qualquer custo (DR. HERÁCLITO, 1979, 18 min).

A essa afirmação, seguem-se dezenas de recortes de jornais que noticiam as ações de Sobral em defesa de perseguidos políticos, divulgam cartas a autoridades, transcrevem pronunciamentos, opiniões e denúncias de desmandos das autoridades e de prisões arbitrárias de estudantes, políticos, lideranças populares, grevistas, declarando a necessidade de usar o espaço acadêmico na oposição aos militares. Entre esses, se destaca o título “Sobral Pinto vê na criação de medalha com seu nome prova de que não foi inútil” pela composição de fotografia do documentário. A frase representa o herói, consagrado, é o reconhecimento de sua contribuição à sociedade, o fim de uma saga que levou mais de 60 anos para ser concluída. E na cena seguinte, Sobral em seu terno escuro e chapéu a cabeça, já não é aquele homem vigoroso retratado nos jornais, mas um idoso de mãos frágeis e levemente curvado pela ação do tempo, que caminha pela rua até quase desaparecer sob o som da voz de Alceu Amoroso Lima, amigo de longa data e responsável por deixar as últimas impressões sobre o protagonista do documentário:

Quando Deus criou o Sobral, quebrou o molde. Porque, realmente, sob certos pontos de vista, Sobral é a personalidade inteiramente diversa da maioria absoluta dos seres humanos. A maioria dos seres humanos vive segundo as circunstâncias: hora para aqui, hora para lá. Hora sim, hora não, hora talvez. Sobretudo talvez aqui no Brasil. Sobral, não. Sobral é uma pessoa que está acima das circunstâncias como um navio rápido atravessa as ondas do mar tempestuoso (DR. HERÁCLITO, 1979, 21 min).

O último testemunho conclui o repositório de exemplos positivos acerca da vida de

Sobral. Exemplos, esses, que o próprio advogado selecionou como reações modelares a todo cidadão, a todo advogado, sobre as quais os testemunhos puderam, principalmente, julgar de maneira a corroborar a instrumentalidade educativa da vida de Sobral Pinto, um homem que, segundo seu biógrafo, incomodou autoridades

como pedra no sapato, com cartas austeras, contundentes. Por muitos anos como personalidade marcante na história, repetiu-se coerente, desassombrado, radical aos seus princípios, ideais. Não se enfeitiçou diante de convites vantajosos, comprometedores. Com certeza, não se faz mais Sobral como antigamente (DR. HERÁCLITO, 1979, 22 min).

Tuna lembrou, anos mais tarde, das dificuldades que enfrentou para fazer com que o filme chegasse aos lares brasileiros. Em julho de 1979, após uma *avant-première* reservada apenas a poucos amigos e familiares do cineasta, em Salvador, *Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, profissão advogado* seria veiculado no programa *Coisa Nossa*¹²⁷, promovido pela Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilmes) na hoje extinta TV Educativa (TVE), contudo, o diretor do canal, Gilson Amado, proibiu que fosse ao ar sob a alegação de que o documentário divulgava mensagens comunistas, pois fazia referência a Luís Carlos Prestes. Não esqueçamos o momento político experienciado pelos brasileiros daqueles anos. Não esqueçamos também que as mentalidades não se submetem a decretos e leis a um só golpe.

Se por um lado a TV reprimia, por outro os jornais protestavam. O crítico e cineasta David Neves publicou suas severas críticas a Gilson Amado, acusando-o de obscuro (ESPINHEIRA, 2007). E a questão rendeu um bom número de artigos divulgados pela imprensa periódica, dentre eles, um assinado pela jornalista Miriam Alencar (1979), em que denunciava a TVE de romper os limites da própria Censura Federal ao impor vetos à estatal Embrafilmes. Foi o que aconteceu com o programa no qual seriam exibidas duas produções de Tuna Espinheira, entre elas, *Dr. Heráclito*. Para contornar a situação, provando que não havia restrições em relação a Sobral, Wilson Rocha, gerente de lazer cultural da emissora, convidou-o para gravar novo depoimento para apresentação no programa *Em busca do conhecimento*, fazendo questão de ressaltar que apresentação do documentário de Tuna foi impedida, entretanto, pela baixa qualidade técnica da cópia enviada à emissora. Mas, “naqueles tempos, o dito ficava pelo dito. O filme permaneceu censurado” (ESPINHEIRA, 2007).

Ultrapassada a crise com a TV Estatal, Espinheira inscreve seu novo filme no VI

¹²⁷ Programa de divulgação de curta-metragem e discussões sobre os filmes exibidos. Foi idealizado como um desdobramento do programa *Cinamateca*, cujo objetivo principal foi formar o público espectador de cinema.

Festival Brasileiro de Curta-metragem, de onde sai entre os nove vencedores. Parte da premiação consistia em sua exibição ao grande público no extinto Cinema 1, de Copacabana, o que permitia a análise dos críticos de cinema que publicavam nos jornais de grande circulação.

Nas páginas do *Jornal do Brasil*, que era um dos patrocinadores do evento, podem ser encontradas percepções sobre *Dr. Heráclito* que certamente divergiam dos jurados do VI Festival. Roberto Mello expôs sua opinião na coluna que recebeu o título “Velhos e atuantes” (1979, p. 2) para criticar a qualidade estética e a técnica da produção de Espinheira. Segundo o comentarista, a falta de legendas para identificar os depoentes, o ritmo monocórdio, arrastado e a câmera parada o tempo todo no rosto do entrevistado colaborava para que “os velhos fossem enxotados do vídeo e da memória nacional” (MELLO, 1979, p. 2). O mesmo incômodo moveu a crítica de José Carlos Avellar (1979), que sob o título “Olhos nos olhos” chamava a atenção dos espectadores sobre a tentativa de imprimir neutralidade ao um olhar que parecia contemplativo. Segundo o crítico, a câmera parada sugere que os entrevistados, ou os próprios fatos, determinariam de forma absoluta a narração do filme, porém “preocupar-se só com a coisa que se vê parece às vezes inoperante, uma vez que os olhos da câmera jamais são neutros e que um mau olhado, mesmo quando na direção certa, não ajuda as pessoas a compreender o problema” (AVELLAR, 1979, p. 7).

Examinadas as formas pelas quais Sobral Pinto dava-se a ver e as formas pelas quais era visto por outros intelectuais, faz-se necessário agora um olhar atento sobre a forma como as lições deixadas pelo advogado e intelectual católico foram elaboradas, portanto, entram em pauta no Capítulo seguinte questões que envolvem o fluxo de correspondência entre Sobral, Alceu e Hargreaves em busca de indícios que revelem a disposição do mapa de sentimentos que configura essa relação de amizade e permita uma reflexão acerca das temáticas que circulavam neste núcleo.

3 “AGRADEÇO A CARTA QUE SERVIRÁ À HISTÓRIA DAS IDEIAS DO BRASIL”: CONVERSACÕES ENTRE INTELECTUAIS

Havia uma prática bastante comum em Sobral Pinto ao escrever suas missivas a Hargreaves: a anexação de missivas de terceiros. É possível pensar que essa atitude de Sobral ao enviar para Hargreaves cópias da correspondência trocada com terceiros fosse uma forma de compartilhar conhecimento, experiências e reflexões, enriquecendo assim a relação de amizade por meio da partilha de conteúdo significativo e relevante. Essa troca de correspondência não se limitava apenas à comunicação direta entre os sujeitos, mas também inclui recortes de jornal, documentos jurídicos, cópias de textos e indicação de leituras usadas como referência nas discussões realizadas nas missivas, ampliando o horizonte de discussões e aprendizados. Essa prática pode ser interpretada como uma maneira de enriquecer o diálogo, compartilhando *insights*, ideias e perspectivas provenientes de diversas fontes, o que demonstraria um interesse em promover o diálogo intelectual e em envolver o amigo em discussões mais amplas e diversificadas. Ou ainda, como uma forma de valorizar a inteligência e a curiosidade intelectual do amigo, reconhecendo sua capacidade de apreciar e absorver conteúdos complexos e variados, pois ao presentear com cópias de correspondência, o intelectual está compartilhando não apenas palavras, mas também conhecimento, experiências e perspectivas que podem enriquecer o repertório intelectual e emocional do leitor.

Ao explorar a importância da amizade e da convivência social ao longo da história, destacando as diferentes formas de relacionamentos interpessoais e a evolução da sociabilidade ao longo do tempo, Aymard (2009) lança o olhar sobre Saint-Simon, um cortesão habilidoso e estrategista que viveu na França entre os séculos XVII e XVIII, que ao longo de sua trajetória estabeleceu práticas que o ajudaram a consolidar sua posição e influência na corte francesa. Para isso, buscava fortalecer sua rede de contatos, conquistar a confiança dos poderosos e garantir seu lugar na hierarquia social e política da época.

Numa abordagem que destaca a habilidade de Saint-Simon em cultivar relações baseadas em lealdade, franqueza e confiança, o autor procura compreender a importância da amizade, da confiança mútua e do respeito nas interações deste cortesão com ministros e outras personalidades da época. Dessa forma, evidencia que suas ações eram motivadas não apenas por interesses pessoais, mas também por laços emocionais e éticos.

Dentre os laços de amizade elaborados pelo cortesão francês, destaco o que envolveu o ministro Pontchartrain, não pelo método de construção, mas pelo ato que selou a amizade entre

eles: reconhecendo nesta relação a franqueza e os valores compartilhados, o ministro presenteou Saint-Simon com suas *Mémoires* e cópias de cartas abertas pelo correio sob suas ordens, atitude que Aymard (2009) qualificou como de valor inestimável pela informação que proporciona.

As explosões de Sobral eram conhecidas por todos, e podiam ser direcionadas inclusive aos amigos, gerando mal-estar e divergências que às vezes colocavam o velho advogado na contingência de recuar, rever falas e reelaborá-las, mas dificilmente contradizê-las. É o que pode ser percebido na correspondência trocada com Alceu. O intelectual carioca, ao ver-se atingido de maneira que considerava injusta pelo amigo, tratava de cobrar-lhe explicações, chegando ao ponto de vermos uma escrita constrangida de Sobral no sentido de remediar declarações inadequadas. Já com Hargreaves, as relações se davam de maneira diferenciada. Talvez a personalidade do mineiro fosse mais tranquila ou estivesse seguro quanto à base da relação construída com o amigo, como expressou ao avaliar entrevista dada por Sobral para divulgar o livro *Por que defendo os comunistas*: "Fiz mal, talvez, de abordar o assunto de sua entrevista tão às pressas e sem outro meio de fazê-lo, no momento, pelas razões que você conhece. Confio, entretanto, em sua inteligência e no conhecimento que possui de minhas atitudes, para não temer qualquer equívoco" (HARGREAVES, 1979, p. 2).

Seja por um motivo ou por outro, certo é que a correspondência consultada demonstra uma troca mais profunda com Hargreaves, com quem dialogava acerca da melhor seleção de correspondências para compor seus livros, de quem acatava críticas e sugestões sobre missivas que seriam destinadas a autoridades governamentais e religiosas, com quem compartilhava a leitura do que lhe chegava pelos Correios para a elaboração de sentidos, consensos e dissensos que não raramente eram incorporados nas respostas, réplicas e trélicas redigidas por Sobral a terceiros. Dessa forma, nas sessões que compõem este capítulo abordarei as temáticas candentes nessas conversações via papéis.

3.1 Em conversas sobre “a dramática situação do país”

Possuem alguns dos atributos indicados na abertura deste capítulo, as cartas dos dias 12, 19 e 27 de outubro de 1976. A primeira delas, assinada por Sobral, tentava dar concretude a um diálogo imaginado pelo missivista que via diante de si “pessoa correta, inteligente e lúcida”, com quem era “sempre um prazer conversar (...), mesmo à distância e através, apenas,

de algumas linhas ditadas sob a inspiração de uma amizade fraternal”¹²⁸. Tão curtinha, a carta – quase bilhete – entregava cópias de duas outras, escritas ao intelectual Roland Corbisier e ao Ministro Armando Falcão, sobre as quais o remetente esperava merecer nada menos do que a aprovação do amigo “que [abrangeria] tanto o gesto de franqueza quanto as afirmações constantes destes dois documentos”¹²⁹.

A carta endereçada ao Ministro é um veemente protesto contra as práticas autoritárias do regime então vigente no Brasil, destacando-se pela sua crítica incisiva à erosão dos valores democráticos e à concentração de poder nas mãos do Executivo. O remetente expressou sua inquietação com a situação política do país, abordando temas cruciais como a democracia, a liberdade individual e a essencial independência das instituições judiciais e legislativas frente ao poder governamental. Tudo isso, motivado pela declaração dada pelo Ministro aos jornais da época sobre a situação política do país e a garantia de democracia.

O empenho de Sobral pela democracia pode ser contextualizado e aprofundado ao se considerar a influência das diretrizes católicas sobre a justiça social, particularmente a encíclica *Rerum Novarum* (1891) e os ensinamentos do Concílio Vaticano II. A encíclica, de 1891, foi pioneira ao abordar as condições dos trabalhadores e ao criticar tanto os excessos do capitalismo quanto os do socialismo, promovendo uma visão de equidade e justiça social. Este documento sublinhou a necessidade de proteger o bem-estar dos trabalhadores e de promover a justiça como um alicerce essencial para qualquer sociedade justa, valores que ecoaram na prática jurídica de Sobral. Por sua vez, o Concílio Vaticano II reafirmou e expandiu essas ideias, promovendo uma maior abertura da Igreja ao mundo moderno, incluindo o endosso ao pluralismo e à liberdade religiosa, pilares fundamentais da governança democrática. Através deste concílio, a Igreja Católica solidificou a noção de que a democracia é o regime que melhor facilita o diálogo e a coexistência pacífica entre diferentes visões de mundo, estabelecendo uma relação dialógica, conforme descrito em textos teológicos contemporâneos.

Neste contexto, a defesa de Sobral pela democracia se alinhava não apenas com suas convicções políticas, mas também com sua profunda fé católica. Ele compreendia a democracia como o sistema mais apropriado, embora imperfeito, para promover e proteger a dignidade humana e a justiça social. Em suas ações, exemplificou como a doutrina social da Igreja pode se traduzir em práticas jurídicas e públicas, sustentando que a democracia,

¹²⁸ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique J. Hargreaves, de 12 de outubro de 1976. Disponível em MAPRO/Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves.

¹²⁹ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique J. Hargreaves, de 12 de outubro de 1976, p. 1. Disponível em MAPRO/Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves.

enquanto melhor forma de governo disponível, serve como um veículo essencial para a realização de um mundo mais justo. Segundo Henriques (2016), essa relação deve ser “dialógica e não dialética” (p. 156), ou seja, não se trata de uma síntese ou assimilação, mas de uma coexistência e coedificação de visões. Isso implica que a democracia e os valores cristãos não se fundem em um único conceito, mas coexistem, cada um enriquecendo e desafiando o outro a melhorar e se transformar. Este é um processo contínuo de reexame e redescoberta das raízes de cada tradição para melhor compreender e promover a proclamação do reino de Deus.

Tal visão, em confronto com a declarações do Ministro, levaram perplexidade a Sobral não só por saber, de ciência própria, se tratar de afirmações distantes da realidade vivenciada pela população, mas por reconhecer no declarante vasto conhecimento nos campos político e jurídico. Antes de se tornar Ministro da Justiça, Armando Falcão teve uma longa carreira nessas áreas. Foi deputado federal pelo estado do Ceará e atuou como Ministro do Tribunal Federal de Recursos. Sua carreira foi diversificada, abrangendo a advocacia, a docência no campo do Direito e a participação ativa na vida política nacional e esteve sempre ao lado do regime ditatorial, desde sua orquestração.

Seria uma injúria negar a V. Exc.^a talento, experiência política, conhecimentos de Direito Público. De posse de todos esses elementos intelectuais, culturais e práticos sabe V. Exc.^a que o que vigora no país o militarismo, que não respeita a liberdade individual e não permite, em virtude do Ato Institucional nº 5, que a magistratura, através do *habeas corpus*, restaure a liberdade arbitrariamente subtraída. (...) Receba, Sr. Ministro, as homenagens que tem direito de esperar deste seu modesto servidor.
H. Sobral Pinto¹³⁰

Um dos pontos mais enfáticos da carta é a denúncia contra a prática do Executivo de privar cidadãos de seus direitos políticos através de decretos, uma ação que excluía indivíduos “violentamente da vida cívica da comunidade nacional”. Esta crítica é resumida no questionamento direto: “Que democracia é esta, Sr. Ministro, onde o Poder Executivo, mediante simples decreto, priva qualquer cidadão de seus direitos políticos, excluindo-o violentamente da vida cívica da comunidade nacional?”¹³¹. Esta citação encapsula a essência do descontentamento expresso na carta, ilustrando a percepção de um governo que agia arbitrariamente, longe dos ideais democráticos de justiça e liberdade.

¹³⁰ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, de 11 de outubro de 1976, p. 2. Disponível em MAPRO/Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves.

¹³¹ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, de 11 de outubro de 1976, p. 2. Disponível em MAPRO/Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves.

Além disso, a carta enfatiza a importância da autonomia e independência do Parlamento e dos Tribunais de Justiça como pilares fundamentais do Estado de Direito. O autor argumentou que a mera existência destas instituições não era suficiente para garantir a democracia; fazia-se imperativo que ambas operassem com soberania e sem subordinação ao Executivo, garantindo que decisões fossem tomadas com "absoluta autonomia e independência"¹³² (SOBRAL PINTO, 1976, p. 1).

Se por um lado Sobral se colocava como ferrenho opositor ao regime instaurado e empático a todos que também se colocavam contra a ditadura, por outro fazia questão de distinguir e posicionar-se entre as tantas nuances do movimento. E foi sob esse viés que escreveu a Roland Corbisier, declinando do convite de prefaciар seu livro:

Fraternal abraço, desejando-lhe muita saúde, muita paz, muita tranquilidade nesta hora difícil que o país atravessa.

As suas crônicas, no decurso de parte da campanha presidencial desencadeada por Juscelino Kubitschek de Oliveira em prol de sua candidatura, são, em vários aspectos, produção notável, que honra a sua inteligência, enaltece a sua lucidez e revela a sua capacidade de interpretar com justeza os acontecimentos políticos que presenciava. Elas se destacam pela riqueza verbal, pela argumentação sólida, pela invenção imaginosa e pelo estilo terso e elegante, que atrai, seduz e convence.

Infelizmente, porém, não devo e, por isso, não posso nem quero prefaciá-las, bem como ao pequeno ensaio sobre a mudança da Capital do País para o interior do território nacional. Afirmções constantes destas Crônicas revelam a total divergência de nossas mentalidades e das nossas concepções políticas e sociais. Esta divergência me impede de, honesta e sinceramente, apresentar o seu livro aos meus concidadãos como um trabalho que deve merecer deles ampla e irrestrita admiração. (...)

Há nestas afirmações, distinto amigo, toda uma filosofia, a meu ver, errada e sectária, inteiramente oposta à filosofia cristã, correta, que é a do meu espírito e do meu coração. Como, então, prefaciар um livro do qual algumas páginas são inspiradas por uma filosofia que eu considero inexata e errada?

Uma palavra ainda: não pretendo divulgar esta carta. Dela, todavia, darei conhecimento a D. Eugenio, por se Bispo da Igreja Particular de que sou um dos fiéis; ao Alceu, amigo fraternal, ao Prof. Henrique José Hargreaves, católico e meu dileto amigo de Juiz de Fora, e aos meus colegas de escritório. A todos, sem exceção, solicitarei, com o mais vivo empenho, que a ninguém deem conhecimento dos termos desta carta, escrita por imposição da minha consciência.

Fraternalmente, seu amigo e admirador,
Sobral¹³³.

Corbisier foi um destacado filósofo brasileiro cuja vida e obra refletem uma trajetória intelectual e política profundamente engajada e variada. Na juventude universitária aproximou-se da influência integralista, católica e conservadora. Apesar dos pontos de contato com o perfil

¹³² Carta de Heráclito F. Sobral Pinto ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, de 11 de outubro de 1976, p. 1. Disponível em MAPRO/Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves.

¹³³ Cópia de carta de Heráclito F. Sobral Pinto destinada a Roland Corbisier, de 01 de outubro de 1976, p. 1. Anexada pelo autor à missiva destinada a Henrique José Hargreaves. Disponível em MAPRO/Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves.

de Sobral, seus caminhos ainda não haviam se cruzado, o que só aconteceria na década de 1950, com a ajuda de Augusto Frederico Schmidt e de Juscelino Kubitschek. A essa altura, o filósofo já havia assumido uma postura progressista e anticolonialista, evidenciada pela aproximação ao nacional-desenvolvimentismo.

Segundo Gomes (2014), a proximidade entre Corbisier e Kubitschek, catalisada por um encontro organizado por Augusto Frederico Schmidt na casa do engenheiro Israel Klabin, foi um momento chave que desencadeou uma colaboração frutífera, vindo a ser contada, posteriormente, no livro cujo prefácio Sobral negou-se a escrever. Esse encontro visava introduzir Juscelino a um grupo de intelectuais paulistas e cariocas que se reuniam regularmente em Itatiaia para discutir questões nacionais, marcando o início de uma relação que se desenvolveria ao longo do tempo e teria repercussões significativas no cenário político da época.

Conforme estudo apresentado por Capovilla (2021), foi através de seu papel como diretor-executivo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que Corbisier impactou consideravelmente na formulação e discussão de ideias ligadas ao nacional-desenvolvimentismo, refletindo sua influência e engajamento em questões políticas e filosóficas relacionadas ao desenvolvimento e à soberania do Brasil.

Ademais, a participação do filósofo no Grupo de Itatiaia, um coletivo de intelectuais que se reuniam para debater o desenvolvimento nacional, política e sociedade brasileira, foi crucial para sua trajetória. Esse grupo, que incluía figuras como Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e Candido Mendes de Almeida, serviu como um importante espaço para a troca de ideias e para o debate de questões importantes ao país naquela época. As discussões abordavam temas como o papel do Estado no desenvolvimento, a questão do petróleo e os rumos da economia e da política nacional, refletindo a diversidade de perspectivas entre seus membros.

A presença de Corbisier nesse ambiente não apenas enriqueceu o debate com suas contribuições filosóficas e políticas, mas também foi fundamental para a evolução de seu próprio pensamento. Através de suas interações com outros intelectuais do grupo, ele pôde aprofundar sua compreensão sobre o nacionalismo, o desenvolvimento do Brasil e a luta anticolonialista, aspectos que se tornaram centrais em sua obra.

Na década de 1970, o marxismo, tomado como vetor da luta anticolonial e da independência nacional, já havia se tornado pilar central em suas reflexões, permitindo que contribuíssem significativamente para o pensamento dial tico, especialmente no que tange às conexões entre o hegelianismo e o marxismo. Tais reflexões enfatizavam a importância da

democracia, dos direitos humanos e da resistência ao autoritarismo, defendendo uma sociedade mais justa e igualitária, promovida através da educação, da participação política ativa e do engajamento intelectual.

Em resposta datada de 19 de outubro de 1976, Hargreaves entregava a Sobral o que este havia lhe pedido: aprovação e concordância quanto aos argumentos utilizados nas cartas destinadas a Corbisier e ao Ministro Falcão. E foi além: ao expor a dor sentida na pele, colocava-se como uma dentre as muitas vozes representadas pelas palavras de Sobral ao Ministro.

Sobral,

Abraços.

Chegaram-me às mãos suas linhas, no momento em que, literalmente, sofria, como sofro, a dor repugnante, sob todos os aspectos, de ter perdido e comigo o Brasil e a Igreja um dos espíritos mais límpidos que o Criador permitiu que eu conhecesse neste mundo e que a impressão de que passou pela vida, sem que esta o contaminasse. Refiro-me ao massacre desumano, boçal, monstruoso, feroz, que vitimou no dia 12 último, em Mato Grosso, meu fraternal amigo, no sentido exato do termo, o jesuíta, João Bosco Penido Burnier. (...)

É duro, Sobral, ter de aceitar tudo o que lemos nos jornais sobre o canibalesco comportamento policial naqueles rincões distantes, e, pior, na certeza de que os autores intelectuais do crime, com em outros casos, permanecerão impunes, passeando o prestígio político de seus grandes currais eleitorais, estendidos pelos seus latifúndios, praticamente, sem limites. Eis aí o resultado do ‘pragmatismo responsável’, como filosofia de governo. Será que a ninguém acode que uma filosofia que identifica o ‘útil’ com a ‘verdade’, não pode basear nenhuma conduta ética, seja pessoal ou social, política ou econômica?¹³⁴ (HARGREAVES, 1976, p. 1)

Conforme o missivista expõe, o pragmatismo como corrente filosófica, *grosso modo*, prioriza a utilidade e os resultados práticos de ideias e ações sobre princípios ou teorias abstratas. Sua crítica foca na ideia de que, ao se proclamar tal filosofia como base das instituições e do comportamento nacional e internacional, há uma despreocupação com valores éticos ou morais, concentrando-se apenas nos resultados ou na eficácia das ações, o que sintetizaria a fala do Ministro Falcão ao afirmar categoricamente, diante dos jornalistas, que vigorava no Brasil a mais plena democracia. E concordar com tal fala ou procurar justificar ações como a sofrida pelo religioso, amigo fraternal de Hargreaves, morto pelas mãos da polícia, seria uma aceitação cínica de que os fins justificam os meios, independentemente de quaisquer considerações éticas ou morais. Por isso, deixou claro a Sobral: “não admito que o Ministro Falcão a quem você escalpelou tão magistralmente com suas apóstrofes irrespondíveis, ignore que está agindo fria e calculadamente em função dessa filosofia”¹³⁵ (HARGREAVES,

¹³⁴ Cópia de carta de Henrique J. Hargreaves destinada a Heráclito F. Sobral Pinto, de 19 de outubro de 1976, p. 1. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

¹³⁵ Carta de Henrique J. Hargreaves destinada a Heráclito F. Sobral Pinto, de 19 de outubro de 1976, p. 2. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

1976, p. 2).

Quanto à carta destinada a Corbisier, tomou-a como “uma excelente oportunidade que lhe deu [a Corbisier] de refletir um pouco mais, antes de se permitir formular e generalizar conceitos” e acrescentou em observação acerca da franqueza com que Sobral explicara o motivo de sua recusa em prefaciar o livro do amigo: ‘Sua lealdade, com a que já nos acostumamos, foi e é irretocável’¹³⁶ (HARGREAVES, 1976, p. 2).

Tal concepção é reafirmada na réplica de Sobral a Hargreaves:

Altivo, continuarei a lutar, dentro da ordem e sem violência, pela minha cidadania, enfrentando todos os riscos e renunciando a todas as vantagens reservadas àqueles que bate palmas quando os ditadores passam.
Mando-lhe, para seu conhecimento e, também para a necessária divulgação, cópia da última carta que dirigi ao General Ernesto Geisel. Ele saberá, assim, que há neste país um cidadão que não abdica da sua cidadania.
Receba o abraço fraternal do amigo e admirador, gratíssimo,
Sobral¹³⁷ (1976, p. 2).

Do mesmo espírito que emana dessas cartas – firme oposição ao governo ditatorial e sincero adepto da filosofia cristã – pretendeu incutir *Lições de liberdade e Por que defendo os comunistas*, por isto a carta ao Ministro Falcão, bem como outras compartilhadas com Hargreaves, foram selecionadas para compor aquelas obras, conforme indica o **Erro! Fonte de referência não encontrada.** a seguir:

Quadro 4 - Correspondência ativa de Sobral Pinto publicadas em livros e anteriormente compartilhadas com Hargreaves

		Data	Destinatário	Resumo	Condições de compartilhamento
CORRESPONDÊNCIA	Porque defendo os comunistas	11 jan. 1937	Natalina	Justifica sua defesa de Luís Carlos Prestes como parte de seus deveres profissionais e da caridade cristã. Enfatiza a coragem cívica e moral necessária na advocacia, comparando-a à coragem de ser sacerdote ou militar. Em favor de Prestes, destaca sua humanidade e a necessidade de apoio em momentos difíceis.	Cópias carbonadas reunidas em uma única pasta com a identificação “1978-Cópias”. Entregue em mãos.

¹³⁶ Carta de Henrique J. Hargreaves destinada a Heráclito F. Sobral Pinto, de 19 de outubro de 1976, p. 2. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

¹³⁷ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique J. Hargreaves, de 27 de outubro de 1976, p. 2. Disponível em MAPRO/Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves.

		Data	Destinatário	Resumo	Condições de compartilhamento
Lições de Liberdade		14 jan. 1937	Dom Sebastião Leme, Cardeal do Rio de Janeiro	Sobral Pinto explica ao Cardeal do Rio de Janeiro os motivos superiores que o levaram a patrocinar a causa de Luís Carlos Prestes e Harry Berger, destacando a importância moral e social dessa ação. Busca compreensão e apoio do Cardeal, ressaltando sua dedicação aos deveres cristãos em sua atuação profissional.	
		27 abr. 1945	Capitão Luís Carlos Prestes	Julga o que considera incongruência numa possível aliança de Prestes com Getúlio Vargas, líder fascista. Critica a ideia de fortalecer a autoridade de Vargas, alertando para os riscos de um governo autoritário. Argumenta contra a proposta de união nacional, temendo a liquidação de ideais democráticos. E pede reflexão acerca das ações necessárias em busca de um país mais justo e livre.	
		3 abr. 1974	Ministro da Justiça Armando Falcão	Entrega cópias de petições de <i>habeas corpus</i> em favor de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e de Eduardo Colier Filho, presos e desaparecidos. E pede que o Ministro assegure a aplicação do determinado em legislação.	Encaminhada por carta de 19 abr. 1974. Para conhecimento e arquivamento, com a promessa de compartilhamento das cópias de duas outras, em produção, também destinadas a Falcão.
		7 nov. 1975	Presidente da República General Ernesto Geisel	Denúncia de torturas aos presos políticos e pede providências para que isto tenha fim. Inclui legislação que proíbe maus tratos aos presos. Informa que a carta não é um documento privado, resguardando o direito de fazer uso dela se achar que poderá vir a melhorar a situação dos presos políticos.	Encaminhada por carta de 27 out. 1976. Para conhecimento e divulgação.
		11 out. 1976	Ministro da Justiça Armando Falcão	Contestação sobre declaração nos jornais, na qual o Ministro afirmara que o regime político vigente no país seria um Estado de Direito, com brasileiros vivendo em plena democracia.	Encaminhada por carta de 12 out. 1976. Para avaliação crítica de Hargreaves.
		29 mar. 1977	Presidente da República General Ernesto Geisel	Crítica à concepção de um modelo político brasileiro único, destacando os riscos de ignorar práticas democráticas ao favorecer atos que revogam a Constituição, como o Ato nº 5 de 1968. Questiona a postura do presidente e a participação dos militares em ações antidemocráticas, defendendo que as Forças Armadas devem assegurar a legalidade. E conclui pedindo a valorização do debate público e da transparência.	Encaminhada por carta de 31 mar. 1977. Para avaliação crítica de Hargreaves.

Fonte: Arquivo Henrique José Hargreaves, MAPRO.

O conjunto de correspondências entregues em mãos em 1978, muitos anos depois da época em que foram escritas, quando Sobral estava em processo de seleção e organização da correspondência que viria a fazer parte de *Por que defendo os comunistas* (1979) é exemplar das formulações de Aymard (2009). Naquele ano, Hargreaves enfrentava sérios problemas profissionais que acabaram por afetar sua saúde e após seis meses pontuados por algumas poucas e breves ligações telefônicas, Sobral retoma uma claudicante troca de cartas com o amigo em julho, num hiato somente superado pelos dois anos sem cartas trocadas interrompido em abril de 1974, quando avisa ao amigo de Juiz de Fora: “De hoje em diante, não telefonarei mais para você, para não assustá-lo. Escrever-lhe-ei cartas frequentes”¹³⁸.

Além de procurar mais detalhes acerca do que vinha afligindo Hargreaves, as cartas trocadas viajavam carregadas de afeto e muitos planos de reencontro, conforme indicam o diálogo desenvolvido em três tempos:

Como vai você? Como vão os seus problemas, domésticos e profissionais? Confio em que Deus continue a ajudá-lo, dando-lhe paciência, visão justa e recursos pecuniários para a eles dar a solução mais adequada. (...) Do amigo de sempre, cada vez mais saudoso, Sobral¹³⁹.

Pretendo marcar viagem ao Rio, especialmente para um desabafo mais ao vivo e minucioso, como às vezes conseguíamos no passado. (...) Afetuosamente, abraça-o muito saudoso, o H. J. Hargreaves¹⁴⁰

As saudades são muitas, mas a oportunidade de matá-las desapareceram. (...) Afetuosamente, seu amigo e seu admirador, gratíssimo, Sobral¹⁴¹.

O reencontro finalmente ocorreu em dezembro, quando Hargreaves recebeu em mãos a seleção de cartas que guardou na pasta “Cópias”. Entretanto, não foi suficiente para que pudessem falar sobre tudo o que gostariam:

Foi uma pena que não pudesse permanecer em Juiz de Fora pelo menos durante um dia, a fim de conversarmos sobre a crise da nossa Igreja, a dramática situação do Brasil, e os nossos problemas pessoais. Certamente, você aí em Juiz de Fora e eu aqui no Rio sentimos falta de um amigo a quem possamos, com proveito, abrir os nossos corações, comunicar os nossos receios e manifestar os nossos pontos de vista a respeito de todos esses setores e que dão sentido às nossas respectivas existências¹⁴².

¹³⁸ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique J. Hargreaves, de 19 de abril de 1974, p. 1. Disponível em MAPRO/Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves.

¹³⁹ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique J. Hargreaves, de 21 de julho de 1974, p. 1-6, *passim*. Disponível em MAPRO/Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves.

¹⁴⁰ Carta de Henrique J. Hargreaves destinada a Heráclito F. Sobral Pinto, de 14 de agosto de 1976, p. 5. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

¹⁴¹ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique J. Hargreaves, de 12 de outubro de 1974, p. 1. Disponível em MAPRO/Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves.

¹⁴² Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique J. Hargreaves, de 18 de agosto de 1978, p. 1.

Tendo a distância como entrave, Sobral encontrou no compartilhamento de correspondência a terceiros também uma maneira de discutirem seus “pontos de vista a respeito de todos [os] setores que [davam] sentido às [suas] respectivas existências”. Ainda no Quadro em destaque, constam cartas publicadas em *Lições de liberdade* (1977) que passaram por diferentes fases de composição até que pudessem receber uma última crítica, ser arquivadas e/ou divulgadas por Hargreaves para, por fim, serem postas em livro.

Às vezes em longas epístolas, outras, em apenas uma lauda, o advogado cumpria promessas de compartilhamento de documentos – assim se referia especialmente às cartas que remetia a autoridades – feitas nos encontros que tinham, fossem eles presenciais, por telefone ou por escrito, momentos em que discutiam alguns detalhes acerca do texto. Tais eventos podem ser ilustrados por meio das conversas estabelecidas após o dia 19 de abril de 1974, quando Sobral anexou cópia da carta remetida ao Ministro Falcão, a mesma que foi publicada, anos depois, em *Lições de liberdade* (1977).

Assim, no dia 23 escreve novamente a Hargreaves:

Mando-lhe, como ofereci e você aceitou, os documentos que mencionei na carta a Armando Falcão. Junto segue, igualmente, cópia da carta que escrevi ao Lara Resende, na qual fixo o meu estado de espírito em face da ditadura militarista, que varreu do território nacional a cidadania brasileira.

Receba o abraço fraternal do amigo, gratíssimo, Sobral

P. S. – D. Ana Maria, minha datilógrafa, pede-me para agradecer-lhe o maravilhoso doce de goiaba, cuja remessa ela lhe havia solicitado.

P. S. 2 – Deixo de lhe enviar o artigo de José Resende Peres intitulado ‘O milagre que não houve’, porque na desorganização alucinante em que estão os meus papeis não consegui encontrá-lo. Logo que isto aconteça lh’o remeterei.

Sobral¹⁴³ (1974, p. 1).

E leva mais atualizações em 29 de abril:

Hargreaves

Como vão as coisas aí por sua casa? Eu continuo de molho, pelo menos até quinta-feira próxima, quando voltarei ao oculista. Estou com esperança de obter abrandamento no regime por ele prescrito, porque estou me sentindo melhor (...). Envio-lhe, por me parecer que possam interessar a você, cópias de alguns documentos meus, recentemente redigidos. São a carta que escrevi em 9 deste mês ao Dario de Almeida Magalhães e a 21, também deste mês, ao Nascimento Brito, genro da Condessa Pereira Carneiro, proprietária do *Jornal do Brasil*.

Além destes documentos, mando-lhe, igualmente, uma minuta de petição a ser dirigida, amanhã, ao Ministro da Justiça em nome de todos os advogados do Brasil (...).

Disponível em MAPRO/Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves.

¹⁴³ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique J. Hargreaves, de 23 de abril de 1974, p. 1. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

Quando o documento tiver sido redigido com a sua forma definitiva e devidamente assinado, dele lhe remeterei a respectiva cópia, para que você veja que os advogados estão fazendo aquilo que é de seu dever (...).

Cordialmente, o amigo gratíssimo,

Sobral¹⁴⁴ (1974, p. 1-2).

E o juizforano esperou até que o amigo estivesse de volta às leituras para enviar-lhe suas considerações acerca dos documentos recebidos:

Sobral:

Recebi suas duas cartas (...).

Escusa dizer-lhe do prazer que tive, lendo e considerando a firmeza respeitosa do estilo em que foi vazado este último documento [minuta de petição]. Não vi nele o menor reparo a ser feito. Fala você em dar-lhe redação definitiva. Se de alguma coisa vale a minha opinião, penso que deveria não retocá-lo. Sóbrio, claro, bem ordenado e de uma limpidez cristalina nas suas intenções. Temo que qualquer modificação, ainda que superficial, possa comprometer a grandeza cristã de suas linhas estruturais. A mesma coisa devo dizer-lhe da carta firmada por você sozinho ao Falcão. É preciso ter atingido a grau muito elevado de vivência jurídica e de fidelidade aos princípios imóveis do direito natural (...) para conseguir a brandura e a mansidão daquela exposição¹⁴⁵.

Tendo todos esses documentos em mãos, sabendo que seriam reunidos em livros, já em fins de 1977, Hargreaves demonstra todo seu respeito pelas missivas escritas e ou partilhadas por Sobral, considerando-as não apenas como correspondências pessoais, mas como registros significativos de um período histórico. Julgando-as documentos importantes que capturam a resistência contra a opressão, enfatizando a necessidade de preservá-las para combater a tendência ao esquecimento, exaltava a oportunidade de publicá-las por ver neste projeto um recurso de concretização dessas memórias. Para Hargreaves, as cartas tinham um papel especial na história, servindo como testemunhos que poderiam permanecer relevantes ao longo do tempo, apesar das possíveis mudanças na lembrança dos eventos.

Diante disso, à consciência eram elevados os sentimentos de satisfação por estar entre os amigos escolhidos por Sobral para receber epístolas, pois, na medida em que tornavam fontes históricas tinham o poder de tornar o pequeno grupo de amigos também em protagonistas desta história, ou seja, estar incluído neste grupo significa o acesso e o trato privilegiado de documentos vertidos em fontes de inspiração e registros de um período desafiador. E, ainda, Hargreaves entende que, embora figuras históricas possam ser esquecidas ou lembradas de forma limitada, as cartas de Sobral se destacam como um meio direto de acesso aos valores e

¹⁴⁴ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique J. Hargreaves, de 29 de abril de 1974, p. 1-2. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

¹⁴⁵ Carta de Henrique J. Hargreaves destinada a Heráclito F. Sobral Pinto, de 04 de maio de 1974, p. 1, grifo meu. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

desafios daquela época. Para ele, elas representam uma contribuição duradoura para o entendimento da luta por justiça, sublinhando a relevância de manter viva essa memória para o futuro. E essa percepção não estava limitada às cartas publicadas, pois existiam também aquelas reservadas, secretas ou simplesmente pessoais demais para serem reveladas aos olhos do grande público.

3.2 Precisamos falar sobre a crise da nossa Igreja

Como é de se esperar, entre amigos se fala sobre o que é íntimo, o que é público e também o que é secreto, se não apenas aos dois, ao menos a um seleto grupo. Neste último caso se encaixa tudo o que era atinente ao laicato e à hierarquia da Igreja. Por isso, um termo que até aqui se faz estranho ao leitor, passa a figurar com certa frequência, em caixa alta, em envelopes e papéis de carta: CONFIDENCIAL.

A presença desse termo não é trivial, mas sim um indicativo de que as informações contidas nestes escritos são de acesso restrito, destinadas apenas àqueles diretamente envolvidos ou autorizados. Este rótulo serve como um lembrete silencioso da necessidade de discrição e, ao mesmo tempo, reforça a existência de um laço de confiança entre o remetente e o destinatário. Em contextos em que informações delicadas e potencialmente impactantes estão envolvidas, como é o caso das discussões que permeiam o laicato e a hierarquia eclesiástica, a confidencialidade é primordial. Ela protege não apenas a privacidade e a segurança das informações, mas também pode preservar a integridade de estratégias e relações dentro de uma organização complexa como a Igreja.

Além disso, as razões para se manter a confidencialidade são múltiplas e variadas. Proteger informações sensíveis é crucial para evitar exposições indesejadas que podem levar a consequências pessoais, profissionais ou até legais. No âmbito das relações pessoais, por exemplo, a preservação de segredos compartilhados sob o termo confidencial ajuda a fortalecer laços de confiança, fundamentais para a sustentação de qualquer relação duradoura e significativa.

Assim, ao vermos documentos marcados com "CONFIDENCIAL", somos lembrados do peso que palavras podem carregar e da responsabilidade que vem com o acesso a tais informações. Seja em contextos religiosos, profissionais ou pessoais, a confidencialidade não apenas protege o conteúdo material da comunicação, mas também resguarda as relações

humanas subjacentes, moldando a maneira como interagimos e confiamos uns nos outros em diferentes esferas da vida.

Para o historiador, se defrontar com esses segredos confidenciais se traduz em um encontro singular com as camadas mais ocultas da história, onde as narrativas privadas se entrelaçam com os eventos públicos. Tal acesso não é apenas uma oportunidade de revelar novas dimensões dos acontecimentos passados, mas também uma responsabilidade ética de enorme magnitude. Os dilemas éticos que surgem incluem a decisão sobre o que revelar e o que manter em sigilo, equilibrando a transparência necessária para a integridade acadêmica com o respeito à privacidade dos indivíduos envolvidos e às possíveis repercussões dessas revelações. Além disso, o historiador deve considerar o impacto potencial dessas informações no entendimento contemporâneo de eventos históricos e personagens, ponderando se a revelação desses segredos serve ao bem maior do conhecimento ou apenas satisfaz a curiosidade pública. Assim, a ética na historiografia não apenas guia a maneira como o historiador maneja os documentos, mas também molda a própria narrativa histórica que emerge dessas fontes confidenciais.

Ao se deparar com cartas contendo conteúdo pessoal intenso, tais como problemas de saúde, traições, brigas e separações, o historiador encontra-se diante de uma dimensão profundamente humana da história que raramente é capturada em relatos oficiais ou documentos públicos. Esses escritos pessoais oferecem uma janela única para as experiências e emoções cotidianas de indivíduos de outra época, mas também apresentam desafios éticos significativos para quem os estuda, ao qual procurei enfrentar por meio de uma balança cujo fiel estabelecido baseou-se na identificação daquilo que colaboraria para uma maior compreensão acerca do processo de autoformação intelectual do sujeito ou estaria restrito unicamente à sua vida íntima.

3.2.1 Igreja Católica e Maçonaria: uma relação proibida

Foram dois os contextos em que Sobral passou a ressaltar junto ao amigo a importância de se manter a confidencialidade dos papéis que lhe enviava. Atentemos ao primeiro deles, quando o advogado católico passou a perceber e a acompanhar os passos de uma aproximação entre o clero e a Maçonaria - mas não qualquer elemento do clero e, sim, o Arcebispo Primaz de Salvador -, num contexto de fortes debates acerca da consolidação ou não de diretrizes em

favor deste encaminhamento.

As divergências entre Igreja e Maçonaria estendiam-se há séculos¹⁴⁶, quando o Concílio Vaticano II e a subsequente Carta de 1974, enviada pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, deram alguns passos no sentido de reavaliar esta relação. Durante o Concílio houve uma redução progressiva na emissão de documentos explicitamente condenatórios em relação à Maçonaria, comportamento que foi mantido nos anos subsequentes, o que, de acordo com Monteiro e Silva (2011), sugeria uma percepção de que as tensões históricas poderiam estar se atenuando ou que as divergências poderiam ser abordadas de maneira mais construtiva. Tanto que houve a publicação de um documento chamado Carta de 1974, enviada pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé a algumas Conferências Episcopais, especificamente, abordou questões relacionadas à aplicação do cânon 2.335 do Código Canônico de 1917, que determinava a excomunhão para católicos associados à Maçonaria.

A Carta de 1974 refletiu uma preocupação da Santa Sé em obter uma compreensão mais precisa sobre a Maçonaria, demonstrada pela consulta a bispos de diversas regiões. Mas as respostas variadas indicaram uma complexidade na relação entre catolicismo e maçonaria, que variava significativamente conforme o contexto nacional. Essa diversidade de perspectivas contribuiu para a decisão da Santa Sé de manter a legislação existente até que uma análise mais aprofundada pudesse ser realizada, esperando por uma nova legislação canônica que pudesse abordar de forma mais adequada as nuances dessa relação.

Tal perspectiva de aproximação era veementemente rechaçada por Sobral, que viu em Hargreaves um par com o qual poderia dialogar e ter como parceiro nas ações em defesa da permanência de uma Igreja condizente com suas percepções teológicas. A trama que envolveu uma bem tecida rede de acesso a autoridades eclesiásticas, trocas e compartilhamento de informações por meio de cartas teve início em meados de 1976, tendo saído do foco de atenção dos amigos somente em fins de 1977, e o fluxo desta conversação pode ser visto no Quadro 5 a seguir:

¹⁴⁶ As tensões entre a Igreja Católica e a Maçonaria têm suas raízes no século XVIII, iniciadas formalmente com a condenação da Maçonaria por meio de uma bula papal de Papa Clemente XII em 1738. Esta condenação estabeleceu um padrão de suspeitas e repúdios mútuos que perdurou ao longo dos séculos, evidenciado pela proibição de filiação de católicos à Maçonaria sob pena de excomunhão, conforme estabelecido pelo Código de Direito Canônico de 1917. Somente em 1983, com a revisão do Código de Direito Canônico, houve mudanças significativas nas diretrizes eclesiásticas sobre a associação de católicos à Maçonaria. Eliminando as referências explícitas à Maçonaria e alterando o mecanismo de imposição de sanções, o novo código deixou a aplicação de punições a critério das autoridades competentes, condicionada à demonstração de atos hostis contra a Igreja Católica. Esta mudança refletiu uma abordagem mais flexível e condicional na gestão das relações entre ambas as instituições (MONTEIRO; SILVA, 2011).

Quadro 5 - Fluxo da correspondência sobre a aproximação entre o Arcebispo de Salvador e a Loja Maçônica de Salvador

Data	Remetente	Destinatário	Resumo	Anexos indicados
13 jul. 1976	Sobral Pinto	Hargreaves	CONFIDENCIAL. O missivista revela ações realizadas por ele diante do recebimento por D. Avelar de homenagem prestada pela Maçonaria.	Recortes de <i>O Globo</i> e <i>Jornal do Brasil</i> . Cópias de missivas enviadas a D. Carmine Rocco, a D. Avelar e a D. Eugênio Sales.
21 jul. 1976	Hargreaves	Sobral Pinto	Em resposta, reflete sobre desafios enfrentados pela fé católica diante do mundo transformação, citando o caso de D. Avelar como exemplo.	-----
1º nov. 1976	Sobral Pinto	Hargreaves	Pede para entregar carta a D. Geraldo Penido, que seguia anexa, e autoriza cópia para arquivamento.	Carta de Sobral a D. Geraldo Penido
1º dez. 1976	Hargreaves	Sobral Pinto	Justifica seu silêncio devido a problemas de saúde e familiares. Menciona ter entregado correspondência a D. Geraldo.	-----
9 dez. 1976	Sobral Pinto	Hargreaves	CONFIDENCIAL. Pede que entregue a D. Geraldo a réplica anexada.	Cópia de carta-resposta de D. Geraldo e original e cópia de réplica de Sobral.
19 jan. 1977	Sobral Pinto	Hargreaves	Informa sobre pedido de confidencialidade feito pelo religioso e, por isso, desiste de escrever ao General Geisel. Pede que entregue nova missiva a D. Geraldo.	Terceira carta a D. Geraldo Penido.
26 jan. 1977	Sobral Pinto	Hargreaves	Compartilha e argumenta sobre documentos (matérias de jornais) que reforçam a crítica contra a aproximação de D. Avelar Brandão, arcebispo de Salvador, com a maçonaria.	Cópias de recortes do <i>Jornal do Brasil</i> e do <i>Correio Braziliense</i> em que religiosos são acusados de ações subversivas. E cópias de missivas enviadas a D. Eugênio e a D. Avelar.
31 jan. 1977	Hargreaves	Sobral Pinto	Avisa que já remeteu as cópias a D. Geraldo.	-----
25 mar. 1977	Sobral Pinto	Hargreaves	CONFIDENCIAL. Pede que compartilhe com D. Geraldo o material anexado. E pergunta se sabe sobre uma suposta censura do papa a D. Avelar pela atitude frente à maçonaria.	Cópia de carta escrita a Núncio Apostólico, D. Carmine Rocco, e a resposta que dele recebeu.
28 mar. 1977	Hargreaves	Sobral Pinto	Agradece carta recebida. Informa que só estará com D. Geraldo no dia 30 de março e compartilha matéria publicada por imprensa periódica.	Cópia de recorte do <i>O Estado de São Paulo</i> com matéria sobre D. Pedro Casaldáliga, bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso.
6 set. 1977	Sobral Pinto	Hargreaves	Envia cópia de missivas por meio das quais quer demonstrar	Cópia de correspondência destinada a D. Avelar, sobre repreensão advinda do Papa;

Quadro 5 - Fluxo da correspondência sobre a aproximação entre o Arcebispo de Salvador e a Loja Maçônica de Salvador

Data	Remetente	Destinatário	Resumo	Anexos indicados
			sua persistência na defesa de Igreja.	a D. Eugênio Sales, dando conhecimento do que escreveu ao Arcebispo de Salvador; e à Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro, recusando convite a evento.
12 set. 1977	Hargreaves	Sobral Pinto	Alerta quanto a provável reação de D. Avelar ao pedido que lhe fez Sobral.	-----
14 set. 1977	Sobral Pinto	Hargreaves	CONFIDENCIAL. Agradece a resposta recebida e envia cópia de correspondência.	Cópias de carta-resposta de D. Avelar; de réplica de Sobral a este religioso; de documentos trocados entre o arcebispo e a Loja Maçônica Liberdade, de Salvador.
20 set. 1977	Hargreaves	Sobral Pinto	Exprime suas considerações acerca do comportamento de parte do clero que não aceita interferências por parte dos leigos nos assuntos da hierarquia.	-----

Fonte: Arquivo Henrique José Hargreaves, MAPRO.

Na carta de 13 de julho de 1976, o advogado católico dava início às tratativas ao dividir com Hargreaves um dos fatos que lhe chamou a atenção naquela mesma semana: “o recebimento, por D. Avelar, Arcebispo Primaz de Salvador e Cardeal da Santa Madre Igreja, da Comenda D. Pedro I, que lhe foi entregue por Osmane Vieira de Resende, Grão-Mestre da Ordem Oriente do Brasil” (1976, p. 1), conforme noticiaram jornais da época:

Figura 9 – D. Avelar Brandão Vilela, o “Grande Benfeitor”

Maçonaria

Salvador — “A Maçonaria marcha ombro a ombro com as Forças Armadas” — afirmou o Grão-Mestre da Ordem do Grande Oriente da Bahia, o Deputado arenista Clemenceau Teixeira, durante a homenagem prestada por duas lojas maçônicas da Capital, numa Festa Branca, ao Comandante da 6a Região Militar, General Adir Fluzza de Castro.

Amanhã à noite, no templo da Grande Loja da Bahia, será homenageado o Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Cardeal Avelar Brandão Vilela, que receberá o título de Grande Benfeitor, “em reconhecimento pelos seus serviços à causa da reconciliação entre a Igreja Católica e a Maçonaria”, segundo os dirigentes da Loja da Liberdade.

Maçons entregam título a D. Avelar

O Arcebispo de Salvador, Cardeal Avelar Brandão Vilela, recebeu ontem o título de “Grande Benfeitor” da Loja Maçônica Liberdade, da capital baiana. A homenagem faz parte do programa de aproximação entre a Igreja e a maçonaria, de iniciativa de D. Avelar. (Página 7)

Fonte: *Jornal do Brasil*, de 10 de junho de 1976, e *O Globo*, de 12 de junho de 1976.

Diante da informação, resoluto, escreveu a D. Carmine Rocco¹⁴⁷ Núncio de sua Santidade junto ao governo brasileiro e ao próprio D. Avelar. A este último, para informar sobre a atitude que teve e compartilhar a carta escrita ao Núncio Apostólico. Toda essa documentação seguia anexa às palavras enviadas a Hargreaves, a quem deixava dois pedidos: o endereço de D. Geraldo Penido, pois desejava compartilhar também com ele – tal como fizera com D. Eugênio – as cartas destinadas àqueles religiosos, e a descrição do amigo sobre toda essa conversação epistolar, sendo uma maneira de “evitar escândalos no seio da comunidade religiosa de Juiz de Fora” (SOBRAL PINTO, 1976, p. 2). Autorizava-o, entretanto, a falar a quem achasse necessário acerca da “malícia intrínseca da Maçonaria” (SOBRAL PINTO, 1976, p. 2). E assim replicou seu interlocutor:

Sobral:

¹⁴⁷ Dom Carmine Rocco (San Giovanni Rotondo, Itália, 9 de setembro de 1912 – 25 de agosto de 1982) serviu como Núncio Apostólico no Brasil de 1973 a 1982, período marcado por intensas mudanças sociais e políticas sob a ditadura militar. Ordenado bispo em 1961, sua carreira eclesiástica foi pautada pela diplomacia vaticana, com significativa atuação em diversos países. No Brasil, destacou-se pela defesa dos direitos humanos e justiça social, promovendo o diálogo entre a Igreja e diferentes segmentos da sociedade, conforme indica Boff (2022). Sua gestão enfatizou a formação de clérigos e leigos, fortalecendo a participação dos fiéis na Igreja. Após sua missão no Brasil, faleceu em 1982.

Abraços.

Sua surpresa não foi maior do que a minha. Meu abalo, talvez, não tão intenso, porque me venho preparando para coisas ainda piores (...).

Na *Octogesima Adveniens*, Paulo VI definiu, logo nas primeiras linhas do documento, a hora que vivemos como a de um mundo em transformação. Depois que li estas palavras dele, refletindo no que nos atormenta, nos atordoa, nos faz agonizar, querendo viver – convenci-me de que devemos conscientizar-nos de que já estamos em pleno século XXI tal a rapidez impressa nos acontecimentos (...). Entramos no novo milênio sociológico, econômico, político, religioso, sem perceber e nele nos instalamos sem o menor conforto. Só não afogamos no desespero porque nos resta fé (HARGREAVES, 1976, p. 1).

Suas observações acerca da evolução do comportamento dentro da hierarquia da Igreja permite um mergulho numa fala repleta de simbolismos para discutir a instabilidade e os desafios enfrentados pela comunidade católica. Atormentados, atordoados e agonizantes eram sensações provocadas por situações calamitosas, adversidades severas que ilustrariam a crise espiritual e moral que estaria permeando a experiência católica de então, deixando em agitação os amigos que buscavam manter-se fiéis aos ensinamentos cristãos em meio a interpretações divergentes e frequentemente conflitantes.

Hargreaves agarrava-se à ideia de que estava em curso a deterioração dos princípios fundamentais, evidenciada pelo questionamento e pela flexibilização das verdades consideradas eternas. Refletindo uma fase de incertezas onde até os preceitos claros do Evangelho estariam sujeitos a interpretações pessoais, levando a uma fragmentação na compreensão e na prática da fé. Entretanto, os amigos, ambos sustentados pela solidez da fé, acreditavam-se aptos a resistir às adversidades, mesmo diante da velocidade com a qual avançavam mudanças culturais e espirituais na sociedade. Tudo isso, portanto, numa clave de um apelo à reflexão e à ação frente aos desafios contemporâneos, incentivando uma volta às raízes da fé como meio de fortalecer a comunidade diante das tempestades morais e espirituais.

Sendo assim, a surpresa ou o abalo a que se refere Hargreaves não estava centrado especificamente nas ações de D. Avelar como membro da hierarquia eclesiástica, mas no que revelavam ou projetavam sobre o que consideravam ataques à fé e à base doutrinária da Igreja. Por isso, concluía:

Sobre os católicos e a Franco-Maçonaria – caso de D. Avelar – acode-me à lembrança o que disse um judeu, num campo de concentração de Hitler, atribuindo no destino misterioso de sua raça: "é duro ser judeu!" Há dias, o Joaquim Ribeiro, que você conhece, me procurava e me perguntava se a atitude de D. Avelar estava certa. Respondi-lhe: "infelizmente, entendendo-se em sentido lato a última declaração da Congregação para a Doutrina da Fé, pode-se admitir que ele não está de todo errado"... E, assim, chega nosso momento de parafrasear aquele judeu: "é duro ser católico neste momento" (...).

Assim, meu queridíssimo amigo, solidário com você, sem restrições em tudo o que escreveu a D. Eugênio, a D. Avelar e ao Núncio – qualquer coisa me diz que eles vão

remetê-lo à leitura da 'xerox' que me adianto a enviar-lhe e cujos termos, sobretudo os do Padre Caprille – nos enchem de melancolia...
 Por mais que deseje, não posso continuar.
 Recomende-me à Da. Maria e, com particular afeto, queira misturar os seus com os meus sofrimentos, para atravessarmos com aceitação e amor as amarguras deste fim de vida.
 Cordial e fraternalmente, o
 H. J. Hargreaves (1976, p. 2).

Então, solidário ao sofrimento de Sobral, reservara um momento em meio a dias atribulados pelas demandas represadas no trabalho – pois uma enfermidade o deixou dias afastado de suas funções profissionais – para compartilhar opiniões acerca do que agitava o coração de Sobral e ainda prepará-lo a embate que certamente seria iniciado ao chegar às mãos de D. Avelar, D. Carmine, D. Eugênio e D. Geraldo a correspondência partilhada. Mais ainda, para reafirmar a permanência de uma amizade que une corações nos sonhos e nas tristezas da vida, do início ao fim.

Quanto às cópias das cartas a que ambos se referem desde a missiva de 13 de julho, ao material xerocado por Hargreaves e aos documentos que passaram a circular entre eles enquanto tratavam do caso D. Avelar, infelizmente nada foi localizado. A hipótese mais provável para isso, imagino, é o atendimento ao pedido de confidencialidade. Mas simplesmente rasgar ou aplicar qualquer outro método para a destruição do material compartilhado não parece ter sido uma alternativa plausível, já que seria o próprio Sobral (1976) quem lhe daria o aval para tirar cópias da carta destinada a D. Geraldo, em novembro do mesmo ano: “Eu o autorizo a tirar dessa carta a respectiva cópia, se isto lhe interessar. Quanto aos documentos que a instruem, penso que você os possui. Se isto, entretanto, não ocorrer e você desejar ter deles uma cópia, poderei lh’a remeter” (p. 1). Ou seja, é bem possível que tenha cuidado de reservar a documentação em local bem protegido aos olhos dos futuros leitores de seus papéis guardados.

Antes que se encerrasse o ano, mais uma vez Sobral pedia ao amigo entregar nova carta a D. Geraldo, tendo desta vez o cuidado de deixar ao intermediário cópias desta e das últimas cartas trocadas entre o advogado e o religioso. Entretanto, em fins de janeiro, avisa Hargreaves da grande preocupação de D. Geraldo acerca da possibilidade de ter suas palavras comunicadas a quem quer que fosse, o que pode explicar a ausência destas cartas no arquivo de Hargreaves.

Conforme avanço na leitura da correspondência que de maneira mais ou menos explícita fazia referência à “malícia intrínseca da Maçonaria” os detalhes vão surgindo aqui e acolá para então o cenário se tornar completo somente em fins do ano de 1977.

Segundo Carvalho (2010), em meados de 1974, Osmane Vieira de Resende, Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil (GOB), foi recebido em audiência pelo recém-empossado

presidente da República, General Ernesto Geisel, quando reafirmou seu apoio ao governo imposto desde 1964. E esse mesmo Grão-Mestre foi quem entregou uma comenda a D. Avelar. Além disso, já em 1977, o presidente do Colégio de Grão-Mestres da GOB, Frederico Motolla, escreveu telegrama a Geisel, publicado no *Jornal do Brasil*¹⁴⁸, pedindo-o para expulsar do país as missões religiosas que atuavam na região amazônica, acusando-as de serem formadas por religiosos subversivos, responsáveis por preparar guerrilhas na região e por atuarem como traficantes de minérios preciosos para o exterior.

Nesse ínterim, Sobral queria saber mais sobre a aproximação entre Geisel e Osmane e, para isso, buscou contato com D. Geraldo, pois sabia que o religioso e o presidente haviam conversado sobre as missões religiosas quando este último visitou a cidade de Juiz de Fora. A visita ocorreu em outubro de 1976, dias após o assassinato do padre João Bosco Penido Burnier, em missão no Mato Grosso. Das conversas intermediadas por Hargreaves, obteve informações que pretendia incluir numa carta ao presidente da República em defesa dos missionários, mas, conforme disse anteriormente, D. Geraldo pediu segredo quanto às suas palavras, demovendo o advogado de sua intenção original. Em contrapartida, o pedido de Motolla, exposto na imprensa, estimulou-o a escrever mais uma vez a D. Avelar para convencê-lo da “malícia da Maçonaria” (SOBRAL PINTO, 1977), ação esta que também comunicou e compartilhou com D. Eugênio Sales, D. Geraldo Penido e, claro, Hargreaves, que em devolutiva lhe questionou:

Quanto à sua insistência junto a D. Avelar Brandão sobre a Maçonaria, pergunte-se a si mesmo: você julga que ele ignore realmente o que é ‘sua malícia intrínseca’... Tenho para mim e isso, sim, me entristece e me dissuade de muita coisa no plano católico – é que ele, como outros dignitários da Igreja, não conseguem frenar os pruridos da publicidade liberal em torno de seus nomes. Em assunto tão básico, não posso admitir que um purpurado seja jejuo ou ingênuo, a ponto de esperar qualquer bem da aproximação entre Igreja e Cavour¹⁴⁹ (1977, p. 3).

Mas o que Sobral desejava era a retratação de D. Avelar, pois via em seu comportamento uma atitude que prejudicava a autoridade da Igreja e expunha divergências internas, algo que sempre condenou tanto entre leigos quanto entre religiosos. Diante da seriedade da aproximação

¹⁴⁸ A publicação saiu sob o título “Grão-Mestre da Maçonaria diz que missões na Amazônia fazem exportação de urânio”, no dia 19 de janeiro de 1977, na página 20 do Caderno 1.

¹⁴⁹ Camillo Benso, Conde de Cavour, foi fundamental no *Risorgimento*, movimento de unificação da Itália, promovendo o liberalismo e a modernização com foco na laicidade e na redução da influência clerical no Estado. Defendendo a separação Igreja-Estado, ele visava uma “Igreja Livre em um Estado Livre”, buscando a secularização das instituições civis e limitando o poder eclesiástico em assuntos políticos e administrativos. Essa postura de Cavour gerou conflitos com a Igreja Católica, que via suas políticas como ameaças diretas à sua autoridade tradicional, levando a tensões entre as visões progressistas de Cavour e a conservação da influência eclesiástica. Mais tarde, ordenou uma invasão ao território dos Estados Pontifícios (FRESU, 2018).

do arcebispo de Salvador com a maçonaria, não titubeou em movimentar sua rede de amigos e nomes de grande representatividade na hierarquia. Tanto que a acionou novamente após a remessa da segunda carta a D. Avelar e aproveitou-se da aproximação entre Hargreaves e D. Geraldo para dizer: “Ouvi dizer que o Santo Padre censurou, em carta comunicada ao Episcopado da reunião de São Paulo, a D. Avelar, pela sua atitude em face da Maçonaria. D. Geraldo, não lhe disse nada? Fraternal abraço do amigo, sempre agradecido, Sobral” (SOBRAL PINTO, 1977, p. 1).

Após meses em silêncio mútuo, Sobral volta à presença de Hargreaves entregando-lhe documentos por meios dos quais demonstra “que [continua] lutando em prol da nossa Igreja”. Entre eles, cartas que nos permitem conhecer até onde o advogado estaria disposto a ir para impedir a aproximação com os maçons, principalmente após ter a certeza de que o Papa havia remetido uma comunicação a D. Avelar reprovando-o por suas atitudes.

Dirigindo-se ao arcebispo de Salvador, sugere-lhe que faça uma manifestação pública sobre a tal carta para alertar os católicos sobre os perigos da Maçonaria, confrontando-o com a afirmação de quem tem em mãos carta de 12 de julho de 1976, na qual o Cardeal afirma estar disposto a se retratar se assim o Papa exigir e aponta o erro do religioso: “a Maçonaria é uma sociedade universal, que tem a direção única, localizada numa Nação estrangeira. Ela é essencialmente anticlerical, pregoeira do indiferentismo religioso, pregadora impenitente do divórcio, o grande dissolvente da família cristã” (1977, p. 02).

Mas apenas saber sobre a reprimenda do Papa, não saciava a necessidade de ter a confirmação de que sua perspectiva e argumentação estavam corretas, por isso resolver por bem pedir ao arcebispo de Salvador o acesso ao conteúdo da missiva vinda de Roma:

como na resposta à minha carta, onde critiquei, com base em pronunciamentos sucessivos da Santa Sé, o seu gesto de aproximação da Maçonaria de Salvador, Vossa Eminência me declarou que dera de tudo conhecimento ao Santo Padre, apresentando, deste modo, o silêncio deste como argumento contra minha crítica, tenho a impressão de que, recebendo Vossa Eminência a desaprovação de seu gesto, poderia perfeitamente me fazer ciente dos termos dessa desaprovação (1977, p. 03).

A devolutiva do confidente juizforano foi certa, preparando o advogado para o eu estaria por vir:

pelo que sei dele será surpresa para mim se atender a seu pedido (...) Há muito, notei e aprendi à minha custa que bispos, cardiais e, às vezes, até simples sacerdotes, todo esse *personalle* é muito cômico de sua autoridade e de seus privilégios docentes, assustando-se facilmente com qualquer pronunciamento do laicato, que apenas tanga com sua área de ação, embora, dizendo sempre que a Igreja somos todos nós (HARGREAVES, 1977, p. 3).

E D. Avelar não só negou o pedido como listou quinze motivos para fazê-lo:

CONFIDENCIAL

Sr. Sobral Pinto, Paz!

Recebi suas cartas e seu telegrama. Era meu propósito, tal como fiz com o Sr. Gustavo Corção, de não dar-lhe qualquer espécie de resposta, uma vez que o senhor não se conduziu de acordo com a confiança que lhe concedi: a de escrever-lhe uma carta-resposta nos termos em que fiz, enviando ainda xerox da mesma para a Santa Sé, Nunciatura e Cardeais e Arcebispos do Brasil.

Provas de que o senhor não soube corresponder à minha confiança e ao alto apreço em que o tinha (...).

Que o Senhor nos ilumine sempre mais e nos conceda a sua benção.

E, já que me pede a minha de Bispo, segue também ela, tranquila e clara, depois de lhe ter escrito algumas frases mais fortes em razão da natureza mesma do assunto.

Com todos os votos de felicidade em Cristo Jesus.

+Avelar, Cardeal Brandão Vilela (1977, p. 1-2).

Dentre os motivos, a “insistência ousada na maneira de tratar o assunto” com ele, o modo como o julgou, pois “não [o] conhece nem acompanha a [sua] vida pastoral”, e, principalmente, a negativa ao “inocente pedido” de Sobral porque “assuntos que Bispos tratam com o Papa, reservadamente, não podem ser entregues a leigos” (VILELA, 1977, p. 2).

Do estudo de caráter biográfico elaborado por Zachariadhes (2010) acerca de D. Avelar Brandão Vilela, o arcebispo de Salvador emerge como um exemplo de liderança religiosa intrinsecamente atrelada a uma visão moderada, entretanto, tal definição não significa sinônimo de inação ou passividade, mas sim de uma abordagem equilibrada e dinâmica frente aos desafios sociais e políticos. Segundo o autor, o religioso não via a moderação como um meio de manter o *status quo*, e sim como uma ferramenta para fomentar o diálogo e a inclusão, mesmo em tempos de polarização acentuada. Acreditava na capacidade de acomodação de conflitos através do diálogo, visão essa que se mostrava progressista em essência, buscando evitar rupturas sociais, em busca de soluções conjuntas.

Sua atuação não se limitava às palavras; seu envolvimento em questões sociais era tangível e significativo. Participava de passeatas, celebrava missas em locais marcados por conflitos e intercedia em situações de tensão, evidenciando o compromisso assumido frente às questões sociais e à busca por soluções pacíficas. Este engajamento direto, longe de ser uma simples formalidade, permitiu a D. Avelar construir um prestígio sólido na sociedade baiana, sendo respeitado tanto pelo Governo Militar quanto por setores da oposição.

O que Sobral e Hargreaves avaliavam como grande erro, na verdade foi um dentre os muitos sinais indicados por Zachariadhes (2010) de uma postura que se pode identificar ao núcleo progressista da Igreja. Inclusive o autor acaba por evidenciar, por meio de consulta à

correspondência de D. Avelar, fatos indicativos de que Sobral estava sim bem-informado acerca do que vinha acontecendo em Salvador. O autor confirma a aproximação do Arcebispo com a Maçonaria, iniciada com uma missa na Catedral Basílica de Salvador, em 1975, resultando na concessão a ele do título de Grande Benfeitor da Maçonaria Universal, um reconhecimento que aceitou formalmente. Esta ação, conforme o fluxo da correspondência entre Sobral e Hargreaves confirma, gerou controvérsia, especialmente entre os mais conservadores na sociedade e na Igreja, que viam na Maçonaria uma contrariedade aos princípios católicos, chegando à atenção do Vaticano, que de fato expressou desaprovação por meio de carta assinada pelo Papa Paulo VI.

Ainda segundo o mesmo autor, em resposta às críticas e à censura do Vaticano, D. Avelar manteve uma postura de obediência à autoridade eclesiástica, justificando sua aproximação com a Maçonaria como um esforço de diálogo alinhado aos ideais do Concílio Vaticano II – mesmo após a reprovação do Papa. Ele respeitou a proibição, adotando o princípio *Roma locuta est, causa finita est*, mas não deixou de expressar sua visão crítica sobre a rigidez da Igreja em relação à Maçonaria:

Quaisquer que sejam as desconfianças e razões objetivas de desacordo entre ambas as instituições, penso que a manutenção da pena não mais ajuda a Igreja. A possível suspensão da pena não significa, porém, aliança, o que seria também desastroso. Teríamos de nos movimentar como fazemos hoje perante tantos movimentos e entidades com os quais convivemos, sempre examinando suas ideias e ações (VILELA, 1977 *apud* ZACHARIADHES, 2018, p. 237).

Desde então, nada mais foi escrito (ou preservado) acerca desse incidente, mas outras questões permaneceram como fios soltos que logo seriam puxados e um novo e acalorado debate viria à tona após a expulsão do país do missionário Vito Miracapillo, tema da próxima seção.

Para além de destacar o papel de Hargreaves como interlocutor e parceiro intelectual, os conflitos internos aos católicos acabam por ressaltar as estratégias de Sobral quando se tratava de articular sua rede, que não se limitava aos intelectuais leigos, ampliando-se por toda a hierarquia da Igreja, incluindo o próprio Papa, a fim de executar o papel assumido ainda na juventude de soldado de Cristo em defesa da fé.

3.2.2 O caso Padre Miracapillo: entre os limites do temporal e do espiritual

Aparentemente na mesma atmosfera de descrição que manteve com Hargreaves enquanto dedicavam-se ao tema da Maçonaria de Salvador e D. Avelar, Sobral escreveu a Alceu em fins de 1980 para ‘contar-lhe’ sobre a atitude do Bispo D. Marcos Barbosa e como reagiu a isto. O tema do debate era a expulsão de um padre italiano das terras brasileiras e, quanto às palavras que destinou ao Bispo, ressaltou: “Cumprindo a promessa que fiz a Dom Marcos Barbosa, no final da carta, como você verá, peço-lhe que não divulgue o texto dela, pois, como sabe, sou inimigo jurado de polêmica entre católicos”¹⁵⁰. Se a justificativa para o pedido feito parasse aí, já seria o suficiente para um homem inteligente e perspicaz com Alceu entender o que jamais poderia fazer sem ter como efeito a quebra da confiança entre os amigos de tão longa data. Mas o advogado, detalhista ao expressar-se, achou por bem continuar:

Ninguém, melhor do que você, pode dar disso testemunho. Divergi muitas vezes de você a propósito de crônicas suas, publicadas em jornais. Todavia, nunca publiquei uma só das minhas cartas onde manifestava a minha divergência. Quando nosso inolvidável Corção me atacou numa de suas crônicas, pretendendo apresentar-me aos seus leitores como ignorante da doutrina católica, alimento a convicção de que destruí, de forma completa, a sua descabida e injusta acusação, em carta longa da qual lhe encaminhei cópia. Não a publiquei, entretanto, embora isto desse aos seus leitores e admiradores a falsa impressão de que ele me arrasara. Afetuosamente, seu amigo fraternal, admirador e grato, Sobral¹⁵¹.

Apesar da aparente má recepção de Alceu aos detalhes desnecessários dados por Sobral, pois está no verso desta carta uma das suas já conhecidas marcas de leitura – “Chato” – o que se seguiu foi lido com tamanha satisfação que, ao fim, não lhe coube outra palavra se não “esplêndido”, assim, com direito a grifo do leitor.

Antes de chegar aos pontos nodais da argumentação que mereceu tamanho elogio de Alceu, é interessante observar algumas características da carta destinada a D. Marcos Barbosa que se distingue em diversos aspectos das que havia destinado a outros religiosos, adotando uma escrita menos rígida e mais íntima, chegando até mesmo a exalar mais paciência e carinho.

Dom Marcos Barbosa.
Queira dar-me a sua tão preciosa benção sacerdotal.
Peço que receba com tolerância, compreensão e nobreza, as ponderações críticas, mas respeitadas, que me permito formular, sem o menor espírito polêmico, sobre o seu pronunciamento e o do meu jovem, talentoso e diletto amigo, de Recife, Dr. José Luiz Delgado, a propósito da expulsão do Vito Miracapillo, decretada abusiva, arbitrária e

¹⁵⁰ Carta de Sobral Pinto destinada a Alceu Amoroso Lima, de 20 de novembro de 1980. Disponível em CAALL, ATA.

¹⁵¹ Carta de Sobral Pinto destinada a Alceu Amoroso Lima, de 20 de novembro de 1980. Disponível em CAALL, ATA.

violentamente pelo General João Figueiredo, Presidente da República¹⁵².

Antes de esclarecer em quais aspectos estavam localizadas as contradições das opiniões do articulista, Dr. José Luiz Delgado¹⁵³, e, portanto, o equívoco do religioso em apoiá-las, reforçava o tom de conversa franca e amistosa junto a alguém que lhe era bem-quisto, aproximando-o cada vez mais de si ao referir-se a ele. “Querido Dom Marcos Barbosa”, “meu dileto Dom Marcos Barbosa”, “digno, ilustre e culto amigo”¹⁵⁴ são alguns dos indícios da proximidade entre ambos que me levaram a pensar nas diferentes estratégias de comunicação que acabavam por definir um certo desenho das redes de sociabilidade estabelecidas por Sobral. E num desenho que, de certa forma, desequilibra o Sobral conhecido pelo público.

Chamava amigo a D. Marcos Barbosa, a D. Hélder Câmara – como veremos mais adiante –, a Alceu, a Hargreaves. Mas estariam todos eles em pé de igualdade no que Aymard (2009) chamou “mapa dos sentimentos”?

Pesquisando acerca de D. Marcos Barbosa, pude vislumbrar a provável origem da amizade. Tendo se tornado monge beneditino quando já havia descoberto seu talento para a escrita literária, D. Marcos Barbosa foi eleito a ocupar a cadeira de número 15 da Academia Brasileira de Letras, em 1980. Recebido por Alceu Amoroso Lima, agradece-o em seu discurso de posse e por meio dele revela:

Senhores! Se por mãos de mãe fui introduzido nesta vossa Casa, nela acolhem-me agora mãos de pai. Bastaria dizer que de Alceu Amoroso Lima recebi quem foi para mim o mais caro dos irmãos, segundo o espírito, Gustavo Corção, que ele confiou aos meus cuidados, no tempo em que fui seu secretário. Como também nos deu por irmã Madre Maria Teresa, a abadessa que colocou nos lábios de suas monjas os salmos que traduzi. Vejo facilmente, nas mãos que me recebem, as de meu pai segundo a carne, que se cruzaram para sempre, mas não cessaram de abençoar-me (BARBOSA, 1980a).

De acordo com a biografia disponível no sítio eletrônico da Academia Brasileira de Letras (ABL), D. Marcos Barbosa participou intensamente do CDV e se tornou secretário de

¹⁵² Cópia de carta de Sobral Pinto a Dom Marcos Barbosa, de 19 de novembro de 1980, anexada à carta destinada a Alceu Amoroso Lima, de 20 de novembro de 1980. Disponíveis no CAALL/ATA.

¹⁵³ José Luiz Marques Delgado, nascido no ano de 1946, em Recife, Pernambuco. Formou-se concomitantemente em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, e em Filosofia, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica de Pernambuco, em 1969. No ano seguinte, assumiu cadeira de professor da Universidade Federal de Pernambuco, onde atuou por mais de cinco décadas, marcadamente como professor de Direito Constitucional e de Direitos Humanos, até sua aposentadoria em 2021. Disponível em: https://www.ufpe.br/memoriafdr/todos-os-informes/-/asset_publisher/bklARbjVCVr/content/conheca-a-trajetoria-do-professor-jose-luiz-delgado/642900. Acesso em: 11 abr. 2024.

¹⁵⁴ Cópia de carta de Sobral Pinto a Dom Marcos Barbosa, de 19 de novembro de 1980, anexada à carta destinada a Alceu Amoroso Lima, de 20 de novembro de 1980. Disponíveis no CAALL/ATA.

Alceu, entre os anos de 1934 e 1940, período delimitado pelo início de seus estudos na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro e o seu ingresso no Mosteiro de São Bento. Nessa mesma época, Sobral não só era frequentador assíduo do CDV como assumira funções importantes no espaço e na Ação Católica. Diante dessas convergências, é fácil supor que está na convivência desfrutada naquele importante espaço de sociabilidade dos intelectuais leigos católicos da primeira metade do século XX, a origem do carinho e respeito de Sobral pelo religioso beneditino.

Padre Vito Miracapillo, entretanto, não tinha qualquer vinculação a Sobral. Não eram amigos, colegas, nem mesmo conhecidos, mas havia sido vitimado pela repressão do Estado, atitude cada vez mais comum e violenta adotada contra religiosos considerados perigosos aos interesses do país, motivo forte o bastante para receber a atenção do advogado católico.

Entrevistado pelo Padre José Fernandes de Oliveira, mais conhecido como padre Zezinho, em 1983, Padre Vito Miracapillo teve a oportunidade de falar sobre si. Esse depoimento enriquece o mosaico das verdades acerca das divergências geradas no interior da Igreja quanto ao seu ‘crime’ e a sua pena.

Em 1976, o sacerdote de origem italiana tornou-se vigário na Diocese de Palmares, Pernambuco, de onde foi retirado, em 1980, de maneira bastante conturbada:

Em outubro de 1980, o Governo brasileiro expulsou o jovem Padre Vito Miracapillo, vigário de Ribeirão, na Diocese de Palmares, Pernambuco, sob a acusação de subversão. A forma como o processo foi conduzido gerou comoção tanto a nível nacional quanto internacional. Com nove anos de sacerdócio, Vito Miracapillo fez uma denúncia que encontrou eco em milhares de brasileiros (PE. ZEZINHO, 1983, p. 798).

Nos primeiros dias do mês de agosto daquele ano, o então prefeito de Ribeirão – cidade que pertencia aos domínios da Diocese de Palmares – definiu um programa de festividades em homenagem à independência do país, em 7 de setembro, e da cidade, no dia 11, que incluiria uma missa realizada em cada uma dessas datas, em horário também definido pela municipalidade. Com tudo sistematizado, o prefeito mandou que comunicassem ao vigário da região, o Padre Vito, sua participação no evento. Em resposta, o religioso expressou a decisão de não realizar as missas agendadas justificando seu posicionamento pela ausência de verdadeira autonomia do povo, que se via em um estado de fragilidade e desamparo quanto aos seus direitos essenciais. Essa postura, embora previsível considerando a distinção entre Igreja e Estado no Brasil, provocou forte reação do poder estabelecido.

A postura do Padre causou um impacto significativo na opinião pública, alcançando

repercussão tanto nacional quanto internacional, e colocou o religioso no epicentro de uma divisão. De um lado estavam agrupados diversos agentes, incluindo a Igreja Católica, que defendiam mudanças significativas na estrutura social do Brasil para remediar injustiças evidentes; do outro, havia aqueles inquietos com as possíveis alterações, temendo uma inclinação ao comunismo. Consequentemente, a reação de seus acusadores foi classificá-lo como uma fonte de perturbação, um opositor do estado, um defensor de ideais comunistas e um estrangeiro ousado que optou por não comemorar a independência do Brasil da maneira tradicional.

Um extenso movimento de apoio ao Padre surgiu, marcado por protestos, artigos, documentos, cartas, iniciativas diplomáticas e o endosso de uma larga parcela da população brasileira, que incluía partidos políticos, igrejas evangélicas e juristas renomados. Todos esses esforços, no entanto, foram insuficientes para garantir que o Padre permanecesse no Brasil. Por meio de um decreto presidencial datado de 15 de outubro, o sacerdote foi obrigado a deixar o país no dia 30 de outubro, encerrando assim sua jornada no Brasil, mas não a extensão de seu impacto.

O Padre italiano não havia sido o primeiro a ser expulso do país com base no ordenamento jurídico estabelecido pelo governo ditatorial, muito menos o primeiro a ser vigiado, perseguido e ameaçado pelas forças do Estado. Num estudo dedicado a analisar visões sobre política de religiosos do interior de Goiás e como isso afetou seus fiéis, Tavares (2011) trata de situações que se tornam retrato importante acerca do clima de tensionamento ao qual eram submetidos os religiosos, especialmente aqueles que atuavam em regiões rurais, tanto pela natureza do trabalho que desenvolviam como pelas retaliações que sofriam.

Conforme explica a autora, a partir do início da década de 1970, a repressão aos ‘inimigos da nação’ torna-se mais violenta e os padres alinhados a uma visão teológica que enfatizava a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, a conscientização sobre as desigualdades sociais e a promoção da justiça social passavam a ser enquadrados naquele grupo, uma vez que muitos - latifundiários, políticos locais, empresários com interesses locais – qualificava-os comunistas.

A autora cita o caso do Padre Comblim, de origem belga, como um episódio marcante deste período de confronto entre a Igreja e o regime ditatorial brasileiro. O religioso foi impedido de entrar no país após uma viagem ao exterior devido a uma carta que enviou ao Bispo de Crateús, no Ceará, contendo termos marxistas, justificativa que dissimulava a preocupação real de seus opositores preocupados em impedir o fortalecimento de movimentos de base e a defesa dos direitos trabalhistas. Após ele, também foram expulsos do país os padres

italianos Francisco Cavazzutti, ainda em 1972, e José Pedandola, no ano seguinte. E, em 1981, foram presos e sofreram ameaças de expulsão os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, acusados de terrorismo na região do Araguaia, por estimularem ali a organização dos trabalhadores rurais e a resistência aos avanços de funcionários do governo que pretendiam regularizar as terras da localidade.

D. Pedro Casaldáliga, Bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, não teve o mesmo destino dos outros religiosos provavelmente pela posição que ocupava, mas as tentativas de reverter tal situação não foram poucas nem menos violentas:

O sacerdote espanhol Dom Pedro Casaldáliga (...) defendia com veemência os direitos dos lavradores e índios à terra, o que lhe custou diversas ameaças de morte por parte de latifundiários de Mato Grosso, cinco processos de expulsão por parte do governo ditatorial e um atentado em que saiu ileso, pois a bala endereçada a ele tirou a vida do jesuíta João Bosco Burnier. Ele confirma a inseparável natureza da política e da religião na missão dos padres, quando diz: Se eu quero ser cristão e me importar com os problemas do povo, tenho que falar de política (TAVARES, 2011, p. 90).

Diante de todo esse contexto – que contou inclusive com a morte do primo do Arcebispo de Juiz de Fora, D. Geraldo Penido, o jesuíta João Bosco Burnier, alvejado por militares que o confundiram com o Bispo D. Pedro Casaldáliga, conforme citação anterior –, D. Marcos Barbosa decide recuperar as palavras publicadas pelo Dr. Delgado, em Pernambuco, dias antes, acerca do Padre Vito, fazendo ser veiculadas *ipsis litteris* no Rio de Janeiro, pois “o [seu] querido amigo disse tudo o que [ele] quisera dizer, bastando-[o] transcrevê-lo” (BARBOSA, 1980b, p. 1).

Peralta, leviano, hóspede ingrato, inexperiente são algumas das palavras usadas por Dr. Delgado, e canceladas por D. Marcos, para avaliar o comportamento do padre ao negar-se a realizar as já referidas missas nas festividades de comemoração pela independência do país e da cidade de Ribeirão. Acusa-o, ainda, de se utilizar de inverdades ao escrever ao Presidente da República “não negando o que escreveu, [e] envereda por outro caminho, querendo impingir a ideia de que era outra a independência que contestava: não a do Estado, mas a do povo; não a política, mas a econômica. A alegação não procede: não era a ‘independência do povo’ o que se pedia que ele celebrasse” (BARBOSA, 1980b, p. 2-3). Tais acusações, antes de julgadas à luz de estudos de doutrina católica, foram consideradas lamentáveis, ou usando as palavras escolhidas por Sobral: “de entristecer”, pois demonstravam que um monge de reconhecida cultura não havia percebido a gravidade da equiparação, pela Justiça e pela sociedade, de um missionário a qualquer estrangeiro leigo.

Questionou a definição de hóspede ingrato mostrando a incoerência dos predicados

atribuídos ao Padre Vito quando o próprio texto reconhecia no sacerdote a generosidade e o idealismo presentes ao abandonar sua terra natal para evangelizar pessoas que viviam em meio a sérios conflitos, numa região inóspita do Brasil. Espantava-se ainda mais ao ver um monge qualificar como estrangeiro a um padre missionário da Igreja Católica:

Não caio no ridículo de querer ensinar o Pai Nosso ao Vigário, mas, permita-me tirar de sua memória, onde estão depositadas, estas palavras do Nosso Senhor aos seus Apóstolos, pouco antes de acender aos Céus: 'Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a toda a criatura. O que crer e for batizado, será salvo; o que, porém, não crer, será condenado' (S. Marcos, cap 16, vv. 15 e 16). A Igreja do Padre Vito Miracapillo é Católica, isto é, Universal. Os Sacerdotes, onde quer que eles estejam, são discípulos de Jesus Cristo, da mesma forma como os Bispos representam os Apóstolos¹⁵⁵

Além do texto bíblico, pelo menos cinco estudiosos da doutrina católica foram chamados à carta munidos com duas ou três citações cada um deles para clarificar desde quando e de que maneira se tornou fundamental à Igreja tornar-se católica, isto é, ter a propriedade de se espalhar por toda a terra e de abraçar a humanidade inteira, de onde concluiu que se a Igreja é universal e o padre é da Igreja, ele também é universal.

Ou seja, Sobral pretendia deixar evidente que a questão acerca de tal equiparação ia muito além do simples desconhecimento acerca do significado da evangelização, ela significava a submissão daquilo que é particular à Igreja aos interesses circunstanciais do Estado, pois "qualificar de estrangeiro um missionário da Igreja é, não apenas desprezar a doutrina da Igreja, mas é, também, atentar contra o que há de mais substancial na Pastoral da Igreja de Jesus Cristo"¹⁵⁶.

Ter em mãos a carta destinada a Alceu, a cópia da que havia sido enviada no dia anterior a D. Marcos e a transcrição do artigo divulgado por este último é interessante por tornar possível entender o movimento intelectual de Sobral no sentido de divergir e de tecer ponto a ponto as bases de seus argumentos que culminam em apenas duas respostas possíveis ao seu interlocutor: ou o compromisso com uma reflexão mais elaborada sobre o assunto ou a declaração de manutenção de um orgulho patriótico que ratifica a ação do Estado, mesmo

¹⁵⁵ Trecho da carta escrita por Sobral Pinto destinada a D. Marcos Barbosa, em 19 de novembro de 1980, folha 5. Cópias deste documento foram anexadas a cartas distintas encaminhadas a Alceu Amoroso Lima e a Henrique José Hargreaves, ambas do dia 20 de novembro de 1980. Disponíveis no CAALL/ATA e no MAPRO.

¹⁵⁶ Trecho da carta escrita por Sobral Pinto destinada a D. Marcos Barbosa, em 19 de novembro de 1980, folha 7. Cópias deste documento foram anexadas a cartas distintas encaminhadas a Alceu Amoroso Lima e a Henrique José Hargreaves, ambas do dia 20 de novembro de 1980. Disponíveis no CAALL/ATA e no MAPRO.

reverberando negativamente sobre a igreja.

A mesma documentação é também interessante porque traz elementos que permitem compreender um pouco melhor as relações entre Alceu e Sobral. Isso porque torna compreensível aquilo que corriqueiramente poderia soar como desinteresse ou deslealdade – sentimentos passíveis de pôr fim à amizade mais profunda.

Conforme abordado no capítulo anterior desta Tese, não é raro encontrarmos marcas da leitura de Alceu nas cartas que lhes chegavam às mãos destinadas por Sobral. Bem verdade ser mais comuns palavras que demonstravam uma certa impaciência ou desagrado quanto ao lido, entretanto tais palavras não negam a capacidade de reconhecer a inteligência e a importância do advogado católico nos embates intelectuais a favor da Igreja, daí o efusivo ‘esplêndido’ após as linhas a D. Marcos. Essa discrepância entre avaliações não é a prova inquestionável de uma amizade dissimulada. Ao contrário, é o indício mais honesto acerca de uma amizade que tinha suas bases na admiração intelectual, reconhecimento da relevância social daquele sujeito e de suas qualidades mais raras. Disto, surge carinho, respeito, mas não necessariamente afinidade completa de opiniões e visão de mundo.

Sirinelli (2003), nesse sentido, chama a atenção para o fato de que a pertença a um grupo intelectual não significa a construção de laços afetivos e ideológicos equilibrados e equidistantes entre cada um. Na verdade, essa é uma construção complexa e única, influenciada pela forma como as conexões sociais e intelectuais vão estruturando as redes de sociabilidade ao longo do itinerário intelectual de cada um, mas de fundamental importância para uma compreensão que supere uma certa tendência a ver como pura estratégia percepções, atitudes e práticas que resultam do entrelaçamento de ideias, emoções e afetos.

Por exemplo, a lealdade emocional a determinados líderes ou correntes de pensamento pode influenciar as posições ideológicas adotadas pelos membros do grupo, criando um ambiente emocionalmente carregado que afeta as dinâmicas de poder e as interações sociais. Sim, a geração à qual os indivíduos pertencem pode influenciar significativamente a coesão e as dinâmicas internas de um microcosmo dentro de um grupo maior, como os intelectuais católicos. A geração à qual pertencem pode desempenhar um papel bastante importante na formação de identidades coletivas, na transmissão de valores e ideais compartilhados, e na construção de uma memória coletiva que molda as percepções e as práticas dos membros do grupo.

A pertença a uma determinada geração pode criar laços de solidariedade e identificação entre os indivíduos que compartilham experiências e referências comuns, como eventos históricos, movimentos sociais ou contextos culturais específicos. Esses elementos

compartilhados podem fortalecer a coesão do grupo e influenciar as perspectivas e as posições adotadas pelos seus membros em relação a questões ideológicas, políticas e sociais.

Além disso, as gerações podem ser marcadas por eventos fundadores ou traumáticos que moldam a visão de mundo e as práticas dos seus integrantes. A memória coletiva desses eventos pode servir como um ponto de referência comum que une os membros do grupo e influencia suas identidades e suas formas de atuação no interior do microcosmo.

Portanto, a geração à qual os indivíduos pertencem pode ser um fator determinante na coesão e na identidade de um microcosmo dentro de um grupo maior, pois influencia as experiências compartilhadas, as referências culturais e as memórias coletivas que moldam as relações e as práticas dos membros do grupo. A compreensão da influência da geração pode contribuir para uma análise mais aprofundada das dinâmicas internas e das interações sociais dentro do contexto dos intelectuais católicos e de outros grupos sociais.

Os fragmentos desse cartear preservados hoje permitem perceber um tipo de amizade bastante diferente. Ao escrever para Hargreaves, além de compartilhar a cópia da carta que enviou ao religioso, ele aproveita a oportunidade para uma conversa mais extensa. Expressa surpresa diante da atitude de católicos alemães e americanos que, através dos jornais, manifestam sua insatisfação com a manutenção de doutrinas tradicionais pela Igreja. As questões abordadas incluem a vida conjugal, a sexualidade, a indissolubilidade do matrimônio, a concepção de Maria, a infalibilidade do Papa e o papel da mulher no lar.

Outro aspecto que diferencia as cartas enviadas a Hargreaves das que são dirigidas a Alceu é o maior grau de intimidade e afinidade. Embora as despedidas em suas cartas a Alceu sejam repletas de elogios formais, com Hargreaves há uma troca mais calorosa. Ele estende suas palavras carinhosas à esposa e aos filhos do amigo e demonstra interesse genuíno pela vida deles, mostrando-se sempre disposto a ouvir e ajudar em eventuais problemas familiares. As dinâmicas dessas relações são notavelmente distintas.

3.2.3 Seria possível o batismo do marxismo? O combate ao progressismo

Após os cumprimentos iniciais, Hargreaves avisa: “vamos direto às suas cartas, a dirigida a mim; e à principal delas, a dirigida ao Padre Boff” (f. 1) e elenca doze pontos a discutir. Os pontos 1 ao 3 referem-se à carta endereçada a ele próprio. Os seguintes, à destinada a Boff.

No ponto 1, é possível perceber que os amigos estudam diferentes teólogos para compreender a posição chamada progressista católica. Nesta carta, Hargreaves agradece a citação incluída do teólogo Pedro Rodriguez Garcia, quem acredita ter adotado o método dialético marxista inconscientemente. Não a transcreve, mas expõe a conclusão a que chega a partir dela: “É curiosa a posição do ‘progressismo’: ao mesmo tempo que quer ser ‘realista’, no melhor sentido, perde absolutamente o senso da realidade. Ao afirmar que as fronteiras do Corpo Místico do Cristo, a Igreja visível, não coincidem com a sua expressão social”¹⁵⁷, se esquecem de que, conforme afirma Maritain (1972), com exceção da Virgem Maria, todos os membros da Igreja na Terra são pecadores.

Ao entender de Hargreaves, a exacerbação da distinção entre Igreja visível e Igreja invisível teria levado Boff a adotar uma posição empiriocriticista, base de todo materialismo marxista. Segundo ele, “é em nome desse empiriocriticismo que teólogos do mais alto gabarito, como padre Chenu, O. P., [endossavam], com o maior fervor, a necessidade de deixar de falar em “doutrina social da Igreja”, porque esta expressão [traía] o verdadeiro sentido do “ensino social da Igreja”, no dizer de Chenu, a expressão [então] preferida pelos últimos Papas, o que não [era] exato (1982a, p. 1). Aqui, o missivista fazia referência à obra *La doctrine sociale de l'Eglise comme ideologie*, de 1979, em coautoria com Yves Congar, que contém uma análise de todas as encíclicas sociais dos Papas.

A explicação para necessidade de substituição da expressão tradicional, de acordo com o missivista, viria do que chamou de “tara ideológica” que associa a expressão doutrina social da Igreja ao domínio temporal da Igreja. E completa citando Chenu: o progressismo tem como bandeira, neste particular, “não mais a doutrina social, ensinada em face de situações mutantes, mas considerar tais situações como o lugar teológico de um discernimento a ser considerado pela leitura dos sinais dos tempos” (CHENU, 1979, p. 80 *apud* HARGREAVES, 1982a, p. 1-2).

A colocação do missivista permite que se perceba uma transição significativa na forma como o progressismo, dentro de um contexto teológico cristão, aborda a relação entre a Igreja e o mundo contemporâneo. Tradicionalmente, a doutrina social da Igreja buscava responder aos desafios e às mudanças sociais a partir de princípios fixos e imutáveis, ensinados pela tradição eclesial. No entanto, o progressismo, conforme descrito, propõe uma nova abordagem: considerar as mudanças e situações contemporâneas não apenas como desafios externos a serem

¹⁵⁷ Rascunho de carta de Henrique J. Hargreaves destinada a Heráclito F. Sobral Pinto, 1982 (ano estimado), p. 1 Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique J. Hargreaves.

respondidos com a doutrina tradicional, mas como locais teológicos legítimos para o discernimento e a interpretação dos sinais dos tempos. Isso implicaria uma maior abertura e sensibilidade às realidades do mundo atual como meio de compreender e atuar no plano divino. Chenu (1967), em sua análise, destaca a importância crescente dessa abordagem no contexto do Concílio Vaticano II e nas reflexões teológicas que o seguiram. Ele observa como a expressão "sinais dos tempos" ganhou proeminência nos documentos conciliares e nos ensinamentos dos papas João XXIII e Paulo VI, refletindo uma conscientização de que a Igreja deve engajar-se ativamente com o mundo contemporâneo para discernir a ação de Deus na história. O teólogo e historiador argumenta que essa abordagem requer uma análise cuidadosa e crítica da realidade, tanto em seus aspectos sociológicos quanto teológicos, para evitar simplificações e generalizações que possam distorcer a compreensão da realidade complexa e dinâmica do mundo. Essa análise deve ser feita com uma consciência aguda da historicidade do homem e das circunstâncias em que ele vive, reconhecendo que o tempo e a história são coessenciais à vida humana e espiritual.

Nesse sentido, a expressão "sinais dos tempos" simboliza a necessidade de uma abordagem mais encarnada e histórica da teologia, que reconhece e se engaja com as realidades terrenas como parte integral da missão da Igreja. Essa abordagem implica uma compreensão profunda de que os acontecimentos e as mudanças no mundo são não apenas contextos externos para a ação da Igreja, mas também espaços onde a presença e a ação de Deus podem ser discernidas e onde o Evangelho encontra novas formas de expressão e realização.

A resistência de Hargreaves, compartilhada com Sobral, à interpretação dos progressistas amparados em Chenu sobre os "sinais dos tempos" reflete uma tensão entre uma visão que privilegia a constância, a universalidade e a intemporalidade dos ensinamentos da Igreja, e uma abordagem que enfatiza a necessidade de diálogo com o mundo contemporâneo, reconhecendo as mudanças sociais e culturais como espaços para o discernimento teológico. Essa tensão revela diferenças fundamentais de ênfase e abordagem dentro do catolicismo quanto ao modo de engajar-se com o mundo e interpretar a ação de Deus na história.

A tensão entre a interpretação tradicionalista dos amigos frente à abordagem progressista de Boff, que reflete a divisão dentro do catolicismo sobre como engajar-se com as mudanças do mundo moderno, encontra um paralelo interessante nas contribuições de Frei Tomas Cardonnel (1962) em sua crítica ao anticomunismo católico e Carlos Josaphat (2002) em relação ao marxismo e ao cristianismo.

Importante ressaltar que o anticomunismo, conforme Motta (2002) descreve, manifestou-se não apenas dentro da Igreja Católica, mas também como um fenômeno

abrangente que permeou diversos setores da sociedade, especialmente aqueles alinhados com ideais conservadores, reacionários e liberais. Esse sentimento anticomunista foi uma resposta direta à ascensão das esquerdas, variando em intensidade conforme as circunstâncias políticas de cada período. O autor, em outra publicação, salienta que o anticomunismo deve ser visto sob duas luzes: como um corpo doutrinário ou corrente de pensamento, que engloba um discurso e um imaginário próprios, e como um movimento político que mobiliza ações e militância de grupos organizados (MOTTA, 1999). Essa dualidade demonstra que o anticomunismo foi além de uma mera oposição ideológica, constituindo-se como uma força política ativa e organizada em várias frentes.

No contexto brasileiro, especificamente após a Revolução Russa de 1917, o anticomunismo já se fazia notar. Embora inicialmente os anarquistas fossem o foco principal das preocupações das autoridades e dos conservadores devido à sua maior força política e visibilidade, o cenário mudou com a Intentona de 1935. Este evento, liderado pelo Partido Comunista Brasileiro, foi percebido pelos militares e setores conservadores como um ato de traição e quebra da hierarquia, alimentando um imaginário anticomunista que se fortaleceu e persistiu ao longo das décadas.

Assim, esse anticomunismo não foi uma reação isolada ou exclusiva da Igreja Católica. Embora a Igreja tenha participado desse movimento, especialmente na América Latina, onde a teologia da libertação misturava elementos cristãos com marxistas, o anticomunismo se estendia por uma ampla gama de setores sociais. Esses incluíam o Estado, organizações civis e militares, e indivíduos que viam no comunismo uma ameaça ao status quo e à ordem social estabelecida. Cardonnel (1962), na sua crítica ao anticomunismo católico, argumenta que tanto o capitalismo quanto o comunismo são sistemas que falham em honrar os valores cristãos, levando a desigualdades e injustiças, destacando que "o cristianismo recusa tanto o comunismo quanto o capitalismo, pois compreende que ambos negam os valores cristãos e levam a desigualdades" (p. 19). Essa perspectiva amplia o debate sobre como os ensinamentos da Igreja devem ser aplicados e compreendidos em um mundo em constante transformação, desafiando a noção de uma doutrina imutável ao introduzir a necessidade de um diálogo contínuo com as realidades sociais e econômicas contemporâneas. Por outro lado, Josaphat (2002) promove uma integração do marxismo como ferramenta analítica, argumentando que, apesar de suas limitações, ele oferece caminhos para a compreensão das estruturas de poder e da opressão, propondo "um diálogo entre o cristianismo e o marxismo, enfatizando a valorização da história, do ser humano e do transcendente" (p. 27), o que sugere uma abordagem mais dinâmica e historicamente consciente dos ensinamentos cristãos, refletindo diretamente a necessidade expressa por Boff

de adaptar e expandir os horizontes teológicos para incluir novas interpretações e métodos na análise da ação de Deus na história. A convergência dessas perspectivas ilumina sua tentativa de reconciliar o marxismo com a teologia cristã, não como uma substituição de uma pela outra, mas como um enriquecimento mútuo. Boff parece seguir nesse sentido ao buscar uma revolução cristã que não só responda às injustiças sociais e econômicas, mas também que enriqueça a dimensão social do cristianismo, como visto em sua defesa de uma ação cristã que transcenda a passividade frente à opressão.

Ainda segundo aqueles autores, o principal objetivo da revolução cristã é engajar e enriquecer a sociedade por meio da aplicação do amor cristão, visando a melhoria de todas as estruturas que impactam a vida diária dos indivíduos na sociedade moderna. A visão do Reino de Deus, como pregada pelo cristianismo, abarca a integralidade da pessoa humana, tanto em sua esfera íntima quanto social, e é impulsionada por uma constante busca pela justiça. Assim, a missão da revolução cristã é promover uma mudança social significativa baseada nos princípios cristãos de amor, justiça e solidariedade.

Sobral e Hargreaves baseavam-se fortemente na filosofia e teologia de São Tomás de Aquino, que enfatiza uma metafísica de seres e essências imutáveis. Esta abordagem valoriza a continuidade e a estabilidade da doutrina sobre a mudança e o desenvolvimento, priorizando as verdades eternas da fé sobre as circunstâncias temporais. A leitura dos "sinais dos tempos" poderia ser vista como uma ameaça à perenidade e à imutabilidade das verdades teológicas, pois sugere uma atenção ao transitório e ao mutável, abrindo espaço, inclusive, para interpretações subjetivas da Revelação e da Tradição. Isso poderia levar a uma variedade de entendimentos doutrinários, ameaçando a unidade da fé católica com relativismo teológico. Acrescentando-se a isso, uma preocupação com o status quase revelatório ao qual os contextos históricos e culturais poderiam ser elevados.

É, então, com base nessas preocupações que Sobral escreve uma carta com 52 páginas a Leonardo Boff e compartilha-a com Hargreaves antes de dar a redação definitiva à epístola.

O advogado contava com a leitura atenta do amigo para avaliar se o texto correspondia às motivações que o levaram a escrever ao padre, sobre o qual lhe reconhecia talento, cultura e brilho intelectual. Suas expectativas foram alcançadas. Tanto que escreveu Hargreaves:

li as 52 páginas sem esforço; reli alguns trechos, refleti sobre suas partes e seu todo, para poder conscientemente dizer-lhe que quatro foram as impressões que ela me deixou: respeito piedoso (no sentido religioso do termo) para com o sacerdote; serenidade de quem está seguro da certeza do que expõe; adequação e propriedade insublinháveis dos textos colhidos nas fontes mais autorizadas do pensamento marxista; e, finalmente, o mais importante, a meu ver, em estudos como o seu, a

unidade expositiva em nenhum momento perdida. Ao invés de um bloco monolítico (...), o mosaico inteligente da análise, cujas peças se encaixam sem contorções no plano intransigente da fé, por isso mesmo, tranquilo e destemeroso (HARGREAVES, 1982a, p. 2).

Mais especificamente, tece muitos elogios ao domínio de Sobral acerca da literatura marxista, afirmando-se impressionado por ter, o amigo se mantido diante dela sempre seguro de que a fé é uma certeza e não uma pesquisa. Mas sugeria que lesse o livro *Igreja, carisma e poder*, de Boff, para compreender como o padre estaria atuando para a “destruição da Igreja como instituição” (HARGREAVES, 1982a, p. 3) e reserva aos pontos 10, 11 e 12 algumas considerações acerca de alguns pontos abertos à contra-argumentação de Boff em uma possível carta resposta.

Apesar de reconhecer a importância do exame de consciência proposto por Sobral a Boff, acreditava ser possível que o padre “certamente venha a julgar a você e a mim, católicos mal-informados sobre o que vai pela teologia dogmática, a moral e a disciplina da ‘nova Igreja’, para o ‘progressismo’, já em coexistência pacífica com a Igreja Eterna” (HARGREAVES, 1982a, p. 4). E mais, antevia a base teórica sobre a qual Boff iria construir a defesa da substituição do termo doutrina social da Igreja por ensino social da Igreja, Chenu (1979), transcrevendo, em tradução livre, o que este autor diz sobre a doutrina social da Igreja:

3.1 As palavras possuem história, sempre significativa; a leitura dos textos nos conduziu a observar o uso e as vicissitudes da expressão doutrina social (...) no sentido preciso e histórico que dela foi feito pelos Pontífices e o Magistério Ordinário, a partir de Leão XIII até as inovações de João XXIII;

3.2 A prova incontestável desse destino histórico é, depois de setenta anos de uso, a eliminação, implícita primeiro, em seguida intencional dessa expressão em documentos oficiais. Ainda frequentemente empregado em *Mater et Magistra* (1961), está ausente de *Pacem in Terris* (1963) e excluída da constituição conciliar *Gaudium et Spes* (1965);

3.3 [A expressão doutrina social] é cada vez mais contestada, particularmente inaceitável nas Igrejas do Terceiro Mundo, nas quais as categorias ocidentais não correspondem às situações econômicas e culturais locais” (CHENU, 1979, p. 87-88 *apud* HARGREAVES, 1982a, p. 4).

Sobre o que conclui ser importante ao amigo não cair no equívoco de pensar que essa mudança terminológica fosse apenas uma questão de substituição de palavras sem alteração no significado. Ainda fazendo referência a Chenu (1979), Hargreaves alertava para o fato de que, embora as expressões parecessem semelhantes na superfície, elas carregavam significados distintos. A utilização do termo ensino social do Evangelho colocava o foco diretamente no Evangelho. À primeira vista, isso poderia parecer uma mudança sutil, porém, essa nova formulação visava a uma liberação em relação ao Magistério Ordinário, especialmente no que

dizia respeito às questões sociais. Conforme expôs Chenu (1979), seria um equívoco tentar estabelecer uma prática social baseando-se em um ideal universalmente aplicável a todos, tal como afirmava propor a doutrina social católica ao consagrar uma certa estrutura hierárquica específica da ordem social, com a intenção de refletir a glória divina.

Entretanto, os apontamentos do amigo não foram bem recebidos por Sobral:

Sinceramente, não sei onde você encontrou elementos em minha carta de 11 deste para ver, nas apressadas e resumidas considerações sobre seu verdadeiro estudo do materialismo dialético de Marx, um suposto ‘completo fracasso de seu propósito’ de chamar a razão nosso padre Boff. Muito menos ainda para sentir a revelação de que você não conseguiu demonstrar através dos textos citados que o marxismo é absoluta negação da Revelação¹⁵⁸ (HARGREAVES, 1982b, p. 1).

Na verdade, Sobral não estava acostumado a ser criticado por Hargreaves. Normalmente, abundam elogios à capacidade de Sobral de argumentar de maneira franca e respeitosa. Para corrigir o efeito das palavras não esperadas pelo advogado, Hargreaves precisou explicar-se, quase pedindo desculpas e, dessa vez, diminuindo e sendo sarcástico em relação a Boff para exaltar o ego de Sobral e reforçando o desejo de ler a nova versão da carta a Boff:

Longe de pretender dissuadi-lo de enviar sua carta ao padre Boff, só o que fiz foi preveni-lo de que, se ele do alto de sua inatingível importância, se dignar dar-lhe uma resposta, vai certamente partir da acusação a você de ter-se atido a uma frase de sua obra ‘monumental’ para atirá-lo à incompreensão geral (...). Por isso é que lhe sugeri, se possível, estender-se um pouco mais sobre a citação-suporte de sua contestação (...). Continuo, como disse, aguardando o complemento de sua carta. Com a velha e inalterável amizade de sempre¹⁵⁹.

3.3 Na luta de Jacob com o Anjo: indícios sobre a intimidade

Por iniciativa de Hargreaves, a comunicação via cartas foi retomada um mês depois. Um dos motivos da demora, resolveu deixar registrado em papel mesmo após ter tido a

¹⁵⁸ Rascunho de carta de Henrique J. Hargreaves destinada a Heráclito F. Sobral Pinto, de 1982 (ano estimado), p. 1. Pelos ordem dos acontecimentos descritos na missiva, foi possível identificar que este rascunho é posterior ao referenciado na nota 157 e, pela coesão entre as mensagens, presumo que os rascunhos foram passados a limpo com pouca ou nenhuma alteração e, então, remetidos a Sobral Pinto.

¹⁵⁹ Segundo rascunho de carta redigida por Henrique J. Hargreaves destinada a Heráclito F. Sobral Pinto, de 1982 (ano presumido), p. 2. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique J. Hargreaves.

oportunidade de falar-lhe ao telefone algumas vezes nesse ínterim: uma virose deixou-o de cama por três dias, período em que foi acometido por uma febre que não cedia e uma forte dor de cabeça. O que mais aconteceu, preferiu deixar somente à lembrança do amigo com a frase “O resto você já viu...” (HARGREAVES, 1976, p. 1).

Se a Sobral bastava recorrer à memória recente para decifrar a frase do amigo, a mim ficaram reservados os papéis entre as cidades do Rio de Janeiro e Juiz de Fora, todos suficientemente organizados para permitir a leitura das mensagens de acordo com sua ordem cronológica. Por meio deles, pude perceber alguns indícios de que esse restante de coisas que Sobral já sabia qual era, na verdade significavam os problemas frequentemente enfrentados por Hargreaves e sua esposa, Dona Marina, com relação a Paulo, seu filho.

Justamente a partir de 1976, seu nome se tornou presença constante nas cartas escritas por Sobral com destino a Hargreaves, especialmente em suas últimas linhas, geralmente reservadas à despedida e recomendações aos familiares do interlocutor. O evento que marca o início de referências mais frequentes a Paulo foi o uso de uma expressão que remete à tradição judaico-cristã, mas, num primeiro momento, não me ficou explícita a conexão com problemas familiares:

Creia, Sobral, que, na ‘luta de Jacob com o Anjo’, que enfrento, sem tréguas, desde o final de 1973, pouca coisa me tem sido mais dura do que a interrupção de nossos encontros aí no Rio, para aquelas conversas calmas, sem uma palavra perdida, verdadeiras descidas no fundo dos problemas que nos afligem e hoje nos chegam a flagelar (HARGREAVES, 1976, p. 2).

Meu olhar tomou outra orientação após ter em mãos a resposta à tal carta, na qual escreveu Sobral (1976): “Hargreaves. A sua carta me trouxe um misto de alegria e de preocupação. A alegria, pelas boas notícias de que foi portadora, preocupação, pelos desacertos que ainda atravessam a sua vida tão trabalhosa” (p. 1), complementando o cenário ao afirmar ter confiança de que Paulo estivesse melhor e tivesse superado seus problemas.

Conectando essas informações, voltei à expressão “luta de Jacob com o Anjo” que encontra suas raízes no Livro de Gênesis. onde narra-se o episódio em que Jacob, após enviar sua família e posses através do rio Jaboque, fica sozinho e luta com um ser divino até o amanhecer. Essa história, rica em simbolismo, comumente envolve a ideia de um embate físico e espiritual entre o homem e o divino, simbolizando uma jornada de fé, desafio e eventual superação. É vista como uma metáfora da perseverança humana frente aos desafios impostos pela vida e a busca por um significado maior, frequentemente interpretada como uma alusão à luta pela identidade, bênção, e reconhecimento diante de Deus.

Silva (2015), entretanto, oferece uma interpretação mais profunda dessa expressão, ampliando sua aplicabilidade e relevância no contexto em que Hargreaves a usou. A autora sugere que a luta de Jacob com o Anjo pode ser entendida como uma representação da luta interna do ser humano em busca de autoconhecimento, de enfrentamento com sua própria consciência, e da tentativa de compreender os mistérios da própria existência. Esta leitura é particularmente pertinente quando consideramos os desafios enfrentados por indivíduos em circunstâncias extraordinariamente difíceis, como é o caso de Hargreaves, um homem em busca de compreensão acerca dos problemas enfrentados pelo filho e, por conseguinte, por ele próprio. Dessa forma, Silva (2015) ajuda a contextualizar essa luta não apenas como uma batalha contra uma entidade externa, mas como um confronto íntimo, no qual o próprio ser é desafiado a compreender e aceitar a dor, a vulnerabilidade, e a busca por redenção ou entendimento. A necessidade de Hargreaves de enfrentar o "peso" de ser pai sob tais circunstâncias espelha a busca por respostas, por sentido, e pela própria identidade frente aos desafios impostos pela vida, de maneira semelhante à busca de Jacob por sua bênção e transformação após a luta.

Informações mais detalhadas acerca dos desafios enfrentados por Hargreaves frente aos filhos foram, em seguida, localizadas na obra de Azzi e Pereira (2003). Entre as páginas 483 e 484 os autores revelam Paulo nasceu poucos meses antes de sua irmã Regina, então com três anos, ser acometida pela poliomielite, o que resultou em paralisia e demandou atenção intensa dos pais. Por causa disso, Paulo passou seus primeiros anos vivendo com uma de suas tias. Ao final de 1942, quando a família decidiu se mudar da chácara onde moravam, seus pais, Henrique e Marina, tentaram reintegrá-lo ao lar. No entanto, Paulo, que já tinha cerca de seis anos, encontrou dificuldades para se adaptar ao novo ambiente familiar e preferiu continuar sob os cuidados dos tios. Esse desajuste inicial teve efeitos duradouros em sua vida, refletindo-se em constantes mudanças de emprego durante a fase adulta. Depois de casar-se, fixou residência em Belo Horizonte. Com o passar dos anos, Paulo enfrentou problemas com o consumo excessivo de álcool, o que causou grande preocupação em sua família.

Em correspondência com o bispo D. Geraldo Penido, Hargreaves compartilhava sua angústia sobre esse desafio, concluindo uma carta em 27 de junho de 1977 com um pedido:

Reze sempre, por este seu pobre e sincero amigo, bem como por todos os meus, principalmente pelo Paulo. Graças a Deus, Dom Geraldo, temos tido pequena trégua aqui em casa. Regina continua fiel ao "Estigma de Cristo", com que foi agraciada. Há mais de quarenta anos fixada naquela paralisia, sem que jamais seu doce sorriso nos falte, como estímulo e sustentação na fé. Devemos muito a ela. Toda a família, talvez sem saber, lhe deve o que jamais lhe poderá retribuir.
Paulo ... só pessoalmente. Mas tem-se esforçado bastante para nos aliviar um pouco. É pena, pois julgo-o excelentemente dotado por Deus. Inteligente. Humilde.

Trabalhador. Requisitado por inúmeras empresas do ramo de sua especialidade. Tão capaz, que prefere trabalhar autonomamente e vai bem, até o momento crucial de seus ciclos, que V. Excia sabe quanto nos fazem sofrer. Ainda neste caso, só nos resta a Marina e a mim "guardar tudo no silêncio de nosso coração", pois sabemos que o "símbolo do sacramento do matrimônio é o do amor do Cristo à Igreja Na Cruz". Por que se relembra tão raramente isso aos casais jovens, na hora festiva dos casamentos, cada vez mais pomposos e mais vazios?¹⁶⁰

A intimidade esteve muito bem preservada, especialmente a de Sobral que raríssimas vezes fez alguma referência a situações particulares relacionadas à própria família. Isso não indica, entretanto, que não falasse sobre o que ocorria no interior de seu lar. Na verdade, o que havia era uma divisão bem-feita entre aquilo que estaria, um dia, permitido à leitura de outros e o que não estaria, tanto que, certamente por descuido do detentor primeiro da correspondência arquivada, acabou entre os papéis da década de 1970, um envelope onde se pode ler a indicação “queimar” escrita a caneta por Hargreaves e, dentro dele, diversas cópias de cartas redigidas por Sobral acerca de Ruth, sua filha, quando esta declarou que se casaria com Wilson Salazar, um homem de matrimônio recém diluído. Nada sobre isso foi dito em nenhuma outra carta, e um único sinal de que ambos enfrentavam reveses familiares foi revelado tempos depois quando Hargreaves, ao contar que Paulo recaiu novamente e preferiu se isolar durante o Natal, lembrou-se de um amigo em comum já falecido que

Muitas vezes, ele me repetia: 'enfim, todos nós não passamos de pecadores banais no misterioso Plano da Providência. Não sei se os transe por ele vividos, quando me dizia essa verdade tão simples, ou, se porque também tive e tenho pessoalmente motivos de sobra para esse ato de humildade – o fato é que sempre concluo que Paulo, Alberto, Ruth, Eu, Você, todos temos nossa função, todos somos providenciais, somos pedras vivas nos tortuosos caminhos de Deus (...). Os pagãos dizem a mesma coisa sob muitas outras formas, sem que, entretanto, nenhuma delas atinja a profundidade daquela empregada por Ghandi e que lhe confiei no nosso último encontro, no dia 20 de outubro do ano passado: ‘a gota d’água imersa no Oceano, nunca mais conhece sossego’ (HARGREAVES, 1978, p. 2).

A indicação para "queimar" algumas dessas correspondências revela uma intenção clara de preservar a privacidade e o decoro, reconhecendo que certos aspectos da vida pessoal eram considerados demasiado sensíveis para serem preservados para a posteridade. Esta prática sugere uma compreensão da correspondência não apenas como um meio de comunicação, mas também como um depósito de confidências que, se reveladas, poderiam causar dor ou embaraço. A decisão de destruir tais documentos reflete a tensão entre a permanência da memória e o esquecimento deliberado, uma área "obscura" onde o que é privado e proibido se

¹⁶⁰ Carta citada por Azzi e Pereira (2003). Segundo os autores, está disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

retira dos olhos do público e da história.

Esses fragmentos da vida privada, quando sobrevivem—seja como cartas esquecidas ou mencionadas apenas brevemente em outros contextos—oferecem pistas valiosas sobre as normas sociais, as relações interpessoais e os dilemas morais da época. Eles podem ser cotejados com estudos mais amplos, como os desenvolvidos por Azzi, que exploram as nuances dessas relações pessoais em contextos históricos específicos. Através desse cotejamento, pode-se formar uma imagem mais completa não só dos eventos históricos, mas também das respostas humanas a esses eventos.

Para o historiador, portanto, o desafio é duplo. Primeiramente, deve-se decidir até que ponto é ético revelar essas informações sensíveis. A responsabilidade de manejar com respeito e cuidado os segredos de pessoas que não estão mais presentes para oferecer seu consentimento é uma ponderação constante. Em segundo lugar, existe o desafio interpretativo de entender essas fontes dentro de seus contextos apropriados, evitando projeções anacrônicas de valores ou normas contemporâneas sobre situações e decisões do passado.

Sobre Alberto, um dos filhos de Sobral, as poucas referências encontradas estão na obra de Scalercio (2014), que descreve as rígidas regras impostas aos filhos. A narrativa em torno de Alberto se entrelaça sutilmente com os temas de controle e expectativa, aspectos também refletidos nas tensões e dilemas revelados nas cartas pessoais previamente discutidas. Esse contexto familiar estrito pode oferecer uma nova perspectiva sobre as normas sociais e pessoais da época, assim como as pressões que moldavam as relações dentro da família Sobral.

Quanto a Ruth, uma das filhas do advogado e intelectual católico, há informações reveladoras sobre seu papel na redação da antiga Lei nº 6.515/1977, mais conhecida como a Lei do Divórcio. Esta legislação foi pioneira ao possibilitar a conversão do desquite em divórcio, permitindo que o vínculo matrimonial fosse completamente dissolvido, uma mudança significativa nas normas sociais e legais da época. Sobral deixou patente sua discordância em relação à legalização do divórcio e à equiparação dos direitos entre filhos legítimos e ilegítimos através de gestos e declarações que refletiam não só uma convicção pessoal, mas uma aliança ideológica com os princípios defendidos pela Igreja Católica. Ao abandonar a V Conferência Nacional dos Advogados, em 1974, deixou claro aos presentes e, posteriormente, à imprensa que seu gesto era decorrente do repúdio às discussões que considerava um grave ataque à família cristã e, ainda, o declínio moral da sociedade refletido na desestruturação familiar (SCALERCIO, 2014).

Sua argumentação, ancorada na crença na santidade do casamento e na proteção diferenciada aos filhos dentro deste arranjo, espelhava a doutrina da Igreja Católica. Para a

Igreja, o casamento é um sacramento indissolúvel, um compromisso perante Deus que não pode ser desfeito pelo homem, e o divórcio contradiz esse princípio fundamental, dessa forma, o posicionamento do advogado refletia uma aderência não só à letra, mas ao espírito dos ensinamentos da Igreja Católica. Daí, é possível imaginar o impacto da descoberta de que sua própria filha havia contribuído como redatora da Lei do Divórcio. Deve ter sido, para Sobral, um momento de profundas contradições emocionais. Por um lado, o orgulho pela realização profissional da filha em uma área que ele mesmo dominava e valorizava. Por outro, um possível sentimento de traição ou desalento ao ver um membro tão próximo de sua família apoiar uma causa execrada por ele.

A par da influência que o pequeno círculo de amigos eleitos por Sobral como os mais íntimos teve sobre processos de amadurecimento de ideias e consolidação de conceitos, o capítulo seguinte tratará da forma como essas ideias e conceitos chegavam ao público final, ou seja, a juventude católica.

4 EM FAVOR DE “MINHA AÇÃO EDUCADORA DA JUVENTUDE”: EM DEFESA DA CULTURA CATÓLICA

Neste capítulo, são abordadas as intrincadas relações e discussões desenvolvidas entre Sobral, Hargreaves e Alceu ao delinearem temáticas que se converteriam em uma "aula" destinada à juventude universitária. Essa aula tinha como objetivo não apenas educar, mas também moldar os futuros profissionais, especialmente advogados, incutindo valores que ressoavam profundamente com a preocupação comunitária e a responsabilidade social. Visa, assim, explorar como essas interações entre os pensadores refletem um esforço coletivo para influenciar e orientar os jovens, abordando as implicações mais amplas desses diálogos na formação de uma consciência social e ética entre os estudantes universitários. Mais do que uma simples transmissão de conhecimento, a "aula" proposta visava ser um catalisador para reflexão e ação dentro da camada jovem da sociedade.

Aqui também serão retomadas as cartas relacionadas a Boff, revelando preocupações específicas sobre as habilidades de oratória dele e o impacto potencial de suas palavras sobre a juventude. Essa correspondência, que inicialmente se deu em 1980, demonstra uma latência na percepção de Hargreaves acerca da influência crescente de Boff, talvez refletindo o tempo necessário para que novas ideologias, como a teologia da libertação, comessem realmente a desafiar e a moldar as mentalidades existentes. A análise desse *delay* nos oferece uma janela para compreender como as mudanças de paradigmas sociais e religiosos levam tempo para se consolidar, especialmente em uma era marcada por transformações sociais e debates intensos sobre o papel das mulheres na sociedade e a estrutura das comunidades cristãs.

4.1 Um atentado contra a voz em defesa da universidade católica

Ainda no mês de fevereiro de 1980, é possível localizar uma série de notas publicadas na imprensa local para a divulgação de aulas inaugurais que ocorreriam em diferentes instituições de ensino da região como, por exemplo, a do professor Francisco Gomes de Mattos, que falaria aos estudantes da Uerj, em 5 de março; do Ministro da Aeronáutica Brigadeiro Delio Jardim de Mattos, aos estudantes da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica, em 10 de março; ou a do Ministro da Educação Eduardo Portella, aos do então chamado Conjunto

Cândido Mendes, em 13 de março. Nenhuma delas, entretanto, contaria com tanta repercussão quanto a proferida pelo professor Sobral Pinto, na PUC-Rio, no dia 12 de março de 1980.

As aulas inaugurais, como o termo indica, são aulas, geralmente no formato conferência, que marcam o início das atividades acadêmicas de um curso ou de uma instituição. Também chamadas Aulas Magnas, passa a designar explicitamente o valor “de grande importância”, isso porque, mesmo não tendo relação direta com o currículo formal, aborda temas que costumam expressar a essência do curso ou da instituição como um todo. Isso posto, seguimos à uma reconstrução aproximada do local e do contexto no qual Sobral se apresentou aos ouvintes.

A PUC vinha enfrentando protestos dos alunos contra o aumento das anuidades. Reflexo da grave crise financeira instaurada, segundo seu Reitor, Padre MacDowell, pela progressiva redução das subvenções do Governo que “atinge todas as universidades católicas”, e agravada pela “defasagem entre o reajuste das anuidades” cobradas aos estudantes “e o dos salários” pagos aos funcionários (CRISE, 1980, p. 19). Talvez por isso, o evento, que contou com missa celebrada pelo Cardeal Dom Eugênio Sales seguida da aula proferida por Sobral, tenha sido acompanhado por representantes da imprensa dos maiores jornais do Rio, São Paulo, Porto Alegre, Bahia e Recife, conforme o advogado e professor contou em carta¹⁶¹, e por um bom número de estudantes (Figura 10). Talvez haja lá, também, uma certa conexão com a temática da aula apresentada: a “infiltração, funesta e sombria, do marxismo no seio da doutrina de nossa tão amada e santa Igreja”¹⁶².

¹⁶¹ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida Henrique J. Hargreaves, de 06 de maio de 1980. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

¹⁶² Cópia de carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida Dom Paulo Evaristo, Cardeal Arns, Arcebispo de São Paulo, de 09 de junho de 1980. O referido documento foi copiado e anexado por seu autor à missiva destinada a Henrique J. Hargreaves. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

Figura 10 – Sobral fala à comunidade universitária



Foto de Rogério Reis, em *Jornal do Brasil*, 13 mar. 1980.

De toda maneira, Dom Eugênio Sales se encarregou de agradecer a Sobral pessoalmente a quem disse “que (...) não podia imaginar a extensão e a profundidade do serviço excelente que [prestou] não só à PUC, mas também, à Igreja do Brasil” (SOBRAL, 1980, p. 2). Sua atuação, inclusive, foi capa de importantes periódicos – conforme previu ao escrever a Hargreaves sobre o evento – estampando as capas do *Estado de São Paulo*, com matéria intitulada *Denúncia insuspeita*, em 16 de março, e do *Jornal do Brasil*, com Sobral Pinto na PUC adverte para perigo marxista, em 13 de março.

Houve repercussão positiva também entre os universitários. Informação esta apreendida na carta-retorno que Sobral escreveu a Claudio Raja Gabaglia Lins, hoje Embaixador do Brasil nas Bahamas, à época um jovem de 19 anos de idade, estudante de Direito, com quem tinha certa aproximação, conforme sugerem o vocativo, no topo da carta, reduzido a simples “Cláudio.”, abrindo-a com “meu cordial abraço, com votos de saúde, paz e amor à verdade, que dá sentido, alegria e quietude à nossa vida”; e a forma como encerra a missiva: “Cordialmente, seu amigo e admirador, gratíssimo, Sobral”¹⁶³. Pode-se inferir, ainda, uma relação de amizade entre eles quase paternal quando, “abusando da autoridade que a idade [lhe] dá”¹⁶⁴, adverte o rapaz acerca da opinião formulada ao escrever carta ao JB acerca do Padre Anchieta. Assunto sobre o qual afirma não se alongar por falta de tempo, deixando supor que em algum outro momento tratariam do assunto, pessoalmente ou por papeis. Já sobre as

¹⁶³ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Claudio Raja Gabaglia Lins, de 25 de março de 1980, p. 1. Disponível em BN/Arquivo Claudio Raja Gabaglia Lins.

¹⁶⁴ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Claudio Raja Gabaglia Lins, de 25 de março de 1980, p. 3. Disponível em BN/Arquivo Claudio Raja Gabaglia Lins.

palavras do jovem amigo sobre a Aula Magna na PUC, afirmou que lhe deram

mais do que alegria, [suas palavras são] uma recompensa de valor inestimável. A manifestação de um jovem de sua categoria, pelo talento, instrução e sinceridade, dá-me a impressão de que é a sua geração que está falando, o que, além de prêmio, é estímulo para os dias do futuro, que podem ser longos ou breves, conforme a vontade de Deus e da sua Providência¹⁶⁵.

Mas nem só de elogios e encorajadora adesão vivem os intelectuais. Há, em alguns casos até em maior volume, as críticas negativas, as contestações e até o descrédito. Todos esses, ataques centrados no campo intelectual. Entretanto, uma bomba real e de grande poder de destruição ameaçou sua segurança por insatisfação ou oportunismo. A motivação não podia ser definida com exatidão, uma vez não ter sido identificada a autoria do atentado. O fato, como seria de se esperar, gerou comoção e passou a integrar o rol dos atentados que ocorriam naquele ano, sob responsabilidade da extrema-direita, conforme noticiavam os jornais da época, baseados em denúncias.

O advogado Dalmo Dallari, representante da Comissão Justiça e Paz, braço da Cúria Metropolitana de São Paulo voltado para a defesa dos direitos humanos, foi sequestrado e espancado um dia antes de se encontrar com o Papa, em visita ao Brasil, durante missa no Campo de Marte. Outras vítimas de coerção foram os também advogados e sócios Luiz Eduardo Greenhalgh e Airton Soares. Greenhalgh teve a fachada de seu escritório metralhada e Soares, então deputado pelo PT-SP, recebeu uma carta-bomba. Todos eles se destacavam na luta em defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana¹⁶⁶.

Entre os dias 27 e 28 de agosto, bombas explodiram no Conselho Federal da OAB, no gabinete do vereador Antonio Carlos de Carvalho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e na redação do jornal *Tribuna Operária* deixando vítimas fatais. Sofreram ameaças de explosão de bomba o Serviço Nacional de Teatro, o Banco do Comércio, a sede do jornal *Hora do Povo* e o prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). E mais uma carta-bomba foi desativada, sendo esta no gabinete do superintendente da Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), general Gláucio Carvalho. E os atos de intimidação espalharam-se para além das instituições e personalidades destacadas, tendo como exemplo o ocorrido com os jornaleiros da cidade de Curitiba, ameaçados por documento

¹⁶⁵ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Claudio Raja Gabaglia Lins, de 25 de março de 1980, p. 2. Disponível em BN/Arquivo Claudio Raja Gabaglia Lins.

¹⁶⁶ Para conhecer as trajetórias de Dalmo Dallari, Luiz Eduardo Greenhalgh e Airton Soares, ver, respectivamente, Freixo e Ristof (2010), Montenegro e Motta (2010) e Vieira e Mittelman (2010).

anônimo exigindo a interrupção das vendas de jornais específicos, selecionados por divulgavam “ideias comunistas contrárias à moral e aos desejos do povo brasileiro” sob pena de serem tomadas “medidas drásticas” contra eles, conforme denúncia prestada ao Comitê Brasileiro de Anistia daquela cidade (JORNALEIROS, 1980, p. A-12).

Ainda assim, fato é que nesse período houve a irrupção de uma série de eventos de mesmo tipo, intimamente ligados à forma como se deu o processo de transição da ditadura civil-militar para um regime democrático entre os anos de 1974 e 1985. Segundo D’Araújo, Soares e Castro (1995), o projeto de distensão iniciado pelo governo não visava à democratização do país, mas à institucionalização de um sistema político mais liberal com algumas liberdades civis mínimas, mantendo o controle militar. Esse projeto tornou-se um processo moldado por várias forças sociais e políticas, incluindo os militares, e adquiriu uma dinâmica inesperada, diante da dúvida se haveria de fato a abertura da ditadura. Nesse contexto, grupos de extrema-direita, contrários à abertura executaram atentados por todo o Brasil, buscando desestabilizar o governo militar moderado, intimidar a oposição e criar medo na sociedade. Esses atos, muitas vezes confundidos com ações dos órgãos de repressão do Estado, incluíam bombas, sequestros e agressões, e, conforme aponta Chirio (2012), visavam principalmente jornalistas, o clero progressista e defensores dos direitos humanos.

Na verdade, era sabido que Sobral estava, e quase sempre esteve, sob vigilância de seus opositores, conforme indica Scalercio (2014) ao tratar da rotina do advogado e daqueles que passavam a trabalhar com ele em seu escritório:

Rumores ameaçadores podiam ser propositalmente espalhados, os advogados e estagiários, mesmo aqueles que não cuidavam especificamente de crimes políticos, tornaram-se pessoas visadas e vigiadas; todos os telefones eram grampeados. Estar associado a Sobral era sem dúvida uma honra, mas não deixava de representar certos riscos (p. 291-292).

Informação que o autor complementa com a reprodução, na íntegra, de documentos¹⁶⁷ como o resumo elaborado pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social, braço da repressão da ditadura de Vargas, no qual reunia informações de elementos tachados comunistas, tais como endereços, rotinas e ligações com elementos e espaços considerados subversivos. Nesse resumo, além de Sobral, aparecem os nomes de Graciliano Ramos, que “frequenta diariamente a redação da revista *Diretrizes*”; Humberto Baena de Mores Rego, “assíduo

¹⁶⁷ Os documentos citados, de acordo com Scalercio (2014), estão sob responsabilidade do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), com exceção do plano para assassinar o advogado, que está no Arquivo Nacional.

frequentador das residências de seus parentes (...), condenado pelo TSM como um dos cabeças do movimento comunista do 3º RI (...), em liberdade condicional e mantém contato com” outros sujeitos observados; e Fernando de Lacerda, “líder do PCB, ex-delegado de um dos congressos do PC, em Moscou (...). Parece estar no Prata, orientando a campanha que sutilmente vem sendo desenvolvida no Brasil” (p. 318). Além desse, destaco o plano de assassinar o advogado, registrado no papel timbrado do TSN, durante o Estado Novo, e a ficha preenchida pela Divisão de Informações do DOPS reunindo informação que o caracterizariam comunista.

Por esse motivo, após se ver diante da ameaça real de uma bomba, escreveu a Cláudio:

É a primeira vez que, no curso de minha longa vida, a ameaça se transforma em realidade. Até hoje, em diferentes épocas de minha vida, recebi raivosos telefonemas formulando ameaças entre injúrias e insultos. Nunca passaram, entretanto, das palavras à ação. Agora, porém, deliberaram transformar em ato aquilo que, desde dias antes, constituía apenas palavras¹⁶⁸.

Mas nem quando escreveu a Cláudio nem quando a Hargreaves, o advogado demonstrou-se abalado pelo atentado. Inclusive a este último escreveu no dia seguinte ao ocorrido para contar-lhe sobre a “estranha tentativa de atentado”, uma vez ter sido alertado pelo próprio terrorista, via telefone, acerca da bomba deixada embaixo de um sofá, no corredor de acesso ao escritório. Sobral recusou-se a sair. Ficou ali sozinho até que a polícia, com a ajuda de técnicos, desarmou o explosivo que tinha grande poder explosivo e seria detonado às 18h. E, apesar de dizer que não tinha ideia de quem poderia ter feito isso, conta ter recebido a visita do Cardeal Dom Eugênio Sales, “que não exclui, entre as suas cogitações, que esta tentativa esteja vinculada às minhas palavras na PUC”¹⁶⁹.

4.1.1 E os amigos, o que dizem? Em busca de adesões

Após tamanha repercussão, Sobral esperava ainda pela opinião dos amigos. Cerca de dois meses haviam se passado sem receber uma nota sequer de Hargreaves ou de Alceu. Por isso, decidiu escrever novamente ao amigo de Juiz de Fora, compartilhando pela segunda vez

¹⁶⁸ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Claudio Raja Gabaglia Lins, de 25 de março de 1980, p. 1. Disponível em BN/Arquivo Claudio Raja Gabaglia Lins.

¹⁶⁹ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique J. Hargreaves, de 14 de março de 1980, p. 2. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

o conteúdo completo da Aula Magna na PUC-Rio, mas não sem antes externar o estranhamento pelo tempo sem notícias: "Estou preocupadíssimo com o seu silêncio. Na última carta de você, que me chegou às mãos, falava-me de sua má saúde, que lhe não permitia escrever aquilo que tumultuava no seu coração e no seu espírito"¹⁷⁰.

Hargreaves vinha sofrendo dos males causados pelo stress de sua saída da Mineira, após 26 anos de trabalho, e passara dias acamado. Nesse processo de desligamento que se prolongou por meses, já havia perdido o acesso a periódicos variados, pois a CEMIG teria cancelado suas assinaturas. Perderia ainda a secretaria, mais um obstáculo na manutenção do fluxo de correspondência entre eles, uma vez que o filósofo juizforano possuía uma "letra ilegível"¹⁷¹ e seu embate pessoal com a máquina de escrever estava longe de ser concluído com êxito. Por isso, avisou: os contatos se darão principalmente via telefone. No entanto, o serviço de telefonia da época não era dos melhores e o cursivo de Hargreaves, uma "flagelação", então, por necessidade – a Sobral ou aos leitores futuros – decidiu sujeitar as cartas à sua "datilografia incipiente"¹⁷².

Ainda sem saber da situação em que se encontrava Hargreaves, Sobral perguntou-lhe se havia lido o editorial d'*O Estado de São Paulo*, questionando-o por não lhe destinar qualquer palavra acerca do que foi publicado e queixando-se pela imobilidade de Alceu acerca da Aula Magna. Para garantir que se informe devidamente, compartilha cópias do editorial, da aula publicada na *Revista do Clero*, além das manifestações por escrito da Federação de Trabalhadores Cristãos do Estado de São Paulo, de Dom Eugênio Sales e de Dom Paulo Evaristo, Cardeal Arns.

Em resposta, Hargreaves lembra já conhecer o conteúdo da Aula Magna, assim como sobre o encontro entre Sobral e D. Sales após o atentado e da carta de apoio deste pela aula, pois haviam conversado ao telefone, uma vez que a estafa o impedia de se concentrar até mesmo para escrever uma carta. Ainda assim, faz questão de ressaltar, agora por escrito, que a remessa de maio, ou seja, a carta acompanhada dos anexos, o

tocou profundamente em dois sentidos: primeiro, o da estupenda repercussão de sua aula magna sobre a infiltração comunista no clero e nas Universidades Católicas; segundo, por constatar mais uma vez que, em muita coisa, nosso Corção tinha razão,

¹⁷⁰ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique J. Hargreaves, de 06 de maio de 1980, p. 1. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

¹⁷¹ Cópia carbonada de carta de Henrique J. Hargreaves destinada a Heráclito F. Sobral Pinto, de 09 de maio de 1980, p. 1. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

¹⁷² Cópia carbonada de carta de Henrique J. Hargreaves destinada a Heráclito F. Sobral Pinto, de 04 de março de 1980, p. 4. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

são contrastantes a carta de D. Eugênio Sales e o telegrama de D. Paulo Arns¹⁷³.

Ao se referir a Corção, provavelmente, fazia ali um *mea culpa*, o que não significava, entretanto, adesão completa ao que o falecido intelectual defendia. Creio que viesse à sua mente os alertas acerca das díspares interpretações acerca da Doutrina Social da Igreja, um certo prenúncio sobre os perigos do predomínio do social sobre o espiritual que acabaria por instituir várias Igrejas dentro de uma só. Pois, enquanto o Arcebispo do Rio de Janeiro Cardeal D. Sales classificou como “esplêndidas”¹⁷⁴ as palavras proferidas por Sobral na PUC-Rio, o telegrama do Arcebispo de São Paulo Cardeal D. Arns, para além da solidariedade prestada por ocasião do atentado sofrido pelo “prezado amigo”, dispôs-se a chamar atenção para a “exploração por alguns órgãos da imprensa paulista acerca de sua declaração sobre o marxismo e a Igreja, prejudicando o trabalho evangélico a favor dos pobres”¹⁷⁵.

Quanto ao silêncio do Alceu, advertia,

suas últimas atitudes falam por si. A visão que ele tem do Episcopado Brasileiro está publicada em entrevista concedida à revista *Banas*, edição de 19 de abril de 1976, e que eu tenho sobre minha mesa: 'Dentro dela (Igreja) há uma gama política extremamente positiva, que considero como a liberdade dentro da verdade: temos um homem de extrema direita, como o bispo do Rio Grande do Sul; um de meia direita, como o Cardeal do Rio de Janeiro; um de centro, o cardeal da Bahia; e um de meia esquerda, de São Paulo. Aliás, Dom Evaristo Arns é o representante típico do que deve ser um homem da Igreja envolto nos problemas contemporâneos – em minha opinião. Este pluralismo de posições reflete um perfeito silogismo de funções da Igreja: se espiritual, comporta também a função moral e principalmente a social’¹⁷⁶.

Para, então, dar sua opinião acerca do Arcebispo de São Paulo:

Os últimos episódios de São Paulo são fruto da "Teologia da Libertação". D. Paulo está apenas coerente com a sua posição. A mim, porém, me permito resumir tudo o que se passou no ABC da seguinte maneira: de um lado, erros palmares, infantis do Governo; de outro, a imprudência de adolescente de D. Paulo e seus sufragâneos. D. Paulo apresentando à massa a esposa do Lula é de um teatralismo provocador e de

¹⁷³ Cópia carbonada de carta de Henrique J. Hargreaves destinada a Heráclito F. Sobral Pinto, de 09 de maio de 1980, p. 1. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

¹⁷⁴ Cópia xerográfica de carta de D. Eugênio de Araújo, Cardeal Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro, p. 1. O documento foi copiado e anexado por Sobral Pinto à missiva remetida a Henrique J. Hargreaves. Disponível em MAPRO/ Arquivo Henrique José Hargreaves.

¹⁷⁵ Cópia de telegrama assinado por D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns, Arcebispo de São Paulo a Heráclito F. Sobral Pinto, de 15 de março de 1980. O documento foi copiado e anexado por Sobral Pinto à missiva remetida a Henrique J. Hargreaves. Disponível em MAPRO/ Arquivo Henrique José Hargreaves. Texto adaptado ao estilo corrente tendo em vista ser o original texto telegráfico.

¹⁷⁶ Cópia carbonada de carta de Henrique J. Hargreaves destinada a Heráclito F. Sobral Pinto, de 09 de maio de 1980, p. 2. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

péssimo gosto¹⁷⁷.

No mês subsequente, Sobral enviou uma resposta ao telegrama de Arns, expressa em extensa carta. Para além das dez páginas que possuí, salta aos olhos a marca da formalidade expressa logo na primeira linha do manuscrito, tratando-o "Eminentíssimo e Reverendíssimo, Dom Paulo Evaristo, Cardeal Arns", foi o primeiro sinal da gravidade do que viria adiante e da distância imposta pelo remetente ao interlocutor. Numa leitura livre, poderia se ter a impressão de que ao utilizar "Eminentíssimo e Reverendíssimo", Sobral estaria apenas demonstrando o respeito que tanto cobrou de Corção ao se dirigir a um membro da hierarquia. Porém, é preciso lembrar que esta foi a devolutiva a um telegrama no qual D. Arns chamou-o "prezado amigo", despedindo-se com "saudações cordiais".

Em sua resposta, Sobral não só prezou por se isentar de qualquer vinculação que pudessem atribuir entre a Aula Magna de março e os problemas enfrentados pelo Cardeal com a mídia de São Paulo em torno da evangelização dos pobres na Arquidiocese de São Paulo. Faz questão de demonstrar o apoio que teve de seu Bispo, o Cardeal Sales, e da Federação dos Trabalhadores Cristãos do Estado de São Paulo ao tratar "da infiltração, funesta e sombria, do marxismo no seio da doutrina de nossa tão amada e santa Igreja"¹⁷⁸ e provar que sua consciência e suas ações se desenvolviam com base nas orientações papais e no estudo detido acerca do marxismo e do comunismo. Para isso, não só transcreve trechos das correspondências recebidas deles como anexa cópias destas e das páginas do *Boletim da Revista do Clero* contendo a Aula publicada integralmente, provando, além do apoio, o empenho do Bispo do Rio de Janeiro em divulgá-la.

É fácil imaginar que Sobral tenha recebido um bom número de expressões, orais e escritas, em apoio ao conteúdo de sua Aula. Ainda que não fosse assim, além das encaminhadas ao Cardeal Arns, tem-se aqui pelo menos mais dois exemplares de cartas desse teor: a de Cláudio Raja Gabaglia Lins e a de Hargreaves. Logo, é significativo tentar compreender o motivo que cercou o gesto de Sobral ao decidir incluir justo a carta remetida pelo presidente da Federação dos Trabalhadores Cristãos do Estado de São Paulo.

A referida organização, fundada em 1938, tornou-se a principal entidade representativa dos círculos operários e de trabalhadores em São Paulo, tendo como papel principal coordenar

¹⁷⁷ Cópia carbonada de carta de Henrique J. Hargreaves destinada a Heráclito F. Sobral Pinto, de 09 de maio de 1980, p. 2. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

¹⁷⁸ Cópia xerográfica de carta de Heráclito F. Sobral Pinto destinada a D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns, de 09 de junho de 1980, p. 2. O documento foi copiado e anexado por Sobral Pinto à missiva remetida a Henrique J. Hargreaves. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

e promover a difusão de Círculos Operários no estado. Dentre os princípios básicos que os regiam, Santos (2010) destaca aqueles presentes desde sua fundação, a saber:

a moral e doutrina de Cristo, código inigualável de justiça, respeito mútuo e amor; as encíclicas *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, que constituem a carta magna da sociologia cristã e encarnam a aplicação da moral e da doutrina cristã sobre a questão social; e o repúdio à luta sistemática de classes (p. 96-97, grifo meu).

Ainda de acordo com Santos (2010), os Círculos Operários se posicionavam contra o comunismo e o socialismo, rejeitando a luta de classes e o liberalismo econômico. Eles defendiam uma intervenção estatal moderada em questões sociais, focando no controle do salário justo, produção e preço. Buscavam uma abordagem denominada construtiva, colaborando com empregadores e autoridades para proteger os trabalhadores da influência de líderes comunistas, que consideravam tirânicos e responsáveis por criar desordem social. Ou seja, eram completamente avessos ao caminho percorrido pelos operários do ABC paulista que, organizados e com o amparo de religiosos que conduziam a Pastoral dos Operários, vinham, desde 1978, realizando greves e piquetes. E, ainda, no ano de 1980, pouco mais de duas semanas após a Aula Magna na PUC-Rio, tinha início a greve que simbolizou o conflito mais duradouro entre trabalhadores e o regime ditatorial desde o golpe de 1964.

É a fala de Hargreaves a Sobral onde se encontra a síntese da visão compartilhada por esses amigos acerca do Cardeal Arns, do movimento operário e da reação do governo a eles. Os trabalhadores, homens e mulheres do povo, considerados manipuláveis por um Cardeal tomado por inconsequente. Ambos, diante dos “erros” cometidos, são punidos por um Estado de atitudes que define como “infantis”, que nesse contexto poderia significar inexperiente, imputável talvez, portanto, que não se pode responsabilizar pela reação que teve.

As ações consideradas infantis por Hargreaves na carta de 9 de maio de 1980, àquela altura, podem ser resumidas em intimidação daqueles que estivessem nas assembleias por meio de helicópteros militares que sobrevoavam o local da reunião, intervenção sobre os sindicatos decretada pelo Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, e prisão dos dirigentes do movimento. Some-se a isso a invasão pelos militares da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, para onde foram transferidas as assembleias com a ajuda do Bispo de Santo André D. Claudio Hummes, com total apoio do Cardeal Arns. Ali houve o uso de tropa de choque, bombas, cães e jatos d’água lançados por carros blindados. Já no mês de maio, mais uma vez a Igreja Matriz foi cercada por policiais para impedir realização de missa e passeata em apoio aos trabalhadores

(*Memorial da Democracia*¹⁷⁹; SOUZA, 2015).

De acordo com Souza (2015), uma das estratégias pelo presidente Figueiredo consistia em afirmar que a Igreja estava dividida e as ações do Arcebispo de São Paulo e do Bispo de Santo André representavam um setor anticatólico e comunista infiltrado na Igreja do Brasil. Os acusados reagiram a tais afirmações por meio da nota *A Igreja, a greve e a lei*, “explicando como a Igreja apoiava os grevistas e afirmando que não estava indo contra a disciplina canônica: ‘A Igreja não seria cristã se não desse apoio para trabalhadores poderem preservar sua dignidade, defender seus direitos, inclusive os trabalhistas, sem sofrer humilhações’” (p. 295). Sobral não chegou a reproduzir uma acusação como a que fez o então presidente da República, mas empenhou-se em distinguir o sentimento de fraternidade em relação aos comunistas da adesão ao marxismo. E novamente se utilizou de anexos representativos: seus dois livros, *Lições de liberdade* e *Por que defendo os comunistas*, referidos como sínteses de sua trajetória profissional como parte integrante o laicato católico, subentendido como modelo de prática a todo cristão, inclusive ao Cardeal Arns.

Enquanto afirmava que a amizade mantida com Prestes seria suficiente para provar não ter nada contra comunistas, reconhecia o "terrível, grave e perigoso problema" representado pela entrada da filosofia marxista por meio de estudos que vinha realizando sobre o assunto, década de 1920, quando estrangeiros chegaram ao Brasil para promover o que definiu como “uma revolução mundial estimulada pela 3ª Internacional Comunista” e, especialmente, quando cuidou da defesa de Prestes e Berger durante o Estado Novo e de outros comunistas durante a ditadura militar instaurada em 1964¹⁸⁰. Interpretação, essa, em harmonia com a palavras de Pio XI na Encíclica *Divine Redemptoris* (1937) e reproduzidas pelo missivista: “Porque o comunismo é por sua própria natureza totalmente antirreligioso e considera a religião o ‘ópio do povo’, já que os princípios religiosos, que falam da vida ultraterrena, desviam o proletário do esforço para realizar aquele paraíso comunista que se deve alcançar na terra”¹⁸¹, reafirmando a partir daí nada haver a se aproveitar do marxismo para evangelizar os pobres. A partir do exposto, Sobral faz um movimento em que Cardeal Arns, e não ele, emerge como o verdadeiro problema da evangelização dos pobres em São Paulo ao desobedecer às orientações de Roma

¹⁷⁹ memorialdademocracia.com.br

¹⁸⁰ Cópia xerográfica de carta de Heráclito F. Sobral Pinto destinada a D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns, de 09 de junho de 1980, p. 3. O documento foi copiado e anexado por Sobral Pinto à missiva remetida a Henrique J. Hargreaves. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

¹⁸¹ Cópia xerográfica de carta de Heráclito F. Sobral Pinto destinada a D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns, de 09 de junho de 1980, p. 7. O documento foi copiado e anexado por Sobral Pinto à missiva remetida a Henrique J. Hargreaves. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves

legitimando uma filosofia combatida pela Igreja.

Mais claras e evidentes foram as críticas ao Arcebispo de São Paulo na conversa com Hargreaves. Avaliando as ações de D. Arns e do clero de São Paulo naqueles anos, afirmou que sacerdotes e bispos "que pretendem legitimar o marxismo (...) perderam a fé e se puseram a destruí-la no seio da Igreja, como verdadeiros satanases", frase que carrega boas doses de radicalização e leva um tanto além a interpretação dada à declaração atribuída a Pio XI: "Os católicos que aceitam o marxismo o fazem por ignorância" (SOBRAL, 1980, p. 3, grifo meu). Além do que escreveu ao Cardeal, a atitude de compartilhar a carta com terceiros surpreendeu-me não pelo ato em si, uma vez que comumente fazia isto, mas pela forma. Na carta a Hargreaves que encaminhava a missiva ao religioso, Sobral revelou ter omitido a informação de que seu Bispo conhecia e aprovara seu conteúdo e de que compartilharia cópia com terceiros (SOBRAL, 1980, p. 2). Essa não era uma atitude comum do advogado, que a justificou pelo temor de ter o ato interpretado como uma tentativa de prejudicá-lo, e acabou por ressaltar a importância dos diálogos travados com seu seleto grupo de amigos na construção de suas "lições".

4.1.2 "Ninguém tem o direito de se iludir": mensagem aos jovens estudantes

A Aula Magna é um ótimo material para percebermos marcas das conversas e da literatura compartilhada entre os amigos por meio das temáticas abordadas e pelas referências bibliográficas utilizadas. Como é o caso do filósofo Ortega y Gasset, citado como referência para a ideia de universidade defendida por Sobral e por Alceu (1979), para distinguir o advogado entre a gente que acompanhava o sepultamento de Mário de Alencar, momento em que se viram pela primeira vez: "Jackson de Figueiredo, (...) aponta para um dos acompanhantes do féretro e me diz: 'Ali vai um homem'. Diógenes o procurara com uma lanterna, à luz do dia. Eu o encontrava à sombra da morte, pela palavra de outro homem digno de representar esse princípio de humanidade, num mundo crescentemente desumanizado, como disse Ortega y Gasset" (p. 11).

No trecho mencionado, Alceu evoca a famosa anedota de Diógenes de Sinope, um filósofo grego do século IV a.C., pertencente à escola cínica. Diógenes é conhecido por ter vagado pelas ruas de Atenas durante o dia com uma lanterna, alegando estar à procura de um homem honesto. Essa busca simboliza uma crítica profunda à sociedade contemporânea de

Diógenes, sugerindo que a verdadeira humanidade e honestidade são difíceis de encontrar. A referência à "sombra da morte" certamente não se limita ao contexto do sepultamento de Mário de Alencar, talvez um simbolismo acerca da proximidade da inexistência ou a perda de essência humana, enquanto a busca por humanidade é mediada pela palavra de outro, indicando que a verdadeira humanidade é reconhecida e validada através das relações interpessoais e do reconhecimento mútuo. Dá concretude ao sentido da fala de Alceu, a referência a Ortega y Gasset, um filósofo espanhol do século XX conhecido por suas reflexões sobre como a modernização e o progresso tecnológico podem levar a uma perda de valores humanos essenciais, resultando em uma sociedade cada vez mais desumanizada.

Essa perda de valores – católicos – é a questão central de Sobral no discurso que girou em torno da missão da Universidade Católica “num mundo infiltrado do marxismo” (SOBRAL PINTO, 1980, p. 8). Iniciando por caracterizar sua perspectiva de Universidade, apoiou-se em Ortega y Gasset. O autor espanhol remonta aos tempos medievais, época de criação das Universidades, para lembrar que ela pouco se ocupava da profissão, mas da cultura geral, ou seja, do "sistema de ideias sobre o mundo e a Humanidade que o homem de então possuía. [Seria] pois, o repertório de convicções que [haveria] de dirigir efetivamente a sua existência" (ORTEGA Y GASSET, 1966, p. 320-321), ou seja, a cultura compreendida como o sistema vital das ideias de cada tempo. Entretanto, a Universidade contemporânea teria deturpado tal compromisso ao passar a se dedicar ao ensino profissional e à investigação. As consequências dessa escolha teriam sido catastróficas, como explica o mesmo autor ao analisar a situação na Europa dos anos de 1930, data original da publicação referenciada por Sobral:

O caráter catastrófico da presente situação europeia se deve a que o inglês médio, o francês médio, o alemão médio não são incultos, não possuem o sistema vital de ideias sobre o mundo e o homem correspondente ao tempo. Esse personagem médio é o novo bárbaro, atrasado com respeito à sua época, arcaico e primitivo, em comparação com a terrível atualidade e ação de seus problemas. Este novo bárbaro é principalmente profissional, mas sábio do que nunca, porém, mais inculto, também - o engenheiro, o médico, o advogado, o cientista (ORTEGA Y GARRET, p. 322, grifo do autor) (SOBRAL PINTO, 1980).

O novo bárbaro é o homem-massa, contraponto, portanto, diametralmente oposto do “homem” apontado por Jackson de Figueiredo a Alceu. Estava, dessa forma, a frente dos ouvintes, o produto da educação católica – “um homem” – reafirmando a importância e a responsabilidade da Universidade Católica na reversão de um quadro que assolava o mundo ocidental: a revolução do homem-massa.

Dessa forma, aos professores da PUC seria indispensável o compromisso de ensinar e

transmitir a cultura católica, conforme atesta a fala do Papa Pio XI, em 1932, ao reconhecer que a restauração da ordem na sociedade humana dependeria da “boa formação da juventude”, ou seja, uma educação que tivesse por base o ensino da ciência da religião e da virtude. A PUC, portanto, não poderia abrir mão dessa associação entre a ciência profana, a técnica profissional e ciência da religião, com a concepção da vida, do homem e do universo “baseada na teologia fiel e submissa ao Magistério da Igreja” (SOBRAL PINTO, 1980, p. 5). Mas, ressalta, sua experiência indica que em todas as atividades há divergência, principalmente na da educação da juventude. Todavia, em se tratando de uma instituição católica, acreditava que toda e qualquer divergência deveria ser debatida e resolvida dentro da esfera da própria PUC, com debates livres, mas com decisão reservada às autoridades superiores, que devem ser respeitadas. Quanto ao que seriam essas divergências citadas por Sobral, o próprio discurso explicita.

Após reafirmar o respeito à hierarquia também no interior de uma universidade católica, põe-se a explicar que todas as doutrinas e todas as teorias deveriam ser objeto de estudo nos cursos da PUC, porém "ao lado desses ensinamentos, é necessário apresentar, simultaneamente, e na hora conveniente, a crítica ampla, serena e imparcial das doutrinas e das teorias falsas e erradas, no seu noto ou, apenas, naquelas partes que contrariam a verdade, o bem e o belo" (SOBRAL PINTO, 1980, p. 11).

Esse ponto, assim como cada um dos levantados pelo palestrante, estava conectado com o contexto de crise enfrentado pela PUC naquele momento. Toda a fala dedicada a explicar o papel da Universidade Católica e a importância de seus professores fazia referência a problemas enfrentados internamente com professores identificados marxistas, determinando ser esta filosofia o maior e mais perigoso inimigo da cultura católica.

Ninguém, entre nós, quanto em alheias terras, tem o direito de se iludir: o marxismo quer implantar no seio de todas as nações o que chama uma nova civilização (...). É mister não esquecer, nunca, esta afirmação de Gustave A. Watter: 'Marx tomou de Feuebach a ideia que não é Deus quem criou o homem, mas o homem que criou Deus, à sua imagem e à sua semelhança (*L'Ideologie Soviétique Contemporaine* - Tome I - p. 255). (...) Cumpre, porém, esclarecer, com lealdade e sinceridade: a Pontifícia Universidade Católica não hostiliza, nem pode hostilizar o marxista; o que ela deve e não pode deixar de dever, é hostilizar o marxismo (SOBRAL PINTO, 1980, p. 12).

Para além da afirmação clássica acerca de marxistas e do marxismo, a apresentação do professor e advogado começa a trazer elementos cujos passos de elaboração são encontrados na correspondência trocada com Hargreaves e com Alceu. O principal deles diz respeito à possibilidade ou não de se realizar o chamado batismo do marxismo, desejo atribuído à Teologia da Libertação, que deveria ser impedido pela ação da PUC, pois teria a “obrigação de combater,

com clareza e precisão, sob pena de trair a sua missão, esta afirmação, absolutamente falsa, de que, como Santo Thomás de Aquino batizou a filosofia de Aristóteles, é de esperar que surja, agora, um novo Santo Thomás de Aquino que batizará, certamente, o marxismo” (SOBRAL PINTO, 1980, p. 10).

Conforme apontado no capítulo anterior, dentre as cartas consultadas nos arquivos pessoais de Alceu e de Hargreaves, a primeira referência ao tema batismo do marxismo aparece no ano de 1976, quando pergunta ao amigo juizforano se conhecia o conteúdo da conferência pronunciada por Hélder Câmara na Universidade de Chicago, publicada em *Cadernos de Opinião*, enquanto antecipa os planos de reação às afirmações do religioso: escreveria cartas a D. Carmine Rocco, Nuncio de Sua Santidade junto ao governo brasileiro, e à editora dos *Cadernos* pedindo que publicasse sua réplica a D. Hélder. Algumas outras cartas se sucederam a essa e, por alguns anos, o termo desapareceu das cartas trocadas entre os amigos. Voltou à pauta, entretanto, em fins de 1979, quando escreveu a Alceu sobre a condenação de teólogos vistos como ameaças à fé cristã por terem-se aproximado da doutrina protestante ou pelo marxismo. Sobral falava, mais especificamente da reação de teólogos progressistas do Brasil, da Europa e da América do Norte diante das decisões aprovadas pelo Papa João Paulo II na Congregação da Doutrina e Fé, desenvolvendo argumentos que usou *ipsis litteris* na aula proferida em março de 1980, provavelmente estimulado pela avaliação que recebeu do literato. Segundo o missivista, Alceu agradeceu-lhe pela carta afirmando que “servirá, como a que escrevi ao Corção, para a história das ideias no Brasil”¹⁸² – e, decerto por isto, posso supor, mereceu estar entre os papéis guardados do literato. Foram transcritos pelo menos dez parágrafos com mínimas alterações, ou duas páginas dentre as dezessete da Aula completa, da carta destinada a Alceu e toda a fundamentação que refutava a possibilidade de aproveitamento da filosofia marxista pela Igreja católica.

Na carta de 26 de dezembro de 1979, por exemplo, há a pergunta: “Como, meu caro Alceu, batizar essa filosofia, consciente e deliberadamente materialista?”¹⁸³. Já na Aula Magna, “Como batizar essa filosofia, consciente e deliberadamente materialista?”. A cada parágrafo uma pequena alteração que torna a carta pessoal um discurso destinado à plateia. Dessa forma, intimamente e publicamente, Sobral não só contestava o marxismo como, sustentando-se em Monsenhor Gerry (1963), apontava a Doutrina Social da Igreja como o único caminho viável

¹⁸² SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 7 fev. 1980, p. 2. MAPRO

¹⁸³ SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 26 dez. 1979. MAPRO; CAALL

para o católico, pois, ao esquivar-se dela, estaria forçosamente levando perigo à fé e à ordem moral. Esta seria a teologia tradicional, elaborada pelos Pontífices Romanos, desde Leão XIII até Paulo VI, capaz de “amparar, ajudar e defender os direitos dos trabalhadores”, livre do marxismo, “que atende a todas as necessidades individuais e sociais do trabalhador, sem pôr em perigo o bem comum da coletividade” (SOBRAL PINTO, 1979, p. 3-4; 1980, p. 14-15).

Inclusive, a mesma obra de Monsenhor Gerry foi referenciada por Sobral em carta a Hargreaves, de 1970, para convencer o amigo da necessidade de que eles, intelectuais católicos, falassem “nos Seminários, nos Templos e nas Universidades Católicas” que os católicos deveriam seguir “fielmente a linha reta da doutrina católica, sem desvio nem para a direita nem para a esquerda” (SOBRAL PINTO, 1970, p. 2), para que houvesse o restabelecimento do que acreditava ser a ordem da Igreja.

A relevância das questões abordadas na Aula Magna não se apresenta pelo tempo pregresso no qual Sobral e os amigos se dedicaram a discuti-las, mas pela permanência delas nos anos seguintes. Entre maio de 1980 e fins de 1985, há pelo menos quinze cartas trocadas entre Sobral, Hargreaves e Alceu sobre o batismo do marxismo e as divergências com a Teologia da Libertação.

Conforme repetia nas cartas destinadas a membros do laicato e da hierarquia, Sobral preferia deixar as discordâncias entre os católicos em âmbito privado. As objeções postas em papel destinado àqueles, na maioria das vezes eram postas de maneira clara, objetiva e ancorada em documentos da Igreja e autores consagrados em seu grupo intelectual. Seu estilo de escrita e a atitude de compartilhar mensagens de terceiros com seu bispo, amigos e outros membros do laicato, chegou a ser interpretado como atrevimento ou intenção de prejudicar seus interlocutores. Porém, a situação mudava de figura quando elementos externos ao núcleo católico agiam contra o direito do clero e da Igreja, especialmente se fossem os agressores representantes do Estado. Essas cartas trocadas entre 1980 e 1985 revelam a permanência de um comportamento de Sobral que corrobora a interiorização do princípio sempre usado quando confrontado acerca da relação que possuía com os comunistas. Assim como criticou fortemente o marxismo e amparou o comunista quando este via seus direitos ameaçados, articulou-se para defender os religiosos ligados à Teologia da Libertação das ações que violavam seus direitos e os da Igreja, o que não o impedia, entretanto, de tentar impedir mais exposições deste segmento do clero.

Vejamos, como demonstrativo, o teor da conversa estabelecida pelo advogado com Hargreaves, em novembro de 1980. Se num momento discorre sobre o desconhecimento do governo acerca do papel do missionário e rechaça a decisão de se expulsar padre Vito

Miracapillo do Brasil, em outro, articula ações entre o laicato e o clero para a inibição aos religiosos mais à esquerda. Ainda sob impacto do conflito ocorrido no ABC paulista, Sobral conta ter agendado uma conversa com seu bispo, D. Eugênio Sales, para que juntos pudessem analisar a situação da Igreja diante dos governantes militares no poder naquele momento, uma vez que ambos se sentiam “inquietos, tanto mais quanto sabemos que Sacerdotes e Bispos há que não atuam dentro das imposições de sua vocação”¹⁸⁴ (SOBRAL PINTO, 1980, p. 2). Havia entre eles uma preocupação real com a forma como os militares vinham reagido à OAB e à Igreja, vistas como grandes forças de oposição ao governo. Internamente, buscavam identificar religiosos cujo comportamento fosse preocupante, tanto que pediu ao amigo para, secretamente, reunir informações sobre o clero mineiro. Queria saber os nomes daqueles que pudessem ser associados à ala progressista da Igreja, mas, garantia, jamais revelaria a identidade de seu informante.

Ao que parece, Sobral havia feito o mesmo tipo de solicitação a outros amigos, pois ao revelar preocupações quanto a Leonardo Boff, especialmente após publicar artigo em defesa do marxismo na teologia, revela que o padre franciscano, “segundo informações seguras que [lhe] foram dadas”, era professor de um Seminário Franciscano e um dos assessores de Dom Paulo Evaristo, Cardeal Arns, de São Paulo¹⁸⁵.

Entre as cartas-resposta de Hargreaves, nenhuma parecia responder ao pedido de denúncia quase anônima do amigo, apesar de, em 20 de novembro, uma semana após à carta com pedido de colaboração, Sobral replicar:

Obrigado pela sua resposta, cujos termos me entristeceram. Se uma população como a de Juiz de Fora, realmente tradicional e expressão legítima da opinião pública de Minas Gerais, fatos de tanta e tamanha gravidade, como os que focalizei na carta que lhe dirigi, não provocam a menor reação, uma tal situação nos revela que não há, no país, a menor opinião pública. Cada um, cada família, cada grupo cuida tão só dos seus interesses, desligando-se totalmente do bem comum da Pátria. É de desanimar¹⁸⁶.

Nesta mesma carta, há menções ao Bispo Marcos Barbosa, que se colocara a favor da expulsão do padre Vito Miracapillo e conclui que não iria se conformar com a ilegalidade, a injustiça, a opressão e a irreligiosidade, portanto não se omitiria diante do posicionamento do

¹⁸⁴ SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 12 nov. 1980, 5f. MAPRO

¹⁸⁵ SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 12 nov. 1980, 5 f. MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

¹⁸⁶ SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 20 nov. 1980. MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

Bispo. Mas nada comentou acerca dos nomes de membros do clero juizforano que pudessem estar alinhados à ala progressista da Igreja.

Apesar de pouco comum no arquivo de Hargreaves, a lacuna no fluxo da correspondência causada pela ausência da carta-resposta naquelas pastas não comprometeria a compreensão das dinâmicas e relacionamentos implícitos na interação desses intelectuais. Conforme Gomes (2004), a análise de um lado da troca de cartas ainda pode revelar informações preciosas e perspectivas sobre as conexões e interações mediadas por essas correspondências. As cartas recebidas podem refletir as indagações feitas pelo remetente e oferecer indicações significativas para entender a natureza do diálogo mantido através das cartas, percebendo nelas um circuito retroalimentado de significação (GOMES, 2004). Ainda segundo a mesma autora, esse circuito é um dos principais aspectos do diálogo epistolar, sendo marcado pela movimentação e distribuição dentro de uma rede, aqui definida pela amizade entre Sobral e Hargreaves. O acesso à réplica do advogado, dessa forma, possibilita a análise de um dos circuitos das cartas, tendo em vista que a apropriação de um dos lados da correspondência é tão importante quanto o acesso ao trânsito completo de ir -vir, já que as respostas fazem menção às perguntas e ampliam reflexões que foram feitas pelo remetente. Em outras palavras, o circuito retroalimentado de significação é um processo em que as cartas trocadas entre os interlocutores se influenciam mutuamente, gerando um diálogo que se retroalimenta e se desenvolve ao longo do tempo.

Por isso, é possível depreender o que teria seguido nas folhas cuidadosamente datilografadas pelo filósofo mineiro. Certamente, informava que, em Juiz de Fora, tudo corria calmamente e nada havia na conduta do clero local, particularmente no que dizia respeito à ação apostólica, que gerasse desabono e algumas palavras, escritas no verso do modelo de procuração para acionistas da já extinta Companhia Mineira, possam ter sido incluídas na conversa:

O padre Leonardo Boff... estive ele aqui... Fui ouvi-lo numa conferência no Instituto S. Tomás... Logo ao lançar as bases da filosofia em que teria vasado seu trabalho sobre ciência e fé, interpelei-o: 'por obséquio, é à luz do estruturalismo que sr. elabora suas teses teológicas?'... Sei que causei um mal-estar geral na 'conspícua' assembleia, mas, a resposta mesmo que era o que eu queria e ainda gostaria que ele me dissesse, até hoje não veio... e, Sobral, ele é indubitavelmente ~~eloquente~~ um expositor convicto, simpático, argumenta com incrível agilidade, mas, tudo numa chave muito estranha para nós, habituados à clareza, ao rigor metodológico, à profundidade dos autores tomistas... Li a entrevista a que v. se refere e fico admirado e confuso de, apesar dela, ele continuar a ser convidado por bispos e líderes do pensamento católico, para doutrinar nossa juventude já de si protestaria¹⁸⁷.

¹⁸⁷ HARGREAVES, Henrique José. [Correspondência] Rascunho. S.l., s/d, 1 f.

De fato, as impressões de Hargreaves encontraram ressonância no artigo de autoria do franciscano, a que se referiu Sobral, em 12 de novembro. Intitulado *Marxismo na Teologia*, foi publicado no Caderno Especial do *JB*, em abril de 1980, quando a Aula Magna de Sobral ainda repercutia nos jornais e em meio à grande greve do ABC paulista. Nele, apresentava os vários sentidos do marxismo a partir das distinções feitas pelo Papa Paulo VI, na *Octagesima adveniens* (1971) que o separou em “escalões de expressão”: como prática histórica de luta de classes; como prática econômico-política; como prática teórico-filosófica de corte ateu e materialista; como prática científica, “um método rigoroso de exame da realidade social e política (...) com a pretensão de decifrar sob um prisma científico as molas reais da evolução da sociedade” (BOFF, 1980, p. 2). A ideia defendida, era a da introdução do marxismo na teologia naquilo que concerne ao discurso sobre as coisas, ou seja, a ciência e não ao discurso sobre o sentido último da vida, a religião:

O que propomos não é a teologia dentro do marxismo, mas marxismo (materialismo histórico) dentro da teologia, no intento de buscar eficácia libertadora para a fé, se apropriando, à sua maneira, da contribuição da racionalidade marxista. Para uma Igreja que caminha mais e mais do centro para a margem e se entende consequentemente a partir do submundo e do não-homem a articulação fé-análise marxista da realidade por dar uma ajuda ao seu compromisso libertador eficaz (BOFF, 1980, p. 2).

Relacionando a interpretação dada por Boff aos documentos papais a uma percepção distorcida do ecumenismo pregado pelo Vaticano II, Sobral temia que isto enfraquecesse a ortodoxia da doutrina da Igreja, por isso acreditava que uma outra rota de ação seria sugerir ao Papa que interviesse diretamente junto aos bispos brasileiros e, em último caso, aplicasse sanções canônicas aos defensores da Teologia da Libertação. Mas, ao que parece, as ações do advogado não surtiram o efeito desejado, pois teve novamente suas emoções abaladas, em 1981, pelas declarações feitas por D. Hélder Câmara à imprensa, conforme registrou nas duas versões da mesma carta escrita a Hargreaves em fins do mês de março: "Infelizmente, diz não se passa sem ver surja para mim um problema, e com ele, um aborrecimento" (SOBRAL PINTO, 1981, p. 1) ou "Nestes últimos dias, de par com gestos de consolação e júbilo, enfrento outros de grande tristeza e mágoa" (SOBRAL PINTO, 1981, p. 1).

Essas cartas, escritas com cinco dias de diferença, não são o rascunho e a versão final de uma mesma carta. Na verdade, num primeiro momento, acreditei que o missivista talvez houvesse se confundido escrevendo uma segunda carta contando um ocorrido que já havia citado anteriormente. Afinal, isso aconteceu em outros momentos, como no caso da Aula Magna. Somente algum tempo depois, quando também já tinha em mãos o resultado da pesquisa

feita na correspondência arquivada por Alceu e comecei a atentar para as referências aos anexos, à forma como eles estavam acondicionados junto às cartas principais e à materialidade de todo esse conjunto pude compreender o que havia ocorrido no circuito de comunicação desses amigos que habitavam em cidades distantes uma das outras e encontravam dificuldades impostas pela idade e pela saúde aos encontros pessoais. E, mais, pude compreender que o momento de tensão não se restringia ao círculo religioso, afetando também as relações entre os amigos de longa data.

Na versão com data de 26 de março, o problema e o aborrecimento têm um único nome: Hélder – era assim que Sobral se referia ao Arcebispo de Recife e Olinda. Mais especificamente, o problema seria a declaração de D. Hélder Câmara ao *JB* e o aborrecimento, a carta que Sobral se viu na contingência de escrever ao religioso. Em tempo, os dois documentos tinham a indicação de seguir em cópia a Hargreaves, entretanto, estava anexada à carta principal somente a cópia da carta ao religioso sobre a qual pedia guardar o maior segredo. Sobre a situação, contava ao amigo que dirigiria carta ao Papa através do Núncio Apostólico pedindo a elaboração de uma encíclica declarando que "o marxismo, em qualquer de seus aspectos, é incompatível com a fé cristã, em todos os seus múltiplos setores", liquidando "o marxismo em todos os seus aspectos"¹⁸⁸. A este acrescentaria outro pedido: que fosse repelida qualquer pretensão dos católicos em equiparar Aristóteles e Marx, incluindo a esperança de que surgiria "de futuro, outro Santo Tomás de Aquino que batizará o marxismo, como o anterior Santo Tomás de Aquino que batizou o aristotelismo"¹⁸⁹.

Na carta dirigida a Hélder, o tom das palavras escolhidas diverge completamente do empregado a D. Arns ou a outros religiosos com os quais iniciou debate em discordância a posicionamentos assumidos publicamente por ele, como foi o caso de D. Marcos e D. Avelar. Ainda sem data e sem assinatura, sugerindo ser um rascunho que poderia ser alterado de acordo com as sugestões de Hargreaves, tem ao topo somente o vocativo "Hélder", tal qual procedia ao iniciar o cartear com um amigo próximo e pessoal. E para tratar do assunto que o levava a escrever, após pedir sua benção, pede também permissão para o que qualificou "atrevimento" por julgar "estranha e imprudente" a afirmação do religioso ao *JB* acerca da existência de verdades no marxismo:

¹⁸⁸ SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 26 mar. 1981. MAPRO

¹⁸⁹ SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 26 mar. 1981. MAPRO

O que me assombra e perturba nessa tentativa de batizar o marxismo é que este, através de seu fundador e de seus discípulos, não reconhece no cristianismo nenhuma verdade. (...) Enquanto você, dileto amigo, proclama que o marxismo contém verdades, os marxistas não cessam de proclamar que a religião é um instrumento de opressão, manejado pelos exploradores do povo. É inadmissível, querido e ilustre amigo, que você estabeleça paralelo entre Aristóteles e Marx, dizendo que aquele, apesar de materialista e de pagão, teve a sua obra utilizada por Santo Tomás de Aquino, que nela encontrou muitas verdades, insinuando, com isto, que iria surgir, no seio da Igreja de nosso Senhor Jesus Cristo, algum teólogo genial que iria aproveitar as verdades do marxismo para incorporá-las à teologia católica¹⁹⁰ (SOBRAL PINTO, s/d, p. 2).

E, lembrando o exposto tanto na Aula Magna como a Alceu, defende o rompimento de Aristóteles em relação ao materialismo na medida em que formula a teoria do ser. Quanto a Marx, define-o como um materialista integral uma vez ter afirmado que "o sobrenatural é uma quimera. Deus não existe, é uma criação do homem". E continua: "O marxismo, meu grande amigo, é um sistema rígido e coerente" com base num princípio fundamental: o homem tem seu destino fixado exclusivamente entre o seu nascimento e a sua morte¹⁹¹ (SOBRAL PINTO, s/d, p. 2). Tais expressões tornavam, a seu ver, a filosofia marxista basilarmente incompatível com a teologia cristã tendo em vista o fato desta se basear justamente na existência de Deus e da vida sobrenatural.

Após a exposição de ideias, mais pontos marcam a confiança, a distinção e o apreço de Sobral por D. Hélder. Sem temer ser mal interpretado, informa que daria conhecimento da carta a D. Eugênio Sales, por ser bispo de sua Igreja particular e compartilharia cópias com Alceu e Hargreaves, somando-se a isto a forma única com a qual despediu-se do interlocutor, "Renovando o pedido de sua benção episcopal, asseguro-lhe que sou seu amigo, muito seu amigo, e sempre seu amigo", deixando, por fim, seu nome escrito conforme os amigos mais íntimos falavam: Sobral.

Finalmente, na versão de 31 de março compartilhou a sensação experimentada pela leitura realizada pelos conselheiros do Conselho Federal da OAB do documento do Núncio Apostólico dirigido a Sobral comunicando a oferta do título de Cavaleiro Comendador da Ordem de São Gregório Magno. Júbilo que não aplacou a tristeza decorrente de dois episódios: "O primeiro deles foram as declarações de Helder"¹⁹², publicadas no *JB* de 19 de março, pois

¹⁹⁰ SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a D. Hélder Câmara, Arcebispo de Recife e Olinda. S/l, s/d. MAPRO

¹⁹¹ SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a D. Hélder Câmara, Arcebispo de Recife e Olinda. S/l, s/d. MAPRO

¹⁹² SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 31 mar. 1981. P. 2. MAPRO

colocava-o na "dura e amarga contingência" de escrever-lhe pois entendia que "a heresia do marxismo, [infiltrava-se] na doutrina da Igreja através da palavra errada e imprudente de bispos e sacerdotes"¹⁹³ (SOBRAL PINTO, 1981, p. 2). O segundo episódio estava relacionado a um desentendimento com Alceu sobre a manutenção ou não de uma sala para este no novo endereço do CDV, culminando num posicionamento de Sobral que não agradara a si mesmo: "No intuito de dissipar a mágoa dele assumi, pela amizade e pela gratidão que a ele tributo, uma culpa que em realidade não tenho"¹⁹⁴ (SOBRAL PINTO, 1981, p. 2).

A essa última carta, estavam anexadas as cópias de todo o material a que fez referência no corpo do texto: a publicação do *JB* com trechos sublinhados a caneta¹⁹⁵; a mesma carta a D. Hélder já anexada na remessa de 26 de março; carta de Sobral a Alceu, de 26 de março, comunicando mudanças na sala reservada ao literato no CDV; a resposta de Alceu, de 27 de março, demonstrando insatisfação com as decisões tomadas; e a réplica, de 30 de março, à moda *sobralianas*.

Graças ao acondicionamento dos anexos junto às cartas que os encaminhavam, pude conjecturar que o fluxo da correspondência de Sobral para Hargreaves naquele momento havia sido interrompido pelo fluxo da correspondência do advogado com Alceu, num movimento em que os diálogos escritos, ainda que realizados na intimidade da casa e talvez no silêncio da noite, se mostram passíveis de serem atravessados por vozes que pareciam tangenciais ou paralelas, tal qual numa reunião ou numa roda de amigos.

Perceba, pois, a cronologia das cartas. No dia 26, Sobral escreveu a Hargreaves e a Alceu. A destinada a este último era curta, objetiva, tratando de um único assunto, estendeu-se por apenas quatro parágrafos. A destinada a Juiz de Fora, com suas duas páginas densamente preenchidas com detalhes acerca do que aborrecia o missivista, planos para um futuro próximo e referências a anexos. Pelo teor e pela finalidade de cada uma, quem sabe teriam sido redigidas em momentos diferentes do dia, impactando na ordem do envio numa agência de Correios. O texto sucinto e de ordem prática destinado a Petrópolis, quiçá tenha sido produzido à luz do dia,

¹⁹³ SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 31 mar. 1981. MAPRO

¹⁹⁴ SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 31 mar. 1981. MAPRO

¹⁹⁵ Os trechos destacados na entrevista realizada em Recife dizem respeito a falas que, segundo indica a redação original, teriam sido proferidas pelo Arcebispo: "Há tantas inteligências procurando o marxismo que há, certamente, verdades dentro dele", ao comentar as críticas do presidente do Conselho Episcopal Latino - Americano, Dom Alfonso Lopez Trujillo. (...) [Disse ainda] "sacuda a primeira pedra quem se julgar isento de ideologia". E acerca do pensamento aristotélico declara que "foi considerado monolítico e impossível de aceitar uma parte sem aceitar também o todo, mas Santo Tomás teria feito isso e hoje percebe-se que o *doutor Angélico* foi capaz de romper essa abordagem".

com tempo suficiente para ser entregue em alguma agência dos Correios. À outra, pela complexidade, terá reservado o fim do expediente, ainda no escritório ou alguns instantes na biblioteca de casa, deixando a remessa para o dia seguinte. Mas, se no dia seguinte, chegou-lhe às mãos uma resposta aborrecida de Alceu trazendo-lhe aflição, por que não se pôr a refletir e compartilhar com um amigo os sentimentos mais íntimos? Assim o fez, como, mais uma vez, a cronologia das cartas revela. No dia trinta, desculpou-se com Alceu. No dia 31, pôs-se a declarar a tristeza e a mágoa acumulada até então.

Deve estar se perguntando: e a carta de 26 de março, como chegou ao arquivo de Hargreaves se supõe não a ter levado aos Correios? Certamente, Sobral entregou-lhe em mãos num encontro pessoal que tiveram em Laranjeiras, no início do mês de abril. Os indícios acerca do tema da reunião entre os dois estão em epístola, de doze de maio, por meio da qual Hargreaves busca dar continuidade à prosa na qual concluíram ser despropositado algum dia alguém pensar na assimilação de Marx, como filósofo e teólogo, à Filosofia Perene, via Santo Tomás. Faltava concluir, entretanto, um entendimento acerca de D. Hélder.

O objetivo de Hargreaves era prolongar a conversa acerca do religioso assim que estivesse de volta à casa, em Juiz de Fora. Chegara a mandar fazer cópias de páginas de livros que ajudariam a compreendê-lo melhor, mas antes que pudesse colocar as ideias em papel, viu-se envolto nos problemas do filho por mais de mês. Depois de tanto tempo, decidiu sintetizar algumas das ideias discutidas presencialmente, acrescentando outras. Enquanto reagiam ao marxismo na teologia, lembra ao advogado que era frequente o esforço do pensamento cristão em extrair algo no fenomenologismo¹⁹⁶, no pragmatismo¹⁹⁷, no estruturalismo¹⁹⁸, que pudesse

¹⁹⁶ A partir das definições de Durozoi e Roussel (1993) e de Santos (1965), pode-se definir fenomenologismo ou fenomenologia como um conjunto teórico inaugurado por Husserl que busca fundamentar a filosofia como uma ciência rigorosa, servindo de base para as demais ciências. Essa abordagem enfatiza o retorno "às próprias coisas" para capturar suas essências através da redução eidética. Central para a fenomenologia é o conceito de significação, que distingue uma palavra de um mero sinal, não residindo na palavra em si nem no objeto ao qual ela se refere, mas existindo como um objeto ideal. Assim, a fenomenologia se apresenta como uma ciência descritiva das experiências da consciência pura, adotando uma postura idealista.

¹⁹⁷ O filósofo Charles Pierce empregou esse termo para descrever o conjunto de princípios que havia adotado, referindo-se a ele como "a doutrina do homem de ação". Essa doutrina foi posteriormente detalhada por William James, que a apresentou como um sistema de pensamento no qual o valor é intrinsecamente ligado à utilidade. De acordo com essa perspectiva, o significado e a importância de qualquer entidade ou conceito para o ser humano são diretamente proporcionais à utilidade percebida dessa entidade ou conceito. Assim, as verdades são concebidas como fundamentalmente utilitárias, emergindo em função do benefício que podem oferecer ao indivíduo, com sua validade e evidência sendo avaliadas em termos desse benefício. A doutrina sustenta, portanto, que a verdade é concebida como algo que é inerente e pertinente exclusivamente ao domínio humano (SANTOS, 1965).

¹⁹⁸ O estruturalismo é uma abordagem teórica e metodológica que surgiu inicialmente na linguística com Ferdinand de Saussure no início do século XX. No âmbito da filosofia, se caracteriza pela ênfase na análise das estruturas subjacentes que determinam a natureza dos fenômenos culturais, sociais e psicológicos. Propõe que a

ser incorporado à Suma Teológica de Santo Tomás. Dizia ainda que alinha de pensamento moderno que vinha sendo mais explorada pelos teólogos católicos de então era a da fenomenologia, viés que vinha produzindo "teólogos ateus". Categoria à qual D. Hélder não pertenceria, pois, “apesar de inteiramente imbuído do ‘social’, continua ele, obviamente, a manter intacta sua fé nos dogmas e no núcleo central das verdades católicas, mas, só as compreende, na explicação e aplicação social”¹⁹⁹. Tal condição, conforme escreveu Sobral em seguida, era consequência da “deficiência do ensino ministrado no Seminário e nas Universidades Católicas”, que passava a “ameaçar, inevitavelmente, a doutrina da Igreja. Sacerdotes e bispos estão, em muitos lugares, inteiramente despreparados para lutar contra o marxismo”²⁰⁰.

4.2 “Apregoe em suas aulas”: o papel do professor católico diante da questão social

Os encontros pessoais ainda eram regulares, mas não tanto como na década de 30, e neles falavam sobre assuntos de família considerados íntimos demais para estar nas cartas, saciavam as saudades da presença mútua e especialmente aprofundavam-se em ideias. Eram momentos muito esperados por ambos, por isso ao ver-se impedido de falar ao amigo, a frustração tomou conta de Sobral: “Lamento o ocorrido anteontem, por você, por mim e pelos assuntos que tratou. Tinha tanta coisa para dizer-lhe, mas a nevralgia não me permitia sequer abrir a boca”²⁰¹.

Não posso imaginar todos os assuntos sobre os quais Hargreaves tratou naquele encontro, mas posso deduzir que tivessem relação com a abordagem da chamada questão social pela Igreja a partir do Concílio Vaticano II, primeiro por ser esta a temática predominante nas cartas de 1970, segundo pela ponderação registrada por Sobral logo nas primeiras linhas da

realidade pode ser compreendida através do exame das relações e funções entre os elementos que compõem um sistema, em vez de focar nos elementos individuais em si. Essas estruturas são vistas como sistemas de signos e significados que operam independentemente da consciência individual, moldando nossas percepções, pensamentos e práticas culturais.

¹⁹⁹ Trecho de carta escrita por Henrique José Hargreaves destinada a Heráclito Fontoura Sobral Pinto, em 12 de maio de 1981, p. 4. Disponível em Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves, MAPRO.

²⁰⁰ Trecho de carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Henrique José Hargreaves, em 18 de maio de 1981, p. 1. Disponível em Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves, MAPRO.

²⁰¹ Trecho de carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Henrique José Hargreaves, em 6 de maio de 1970, p. 1. Disponível em Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves, MAPRO.

missiva cuja motivação era atenuar o silêncio imposto pela dor:

é ponto pacífico, hoje, entre teólogos, filósofos e sociólogos católicos ortodoxos que a ‘questão social’ é, antes de tudo, uma ‘questão moral’. Os Papas, a partir de Leão XIII, afirmam a mesma coisa. Concluem eles: se é uma questão moral é especificamente da alçada da Igreja e, portanto, de seus sacerdotes e leigos ortodoxos²⁰².

O que se segue a partir de então, é uma argumentação por meio da qual Sobral destaca a obrigação sobre os católicos de aceitar o ensino da doutrina social da Igreja como único meio de preparar tanto sacerdotes quanto leigos contra a ameaça do marxismo sobre a ortodoxia da doutrina católica. Tal responsabilidade atingia frontalmente Hargreaves que, àquela altura, lecionava aos jovens que ingressavam no sacerdócio em Juiz de Fora:

Incumbe-lhe, como professor do Seminário [Santo Antônio], bradar no recinto de sua aula (...) que o católico, digno de tal nome, tem obrigação de aceitar esta doutrina social. A hierarquia é formal neste ponto. Pio XII, referindo-se à doutrina social da Igreja, declaravam 1945: ‘É obrigatória: ninguém pode esquivar-se sem perigo para a fé e para a ordem moral’²⁰³.

Fazendo referências aos principais documentos papais sobre os quais se fundava a doutrina social naquele momento, como a Encíclica *Rerum Novarum* (1891), a Encíclica *Mater et Magistra* (1961) e a Carta Apostólica *Octagesima Adveniens* (1971), e à obra *A Doutrina Social da Igreja*, de Monsenhor Gerry (1960), delimitava as fontes a partir das quais os educadores católicos deveriam estimular a leitura e a interpretação da doutrina nos seminários, universidades católicas e templos, disseminando-a principalmente junto aos operários e aos pobres em geral, como orientaram os papas Leão XIII e Pio XII.

Por isso, Sobral afirmava ser dever de Hargreaves despertar no Bispo e Juiz de Fora e nos seminaristas o comprometimento do clero e do elemento secular católico em traduzir as ideias abstratas da doutrina em obras concretas, contribuindo desta forma com o surgimento de uma nova ordem social num mundo ainda abalado pelas consequências do pós-guerra. Dessa forma, estariam aptos a proteger as populações contra os danos da indiferença e do marxismo, conforme, Pio XII advertira aos participantes do Congresso dos Católicos de Viena:

Gostaríamos de exortar você e todos os católicos a seguirem fielmente a linha da

²⁰² Trecho de carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Henrique José Hargreaves, em 6 de maio de 1970, p. 1, grifo do autor. Disponível em Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves, MAPRO.

²⁰³ Trecho de carta remetida por Heráclito F. Sobral Pinto a Henrique José Hargreaves, em 6 de maio de 1970, p. 2. Disponível em Arquivo Pessoal Henrique José Hargreaves, MAPRO.

doutrina social católica, sem se desviar nem para a direita nem para a esquerda. Um desvio de apenas alguns graus à primeira vista pode parecer sem sentido. A longo prazo, este desvio levaria a um desvio perigoso do caminho reto e a consequências graves. Pensamento sereno, autocontrole, firmeza diante das seduções dos extremos: estas são as exigências do tempo presente nesta área (PIO XII, 1952, p. 322, tradução livre).

A missão atribuída ao filósofo de Juiz de Fora foi prontamente assumida, pelo menos no que diz respeito ao trabalho como professor formador de sacerdotes, pois poucos meses depois coloca Sobral a par do que vinha realizando em sala de aula no sentido de tornar a doutrina acessível ao mundo em transição. Hargreaves vinha se dedicando ao estudo do marxismo com a finalidade de qualificar os seminaristas para perceber os indícios desta filosofia e para evitar que trabalhassem em favor dela²⁰⁴. Ressaltar os objetivos quando se aproximava do marxismo ou dos marxistas era algo bastante valorizado entre ambos pois havia a preocupação em deixar clara a distinção entre o conhecimento para combate das ideias e o conhecimento para a apreensão delas, especialmente em se tratando de indivíduos atrelados diretamente à educação católica, como era o caso de Hargreaves e como deveria ser – ao menos na perspectiva de Sobral – o de Antônio de Rezende Silva, professor da PUC-Rio e dirigente do CDV.

As trajetórias de Antônio de Rezende Silva e Sobral cruzaram-se em meados da década de 1970, quando Sobral e Alceu reorganizavam o Centro e planejavam fazer voltar à circulação, após dez anos de intervalo, a Revista *A Ordem*, o que demandava a nomeação de uma equipe diretiva para o periódico. Precisando de nomes para compô-la, Sobral acata a indicação de Rezende Silva, sugerida por Tarcísio Padilha²⁰⁵, para ocupar uma das vice-presidências do CDV

²⁰⁴ Cf. HARGREAVES, Henrique José. [Correspondência] Destinatário: Heráclito F. Sobral Pinto. Juiz de Fora, 23 ago 1971. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

²⁰⁵ Tarcísio Meirelles Padilha nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 17 de abril de 1928, e faleceu na mesma cidade, em 9 de setembro de 2021. Estudou no Colégio Santo Inácio até concluir o curso clássico. Foi bacharel em Filosofia e Direito pela PUC-Rio; diplomado em Ciências Sociais pelo Instituto de Direito Comparado da PUC-Rio; diplomado pela Escola Superior de Guerra; licenciado em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense; doutor em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. No magistério de nível superior, foi professor titular de Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; professor de História da Filosofia da PUC-Rio; professor de Filosofia, Pedagogia e Sociologia da Universidade Santa Úrsula; membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra; professor de História da Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; chefe do Departamento de Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; diretor do Departamento Cultural da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; diretor do Departamento de Filosofia e coordenador do Mestrado e do Doutorado em Filosofia da Universidade Gama Filho. Esteve na presidência do Centro Dom Vital; do Instituto Brasileiro de Filosofia, seção do Rio de Janeiro; da *Union Mondiale des Sociétés Catholiques de Philosophie*; da *Asociación Interamericana de Filosofía*; da *Fédération Internationale des Sociétés de Philosophie*; da Academia Brasileira de Letras (2000-2001), dentre outras. Foi diretor de Filosofia da Enciclopédia *Verbum*, Lisboa; Diretor da Coleção Filosofia, da Editora Agir; Diretor da revista *Presença Filosófica*, órgão da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos; Diretor da revista *A Ordem*, órgão do Centro Dom Vital (ACADEMIA, 2021).

e desempenhar o cargo de redator-secretário. Mas um incidente entre eles fez com que Sobral ponderasse, mais uma vez, acerca da qualidade do ensino católico para o combate ao marxismo. Mas, agora, o resultado seria bastante distinto do obtido junto a Hargreaves dez anos antes e os detalhes do caso foram gravados nas linhas destinadas aos diletos confrades.

Ainda sob o impacto do atrito que teve com Alceu, quando decidiam sobre a extinção ou manutenção sua sala no novo endereço do CDV, e envolvido em conversas com Hargreaves, nas quais ambos expunham perplexidade com a defesa do marxismo na teologia, conforme defendiam D. Hélder e Frei Leonardo Boff, resolveu compartilhar com eles uma carta recebida de Rezende Silva após o cancelamento de uma palestra a ser dada na Bennett. Entretanto, os contextos distintos nos quais se encontravam as relações de Sobral com Hargreaves e com Alceu deram ao tom da escrita e aos comentários características também bastante distintas.

Com Hargreaves, dava continuidade às conversas sobre a qualidade do ensino em instituições católicas e o que viria a expor robustecia sua fala. Contava ter experienciando um verdadeiro paradoxo: “o CDV, fundado para dissipar a confusão doutrinária, reinante nos quadros da Igreja, por motivo de ignorância religiosa, coloca na sua vice-presidência e na redação da sua Revista um professor que é expressão autêntica dessa confusão”²⁰⁶.

Já com Alceu, evitou se alongar. Evitou até mesmo começar a carta tratando do assunto. Fez perguntas sobre a saúde da cunhada, D. Chiquita, falou um pouco sobre a rotina do trabalho para delicadamente atualizá-lo acerca do que acontecia no CDV: “Aproveito a oportunidade de estar a lhe falar...”²⁰⁷. Deixava ao fraterno a possibilidade de tirar suas próprias conclusões, mas não sem antes ressaltar que não foi o responsável por iniciar a troca de mensagens e que procurou responder ao professor “em termos cristãos e educados”, qualificados por D. Eugênio como “magistral”²⁰⁸. Esse último detalhe, possivelmente com a intenção de, sutilmente, indicar a qual lado deveria aderir.

Tanto as linhas escritas por Rezende Silva a Sobral quanto a resposta deste àquele foram remetidas em cópia a Hargreaves e a Alceu. Na primeira delas, o naquela altura já ex-redator d'*A Ordem* faz alusão ao curso A Igreja nos anos 50/80, ministrado pelos teólogos Clodóvis

²⁰⁶ Trecho de carta assinada por Heráclito F. Sobral Pinto a Henrique J. Hargreaves, de 18 de maio 1981, p. 2. Disponível em: Arquivo Henrique José Hargreaves/MAPRO.

²⁰⁷ Carta assinada por Heráclito F. Sobral Pinto destinada a Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, de 20 de maio de 1981, p. 2. Disponível no CAALL, ATA.

²⁰⁸ Carta assinada por Heráclito F. Sobral Pinto destinada a Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, de 20 de maio de 1981, p. 3. Disponível no CAALL, ATA.

Boff²⁰⁹, Leonardo Boff e pelo padre João Batista Libânio²¹⁰, organizado para ocorrer nas dependências do Colégio Metodista Bennett. O grande público inscrito estava presente na abertura das atividades quando ouviu de seus organizadores que o Cardeal D. Eugênio Sales impedira, sem explicações, os palestrantes de ministrarem as aulas programadas para o referido curso. Diante do ato considerado arbitrário, decidiram emitir na imprensa uma nota ao Cardeal exigindo esclarecimentos e um protesto contra o reitor da PUC por demitir professores marxistas após o incidente na Bennett, atos que apoiou dando assinatura por estar convencido da necessidade de se denunciar o abuso de autoridades religiosas²¹¹. Ao tomar essa atitude, Rezende Silva entendia que sua permanência no CDV seria insustentável, afinal havia quebrado a regra número um estabelecida por Sobral aos responsáveis pelas edições d' *A Ordem*:

que tenham presente sempre, com humildade e com grandeza, a consciência da vinculação da obra dos leigos a serviço da Igreja, dentro de um compromisso de servir e de agir cristãos no espírito de obediência à hierarquia, de generosa e honrosa submissão aos nossos pastores, ao nosso bispo e ao nosso papa (SOBRAL PINTO, 1974, p. 3)

Como ato irrevogável, pediu que fossem tomadas as providências necessárias para executar a exoneração dos cargos que ocupava no CDV e que seu nome fosse retirado da edição comemorativa dos sessenta anos da revista. A solicitação e a justificativa foram recebidas com

²⁰⁹ Nascido em Concórdia, em 1944, é teólogo, filósofo, escritor e professor brasileiro. Membro da Ordem dos Servos de Maria, inicialmente se destacou como um dos proponentes da Teologia da Libertação, ao lado de seu irmão, Leonardo Boff. Contudo, diferentemente de Leonardo, que enfrentou processos pela Congregação para a Doutrina da Fé, Clodovis não sofreu processos semelhantes, embora tenha perdido sua cátedra na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro nos anos 80 e enfrentado restrições para lecionar na faculdade teológica de sua ordem em Roma. Com o tempo, o religioso passou por uma mudança significativa em sua trajetória teológica, distanciando-se dos princípios originais da Teologia da Libertação e alinhando-se às diretrizes dos bispos latino-americanos estabelecidas na conferência de Aparecida em 2007. Reside atualmente em Rio Branco e foi professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Author/Home?author=Boff%2C+Clodovis%2C>. Acesso em: 15 set. 2023.

²¹⁰ Padre João Batista Libanio S.J., nascido em Varginha, Minas Gerais, foi uma figura central na Teologia da Libertação no Brasil, destacando-se por sua ampla atuação acadêmica e pastoral. Com formação em teologia pela Hochschule Sankt Georgen, em Frankfurt, e doutorado pela Universidade Gregoriana de Roma, Libanio dedicou grande parte de sua vida ao ensino e à pesquisa teológica nas instituições jesuítas de ensino superior, incluindo a PUC-Rio, a PUC Minas Gerais, a UNISINOS no Rio Grande do Sul, e a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, em Belo Horizonte. Autor de 36 livros e numerosas colaborações em outras obras, artigos e colunas, suas contribuições se estendem a congressos e simpósios tanto no Brasil quanto internacionalmente. Suas pesquisas frequentemente abordavam a intersecção entre fé e contemporaneidade, refletindo seu compromisso em responder aos desafios da modernidade através de uma perspectiva cristã. Padre Libanio faleceu subitamente de um infarto aos 81 anos, em Curitiba. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/perfil/saudade/joao-batista-libanio-sj-1932-2014#:~:text=Jesu%C3%ADta%20reconhecido%20internacionalmente%20por%20seu,de%20Teologia%20da%20PUC%2DRio>. Acesso em 12 maio 2024.

²¹¹ Cf. SILVA, Antônio de Rezende. [Correspondência] Destinatário: Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Niterói, 09 abr. 1981. Disponível no MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

tristeza e amargura por partirem de um confrade e por se ver na obrigação de adverti-lo acerca do que representaria a realização do evento cancelado, de lembrá-lo sobre a natureza do Centro e os compromissos assumidos pelo laicato associado a ele, além, é claro, de minuciar o que considerava erros e descaminhos do marxismo na teologia.

Sobral questionava os motivos que teriam levado o Colégio Bennett, de orientação protestante, a promover um curso sobre a Igreja Católica. Talvez, seus organizadores e palestrantes pudessem alegar estar de acordo com o propósito de promover um estudo ou um movimento de natureza ecumênica, conforme propõe o Concílio Vaticano II a partir do disposto no Decreto *Unitatis Redintegratio* (1964), quando apresenta os princípios católicos do ecumenismo:

Hoje, em muitas partes do mundo, mediante o sopro da graça do Espírito Santo, empreendem-se, pela oração, pela palavra e pela ação, muitas tentativas de aproximação daquela plenitude de unidade que Jesus Cristo quis. Este sagrado Concílio, portanto, exorta todos os fiéis a que, reconhecendo os sinais dos tempos, solicitamente participem do trabalho ecumênico (PAULO VI, 1964, s/p).

Entretanto, aponta que D. Eugênio Sales não havia dado autorização para o curso, nem ao menos havia sido participado acerca de seu projeto e organização. Bem, se os organizadores do evento tivessem como referência de trabalho o disposto no Decreto de 1964, não poderiam negligenciar o que também há nele acerca dos procedimentos para a realização do curso. Pelo menos é isso que Sobral defendia a partir da seguinte passagem: “Desde que os fiéis da Igreja católica prudente e pacientemente trabalhem sob a vigilância dos pastores, tudo isto contribuirá para promover a equidade e a verdade, a concórdia e a colaboração, o espírito fraterno e a união” (PAULO VI, 1964, s/p, grifo meu).

Nada havia chegado a D. Eugênio, pastor da Igreja Particular da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, dessa forma, nenhum católico teria direito de participar da atividade proposta pelo Colégio Bennett. Essa conclusão ganha maior impacto quando acrescenta algo que sabia “de ciência própria” acerca de Leonardo Boff²¹². O então frei estaria proibido de pregar na Arquidiocese do Rio de Janeiro e na Diocese de Petrópolis devido ao que Sobral qualificou como tendência progressista.

Quanto à demissão dos professores marxistas, tomou-a como um ato de respeito à missão das universidades católicas e a demonstração de que a Aula Magna realizada no ano anterior foi “um brado de alarme, (...) baseado em fatos e não em meras suposições”, sobre a

²¹² Carta assinada por Heráclito F. Sobral Pinto destinada a Antônio de Rezende Silva, de 05 de maio de 1981, p. 3. Disponível em: MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

necessidade de se revisar a figura do professor, “que não pode ser considerado unicamente como um simples transmissor de ciência, mas também, e sobretudo, como uma testemunha de vida cristã”²¹³. Por isso, pedia ao “caro amigo e irmão” um momento de reflexão acerca do que expunha “com simplicidade amarga:

Eu não hostilizo os comunistas, mas apenas o comunismo. (...) Mas se não hostilizo o comunista não devo, não posso e não quero, todavia associá-lo à minha ação educadora da juventude católica. Admitir e preconizar uma tal associação é mais do que uma loucura, é, sem dúvida, uma traição, certamente, inconsciente, à nossa fé²¹⁴.

Como um homem ligado às questões de seu tempo, Sobral variava a temática de suas falas de acordo com os contextos político e institucional que considerasse candente. É o que se conclui quando se tem sob os olhos *Lições de liberdade* com a publicação de carta, de 1973, destinada ao amigo e colega de profissão Ribeiro de Castro²¹⁵. Ocupando oito páginas do livro, os escritos do front levavam notícias acerca dos últimos feitos e eram também uma forma de dar uma devolutiva àquele que o convidara a falar aos estudantes reunidos no Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), em Curitiba.

Antes de tratar dos pormenores desse evento, é importante entender o que representava o CAHS naquele momento histórico para, então, dimensionar o exercício daquilo a que Sobral Pinto chamava “apostolado da mocidade”²¹⁶. O Centro é a entidade representativa dos estudantes do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, e tornou-se um símbolo de resistência, independência e engajamento na formação de cidadãos comprometidos com a justiça e a democracia. Desde sua fundação em 1931, exerceu significativa influência política

²¹³ Carta assinada por Heráclito F. Sobral Pinto destinada a Antônio de Rezende Silva, de 05 de maio de 1981, p. 4-5. Disponível em: MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

²¹⁴ Carta assinada por Heráclito F. Sobral Pinto destinada a Antônio de Rezende Silva, de 05 de maio de 1981, p. 7. Disponível em: MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

²¹⁵ Ocupou a presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) durante o período de 1966 a 1967, período no qual fundou a revista da organização e foi o responsável pela criação do 1º Seminário sobre o Ensino de Direito para discutir sobre a falta de preparo dos graduados em Direito e o crescente número de instituições de ensino superior na área. Posteriormente, assumiu a liderança da OAB Guanabara de 1971 a 1973, seguido por sua eleição como presidente nacional da OAB de 1973 a 1975. Durante seu mandato, em um contexto marcado pela censura imposta pelo regime vigente, organizou a V Conferência Nacional dos Advogados, focada no papel do advogado na defesa dos Direitos Humanos. Demonstrou uma atuação firme no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), onde denunciou violações de direitos cometidas por autoridades responsáveis pela repressão (<https://www.oab.org.br/centrocultural/agraciadosMedalhaJoseRibeiro.asp>).

²¹⁶ Lamentando por não mais ver Ribeiro de Castro com frequência, Sobral justifica-se afirmando que “os encargos profissionais, os deveres cívicos e o apostolado da mocidade” tomam todo o seu tempo, privando-o do convívio com os amigos. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. *Lições de liberdade*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1977, p. 131.

ao promover debates e eventos de grande impacto, como a luta pela federalização da Universidade Federal do Paraná, em 1952, e pela defesa da gratuidade do ensino e da ampliação do acesso às classes menos favorecidas. Nos anos 1960, destacou-se no movimento estudantil em defesa da Constituição durante o impasse da renúncia de Jânio Quadros, assumindo papel de liderança na afirmação do respeito à legalidade constitucional. Durante a ditadura militar, resistiu à extinção dos centros acadêmicos tradicionais devido à sua natureza jurídica independente, mantendo-se ativo na promoção de conferências e ciclos de debate sobre modernização da legislação e temas jurídicos relevantes, mesmo sob intensa vigilância (CAMPOS; SOUZA, 2018). Sobral, ao comprometer-se em falar aos estudantes do CAHS, reforça uma conexão entre a atuação do centro acadêmico e seu compromisso de inspirar a juventude a exercer o Direito como ferramenta de transformação social e demarca a perspectiva sob a qual enxerga sua atuação com uma citação que atribui a Ruy Barbosa - "Outra coisa não sou eu, se alguma coisa tenho sido, senão o mais implacável adversário do governo do mundo pela violência, o mais fervoroso predicante do governo do homem pelas leis". Esse foi o mesmo espírito que o inspirara a falar também aos estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto, em São Paulo, com um intervalo de tempo de apenas dois dias entre essas palestras.

Segundo Schubsky (2003), assim como o CAHS, o Centro paulista tem um papel de grande relevância no cenário político brasileiro, tendo se consolidado como um dos pilares da resistência democrática e da luta pelos direitos humanos ao longo de mais de um século de história. Fundado em 1903, o XI de Agosto transcendeu sua função de representação dos estudantes de Direito da Universidade de São Paulo para se tornar um protagonista nas transformações político-sociais do país. Foi pioneiro em ideias que moldaram o Brasil contemporâneo, como a defesa do voto secreto e do sufrágio feminino, e marcou sua presença em movimentos históricos, incluindo *Diretas Já!* (1983-1984) e *O petróleo é nosso!* (1947-1953). Durante os regimes autoritários, tanto na Era Vargas quanto na ditadura civil-militar, destacou-se como um centro de resistência e de propagação de ideais de justiça e igualdade. E sua trajetória está, já na escolha do nome, ligada à história do Direito no país ao fazer referência à data de criação das Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife e ao que motivou a fundação desses cursos: formar os políticos mais ilustres do Império e da República.

É a possibilidade de influenciar futuros políticos brasileiros, juristas e intelectuais que estimula Sobral a cumprir a agenda de palestras em Curitiba e em São Paulo. E, por isso, empolga-se ao descrever para o amigo o que viu e sentiu no auditório do Centro Acadêmico XI de Agosto, tornando vívido o momento: "jovens que lotavam inteiramente o Auditório do Centro Acadêmico (...) ocupando todas as cadeiras e as passagens laterais e o fundo da sala" e

ali fora "ouvido com uma atenção de causar espanto. (...) Ninguém se mexeu nem saiu do lugar onde se encontrava, estivesse em pé ou sentado. Ao final, todos permaneceram de pé, batendo palmas que não cessavam"²¹⁷.

Falou por quase duas horas "sem sentir". E ressalta: "o corpo docente estava inteiramente ausente. Na mesa, sentamos somente eu e o presidente do Centro. Não apareceu ninguém". Sua fala a plateia foi um apelo à ordem constitucional, com três Poderes soberanos. Advertia aos jovens "que lhes cabia lutar, com energia e convicção (...). Tal luta devia e deve se processar no só campo da pregação da palavra, sem qualquer recurso aos meios violentos. Nada de perturbação da ordem pública e da ordem social. Se não for possível falar na praça pública, falem, então, em recintos fechados (...), em todos aqueles lugares onde for possível reunirem-se pessoas que desejam que o país saia da ditadura militar (...)"²¹⁸. Tendo em vista falar a uma plateia majoritariamente de jovens que estariam seguindo a carreira do Direito, afirmou a importância de devolver à Magistratura Nacional a sua autonomia, para que pudesse restituir o *habeas corpus*, pediu que assumissem o compromisso de falar em todos os lugares, para todos os públicos, na intimidade do lar ou fora dele, da necessidade de pôr fim a um regime com duas Constituições, uma de 17 de outubro de 1969 garantindo independência ao Congresso e ao Poder Judiciário, liberdade individual, liberdades públicas, garantias aos professores e funcionários públicos, e outra que tornava nulo tudo isto, o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, que instalou a ditadura do presidente da República, que se apoia na força militar.

No Hugo Simas, falou mais ou menos as mesmas coisas, com um compromisso interno de ser mais breve. Tomou a fala por uma hora e dez minutos. Sentiu, nesse tempo, igual ou maior entusiasmo da plateia. Os alunos, em ambas as cidades, procuravam-no ao fim dos discursos para lhe dizer que aquelas palavras lhes davam novo ânimo, foram "uma injeção de esperança, de coragem e de energia"²¹⁹.

²¹⁷ Trecho de carta assinada por Heráclito F. Sobral Pinto destinada a Ribeiro de Castro, de, f. 3. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Lições de liberdade. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1977, p. 132-139.

²¹⁸ Trechos de carta assinada por Heráclito F. Sobral Pinto destinada a Ribeiro de Castro, de, f. 1-3, passim. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Lições de liberdade. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1977, p. 132-139.

²¹⁹ Trecho de carta assinada por Heráclito F. Sobral Pinto destinada a Ribeiro de Castro, de, f. 3. Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Lições de liberdade. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1977, p. 132-139.

4.3 Ainda há tempo: uma campanha pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Comumente chamado advogado ou professor, Sobral, ao definir-se costumava acrescentar o termo ‘católico’. Ao definir-se advogado católico e professor católico, trazia a responsabilidade assumida como um leigo, traduzia em ações concretas as ideias abstratas contidas nas palavras da hierarquia, da Antiga Aliança, da Nova Aliança, conforme afirmou ser o dever dos intelectuais católicos. Era o defensor dos comunistas, nunca do comunismo. Combatia frontalmente, ainda que pacificamente, as estruturas dos governos ditatoriais no Brasil. E tudo o elevou à categoria de Ruy Barbosa como baluarte do Direito. Entretanto, havia nele um forte e latente compromisso com a juventude. Mantinha-se como férreo defensor da educação católica e mantinha-se da forma quando pretendia formar uma juventude capaz de restaurar a democracia baseada no diálogo, nas leis, contra as guerras. Por isso, falou diversas vezes a universitários e convocou não só Alceu e Hargreaves, mas outros intelectuais que compunham sua rede de sociabilidade.

Enquanto explorava o potencial da Aula Magna dada na PUC-Rio, um conjunto de cartas enviadas e compartilhadas com Hargreaves, Alceu, Barbosa Lima Sobrinho²²⁰ e Otto Lara Resende²²¹ indica a retomada de uma frente de ação: “o funcionamento efetivo, sério e

²²⁰ Barbosa Lima Sobrinho, advogado, jornalista, ensaísta, historiador, professor e político pernambucano, teve uma carreira multifacetada marcada por significativas contribuições em diversas áreas. Nascido no Recife em 1897 e falecido no Rio de Janeiro em 2000 aos 103 anos, iniciou sua trajetória acadêmica no Colégio Salesiano e na Faculdade de Direito do Recife, graduando-se em 1917. Sua carreira jornalística começou na imprensa pernambucana, tendo colaborado no *Diário de Pernambuco*, no *Jornal Pequeno* e no *Jornal do Recife*. Colaborou ainda na *Revista Americana*, *Revista de Direito*, *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e n’*A Gazeta*, de São Paulo. Em 1921, já vivendo no Rio de Janeiro, passou a trabalhar no *Jornal do Brasil*, onde atuou até sua morte. Foi presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) nas décadas de 1920 e de 1970, até 1992. Foi eleito deputado federal por Pernambuco, atuando também como governador do estado e professor universitário. Recebeu inúmeras honrarias, incluindo o Prêmio Juca Pato e a Medalha Tiradentes. Na Academia Brasileira de Letras, foi secretário-geral, presidente e diretor da Revista da Academia e da Biblioteca (ACADEMIA, 2016).

²²¹ Otto Lara Resende, nascido em São João del Rei, MG, em 1922, e falecido no Rio de Janeiro em 1992, foi um renomado contista, cronista, jornalista, novelista e romancista brasileiro. Estudou e lecionou no Instituto Padre Machado, fundado e dirigido por seu pai. Começou sua carreira jornalística no jornal católico *O Diário*, de Belo Horizonte. Atuou como opositor ao Estado Novo através do jornal *Liberdade*. Após se formar em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, mudou-se para o Rio de Janeiro onde continuou sua carreira no jornalismo e na cultura. Foi professor de Estudos Brasileiros e Adido Cultural por três anos, em Bruxelas, na Bélgica. De volta ao Brasil, foi diretor do *Jornal do Brasil*, um dos fundadores da Rede Globo e membro da Academia Brasileira de Letras (CABRAL, 2016).

firme”²²² do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana²²³, criado em 1964. Escrevendo aos amigos, Sobral desejava que utilizassem os espaços de suas colunas no *Jornal do Brasil* e em *O Globo* para promover uma campanha a favor do funcionamento do referido Conselho e recorria a Hargreaves pelos laços de amizade que possuía com jornalista de Juiz de Fora, “podendo, deste modo, levá-los a pregar, em seus jornais, a necessidade de ser cumprida a referida Lei”²²⁴.

Para uma compreensão mais aprofundada do empenho do intelectual em promover essa campanha, é útil considerar a análise de Jeanneney (2003) sobre o papel da mídia, em especial a imprensa escrita e a televisão, no cenário político. O autor destaca como a mídia é percebida como influente sobre os comportamentos políticos e os resultados eleitorais, um ponto relevante para entender a adesão aos projetos dos intelectuais. O autor critica a crença generalizada entre os políticos de que a imprensa possui um poder decisivo sobre a opinião pública, argumentando que essa noção é tanto exagerada quanto simplista. Ele exemplifica especificamente com a mídia impressa, citando os esforços históricos, especialmente durante a Grande Guerra, de manipular a opinião pública através da aquisição de jornais. Ele observa que esses investimentos, apesar de significativos, frequentemente produziram resultados modestos, demonstrando a complexidade e as limitações da imprensa escrita em moldar diretamente os comportamentos políticos. Essa perspectiva ressalta a intrincada relação entre mídia e política e sublinha as nuances envolvidas na influência da mídia sobre a opinião pública.

Jeanneney (2003) acerta ao desmistificar a influência onipotente frequentemente atribuída à mídia, apontando para a necessidade de uma compreensão mais matizada e baseada em evidências. Ele critica a simplificação da causalidade entre exposição à mídia e comportamento, ressaltando os erros de superestimar a capacidade da imprensa de manipular diretamente opiniões. No entanto, reconhece que a mídia pode, em certos contextos e de formas mais sutis, influenciar o clima político e as percepções públicas, embora essas influências sejam complexas e multifacetadas. A partir disso, é possível refletir acerca da razão pela qual intelectuais do século XX se voltaram para os periódicos impressos para divulgar suas ideias: apesar das limitações reconhecidas da imprensa em moldar diretamente a opinião pública, ela oferecia uma plataforma valiosa para o debate de ideias, a crítica social e política, e a

²²² Carta assinada por Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique José Hargreaves, de 19 de junho de 1980, p. 2. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

²²³ Criado pela Lei nº 4319, de 16 de março de 1964, o Conselho foi projetado pela UDN, e, aprovado 15 dias antes do Golpe Militar que depôs João Goulart, tornou-se letra morta.

²²⁴ Carta assinada por Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique José Hargreaves, de 19 de junho de 1980, p. 4. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

disseminação de conhecimento. Essa escolha reflete uma apreciação do papel da mídia impressa não apenas como ferramenta de influência política, mas como um espaço vital para o engajamento intelectual, a discussão pública e a educação da sociedade.

Foi o que vimos ao estabelecer diálogo com Hargreaves e Alceu, por exemplo, para que publicassem suas respectivas críticas acerca de *Lições de liberdade* e de *Por que defendo os comunistas*. Aqui, entretanto, é possível perceber uma articulação clara no sentido de que os jornalistas contatados formassem uma campanha, com base em documentação comum a todos eles e segundo orientações táticas do próprio Sobral para a formação de opinião pública que não só apoiasse sua perspectiva, mas combatesse em favor dela.

Compartilhando a tese intitulada *A Liberdade e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana* – sobre o que pede ampla divulgação – apresenta argumentos que nos são bastante interessantes acerca da importância de ter amigos na imprensa periódica uma vez que possibilitam compreender as estratégias de formação de rede de sociabilidade intelectual. Sobral, ao escolher escrever a Hargreaves e a Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho e Otto Lara Resende, conforme contou e mostrou por meio de cartas copiadas, pedia “a estes jornalistas que [utilizassem] as colunas de que [dispunham] no *Jornal do Brasil* e em *O Globo* para promoverem uma campanha em prol do funcionamento do referido Conselho”²²⁵ (SOBRAL a Hargreaves, 19 jun. 1980, p. 3). E ao interlocutor, dizia:

Você não é jornalista, mas está ligado por laços de amizade aos jornalistas de Juiz de Fora, podendo, deste modo, levá-los a pregar, em seus jornais, a necessidade de ser cumprida a referida Lei.

Por outro lado, você tem ligações pessoais e diretas com os dirigentes das Universidades que funcionam em Juiz de Fora e, bem assim, com diretores e professores das escolas que educam os jovens que procuram estes estabelecimentos de ensino. Poderá, por motivo deste seu merecido prestígio, convencer aos dirigentes de tais estabelecimentos que precisam de divulgar, entre os jovens, o conhecimento dos direitos da pessoa humana.

É nosso dever, dileto amigo, civilizar a gente brasileira, levando-a a conhecer e a amar a dignidade da pessoa humana, expressa nos direitos definidos nos documentos acima mencionados²²⁶.

Ao fazer o chamamento para “civilizar a gente brasileira”, Sobral cumpre a expectativa de Ortega y Gasset (1960; 1966), autor ao qual faz referência ao tratar da missão da universidade católica, no que concerne ao cumprimento do papel dos intelectuais junto à sociedade. O autor

²²⁵ Carta assinada por Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique José Hargreaves, de 19 de junho de 1980, p. 3. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

²²⁶ Carta assinada por Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique José Hargreaves, de 19 de junho de 1980, p. 4-5. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique José Hargreaves.

ênfatiza que devem ser pontes entre o complexo mundo das ideias e o público mais amplo. Segundo ele, os intelectuais devem transcender o mero papel de acadêmicos ou especialistas isolados, assumindo um papel ativo como educadores, críticos, inovadores e participantes engajados nas questões sociais e políticas. Isso implica uma disseminação consciente de conhecimento, não apenas para informar, mas também para elevar o nível de compreensão e consciência da sociedade. Para isso, os intelectuais não deveriam apenas refletir sobre a realidade social, mas também engajar-se na crítica e análise dessa realidade, propondo ideias inovadoras e soluções para desafios contemporâneos.

Além disso, em Ortega y Gasset (1966) há uma distinção que me permite entender não somente o empenho de Sobral junto à sua rede de sociabilidade em nome do funcionamento do CDDPH ou da restauração do papel da mulher na sociedade – como veremos mais adiante –, mas de todas as suas aparições públicas. Refiro-me aqui à diferenciação estabelecida pelo autor espanhol entre intelectuais e massa. A massa seria identificada como a maioria não especializada, que segue tendências e ideias predominantes sem questionamento crítico ou reflexão profunda. Em contraste, os intelectuais eram aqueles que se dedicavam ao pensamento crítico, à inovação e ao questionamento das normas estabelecidas. Esta distinção não implicava numa visão desdenhosa da massa, mas enfatizava a necessidade de uma liderança intelectual responsável e esclarecida que pudesse guiar e influenciar positivamente o pensamento e as ações coletivas. Dessa forma, a sociedade se beneficiaria quando os intelectuais assumissem seu papel de educadores e líderes de pensamento, não se afastando das questões cotidianas, mas engajando-se ativamente nelas para promover um diálogo construtivo e avanço social.

Isso posto, volto a atenção ao método utilizado por Sobral para engajar em sua proposta Lara Resende, Alceu e Hargreaves. Seria um movimento integrado entre os intelectuais acionados? Cada um trataria de um ponto, à moda do que solicitou a Sobral, anos antes, o Arcebispo? Haveria um prazo ou um “dia D” para a realização a campanha? Bem, para responder a todas essas perguntas se tornava necessário acessar as cartas encaminhadas aos amigos jornalistas, as mesmas que afirmava ter encaminhado, em cópia, a Hargreaves. Mas elas não estavam lá. Nem mesmo dentre as muitas pastas de “cartas de terceiros”.

Sabendo da existência do arquivo pessoal de Otto Lara Resende, no IMS, entrei logo em contato com o setor responsável, em busca da correspondência deste intelectual. Lá estavam tanto a carta escrita a Otto²²⁷, de 24 de junho de 1980, como as destinadas a Barbosa Lima

²²⁷ Em se tratando de cartas entre amigos, membros do laicato e da hierarquia da Igreja Católica, pode -se perceber diferentes formas de tratamento dispensadas por Sobral a cada a um deles. Usando o primeiro nome,

Sobrinho, de 16 de junho do mesmo ano, e a Alceu, escrita no dia seguinte à esta última.

Em sua coluna dominical, de 22 de junho de 1980, sob o título *Entulho e engulho*, acompanhado da epígrafe *In an unjust state the only place for a just man is in jail* – frase atribuída a Margaret Walker –, Otto refletia acerca da cultura política e jurídica do país, dando créditos pela manutenção do “entulho” deixado pelos anos de ditadura a uma elite que continuava a se pautar pela conhecida fórmula “sabe com quem está falando” e ao lumpesinato, ou seja, aqueles que não tinham qualquer participação na vida nacional ou, ainda a “numerosa não-classe, [que, por não ter] interesses, nem propriedade, nem prerrogativas, ignora a lei porque dela não precisa” (RESENDE, 1980, p. 6). O principal reflexo disso no brasileiro médio eram as prisões arbitrárias sobre todo e qualquer trabalhador que ousasse circular pela cidade sem sua Carteira de Trabalho, sendo submetido a sofrimentos e torturas que nem mesmo Dostoiévski, em sua casa dos mortos poderia imaginar. Bem, essa foi a deixa de Sobral para aproximar-se do amigo e fazer-lhe o pedido planejado.

Após o simples “Otto” ao topo da folha, sem as protocolares demonstrações de afeto e respeito que o bom código de escritura epistolar ditava, Sobral, apesar de logo afirmar ter gostado do artigo, evidencia sua real opinião ao contestar a ideia central, que expressou na frase “Os povos têm o governo que merecem”²²⁸. Segundo o missivista, muitas vezes, o povo ou os governantes ficam de mãos atadas diante de determinadas situações, como golpes e ditaduras. E demonstra a violência desse tipo de governo ao afirmar que alguns políticos que faziam parte do governo militar “não tiveram coragem de instalar” o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, mesmo tendo participado da criação dele.

Inspirado, entretanto, pela epígrafe usada pelo articulista e pelo trecho em que expôs prisões arbitrárias acompanhadas de violência policial, Sobral pôs-se a desenrolar o plano a propor ao amigo. Pede a Otto que ponha sua coluna em *O Globo* “a serviço do funcionamento do Conselho e se este vier a funcionar, acabarão as prisões arbitrárias, justamente censuradas em seu artigo de domingo”²²⁹.

Se a Otto lhe deu a oportunidade de mostrar-se engajado no combate àquilo que tanto criticou, a Alceu e a Barbosa Lima Sobrinho o convite foi acompanhado de diretrizes de ação

um distintivo pronome de tratamento ou o nome completo do destinatário, podemos perceber níveis distintos de vinculação afetiva, pessoal ou profissional. Sendo assim, opto por usar a forma escolhida por Sobral ao escrever a cada um de seus correspondentes.

²²⁸ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Otto Lara Resende, de 24 de junho de 1980, p. 1. Disponível em IMS/Acervo Otto Lara Resende.

²²⁹ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Otto Lara Resende, de 24 de junho de 1980, p. 2. Disponível em IMS/Acervo Otto Lara Resende.

mais claras e objetivas. A Alceu, explicou:

A campanha, querido amigo, tem de ser no sentido de concitar os membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana a que utilizem as faculdades e os poderes que Lei lhes confere, a fim de que façam respeitar tais direitos e, outrossim, para que promovam, nos locais próprios, a divulgação desses direitos definidos nas leis nacionais e nas leis internacionais. Não basta escrever um artigo, é mister que sejam escritos muitos artigos, não em dias seguidos, mas em dias intercalados, durante meses e, se for necessário, durante anos. É indispensável, fraterno amigo, uma campanha e não apenas um artigo ou dois²³⁰.

E a Barbosa Lima Sobrinho, com maior formalidade, pediu:

O Sr., no exercício da Presidência da ABI, poderá capitar, com habilidade e êxito, a direção de matutinos importantes como o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, o *Estado de São Paulo*, o *Estado de Minas*, o *Jornal do Comércio* daqui e do Recife, o *Correio do Povo* de Porto Alegre, e muitos outros, de cidades importantes do país, para que promovam permanentemente, uma campanha séria, honesta e desassombrada no sentido de reclamar, em termos elevados e enérgicos, do Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana, que exerça, com serenidade e imparcialidade, mas com firmeza, as suas atribuições legais, que se confundem com os preceitos e os princípios inerentes e próprios de uma nação civilizada²³¹.

Apesar das orientações claras das correspondências distribuídas, pude perceber em seu circuito alguns descaminhos, indícios de que algumas lutas, as enfrentou sozinho, ou quase isso. Não há no arquivo de Otto carta que denote continuidade das tratativas dessa proposta de campanha. O que não deveria ser compreendido como ausência de resposta ao correspondente, uma vez que o titular do arquivo não parece ter sido rigoroso nos procedimentos de guarda das missivas escritas por ele. Hábito, este, compartilhado com Alceu, uma vez que no arquivo deste predominam a correspondência de seus interlocutores. Diante disso, voltei atenção aos jornais indicados por Sobral como os principais das cidades mais importantes do país. Fiz uma busca minuciosa, página a página, de cada edição procurando títulos que remetessem a presos políticos, ao Conselho, aos Direitos da Pessoa Humana. Encontrei, entretanto, *A luz de uma consciência*, artigo de Otto em *O Globo*, de 5 de outubro de 1980. Abaixo do título, que logo me remeteu a Sobral Pinto pela forma semelhante à qual Dulles se referia a ele, surgia a epígrafe *If there were no bad people, there would be no good lawyers*, atribuída a Charles Dickens. Ora,

²³⁰ Trecho de cópia de missiva assinada por Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Alceu Amoroso Lima, de 17 de junho de 1980, p. 3, grifo meu. A referida carta foi copiada e anexada por seu autor ao escrever a Otto Lara Resende, em 24 de junho de 1980. Os exemplares estão disponíveis no IMS/Arquivo Otto Lara Resende.

²³¹ Trecho de cópia de missiva assinada por Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Barbosa Lima Sobrinho, de 16 de junho de 1980, p. 3-4. A referida carta foi copiada e anexada por seu autor ao escrever a Otto Lara Resende, em 24 de junho de 1980. Os exemplares estão disponíveis no IMS/Arquivo Otto Lara Resende.

eu não poderia estar errada, era um artigo sobre Sobral. Mas, não deveria ser sobre o CDDPH?

Otto lembrou-se do momento da organização do CDDPH, do contexto que explicaria seu parco funcionamento e das cartas de Sobral a ele, Alceu e Barbosa Lima Sobrinho lembrando-os sobre o Conselho:

Mas não é uma lembrança que se compraz de viver o passado. Muito pelo contrário. Sobral é um incandescente sinete, um ferro em brasa, que só recorda o que já foi, o que passou, para tentar melhorar o aqui e o agora, o presente e portanto o futuro. E aí está por que, incansável, escreve cartas e mais cartas (RESENDE, 1980, p. 6).

É quando o texto do colunista começa a dar indícios de que avançaria de acordo com os planos do amigo. Ledo engano. Na verdade, revela somente o empenho de Sobral para fazer funcionar o CDDPH. Conta sobre as cartas enviadas também a Alceu e a Barbosa Lima Sobrinho, dando até mesmo as datas nas quais cada uma delas foi redigida, e, fazendo *mea culpa*, assume não ter nenhum dos três lhe dado resposta ou satisfação. E conclui com informações acerca da atuação do advogado na VIII Conferência Nacional dos Advogados do Brasil, realizada em maio de 1980. Imagino que a Sobral, ler essas linhas não o tenham deixado satisfeito, afinal pedia aos amigos envolvimento pessoal. Não desejava entusiastas, embora não os rechaçasse. Pedia, sim, combatentes.

Primeiramente, percebo que o fluxo de cartas entre os amigos se estendeu por meses e partiu quase exclusivamente de Sobral. Otto contou aos leitores ter recebido uma primeira carta acerca da importância do CDDPH ainda na primeira semana do mês de junho daquele ano – anterior a localizada por mim. Depois desta, afirmava, várias outras de mesma autoria e temática chegaram-lhe às mãos até às vésperas da publicação de *A luz da consciência*. Ora, se foram tantas as missivas acerca do plano de ação organizado pelo advogado, por que entre o que lhe foi pedido e o que produziu um texto há tanta distância? Distante também foi o tempo entre a “encomenda” e a “entrega” do produto: quatro meses! E passado esse tempo ninguém além de Otto deu-lhe resposta. Haveria alguma discordância entre eles acerca do CDDPH? Teriam se sentido desconfortáveis com o pedido de Sobral? Ou seriam sinais de desprestígio em relação ao advogado? Reflexos do posicionamento diante dos progressistas?

Graças à correspondência preservada de Alceu, pude perceber que estes sentimentos e reações não foram raros diante de outros pedidos e comentários de Sobral ao amigo. Por isso, volto à documentação selecionada em seu arquivo pessoal, avanço a leitura até o mês de outubro de 1980 e, finalmente, localizo a carta assinada por Sobral que, tendo por mote o artigo de Otto publicado dias antes, volta a insistir no pedido feito meses antes. Não sem antes parabenizá-lo

pela crônica publicada naquele mesmo dia, qualificada como "notável sobre todos os aspectos"²³².

Apesar do elogio, duvidava do papel atribuído por Alceu ao presidente Figueiredo no processo de redemocratização do país, ressaltando, em contrapartida, o papel de "homens como você [Alceu]"²³³ no combate à tortura, à violência e ao terrorismo. Essa fórmula argumentativa foi utilizada também quando escreveu a Otto, demonstrando a crença do advogado no papel dos intelectuais no ordenamento político e social do país.

Dessa forma, justifica a insistência junto a Otto, Barbosa Lima Sobrinho e Alceu, e amplia o círculo de atuação que passa a envolver também Austregésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), garantindo: "Ninguém poderá censurar a você e aos jornalistas que promoverem esta campanha, uma vez que o que estão pedindo é que seja cumprida uma lei do país"²³⁴. Ainda que não fosse esta a justificativa de Alceu a não adesão à campanha, o fato de Sobral tentar tranquilizar o amigo acerca de uma possível censura denuncia a persistência de um clima de controle sobre a imprensa ou, ainda, sobre as pautas levantadas por ele tendo em vista a sugestão de não citar seu nome no artigo.

Cerca de um mês depois, *JB* publicava *Pelos direitos humanos*, assinado por Tristão de Athayde. Nele, o escritor não só cita Sobral como sugere seu nome a honrarias, comparando-o ao ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1980, Adolfo Perez Esquivel, que, na Argentina, colocou-se "a serviço dos perseguidos, ou injustiçados, desafiando as instituições militares ditatoriais do seu próprio país, sem qualquer pretensão política partidária, mas a serviço da causa universal da verdadeira civilização, baseada no respeito aos direitos intocáveis da pessoa humana" (ATHAYDE, 1980, p. 11). Faz entre eles, sutilmente, apenas uma distinção: Perez agia fora do alcance da imprensa do seu ou do nosso país, encontrando "ressonância considerável, entre os homens sem direitos e sem carinho, que constituem o bagaço esquecido, marginalizado ou torturado, de uma civilização tecnocrática e consumista" (ATHAYDE, 1980, p. 11).

Se exemplifica a luta em defesa dos direitos humanos com sua atuação na VIII Conferência Nacional da OAB, quando defendeu a tese *A liberdade e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana* e mostra ao leitor o empenho do advogado em tornar o

²³² Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Alceu Amoroso Lima, de 09 de outubro de 1980, p. 1. Disponível em CAALL/ATA.

²³³ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Alceu Amoroso Lima, de 09 de outubro de 1980, p. 1. Disponível em CAALL/ATA.

²³⁴ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Alceu Amoroso Lima, de 09 de outubro de 1980, p. 4. Disponível em CAALL/ATA.

CDDPH, revela nas entrelinhas algumas críticas que completam o quadro de justificativas das demoradas tratativas até que começassem a aparecer na imprensa os artigos ‘encomendados’ por Sobral.

Considerando perfeitamente realizável a intenção de tirar o Conselho do estado teórico e nominal ao funcionamento prático – algo que estaria já em processo de realização –, duvidava que a simples atuação efetiva de um conselho tivesse força suficiente para livrar os brasileiros do clima de violência em que viviam desde 1964. Entretanto, mesmo não acreditando “que esse Conselho [pudesse] alcançar num meio popular intoxicado pela violência e pela opressão dos pobres e dos sem voz”, reconhecia a importância de dar a ele o mesmo *status* político e social, bem como meios econômicos e independência, atribuído, por exemplo, ao Conselho Nacional de Educação. E concluiu:

Se a campanha por sua ativação, promovida por Sobral Pinto, conseguir que um Conselho realmente livre e ativo nos liberte do clima de violência e arbítrio, que vai do desaparecimento do Deputado Rubens Paiva até o mistério que vem cercando os últimos atentados de um terrorismo de autores pretensamente ignorados, será ainda pouco que seja atribuído a um Sobral Pinto o mesmo que foi concedido a um Perez Esquivel (ATHAYDE, 1980, p. 11).

Por insatisfação com o apresentado acerca do Conselho ou pelo deleite de ver seu nome cogitado ao Prêmio Nobel da Paz ou por ambos, Sobral reservou-se a agradecer “pelo seu artigo da semana passada, em que com a generosidade de sempre, pôs em evidência imerecida a minha pessoa”²³⁵, aproveitando para recordar que Raymundo Faoro, quando presidente do Conselho Federal da OAB, arquivou, em silêncio, o ofício encaminhado pelos advogados de Manaus que indicavam seu nome para o mesmo prêmio. Esta mesma carta, serviu para encaminhar a cópia de uma outra, destinada a Dom Marcos, com quem Sobral debatia acerca da atuação do governo sobre assuntos da Igreja e, por isso, fazia a clássica recomendação de não publicizar a divergência o assunto, salientando ter-se mantido discreto nas divergências que teve com Corção e com o próprio Alceu. Não se sabe se por esta recomendação ou pela referência lamurirosa a Faoro, fato é que recebeu do destinatário, em letras quase garrafais, a classificação: CHATO e nada mais acerca desse assunto foi localizado na correspondência consultada nem por meio das combinações de busca disponíveis no *site* da Hemeroteca Digital da BN.

Mas uma outra demonstração do empenho de Sobral na tarefa de educar a juventude de acordo com os preceitos tradicionais da Igreja por meio da imprensa. Desta vez o foco eram as

²³⁵ Carta de Heráclito Fontoura Sobral Pinto remetida a Alceu Amoroso Lima, de 20 de novembro de 1980, p. 1. Disponível no CAALL/ATA.

mulheres. Uma carta escrita a Roberto Marinho cujo tema foi a proposta de legalização do aborto, foi publicada em *O Globo*, em 14 de fevereiro de 1980. Vale ressaltar que tal carta chegou às mãos de seu destinatário graças a uma intervenção de Otto, mobilizado a usar seu prestígio e amizade junto ao empresário no sentido de fazer publicar a carta-protesto contra o cancelamento do aborto como crime²³⁶.

No mesmo mês, mobiliza Hargreaves para que este acesse seus contatos na imprensa mineira com a finalidade de fazer publicar nos periódicos locais cartas trocadas com o delegado de Juiz de Fora e com o Secretário de Segurança de Goiás acerca da proibição e prisão de mulheres que fizessem *topless* durante o Carnaval. Havia nele a crença absoluta de que poderia mudar o mundo.

Envolvido nos temas morais, portanto, sociais, Sobral sem sombra de dúvidas se dedicou a atuar junto às autoridades no sentido de tornar o país uma democracia. No entanto, é importante lembrar que Sobral era antes de tudo um católico apostólico romano. Portanto, sua noção de democracia era pautada nos valores morais da Igreja. A máxima agostiniana “odiar o pecado, amar o pecador” era repetida por ele quando se tratava de defender presos políticos, especialmente os comunistas. Mas era relativizada ao tratar dos “pecados femininos”. Engajadas no embate pelo direito sobre seus próprios corpos, mulheres que desejavam o divórcio, posicionavam-se a favor do aborto ou ambicionavam igualdade de oportunidades de trabalho eram consideradas “corrompidas pelo paganismo”, indignas. Condição esta que deveria ser corrigida e que também estava na esfera de atuação do laicato católico, conforme afirmou em carta a Hargreaves:

É inadiável, dileto amigo, o início, no nosso meio, de uma reação contra o paganismo que está depravando a mulher brasileira, e dissolvendo o instituto da família. Se a mulher vem a perder o pudor, o recato e a modéstia, em nosso País, difícil, senão impossível, será conseguir transformar a nossa Pátria numa grande Nação. A restauração da dignidade feminina e do valor da virgindade é condição indispensável para a realização não só da nossa perfeição espiritual, mas também do nosso progresso temporal²³⁷ (SOBRAL PINTO, 1980, p. 3).

Mostrando ao amigo ter dado alguns passos nesse sentido, compartilha carta escrita naquela mesma data ao Coronel Herbert de Bastos Curado, Secretário de Segurança Pública de Goiás. Nessa ocasião, cumprimenta-o por afirmar que toda mulher de *topless* em público será

²³⁶ Cf. SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Otto Lara Resende, Rio de Janeiro, 05 fev. 1980. IMS/Arquivo Otto Lara Resende.

²³⁷ Carta de Heráclito F. Sobral Pinto remetida a Henrique José Hargreaves, de 28 de fevereiro de 1980, p. 3. Disponível em MAPRO/Arquivo Henrique J. Hargreaves.

detida, tendo advertido a todos os dirigentes de clubes sobre a proibição e afirmando que já havia cela reservada para manter presas, até quarta de cinzas, aquelas que forem detidas. Sugere, então, que

em colaboração com autoridades eclesiásticas, educadores, chefes de família, conscientes de suas responsabilidades, seja organizado um programa de educação e formação moral da juventude, que focalize as excelências do pudor e do recato, e acentue, simultaneamente, a necessidade de evitar a paganização alarmante dos costumes públicos e privados, com a desagregação da família e a desmoralização da mulher²³⁸ (SOBRAL PINTO, 1980, p. 1-2).

Dessa forma, a atuação de Sobral Pinto no cenário político e moral brasileiro exemplifica a complexidade das interações entre valores religiosos e a defesa de ideais democráticos. Embora tenha se dedicado a promover uma democracia pautada nos valores morais da Igreja Católica, suas atitudes revelam uma visão ambígua e seletiva em relação aos direitos das mulheres. A consideração das mulheres que buscavam o divórcio ou a igualdade no trabalho como "corrompidas pelo paganismo" e a ênfase na restauração da dignidade feminina, como expresso em suas cartas, mostram como os valores morais e religiosos moldaram suas ações e perspectivas.

²³⁸ Cópia xerográfica de carta de Heráclito F. Sobral Pinto destinada ao Secretário de Segurança Pública de Goiás, Coronel Herbert de Bastos Curado, de 22 de fevereiro de 1980. A carta foi reproduzida e anexada por seu autor à missiva remetida a Henrique J. Hargreaves, de 28 de fevereiro de 1980.

CONCLUSÃO

A correspondência pessoal de um indivíduo é, portanto, um espaço definidor e definido pela sua sociabilidade. É por meio dela que as pessoas, mesmo distantes fisicamente, podem trocar ideias e afetos, construir projetos mútuos ou discutir planos opostos, estabelecer pactos ou polêmicas e organizar ações conjuntas. Esses documentos permitem, em síntese, esboçar a rede de relações sociais de seus titulares e conhecer o seu grupo de interlocutores, sua comunidade de leitores, suas ‘fontes’ de inspiração. Pode-se, portanto, definir a correspondência como o local por excelência da expressão das intenções e das trocas de ideias, espaço de sociabilidade e inspiração.

Venancio, 2002, p. 223.

Sobral deixara registradas suas reflexões sobre ações, afetividades e projetos e marcas do seu processo de reapropriação singular do social (FERRAROTTI, 1988, p. 27), num movimento que proporcionou o conhecer-se a si mesmo e o definir-se no que lhe é particular. Ao abordar suas cartas como um dos espaços formativos e de intervenção intelectual na sociedade foi possível compreender o processo de formação de Sobral como intelectual católico e perceber seus posicionamentos acerca da educação.

Para além de atuar como professor universitário e estar inserido em instituições civis com instâncias educativas em seu projeto, como o CDV e a Ação Católica, Sobral lutou por construir junto a outros intelectuais e também perante a sociedade, autoridade e imagem de si que se converteria em exemplo aos brasileiros. Os subsídios para tal afirmação estão também nos livros que publicou nos anos de 1977 e de 1979, bem como no documentário biográfico autorizado dirigido por Espinheira (1979). Tanto nos livros quanto no curta-metragem, a voz de Sobral Pinto foi a norteadora de um enredo baseado na defesa de comunistas como símbolo

da defesa da liberdade e dos direitos humanos, cuja mensagem final era a da ética e do amor ao próximo. Mas essa produção publicizada sob o aval do advogado e intelectual católico, como apontado aqui, permitia a seus interlocutores iniciais e finais conhecê-lo de acordo com a forma como ele mesmo se apresentava, ou seja, apenas por elementos ou características que elegeu para compor sua imagem de advogado desassombrado, homem do diálogo e defensor incansável dos direitos da pessoa humana, expressão esta adotada para ressaltar as bases sobre as quais elaborava seus ideais: a Doutrina Social da Igreja Católica. Pois ao defender os direitos da pessoa humana em lugar dos direitos humanos, a doutrina católica e, por conseguinte, Sobral ressaltavam o que haveria de eterno no homem, conferindo-lhe o valor de criação divina.

Lições de liberdade (1977), *Por que defendo os comunistas* (1979), *Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto, profissão advogado* (1979) são retratos de Sobral e, como tal, são recortes selecionados e editados por quem os fez. E, no caso do documentário dirigido por Tuna Espinheira, a montagem do cenário contou com a colaboração de sujeitos com autoridade indiscutível para chancelar o advogado e intelectual católico como *avis rara*, nas palavras de Alceu Amoroso Lima, principal representante da cultura católica; como advogado de qualidade superior, na perspectivas dos grandes nomes do direito da época, Raymundo Faoro e Heleno Fragoso; e como personalidade histórica, como afirmou o historiador Hélio Silva, reconhecido pelas análises acerca da política republicana no país. E são esses os retratos que resistiram à ação do tempo e estão diante dos olhos dos juristas atuais, independente das lentes por meio das quais escolhem ver o mundo que os cerca, algo que fica patente ao termos em vista os diversos artigos publicados na imprensa periódica especializada do período em que o Brasil teve sua trajetória política tão fortemente impactada por ações controversas do judiciário do país. Uma mesma ação - a defesa de comunistas - interpretada de maneiras diametralmente opostas por juristas de visões de mundo tão opostas quanto.

Do contexto experienciado por mim e milhões de brasileiros ao acompanharmos os rumos da política atravessados por uma turma jurídica do Sul, vi surgir a imagem de um homem exemplar, de coragem e ética irretocável, acessada de maneiras tão díspares que logo me surgiram os primeiros questionamentos: quem foi ele? como se deu o processo de elaboração dessa imagem que se converteu em “lições” aos advogados brasileiros?

Essas dúvidas foram se consolidando em objeto de estudo para a história da educação na medida em que dava os primeiros passos em busca de informações biográficas sobre Sobral Pinto e tive a oportunidade de conhecer a correspondência pessoal de Henrique José

Hargreaves, o intelectual católico juizforano com quem estabeleceu e esforçou-se em manter viva uma amizade genuína por mais de cinquenta anos. Com as cartas à mesa pude identificar uma predisposição daqueles amigos em tornar seus movimentos parte de uma ação educadora da juventude, em especial, da juventude católica que ocupava os espaços universitários. Com isso, as palavras de Venancio (2002) se tornaram a voz que sintetizou o trabalho de leitura, interpretação e organização aplicado por mim sobre não só a correspondência trocada entre Hargreaves e Sobral como a deste para com Alceu, ponto importante do circuito de missivas postas a circular pelo advogado e intelectual católico, conforme pude observar já nos conjuntos epistolares arquivados por Hargreaves.

Estando indisponível para consulta o arquivo de Sobral Pinto, os arquivos pessoais de Alceu e Hargreaves tornaram-se fundamentais por conter a correspondência ativa e passiva mantida com o advogado e intelectual católico, principalmente as guardadas no arquivo do mineiro. Nele, quase nada parece ter sido desfeito ou descartado, ao menos no que diz respeito às missivas cujo tema central não estivesse restrito à intimidade dos amigos ou de terceiros. Para cada missiva recebida com o nome de Sobral firmado, há a provável resposta de Hargreaves. Digo "provável" porque não se pode negligenciar os acasos, os reveses, as revisões e mesmo os ânimos que podem tornar o que parecia fundamental e urgente, irrelevante e dispensável, portanto, algumas cartas podem ter sido guardadas apenas como projeto não concluído ou esboço de uma outra considerada mais adequada à ocasião.

Quanto às mensagens de cunho exclusivamente íntimo há alguns poucos indícios de que existiam, detalhadas e reveladoras, como a carta por meio da qual Sobral detalhava seus sentimentos diante do casamento de uma das filhas com um homem divorciado, ou da neta que teimava em casar-se somente no civil, ou, ainda, do vazio que o tomara após o falecimento da esposa. Mas ali não era o lugar delas. Com exceção da última carta citada, as outras estavam acondicionadas em seus envelopes originais com a inscrição "queimar", sugerindo não só um descuido por fazer resistir ao tempo algo que deveria ter sucumbido ao fogo anos atrás, mas a existência de uma consciência que guiava um certo projeto de arquivo em consonância com um desejo de preservar-se à posteridade e contribuir com a construção de uma história baseada na "verdade dos fatos", por ser contados por quem os vivenciou, por seus atores.

Posso afirmar que o desejo de Hargreaves, compartilhado por outros intelectuais que cuidaram de preservar sua correspondência, foi parcialmente atendido por este estudo. De fato, mergulhei no grande mar formado pelas epístolas de intelectuais, observando, identificando e mapeando as complexas correntes de assuntos, sentimentos, ideias e planos que entrecruzaram

cada mensagem trocada entre remetente e destinatário(s), todavia o que me levou a isto não foi a vontade de encontrar a “verdade dos fatos”, e sim um entendimento acerca do duplo papel da correspondência pessoal nas redes de sociabilidade intelectual. Primeiramente, por moldarem relações na medida em que permitem troca de ideias, sentimentos e intenções, definindo a natureza e a profundidade dos vínculos estabelecidos. Por outro lado, essa mesma correspondência é molda pelas normas e expectativas do círculo social do remetente. A escolha de palavras, o estilo e, inclusive, a frequência das cartas refletem as influências culturais e as demandas das redes às quais o indivíduo pertence. Com isso, as correspondências sistematicamente guardadas por Hargreaves, Sobral, Alceu importaram a este estudo pela capacidade de refletir a dinamicidade das interações entre o indivíduo e seu ambiente social e intelectual, e não pela pretensão de repositório da verdade.

Dessa forma, ao ter sobra a mesa cartas publicadas, íntimas e aquelas reservadas ao interesse do pesquisador, pude me aprofundar tanto nas lições ainda recitadas por juristas brasileiros quanto localizar outras um tanto esquecidas ou nem tão explícitas, consequências das propostas executadas nos Capítulos 1 e 4, enquanto nos Capítulos 2 e 3 pude relativizar a naturalidade com que se atribui a Sobral uma imagem de paladino da justiça na medida em que aponto uma variação no sentido do termo “amigo” nas relações estabelecidas com Hargreaves e com Alceu tributária dos distanciamentos ideológicos, mas ainda vinculados a um sentimento de fraternidade que remete ao evento fundador desse grupo, que tornara mais fortes os laços que os uniram tantos anos antes: a organização do Centro Dom Vital. E, também, demonstro que suas ideias, palavras e ações não eram fruto de uma mente solitária, de um sujeito que, por sua sinceridade, torna-se companhia incômoda – conforme declarou em seus livros –, mas, sim, fortemente vinculadas a um pensamento católico tomado por ele como reto, ou seja, nem à esquerda, nem à direita, ou melhor, nem adepto da Teologia da Libertação, nem do colaboracionismo com o governo ditatorial que desrespeitava os elementos essenciais a qualquer sociedade desenvolvida: o respeito às leis e a adesão à cultura católica. Suas ideias, palavras e ações eram compartilhadas, encorpadas e lapidadas nas trocas epistolares com Hargreaves e Alceu, mas nem sempre as lições elaboradas a partir destas produções eram aprovadas de maneira unânime entre eles.

Grosso modo, o movimento desta Tese consistiu em lançar luzes sobre, respectivamente, a forma como Sobral se apresentava a sua plateia, os contrastes entre visões mais humanizadas sobre ele e os esforços para manter incólume a face de herói, os caminhos por meio dos quais promovia sua autoformação intelectual e a importância da troca epistolar

entre amigos neste processo, e, por fim, os reflexos deste processo nas lições destinadas à juventude católica e, por extensão, às instituições de ensino católicas e aos professores que nelas atuavam. Ao fazer isto, pontos importantes acerca das escolhas e estratégias adotadas por Sobral em seu itinerário ganham relevância e, assim, considero importantes serem ressaltadas aqui.

Os pontos não são traçados em linha reta, mas de maneira a avançar e recuar no caminho, formando um percurso espiralado que circunda um único eixo: a crença e a adesão total ao apostolado leigo católico. Ao compreender tal circuito encontra-se uma lógica que explica a defesa de marxistas em âmbito jurídico e a tentativa de erradicação deles em todo e qualquer espaço de domínio da Igreja Católica, o que incluía, claro, as universidades católicas, o Centro Dom Vital, os seminários, as igrejas do país. Segundo seu entendimento, no primeiro caso tratava-se de acudir o pecador, no segundo, livrar-se do pecado, conforme fórmula de Santo Agostinho – amar o pecador, odiar o pecado – que costumava recitar como síntese de seu apostolado, sem considerar, no entanto, o impacto de suas ações sobre os marxistas, algo que fica evidente ao se referir à demissão de vários professores alinhados a tal pensamento das universidades católicas após Aula Magna proferida na PUC-Rio no início de 1980.

Sob a alegação de estar sofrendo dificuldades orçamentárias, reitores de universidades católicas também do Sul e do Nordeste do país demitiram dezenas de professores e professoras, gerando grande comoção na imprensa periódica que denunciava o desmonte de cursos nos quais predominavam professores considerados perigosos à doutrina católica e a negligência da universidade quanto ao compromisso com a diversidade de pensamentos e a produção científica. Entretanto, quando posto diante desta questão, Sobral apoia e justifica como perfeitamente compatível com a missão das universidades católicas. Essa é a mensagem que deixa ao professor da PUC-Rio e, até então, companheiro do Centro Dom Vital ao refutar as colocações de Antonio de Rezende em carta acerca da suspensão de curso sobre a Igreja Católica organizado na Faculdade Bennett. Em nenhum instante o advogado e intelectual católico faz menção a uma crise financeira como motivação para as demissões, o que permite concluir, na melhor das hipóteses, numa confluência entre necessidade e oportunidade para os reitores católicos aplicarem aquilo que foi defendido por Sobral não só diante dos membros da comunidade acadêmica, como da imprensa e do clero.

As elaborações acerca da “impossibilidade de se batizar o marxismo”, ou seja, da impossibilidade de aproximação entre o pensamento católico e o pensamento marxista contaram com a colaboração de Hargreaves e Alceu, mas nada do que levou à plateia ali

chegou sem antes passar pelo aval de D. Eugênio Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro e a quem se remetia especialmente antes de se dirigir a um membro do clero ou a um leigo com o objetivo de discutir temáticas relacionadas à Igreja.

Nesse aspecto, as cartas compartilhadas, que seguiam junto a cartas destinadas a Hargreaves e a Alceu, tiveram destaque pois permitiram identificar e compreender a teia que envolvia o tratamento de questões ligadas à unidade da doutrina católica e às ações necessárias para se alcançar esse fim. Além disso, é possível perceber a posição de destaque de Sobral dentro do laicato, a liberdade, a autoridade e o poder de alcance se sua fala. Nas cartas que envolveram o Arcebispo de Juiz de Fora, D. Geraldo Penido, ficam evidentes as estratégias de Sobral para identificar membros do clero que precisariam ser enquadrados de maneira a afastarem-se de ideologias consideradas perigosas – para isto, entenda-se pensamento progressista, pois se são abundantes os indícios de sua ação sobre Bispos alinhados à Teologia da Libertação, não há sequer um único documento que demonstre preocupação com falas e atitudes de membros do clero reacionário.

Ademais, esse é um tema que pode ser aprofundado em estudos futuros e entram neste rol outros circuitos de correspondência intelectual dos quais Sobral participou, pois há momentos em que sua fala permite perceber a composição de outros grupos de conversas via cartas para tratar de assuntos específicos. Esse foi o caso, por exemplo, das discussões acerca dos direitos da pessoa humana. A certa altura, ficou patente que Sobral e Otto Lara Resende compuseram um grupo com a participação de outros intelectuais mineiros. Infelizmente, não pude identificar quem seriam esses sujeitos, algo que talvez possa ser solucionado quando o IMS finalizar o tratamento e disponibilizar toda a correspondência ativa do advogado que se encontra sob sua responsabilidade.

Nas cartas pessoais consultados, há também referências à participação de Sobral em grupos de trabalho formados em conferências católicas internacionais para se debater sobre questões sociais a partir dos preceitos da doutrina cristã, nas décadas de 1940 e 1950. O próprio caso das demissões massivas ocorridas na PUC-Rio e em outras universidades católicas do país entre os anos de 1980 e 1981 podem ser estudados sob a perspectiva dos professores afetados por tal política, alguns deles ainda atuantes no campo acadêmico. Esses foram caminhos vislumbrados, tateados, mas não trilhados no presente estudo por estarem fora dos limites estabelecidos aos seus objetivos e, certamente, merecem pesquisas detidas que poderão gerar artigos, dissertações e teses.

Existem ainda nos arquivos de Hargreaves e Alceu, décadas de conversas travadas com

Sobral e outros intelectuais em papéis inexplorados, à espera do olhar atento do historiador da educação. A mim, impus os limites do objeto delineado para este estudo, o que inclui algumas das questões surgidas neste processo, dentre as quais destaco aquela que mais fortemente guiou a escrita deste trabalho: a compreensão das dimensões pedagógicas da defesa de comunistas na atuação do advogado e intelectual católico Heráclito Fontoura Sobral Pinto.

Assim, enquanto este trabalho buscou desvelar as complexas camadas das práticas pedagógicas empreendidas por Heráclito Fontoura Sobral Pinto, a vastidão dos arquivos ainda não examinados sugere um campo fértil para futuras pesquisas. Estas poderiam expandir ainda mais nossa compreensão sobre como a defesa dos direitos humanos se entrelaça com a educação em um contexto mais amplo. Encerra-se, portanto, esta investigação com a esperança de que as questões levantadas aqui possam servir como um ponto de partida para novos estudos, contribuindo assim para aprofundar nosso entendimento sobre a intersecção entre o direito, a educação e a política no Brasil do século XX.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de; CARNEIRO, Alan. Luís Carlos Prestes. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/luis-carlos-prestes>. Acesso em: 11 maio 2024.
- ACADEMIA Brasileira de Letras. Acadêmicos. Barbosa Lima Sobrinho. 2016. Disponível em <https://www.academia.org.br/academicos/barbosa-lima-sobrinho/biografia>. Acesso em 31 jan. 2024.
- ACADEMIA Brasileira de Letras. Acadêmicos. Tarcísio Padilha, 2021. Disponível em <https://www.academia.org.br/academicos/tarcisio-padilha/biografia>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- ALENCAR, Miriam. TVE, o novo nome da Censura. **Jornal do Brasil**, Caderno B, 29 jul. 1979, p.1.
- ARDUINI, Guilherme R. O Centro Dom Vital: estudo de caso de um grupo de intelectuais católicos no Rio de Janeiro entre os anos de 1920 e 1940. In: RODRIGUES, Cândido M.; PAULA, Christiane J. de. **Intelectuais e militância católica no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p. 45-73.
- ARDUINI, Guilherme R. O Centro Dom Vital: estudo de caso de um grupo de intelectuais católicos no Rio de Janeiro entre os anos de 1920 e 1940. In: RODRIGUES, Cândido M.; PAULA, Christiane J. de. **Intelectuais e militância católica no Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p. 45-73.
- ARDUINI, Guilherme R. **Os soldados de Roma contra Moscou: a atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultural brasileiro (Rio de Janeiro, 1922-1948)**. Orientador: Sergio Miceli. 2014. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23042015-112535/pt-br.php>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- ARNS, Cardeal D. Paulo Evaristo. [Correspondência] Destinatário: Heráclito Fontoura Sobral Pinto. São Paulo, 15 mar. 1980. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.
- ARQUIVO NACIONAL. Entrevista com Roger Chartier. Trad. Lea Novaes. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1-2, jan/dez, 1995, p. 3 - 12. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/232/232>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- ARTIÈRES, Phillipe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998, p. 9-34. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2061>. Acesso em: 01 maio 2024.
- ATHAYDE, Tristão de. Pelos Direitos Humanos. **Jornal do Brasil**, Opinião, 14 nov. 1980, p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_10/21005. Acesso em: 02 jan. 2024.
- ATHAYDE, Tristão de. Um homem. **Jornal do Brasil**, Opinião, 11 out. 1979, p. 11. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/165903?pesq=ortega%20y%20gasset+sobral%20pinto. Acesso em: 17 jan. 2024.

ATHENIENSE, Aristhoteles (Coord.). **Sobral Pinto, o advogado**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

ATHENIENSE, Aristhoteles. A glória de uma recusa. **Diário do Comércio**, [S. l.], 2 nov. 2018. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/economia/a-gloria-de-uma-recusa/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

AULER, Marcelo. Faltou a Moro a dignidade histórica de Sobral Pinto. **Marcelo Auler repórter**. [S. l.], 1 nov. 2018. Disponível em: <https://marceloauler.com.br/faltou-a-moro-a-dignidade-historica-de-sobral-pinto/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

AYARRAGARAY, Lucas. **A anarquia argentina e o caudilhismo**. Trad. Mauro Pacheco. [s.l.] Ed. Pedro Arrua Rodas, 1916.

AYMARD, Maurice. Amizade e convivialidade. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada**. v. 3. Trad. Hildegard Fiest. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 439-481.

AZZI, Riolando. **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: terceira época - 1930-1964**. Petrópolis: Vozes, 2008.

AZZI, Riolando; PEREIRA, Mabel Salgado. **Henrique José Hargreaves: expressão do laicato juiz-forano**. Juiz de Fora: Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino, 2003.

BAIANO faz curta sobre Sobral Pinto. **Jornal do Brasil**, Caderno B, 7 jun. 1979, p. 5

BARBOSA, D. Marcos. Discurso de posse proferido na Academia Brasileira de Letras, em 23 maio 1980 (a). Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/marcos-barbosadom/discurso-de-posse>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BARBOSA, Gustavo Henrique Freire. A covardia da OAB diante dos abusos da Lava Jato. **Justificando**, 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/a-covardia-da-oab-diante-dos-abusos-da-lava-jato/472273683>. Acesso em: 06 abr. 2024.

BARBOSA, D. Marcos. Um artigo sobre o Padre Vito, 1980 (b). [Transcrição s/ referência realizada por Sobral Pinto]

BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Teresa S.; MIGNOT, Ana Chrystina V. (orgs.). **Destino das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

BERMUDES, Sérgio. [Correspondência] Destinatário: Dario de Almeida Magalhães. Rio de Janeiro, 1º fev. 1980, 2 f. MAPRO

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLUME, Bruno A; CEOLIN, Monalisa. Operação Lava Jato: o que é? **Politize!** 19 fev. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lava-jato-combate-corrupcao/>. Acesso em: 22

abr. 2022.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante**. Editora Vozes, 2022.

BOFF, Leonardo. Marxismo na teologia. **Jornal do Brasil**, Caderno Especial, 6 abr. 1980, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pagfis=6086. Acesso em: 21 jan. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

BRAGA, Rubem. Trivial variado. **Jornal do Brasil**, Caderno B, 1 set. 1964, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22rubem%20braga%22+%22francisco%20campos%22&pagfis=57726. Acesso em 22 jul. 2022.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. **Grandes casos: caso Lava Jato**, 2021. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>. Acesso em: 22 abr. 2022.

CABRAL, Cleber Araújo. **Aos leitores, as cartas: proposta de edição anotada da correspondência de Murilo Rubião com Fernando Sabino, Mario de Andrade e Otto Lara Resende**. Or. Eneida Maria de Souza. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016, 360 f. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECAP-A7FGWN>. Acesso em 31 jan. 2024.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Pala Athena, 1990.

CAMPOS, Ari Silva M. **Literatura brasileira I**. São Paulo: Editora Senac, 2023. [Recurso eletrônico].

CAMPOS, N. D.; SOUZA, E. F. D. Maio de 1968 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 63, 2018, p. 205-239. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/40647>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CARDEAL LEME. **Católicos, ao combate! A carta pastoral de 1916**. Petrópolis: Vozes, s/d.

CARDONNEL, Frei Tomas. Deus não é mentiroso como certa paz social. In: SOUZA, Herbert José de; SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **Cristianismo hoje**. Rio de Janeiro: Universitária, 1962. p. 19-23

CARINO, Jaedson. A biografia e sua instrumentalidade educativa. **Educação e Sociedade**, ano XX, n. 67, ago. 1999. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/es/a/pfcpcbYWBnLMVktGRhKKNYM/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. In memoriam: John Watson Foster Dulles (1913-2008), a vocational historian. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 42, jul/dez 2008, p. 125-132. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/cS6GXYhmpkRrn78QXbhtrw/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CAUVILA, Walter. Alceu, Educador. **Horizontes**, v. 29, n. 2, p. 7-16, jul./dez.2011. Disponível em: [http://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portalUSF/revistas/horizontes/V29-n2-2011/uploadAddress/revistahorizontes_vol29_02_artigo01\[18967\].pdf](http://lyceumonline.usf.edu.br/webp/portalUSF/revistas/horizontes/V29-n2-2011/uploadAddress/revistahorizontes_vol29_02_artigo01[18967].pdf) Acesso em: 24 set. 2022.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Joaquim Justino Alves Barros. In:_____. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2009a. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-justino-alves-bastos>. Acesso em: 18 set. 2022.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Armando de Moraes Âncora. In:_____. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 2009b. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ancora-armando-de-moraes>. Acesso em: 18 set. 2022.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Jackson de Figueiredo. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001a. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson_de_figueiredo>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Sebastião Leme. In:_____. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001b. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/sebastiao_leme>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Unesp, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. O homem de letras. In: VOVELLE, Michel (org.). **O homem do Iluminismo**. Trad. Maria Georgina Segurado. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 117-153.

CHEFES militares advertem Lacerda. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 out. 1963, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&Pesq=%22povo%20desfibrado%22&pagfis=44318. Acesso em: 22 jul. 2022.

CHENU, Marie-Dominique. Les signes des temps. **Nouvelle Revue Théologique**, v. 87, n. 1, 1967. Disponível em <https://www.nrt.be/fr/articles/les-signes-des-temps-1508>. Acesso em 05

mar. 2024.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COMISSÃO da Verdade do estado de São Paulo. Relatório Final, 12 março 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>. Acesso em: 16 jul 2022.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. **Constituição Dogmática *Lumen Gentium***. Vaticano: 1964. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 06 abr. 2024.

COUTINHO, Amélia. Amauri Kruel. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, CPDOC/FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/kruel-amauri>. Acesso em 23 jul 2022.

COUTINHO, Amélia. Heráclito Fontoura Sobral Pinto. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heraclito-fontoura-sobral-pinto>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CRISE faz PUC buscar ajuda no MEC, **Jornal do Brasil**, 1º Caderno, 13 mar. 1980, p. 19. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/4473. Acesso em: 10 jan. 2024.

CUNHA, Maria Teresa S. Essa coisa de guardar: homens de letras e acervos pessoais. **História da Educação**, v. 12, n. 25, maio/ago. 2008, p. 109-130. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4891583>. Acesso em: 30 abr. 2024.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Ary Dillon; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DELAUNAY, John Baptist S. Pierre-Suzanne-Augustin Cochin. In: HERBERMANN, Charles George et al (Org). **The Catholic Encyclopedia: na international work of reference on the constitution, doctrine, discipline, and history of Catholc Church**, 1913, vol. IV, p. 78. Disponível em: https://en.wikisource.org/wiki/Page:Catholic_Encyclopedia,_volume_4.djvu/108. Acesso em: 30 abr. 2024.

DIAS, Sonia. Epitácio Pessoa. In: **Atlas histórico do Brasil**, CPDOC, FGV, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/epitacio-pessoa>. Acesso em: 18 jul 2022.

DIZ o Sr. Francisco Campos: "Entregue o poder, Sr. Getúlio Vargas". **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 3 mar. 1945, p. 1-2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_03&Pesq=francisco%20camp os&pagfis=19823. Acesso em: 22 jul. 2022.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DR. HERÁCLITO Sobral Pinto, profissão advogado. Dir. Tuna Espinheira. Regina Filmes,

1979, 22 min.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política e Golpe de Estado.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

DULLES, John W. F. **Resisting Brazil's Military Regime: An Account of the Battles of Sobral Pinto.** Texas: University of Texas Press, 2007.

DULLES, John W. F. **Sobral Pinto: a consciência do Brasil.** Trad. Flávia Mendonça Araripe. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUROZOI, G. e ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia.** Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993.

ESPINHEIRA, Tuna (entrevista). In: SETARO, André. **Dr. Sobral Pinto – um documentário-depoimento.** 18 jun. 2007. Disponível em: <https://setarosblog.blogspot.com/2007/06/dr-sobral-pinto-um-documentario.html>. Acesso em: 07 abr. 2024.

FABRICIO, Edison Lucas. **A fé na educação: a trajetória, a obra e o "apostolado intelectual" do Padre Leonel Franca (1893-1948).** 427 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

FARIA, Fabiano Godinho. **João Goulart e os militares na crise dos anos de 1960.** Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em História Social - Departamento de História, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/855888.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.

FREIXO, Adriano de; RISTOF, Taís. Dalmo Dallari: educação e conscientização para os direitos humanos. In: SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio (orgs.). **Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos.** Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010, p. 148-158.

FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

GALVÃO, Walnice N.; GOTLIB, Nádia B. **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GALVÃO, Walnice Nogueira. À margem da carta. In: GALVÃO, Walnice Nogueira. **Desconversa, ensaios críticos.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 154-163.

GARCIA, Anderson dos S. **As defesas dos comunistas Luiz Carlos Prestes e Harry Berger durante a ditadura de Vargas.** 33f. Monografia. Especialização em Direito Penal. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K221290.pdf. Acesso em: 10 jan.

2022.

GERRY, Monsenhor. **A Doutrina Social da Igreja**. Lisboa: Livraria Sampedro Editora, 1953.

GOETHE. **Afinidades eletivas**. Trad. Conceição G. Sotto Maior. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. (Coleção Universidade de Bolso). (Trabalho original publicado em 1809).

GOLDMAN, E.; MUAZE, M. Sobral Pinto: uma memória em construção. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo F. S.; Martins, P. E. M. (orgs.). **Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7-24.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos; uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teología de la liberación: perspectivas**. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones - CEP, 1971.

HABIB, Paulo Paulinelli. **O ethos na argumentação: análise discursiva de uma carta-protesto de Sobral Pinto ao presidente Costa e Silva**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 184 f., 2008.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.

HARGREAVES, Henrique J. [Correspondência] Destinatário, Heráclito F. Sobral Pinto. Juiz de Fora, 4 maio 1974, 6 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

HARGREAVES, Henrique J. [Correspondência] Destinatário, Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Juiz de Fora, 19 out. 1976, 3 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

HARGREAVES, Henrique J. [Correspondência] Destinatário, Heráclito F. Sobral Pinto. Juiz de Fora, 14 ago. 1978, 6 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

HARGREAVES, Henrique J. [Correspondência] Destinatário, Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Juiz de Fora, 16 maio 1979, 2 f. MAPRO

HARGREAVES, Henrique J. [Correspondência] Destinatário: Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Juiz de Fora, 23 nov. 1980, 4f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

HARGREAVES, Henrique J. [Correspondência] Destinatário: Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Juiz de Fora, 23 ago 1971. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

HARGREAVES, Henrique J. [Correspondência] Destinatário: Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Juiz de Fora, 12 maio 1981. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

HARGREAVES, Henrique J. [Correspondência] Destinatário: Heráclito F. Sobral Pinto. Juiz

de Fora, 02 abr. 1979, 2 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

HARGREAVES, Henrique José. [Correspondência] Destinatário: Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Juiz de Fora, 09 maio 1980, 2f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

HARGREAVES, Henrique José. [Correspondência] Destinatário: Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Juiz de Fora, 4 mar. 1984, 5f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

HARGREAVES, Henrique José. [Correspondência] Destinatário: Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Rascunho). S. l., [1982b], 2 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

HARGREAVES, Henrique José. [Correspondência] Destinatário: Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Rascunho). S. l., [1982a], 5 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HENRIQUES, Mendo C. **Teologia, filosofia e política: a democracia como sistema e visão.** Didaskalia, v. 46-II, 2016, p. 143-157.

JEANNENEY, Jean-Nöel. A mídia. In: RÉMOND, René (Dir.). **Por uma história política.** Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª ed., 2003.

JORNALEIROS sofrem ameaças no Paraná. **Diário de Pernambuco**, Últimas Notícias, Recife, 12 jul. 1980, p. A-12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22juca%20pato%22%20+%20%22sobral%20Pinto%22&pagfis=193810. Acesso em: 12 jan. 2024.

JOSAPHAT, Frei Carlos. **Evangelho e revolução social.** 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

JUCA Pato (a). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 299, 3 fev. 1979. Livro, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22juca%20pato%22%20+%20%22sobral%20Pinto%22&pagfis=193810. Acesso em: 29 nov. 2021.

JUCA Pato (b). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 313, 17 fev. 1979. 1º Caderno, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22juca%20pato%22%20+%20%22sobral%20Pinto%22&pagfis=194493. Acesso em: 29 nov. 2021.

JUCA Pato será o prêmio do intelectual do ano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 dez. 1962. Disponível em: https://www.ube.org.br/lermais_materias.php?cd_materias=3&friurl=-_JUCA-PATO---INTELLECTUAL-DO-ANO-_.Ye6XJ_7MLIW. Acesso em: 29 nov. 2021.

JULLIER, Laurent; MARIE, Michel. **Lendo as imagens do cinema.** trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

KOTRE, John. **Luvas brancas: como criamos a nós mesmos através da memória.** Trad. Flávia Villas-Boas. São Paulo: Mandarim, 1997.

KUBITSCHKE, Juscelino. [Correspondência] Destinatário: Heráclito F. Sobral Pinto, 9 fev. 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Por que defendo os comunistas.** Belo

Horizonte: Ed. Comunicação, 1979.

LACERDA, Lílian Maria de. Lendo Vidas: A memória como escritura autobiográfica. In: MIGNOT, Ana Chrystina V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Teresa S. (orgs). **Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000.

LAMARÃO, Sérgio. Liga de Defesa da Legalidade. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-de-defesa-da-legalidade>. Acesso: 18 mar. 2021.

LANZA, Fábio; NEVES JR., José Wilson A.; PIOVANI, Luan P. O Movimento pela Anistia durante a Ditadura Militar Brasileira (1964 –1985): análise comparativa com os arquivos do SNI do Paraná e do jornal “O São Paulo”. **Cadernos de pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 33, n. 2, p. 310-335, jul./dez. 2020. DOI 10.14393/cdhis.v33n2.2020.55644. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/55644/30677>. Acesso em: 2 jan. 2022.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau a Internet**. Trad. Jovita Maria G. Noronha e Maria Ines C. Gueges. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LIMA, Alceu A. **A Ordem**, Rio de Janeiro, dez. 1928, p. 5.

LIMA, Alceu Amoroso. [Correspondência] Destinatário: Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Rio de Janeiro, 24 jan. 1974. CAALL, Arquivo Tristão de Athayde (ATA).

LIMA, Alceu Amoroso. **A política**. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

LIMA, Alceu Amoroso. **Introdução à economia moderna**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Agir, 1961.

LIMA, Danilo P. **Legalidade e autoritarismo: o papel dos juristas na consolidação da Ditadura Militar de 1964**. Tese (Doutorado em Direito). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-graduação em Direito. São Leopoldo, RS, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7172/Danilo%20Pereira%20Lima_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 jul. 2022.

MAGALHÃES, Dario de Almeida. [Correspondência] Destinatário: Sérgio Bermudes. Rio de Janeiro, 1º fev. 1980, 1 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

MARITAIN, Jacques. **A Igreja de Cristo, a pessoa da Igreja e seu pessoal**. Trad. Abadia de Nossa Senhora das Graças. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. **Uma cristandade iluminista: intelectuais católicos leigos em Juiz de Fora**. Dissertação. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, 1999.

MATARELLI, Juliane. Panorama das edições de livros em Minas Gerais: de 1806 aos dias atuais. In: MATARELLI, Juliane; QUEIROZ, Sônia. **Editoras mineiras: panorama histórico**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2011. v. 1, p. 5-25. Disponível em:

http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/eventos/vivavoz/Editoras%20mineiras%20panorama%20hist%C3%B3rico.pdf. Acesso em 16 jul 2022.

MENDES JUNIOR, Gessildo. Rebelião dos Marinheiros (1961-1964) no Rio de Janeiro.

Disponível em:

http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212949819_ARQUIVO_REBALI AODOSMARINHEIROS.pdf.

MIGNOT, Ana Chrystina, CUNHA, Maria Teresa Santos. Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, jan./abr, 2006, p. 40-61.

MIGNOT, Ana Chrystina. Artesãos da palavra: cartas a um prisioneiro político tecem redes de ideias e afetos. In: BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Teresa S.; MIGNOT, Ana Chrystina V. (orgs). **Destino das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 115-136.

MIGNOT, Ana Chrystina. Editando o legado pioneiro: o arquivo de uma educadora. In: MIGNOT, Ana Chrystina; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Teresa S. (orgs). **Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 123-144.

MIGNOT, Ana Chrystina; ALBUQUERQUE VARELLA, Jacqueline de. Em prol de uma política educativa continental: a educadora Alba Cañizares do Nascimento em viagem ao Uruguai e Argentina. **Educa**, Porto Velho, v. 10, jan./dez. 2023. p. 1-26.

MIRANDA, Tiago C. P. dos R. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice N.; GOTLIB, Nádia B. **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MONTEIRO, Fernando; SILVA, Cláudia Neves da. A cruz e o compasso: uma intrincada relação histórica. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, n. 19, v. 1, jan./jun. 2011, p. 19-31. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K221290.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

MONTENEGRO, Darlan; MOTTA, Luiz Eduardo Pereira da. Luiz Eduardo Greenhalgh: um militante dos direitos humanos. In: SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio (orgs.). **Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010, p. 207-214.

MORRE o Senhor Justiça. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1991, p. 10A.

MOURA, Carlos André Silva de. A pastoral de Dom Sebastião Leme em 1916 e o projeto de politização do clero. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano IX, n. 25, maio/ago. 2016, p. 23-38.

MOURA, Carlos André Silva de. **Histórias Cruzadas: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910 - 1942)**, 443 f. Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2430488. Acesso em: 02 maio 2024.

MURILO Mendes. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21981/murilo-mendes>. Acesso em: 12 de maio de 2024.

NEVES, Daniel Monteiro. **Como se defende um comunista: uma análise retórica-discursiva da defesa judicial de Harry Berger por Sobral Pinto**. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Crítica da Cultura). Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2013.

NUNES, Augusto. A lição de Sobral Pinto pulveriza a conversa fiada dos bacharéis a favor do Petrolão: o advogado é o juiz inicial da causa. Não pode agir como comparsa de cliente bandido. **Veja**, 19 jan. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/a-licao-de-sobral-pinto-pulveriza-a-conversa-fiada-dos-bachareis-a-favor-do-petrolao-o-advogado-e-o-juiz-inicial-da-causa-nao-pode-agir-como-comparsa-de-cliente-bandido/>. Acesso em: 08 set. 2022.

NUNES, Augusto. As soberbas lições de Sobral Pinto. **Jornal do Brasil**, Economia & Negócios, Outras opiniões, 19 jun. 2003, p. A11. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_12/100632?pesq=soberbas%20lições. Acesso em: 08 set. 2022.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. Mulheres intelectuais: onde elas estão em nossa história?. In: ORLANDO, Evelyn de Almeida; MESQUIDA, Peri (Orgs.). **Intelectuais e Educação: contribuições teóricas à História da Educação**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021 [Recurso eletrônico]. p. 43-60. Disponível em: <https://acervo.uniarp.edu.br/wp-content/uploads/livros/160-Intelectuais-e-Educacao.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

ORTEGA Y GASSET, Jose. La rebelión de las masas (1930). In: **Obras completas de Jose Ortega y Gasset**, Tomo IV (1929-1933). Madrid: Revista de Occidente, 6ª ed., 1966.

ORTEGA Y GASSET, José. Misión de la Universidad. In: **Obras completas de Jose Ortega y Gasset**, Tomo IV (1929-1933). Madrid: Revista de Occidente, 6ª ed., 1966.

ORTEGA Y GASSET, Jose. **O homem e a gente**. Trad. J. Carlos Lisboa. Rio de Janeiro: Livro Ibero-americano, 1960.

PALADINO. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/paladino/>. Acesso em: 2 abr. 2022.

PAULO VI. **Decreto Unitatis Redintegratio**. Vaticano: 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html. Acesso em: 20 jan. 2024.

PE. ZEZINHO. Dom Vito Miracapillo: Se eu pudesse voltaria amanhã cedo... **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 43, n. 172, p. 798–802, 1983. Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/3556>. Acesso em: 2 abr. 2024.

PENAFRIA, Manuela. **O filme documentário: história, identidade, tecnologia**. Lisboa: Cosmos, 1999.

PEREIRA, Wingler A. Um Supremo partido? A Suprema Corte nos meandros do liberalismo político brasileiro (1954-1968). 12º Encontro da ABCP. 19 a 23 de outubro de 2020.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto; SEKSCENSKI, Paul. Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Brazil, 1893-1991). In: MIROW, M. C; DOMINGO, R. **Law and Christianity in Latin America: the work of great jurists**. London: Routledge, 2021.

PIO XII. **Discorso di Sua Santità Pio XII ai nuovi Cardinali**. Vaticano, 20 fev. 1946. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1946/documents/hf_p-xii_spe_19460220_la-elevatezza.html. Acesso em: 06 abr. 2024.

PIO XII. Radio-message au Congrès des Catholiques austrochiens de Vienne, 14 septembre 1952. In: ENCYCLIQUES, **messages et discours de Léon XIII, Pie XI, Pie XII sur les questions sociales**. Lille: Éditions de La Croix du Nord, 1954.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 06 abr. 2024

PRESTES, Olga Benário. [Correspondência] Destinatário: Leocádia Prestes, 31 jan. 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 91-92.

QUINTELLA, Ary. As faces de César: notas aos escritos de Sobral Pinto. In: SOBRAL PINTO, Heráclito F. **Lições de liberdade**. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977b.

QUINTELLA, Ary. Fé mais lei. In: SOBRAL PINTO, Heráclito F. **Lições de liberdade**. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977a.

REIS, Daniel A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel A; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

RESENDE, Otto Lara. A luz da consciência. **O Globo**, O país, 05 out. 1980, p. 6.

RESENDE, Otto Lara. Entulho e engulho. **O Globo**, O país, 22 jun. 1980, p. 6.

ROCHA, Inês de Almeida. **Canções de amigo: redes de sociabilidade na correspondência de Liddy Chiaffarelli Mignone para Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2012.

RODAS, Sérgio. Lava Jato distorceu a Justiça, ajudou extremistas e abalou a economia. **Consultor Jurídico**, 17 mar. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mar-17/lava-jato-distorceu-justica-abriu-as-portas-para-extremistas-e-abalou-economia/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

RODRIGUES, Leandro Garcia (Org.) **Cartas de esperança em tempos de ditadura: Frei Betto e Leonardo Boff escrevem a Alceu Amoroso Lima**. Petrópolis: Vozes, 2015. E-book Kindle.

RODRIGUES, Leandro Garcia. (org.). **Correspondência de Carlos Drummond de Andrade & Alceu Amoroso Lima**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

ROMERO, Maria Helena Cicci. Jonathas Serrano em 1932: um escolanovista católico em meio às polêmicas educacionais de seu tempo. 140 f. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

RÓNAI, Cora. Sobral Pinto, o advogado, diz, afinal, "Porque defendo os comunistas". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 157, 22 abr. 1979. Revista do Domingo, p. 5-9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22juca%20pato%22%20+%20%22sobral%20Pinto%22&pagfis=197850. Acesso em: 29 nov. 2021.

SAIZ CERREDA, María del Pilar. La dimensión dialogística de la carta: una lectura del pacto epistolar en la correspondencia de Antoine de Saint-Exupéry. **Cuadernos de Investigación Filológica**, 27-28, 2002, p. 307-322.

SALES, Cardeal D. Eugênio de Araújo. [Correspondência] Destinatário: Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Rio de Janeiro, 17 mar. 1980. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SANTOS, Carla Xavier dos. "Eu vos farei pescadores de homens": os círculos operários no Rio Grande do Sul (1932-1945). **Historiae**, Rio Grande, n. 1, v. 3, 2010, p. 91-106.

SANTOS, Daise S. dos. Arquivos Digitais: possibilidades de pesquisa no campo da História da Educação. **Rev. Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades**, Teresina, v. 3, n. 2, p. 4-19, mai./ago. 2021.

SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. **Esther Pedreira de Mello, uma mulher (in)visível**. Curitiba: Editora Appris. Edição do Kindle.

SANTOS, M. F. dos. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. 3. ed. São Paulo: Matese, 1965.

SCALERCIO, Márcio. **Heráclito Fontoura Sobral Pinto: toda liberdade é íngreme**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. (Recurso eletrônico).

SIERRA BLAS, Verónica. Escribir y server: las cartas de una criada durante el franquismo. **Signo – Revista de Historia de la cultura escrita**, 10, 2002.

SILVA, Anna Clara Granado. Alba Cañizares do Nascimento: professora e feminista católica da Primeira República. 146 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense, 2021.

SILVA, Antônio de Rezende. [Correspondência] Destinatário: Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Niterói, 09 abr. 1981. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SILVA, Valéria Jacó da. **Sociabilidade intelectual católica na correspondência de Alceu Amoroso Lima, 1928-1945**, 144 f. Mestrado em História. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2004.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-270.

SKALINSKI JR, Oriomar. Alceu Amoroso Lima e a renovação da pedagogia católica no

Brasil: 'princípios pedagógicos' nas páginas da revista *A Ordem*. **Ciclo de Conferências Centenário da revista a Ordem, Centro Dom Vital**, 17 set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NDsddluYU4Y> Acesso em: 23 set. 2022.

SOBRAL PINTO, H. O leigo e a hierarquia, carta ao diretor de *A Ordem*. **A Ordem**, v. 71, n. 1, abril 1974.

SOBRAL PINTO, Heráclito F. [Correspondência] Destinatário: Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 20 de nov. 1980. CAALL, ATA.

SOBRAL PINTO, Heráclito F. [Correspondência] Destinatário: D. Marcos Barbosa. Rio de Janeiro, 19 nov. 1980. CAALL, ATA.

SOBRAL PINTO, Heráclito F. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 19 abr. 1974, 2 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito F. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 27 out. 1976, 2 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito F. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 21 jul. 1978, 6 f. MAPRO: Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito F. [Correspondência] Destinatário: Henrique Jose Hargreaves. Rio de Janeiro, 12 out. 1978, 2 f. MAPRO, Arquivo Pessoal Henrique Jose Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito F. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 18 dez. 1978, 2 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito F. **Lições de liberdade**. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1977.

SOBRAL PINTO, Heráclito F. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Editora Comunicação; Universidade Católica de Minas Gerais, 1979.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 06 maio 1980, 3f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo. Rio de Janeiro, 9 jun. 1980, 10f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 20 nov. 1980. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns. Rio de Janeiro, 9 jun. 1980, 10 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 14 mar. 1980, 2 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 7 fev. 1980. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 26 dez. 1979. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves; CAALL

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 12 nov. 1980, 5 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 18 maio 1981, 3f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 31 mar. 1981. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: D. Hélder Câmara, Arcebispo de Recife e Olinda. S/l, s/d. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 20 maio 1981, 3 f. CAALL, ATA.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. 19 jun. 1980. MAPRO: Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Antônio de Rezende Silva. Rio de Janeiro, 05 maio 1981, 12 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Ribeiro de Castro. Rio de Janeiro, 14 ago. 1973. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Lições de liberdade**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1977, p. 132-139.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: D. Sebastião Leme, 14 jan. 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: D. Sebastião Leme, 03 jul. 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 154-155.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: General Góes Monteiro, 20 out. 1945. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Lições de liberdade**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1977.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: General Góes Monteiro, 24 out. 1945. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Lições de liberdade**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1977.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: General Góes Monteiro, 27 out. 1945. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Lições de liberdade**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1977.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Leocádia Prestes, 10 abr. 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Leocádia Prestes, 12 mar. 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Leocádia Prestes, 28 maio 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Leocádia Prestes, 12 jun. 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Luiz Carlos Prestes, 27 abr. 1945. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Lições de liberdade**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1977.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Natalina, 11 jan. 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Presidente da República General Ernesto Geisel, 7 nov. 1975. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Lições de liberdade**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1977.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 12 out. 1976, 1 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Ministro Armando Falcão. Rio de Janeiro: 11 out. 1976, 4 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Roland Corbisier. Rio de Janeiro: 01 out. 1976, 6 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 23 abr. 1974, 1 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 29 abr. 1974, 2 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Francisco Campos, Ministro da Justiça. Rio de Janeiro, 06 jun. 1937. IMS, Acervo Sobral Pinto. Disponível em <https://correio.ims.com.br/carta/o-poder-e-efemero-e-forca-caduca/>. Acesso em: 10 maio 2024.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Leocádia Prestes. Rio de Janeiro, 12 mar. 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito F. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. p. 98-100.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Leocádia Prestes. Rio de Janeiro, 28 maio 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito F. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. p. 141-145.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Leocádia Prestes. Rio de Janeiro, 10 abr. 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito F. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. p. 209-211.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Leocádia Prestes. Rio de Janeiro, 12 jun. 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito F. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. p. 152-153.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Leocádia Prestes. Rio de Janeiro, 10 jul. 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito F. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. p. 160-161.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Leocádia Prestes. Rio de Janeiro, 17 jul. 1937. In: SOBRAL PINTO, Heráclito F. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. p. 162-166.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Juscelino Kubitschek. [S.l.] 09 fev. 1972. In: SOBRAL PINTO, Heráclito F. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. p. 10-11.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Leocádia Prestes. Rio de Janeiro, 07 maio 1938. In: SOBRAL PINTO, Heráclito F. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. p. 202-204.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 20 nov. 1980 CAALL, ATA.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 14 jan. 1974. CAALL, ATA.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Coronel Herbert de Bastos Curado, Secretário de Segurança Pública de Goiás. Rio de Janeiro, 22 fev. 1980. MAPRO.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Henrique José Hargreaves, Rio de Janeiro, 28 fev. 1980. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Otto Lara Resende, Rio de Janeiro, 05 fev. 1980. IMS.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Otto Lara Resende, Rio de Janeiro, 24 jun. 1980. IMS.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 09 out. 1980. CAALL.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. [Correspondência] Destinatário: Barbosa Lima Sobrinho. 16 jun. 1980. Arquivo Otto Lara Resende, IMS.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Aula Magna na PUC-Rio, em 12 de março de 1980. Cópia. MAPRO: Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, 26 dez. 1979. MAPRO, CAALL.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a Claudio Raja Gabaglia Lins. Rio de Janeiro, 25 mar. 1980, 3f. BN, Arquivo Claudio Raja Gabaglia Lins.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a Dom Paulo Evaristo, Cardeal Arns. Rio de Janeiro, 9 jun. 1980, 10 f. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Carta a Henrique José Hargreaves. Rio de Janeiro, 26 mar. 1981. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves. MAPRO, Arquivo Henrique José Hargreaves.

SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. Correspondência remetida a Alceu Amoroso Lima. 17 jun. 1980. IMS, Arquivo Otto Lara Resende.

SOUZA, Ney de. O bispo e as greves do operariado no ABC, disputas e tensões entre a Igreja Católica e a ditadura militar. **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 2, p. 277-301, set. 2015.

SCHUBSKY, Cássio. **A heroica pancada: Centro Acadêmico XI de Agosto: 100 anos de lutas**. Centro Acadêmico XI de Agosto: MEMOJUS, Instituto Brasileiro de Memória Jurídica e Social, 2003.

TAVARES, Daiane de Oliveira. **Por uma Penitenciária de Portas Abertas: produção, circulação e recepção do discurso humanizador de Victório Canepa na revista *A Estrêla* (1951-1955)**. 173 f. Tese. Doutorado em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

TAVARES, Ruth de Fátima Oliveira. **Freis franciscanos sob a ditadura civil-militar: Pires do Rio, 1964-1985**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

TOGNOZZI, Marcelo. Sobral Pinto deixa lição à Lava Jato. **Poder 360**, [S. l.], 4 jul. 2020. Opinião. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opinioao/sobral-pinto-deixa-licao-a-lava-jato-escreve-tognozzi/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

UBE. Acordo para a fusão da Associação Brasileira de Escritores, seção São Paulo, e a Sociedade Paulista de escritores, 1957. Disponível em: <
https://www.ube.org.br/materias.php?cd_secao=61&codant=&friurl=-HISTAORIAS-DA-UBE-> Acesso em: 11 jul. 2022.

VALLE, Álvaro. Discurso sobre a concessão do Prêmio Juca Pato ao jurista Sobral Pinto, em 13 de março de 1979. In: SOBRAL PINTO, Heráclito Fontoura. **Por que defendo os comunistas**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979, p. 13.

VANOYE, Francis; GALIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Trad. Mariana Appenzeler. Campinas: Papirus, 2002.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Sobral Pinto, o advogado. **Revista da EMERJ**, v. 12, nº 45, 2009. p. 195-203. Disponível em:
https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista45/Revista45_195.pdf. Acesso em: 12 maio 2024.

VENANCIO, Giselle M. “Sopros inspiradores”: troca de livros, intercâmbios intelectuais e práticas de correspondências no arquivo privado de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Teresa S.; MIGNOT, Ana Chrystina V. (orgs). **Destino das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 217-242.

VENANCIO, Giselle M. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 8, 2001, p. 23-47.

VIEIRA, Fernando Antonio da Costa; MITTELMAN, Tania. Airton Soares: na trincheira contra o arbítrio. In: SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio (orgs.). Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010, p. 100-108.

VIEIRA, Padre Antônio. **Sermão da Sexagésima**. Capela Real, 1655, 29 p. Disponível em: <https://bocc.ubi.pt/pag/vieira-antonio-sermao-sexagesima.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

VIÑAO, Antonio. A modo de prologo, refugios del yo, refugios de otros. In: In: MIGNOT, Ana Chrystina V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Teresa S. (orgs). **Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 9-16.